

UNIVERSIDADE VILA VELHA – UVV/ES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA



ANAIS DO I SIMPÓSIO DISCENTE INNOSCIENCE

VILA VELHA-ES

2024

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A532

Anais do I Simpósio Discente InnoScience (1: 2024: Vila Velha, ES). Simpósio Discente dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Cidade, Segurança Pública e Sociologia Política da Universidade Vila Velha, evento de Inovação Científica integrante da Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade – INOVAWEEK, 23 a 26 de setembro de 2024 [recurso eletrônico] / organizadores : Augusto Cesar Salomão Mozine; Carlos Eduardo TadoKoro; Melissa Ramos da Silva Oliveira. – Vila Velha, ES. UVV, 2024.

168 f. : il.
ISBN: 978-65-833.

1. Segurança Pública. 2. Sociologia Política. 3. Arquitetura e cidade.
I. Mozine, Augusto Cesar Salomão. I. TadoKoro, Carlos Eduardo.
III. Oliveira, Melissa Ramos da Silva. IV. Universidade Vila Velha. V. Título.

CDD 363.3

Revisão 01

Realização:

Universidade Vila Velha-UVV/ES

Reitora:

Denise Coutinho Endringer

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Pró-Reitora Acadêmica:

Gesiane Silveira Pereira

Pró-Reitor de Pós-graduação Pesquisa e
Extensão:

Alessandro Coutinho Ramos

Coordenadora de Extensão

Maria Aparecida Javarini

Comissão Organizadora:

Carlos Eduardo Tadokoro (Presidente);

Augusto Cesar Salomão Mazine

Melissa Ramos da Silva Oliveira

Comissão Científica:

Augusto Cesar Salomão Mazine

Henrique Geaquinto Herkenhoff

Karina Melo Pessine

Manuela Vieira Blanc

Marco Aurélio Borges Costa

Maria Cristina Dadalto

Melissa Ramos da Silva Oliveira

Pablo Ornelas Rosa

Rafael Claudio Simões

Réia Silvia Gonçalves Pereira

Debatedores:

Cesar Pinheiro Teixeira

Eduardo Georjão Fernandes

Organização, Revisão e Editoração:

Augusto Cesar Salomão Mazine

Arte:

Vitória Christina Simões Pinheiro

SUMÁRIO

ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	7
A INTERFERÊNCIA DAS FAKE NEWS NA POLÍTICA E SEU ENFRENTAMENTO: UM ESTUDO DE CASO DA JOVEM PAN NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022.....	8
	Irisleid de Laia Souza Salaroli
POR UM OLHAR CRÍTICO DO PROERD: POSSIBILIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA.....	13
	Vinicius Querzone de Oliveira Sousa
	Ugo Vilen Brasil
GREVE? O MOVIMENTO PAREDISTA DE ENTREGADORES SUBORDINADOS POR APLICATIVO.....	21
	Silvanir Destefani Sartori
	Leandro Lucas Faccin
O DESMONTE DO COMBATE À FOME NOS GOVERNOS DILMA/TEMER (2015-2018) E BOLSONARO (2019-2022): BIOPOLÍTICA E NECROPODER NA VOLTA DO BRASIL AO MAPA DA FOME.....	29
	Maria Clara dos Santos Batista Fidelis
ENTRE THEORIA E PRAXIS: A SUPERAÇÃO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DA ONTOLOGIA SOCIAL DE SCHELLING.....	37
	Guilherme de Sá Nunes
EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A FORMAÇÃO DE SUJEITOS ECOLÓGICOS: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	41
	Mayara Piassi Gaburro
	Marcelo de Souza Marques
SOCIEDADE E DEMOCRACIA EM PERIGO.....	47
	Marcelo Rezende Meirelles

ÚLTIMA ALTERNATIVA: UMA ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM SANTA TERESA-ES.....57

Bruno Bremenkamp Ronconi

Humberto Ribeiro Júnior

DINÂMICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA OCUPAÇÃO DESORDENADA NAS MARGENS DO RIO PARDO, NA CIDADE DE IBATIBA/ES, BRASIL.....68

Reinaldo Soares Ribeiro

Rodrigo Arêas Amorim

Teresa Cristina da Silva Rosa

GENTRIFICAÇÃO VERDE E RACISMO AMBIENTAL: UMA PESQUISA SOBRE O PARQUE PEDRA DA CÉBOLA, EM VITÓRIA-ES.....77

Marshal Zorzanelli

CULTURA, IDENTIDADES, SUBJETIVIDADE E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS.....83

ETNOGRAFIA NAS BANCAS DE JORNAIS: SOBREVIVENDO AO DECLÍNIO DO MERCADO DE IMPRESSOS.....84

Eraldo Baroni Junior

MISOGINIA INSTITUCIONAL, MATERNIDADE E TRABALHO: AS BOTAS DE CHUMBO DO PROLETARIADO FEMININO.....93

Laura Carvalho Pastro

“FRIOS, RACIONAIS E CRUÉIS”: UMA ANÁLISE DOS USOS DA CATEGORIA “PSICOPATIA” EM JORNAIS DO ESPÍRITO SANTO.....103

Ana Carolina Marconcini Silva Rigoni

PREP, PEP E NOVOS AMORES: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO HIV ENTRE PESSOAS COM 50 ANOS OU MAIS.....114

Fabíola Ferreira da Silva

Réia Sílvia Gonçalves Pereira

Pablo Ornelas Rosa

ROMARIA DOS CONQUISTAS DA FESTA DA PENHA: A EXPRESSÃO DOS RITOS E RITUAIS NO TERRITÓRIO DE VILA VELHA/ES.....119

Victória Christina Simões Pinheiro

Melissa Ramos da Silva Oliveira

PERCEPÇÕES DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM CAMBURI (VITÓRIA/ES) SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL.....127

Eraldo Baroni Junior

JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.....136

RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO CONTEXTO PÓS PANDEMIA.....137

Lauanda Abdala

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA E CONTROLE NO SISTEMA PRISIONAL: A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS.....142

Rodrigo Arêas Amorim

Reinaldo Soares Ribeiro

Cesar Pinheiro Teixeira

PERSPECTIVA SOCIAL, ECONÔMICA E TERRITORIAL DA CRIMINOLOGIA.....149

O SISTEMA DE CÂMERAS E IMAGEADOR TÉRMICO NA AVIAÇÃO PÚBLICA CAPIXABA: POSSIBILIDADES E POTENCIAIS DE INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA E RECONHECIMENTO FRENTE À ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA.....150

Pablo Angely Marques Coimbra

Marco Aurélio Borges Costa

ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO O CRIME DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA.....158

Melaine Pinto Baliano

Luiz Henrique Casaroto Rosa

GRUPO DE TRABALHO

ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Discute as relações entre Estado e Sociedade, analisando o pensamento político e social, a formação e transformação do Estado, com ênfase no Estado brasileiro, bem como a problemática da ação coletiva em âmbito local e global. Procura compreender os mecanismos institucionais e socioculturais que regulam a participação cidadã, os processos decisórios, assim como as representações e produções em geral, apoiando-se em distintas contribuições teórico-metodológicas que visam analisar as questões sociais sob a ótica da participação, dos movimentos sociais e do controle social das instituições, tendo como principal enfoque tanto a promoção e o fortalecimento da democracia quanto do estado democrático de direito, a partir da articulação de escalas e processos político-sociais em âmbito local, regional, nacional e internacional. Além disso, visa analisar as ações de produção de serviços planejados promovidos pelo poder público nas esferas federal, estadual e/ou municipal direcionadas às atividades de regulação que possam atingir a realidade econômica, social, espacial, cultural e ambiental, objetivando o bem coletivo e o desenvolvimento sustentável. Busca ainda promover reflexões sobre o planejamento e o desenvolvimento das políticas públicas e sua relação com as condições de vida coletiva, vinculadas à saúde, educação, segurança, migração, habitação, infraestrutura, assim como os problemas sociais urbanos e ambientais

A INTERFERÊNCIA DAS FAKE NEWS NA POLÍTICA E SEU ENFRENTAMENTO: UM ESTUDO DE CASO DA JOVEM PAN NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022

Irisleid de Laia Souza Salaroli

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha. Bolsista
Prosup-CAPEs

RESUMO

O uso das Fake News, para fins políticos e eleitorais, passou a ser um problema mundial, onde quanto mais extremas e enviesadas, mais as notícias se tornavam virais. Diante disso, pesquisadores começaram a desenvolver estudos objetivando identificar as condições de emergências e os efeitos das Fake News, isto é, os fatores que propiciaram o seu aparecimento e o seu sucesso do ponto de vista das disputas político-eleitorais. Nesse campo, destaca-se também tanto a gravidade na modulação da opinião pública e, dessa forma, nas interferências diretas nas democracias e na confiança da sociedade civil, além de travar um entrave entre as Fake News e a liberdade de opinião e de imprensa. Atenta a esse debate no contexto brasileiro, a presente pesquisa se voltou à atuação da Jovem Pan durante a corrida presidencial de 2022 a partir da análise da ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a empresa. Esse caso é exemplar considerando a ligação das ações da Jovem Pan aos atos antidemocráticos e invasão do Congresso Nacional Brasileiro em 08 de janeiro de 2023. Trata-se de um estudo de caso, tendo a pesquisa documental como instrumento de coleta de dados onde foram analisados os pontos centrais da instauração da ação judicial do MPF para cassar as licenças de radiodifusão da Jovem Pan, além de pedir o pagamento de 13 milhões de reais em indenização. O caso, que ainda está em andamento, poderá ser um marco para o Brasil no que tange ao enfrentamento das Fake News e o debate sobre “liberdade de imprensa”. Os resultados da pesquisa indicam o uso racional de um discurso planejado que deve ser observado pela sociedade civil e pelo judiciário. São feitas ainda análises acerca das ferramentas controle das Fake News.

Com a difusão da internet nos anos 1990, a sociedade foi transformada de uma sociedade industrial para o que Castells (2002) chamou de “sociedade em rede”. Essa nova configuração social se caracteriza por redes horizontais que conectam o mundo em tempo real, permitindo que os indivíduos não dependam exclusivamente das mídias tradicionais para acessar informações. Isso proporcionou um papel mais ativo na criação e disseminação de conteúdos com alcance global. A popularização rápida e abrangente das novas mídias modificou permanentemente a estrutura social, cultural e política da sociedade moderna, cujos desdobramentos continuam a ser objeto de estudo.

A interação nas plataformas digitais tornou-se global, trazendo mudanças substanciais, inclusive no campo político. Morozov (2010), entretanto, argumenta que essas mídias digitais não fortaleceram as instituições democráticas nem criaram uma nova cultura de participação política. Pelo contrário, ele destaca que, nas últimas décadas, a vasta gama de informações disponíveis ampliou forças políticas preexistentes, tornando a participação mais inflamável e extremista — uma tendência que se mostrou verdadeira.

Nesse cenário de participação política online, surgem questões relacionadas ao uso massivo de dados pessoais, o que coloca em risco princípios essenciais da sociedade da

informação. Zuboff (2019), em seu livro "Capitalismo de Vigilância", analisa o papel do Facebook como uma das principais engrenagens dessa nova economia de dados. Ela argumenta que a plataforma controla, de maneira significativa, as informações que os usuários consomem, "escrevendo a música" que molda o ambiente informacional de milhões de pessoas. O Facebook usa algoritmos avançados para direcionar conteúdos engajadores, prolongando o tempo de permanência dos usuários e aumentando sua receita publicitária.

Zuboff (2019) critica a priorização do engajamento em detrimento da veracidade e qualidade da informação, criando um terreno fértil para a proliferação de Fake News. Notícias falsas, frequentemente sensacionalistas, geram mais cliques e compartilhamentos que notícias baseadas em fatos, alimentando a polarização social e política. A autora destaca como essa dinâmica é explorada tanto por atores mal-intencionados quanto por sistemas automatizados, exacerbando a disseminação de desinformação.

Além disso, a autora discute como o Facebook se tornou uma ferramenta poderosa para campanhas políticas que visam influenciar o comportamento de eleitores em larga escala. A plataforma, utilizando os vastos dados coletados, consegue segmentar o público de forma precisa, direcionando mensagens personalizadas que muitas vezes escapam do controle e do escrutínio público. Esse poder de controle sobre o fluxo de informações permite ao Facebook moldar percepções e comportamentos, frequentemente de maneira invisível para os próprios usuários, perpetuando um ciclo de desinformação e modulação de comportamentos.

Zuboff (2019) defende a necessidade de regulamentação e maior responsabilidade das plataformas digitais. Sem medidas efetivas para conter a disseminação de Fake News e promover a transparência dos algoritmos, plataformas como o Facebook continuarão a minar a confiança pública e a integridade

democrática. Para a autora, enfrentar o desafio das Fake News é essencial para proteger a sociedade dos efeitos corrosivos do capitalismo de vigilância, onde o lucro prevalece sobre a verdade.

Os conceitos mais aceitos de Fake News referem-se a aspectos específicos da desinformação. Um dos conceitos principais define Fake News como informações falsas ou enganosas, criadas com o objetivo de manipular o público. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), esse tipo de conteúdo intencionalmente falso pode ser classificado como desinformação, uma vez que há uma intenção deliberada de enganar. A disseminação de Fake News se beneficia do compartilhamento impulsivo dos usuários e da falta de verificação de fatos, contribuindo para narrativas enganosas que moldam a percepção pública.

No livro "Pós-verdade", D'Ancona (2017) aborda o impacto das Fake News na sociedade contemporânea. Ele argumenta que vivemos numa era onde a verdade objetiva é frequentemente ofuscada por emoções e crenças pessoais, o que é facilitado pelas redes sociais e pela polarização política. O autor alerta para os perigos desse fenômeno, que enfraquece a confiança nas fontes tradicionais de jornalismo e coloca em risco as instituições democráticas. D'Ancona advoga pela necessidade de alfabetização midiática e um compromisso com a verdade factual para proteger o discurso público e a democracia.

Esse é, portanto, um tema delicado, que toca diretamente na questão da liberdade de expressão. Lidar com as Fake News exige limites claros para reforçar a regulamentação sem ferir princípios democráticos. Como será analisado, especialmente no segundo capítulo da presente dissertação, esse é o cerne da ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Jovem Pan.

Autores como Da Empoli (2019) e Zuboff (2019) oferecem análises críticas sobre o impacto das plataformas digitais, embora com enfoques distintos. Da Empoli (2019) se concentra nas

implicações políticas, discutindo como atores políticos utilizam algoritmos e big data para manipular a opinião pública e polarizar o debate. Zuboff (2019) foca nas consequências econômicas e sociais da coleta massiva de dados pessoais, argumentando que as grandes corporações tecnológicas extraem dados para prever e influenciar o comportamento das pessoas em busca de lucro. Ambos os autores concordam que a regulamentação e a conscientização pública são urgentes.

O termo "Fake News" ganhou destaque durante a campanha presidencial dos Estados Unidos em 2016, particularmente com o uso frequente por Donald Trump. Desde então, Fake News se tornaram uma ferramenta política e comercial, com impactos globais. No Brasil, o termo também se consolidou, principalmente no contexto das eleições. No entanto, para enfrentar as Fake News, é preciso entender suas causas e motivações.

A presente pesquisa examina a atuação da Jovem Pan durante as eleições presidenciais brasileiras de 2022, a partir da ação movida pelo MPF. A análise é relevante devido à relação direta das ações da Jovem Pan com os atos antidemocráticos que culminaram na invasão do Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023. A pesquisa utiliza uma metodologia documental para investigar os principais pontos da ação judicial, que busca cassar as licenças de radiodifusão da Jovem Pan e pedir indenização de 13 milhões de reais.

Essa análise se estrutura em três capítulos. No primeiro, discute-se o conceito de Fake News e seu impacto na política, explorando as visões de autores como Da Empoli (2019) e Zuboff (2019). No segundo capítulo, é analisada a ascensão da Jovem Pan como uma voz da extrema direita brasileira e o impacto de sua programação nas eleições de 2022. O terceiro capítulo aborda a relação entre democracia e confiança, e discute as estratégias discursivas empregadas pela Jovem Pan.

A partir dessas análises, busca-se compreender o futuro da democracia em uma era digital

marcada pela rapidez e pela viralização de notícias, sejam elas verdadeiras ou falsas. Como Seixas (2018) destacou, a pós-verdade apresenta perigos profundos, colocando em risco a verdade e a integridade democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Fake News são aquelas notícias sabidamente falsas, usadas com uma intenção predefinida e muito utilizados no campo político. O fenômeno que se popularizou em 2016 através das falas de Donald Trump levantou diversos questionamentos sobre a veracidade das informações e a manipulação do discurso público. No entanto, como observa Michiko Kakutani (2018), esse fenômeno não teve sua origem com Trump nos Estados Unidos, mas remonta a 2008 com Vladimir Putin na Rússia. Kakutani argumenta que a era da "pós-verdade" e a manipulação deliberada da realidade para fins políticos já estavam em desenvolvimento com Putin, que utilizou táticas de desinformação e controle da narrativa para consolidar seu poder. Esse precedente estabelecido na Rússia, segundo Kakutani, criou um modelo que foi posteriormente adotado e adaptado por outros líderes autoritários, incluindo Trump, para minar a confiança pública nas instituições democráticas e na imprensa, manipulando o discurso para atender aos seus próprios interesses.

A pesquisa destacou alguns fatores cruciais, como a era da sociedade da atenção e da capitalização da venda de dados. Da Empoli (2019) argumenta que, no contexto das plataformas digitais, o tempo de conexão e o volume de interações dos usuários são diretamente correlacionados ao lucro gerado por essas empresas. No entanto, ele enfatiza que o mecanismo subjacente é mais complexo do que uma simples relação de causa e efeito. Da Empoli explica que as plataformas operam com algoritmos projetados para maximizar o engajamento, priorizando conteúdos que geram reações intensas, sejam elas positivas ou negativas. Essa dinâmica leva à amplificação de

conteúdos radicalizados e extremistas, pois tais materiais tendem a provocar respostas emocionais fortes e, conseqüentemente, maior interação. Assim, o modelo econômico das plataformas não discrimina entre interações saudáveis e tóxicas, mas sim otimiza para qualquer tipo de engajamento que mantenha os usuários conectados por mais tempo, exacerbando a polarização e o extremismo digital como subprodutos desse sistema.

O que, considerando outro fator crucial como sendo a era da pós verdade, possui seu eixo potencial. A pós verdade é tida como a era depois da verdade, onde fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos a emoções ou crenças pessoais. Assim, as crenças difundidas pelas Fake News são direcionadas ao seu público alvo, que recebendo a informação endossada pelo viés de confirmação a toma por verdade.

Essa possibilidade de ferramenta (as Fake News) se tornou alvo de diversas tentativas de golpe ao redor do mundo. No Brasil no Golpe Militar de 1964 a imprensa já havia sido utilizada como meio de desinformação em massa para apoiar o ocorrido. Em 2018, através do WhatsApp e Twitter, as fake News foram usadas com estratégias semelhantes às do golpe de 64, o que novamente repetiu em 2022 e 2023. As estratégias discursivas se assemelham em muitos pontos nos três eventos.

A questão do impacto dos discursos é pensada sob a ótica do impacto na democracia. As Fake News foram usadas de forma a atacar o judiciário, desacreditar a lisura das eleições e incitar um novo golpe, o que, com a pesquisa se mostra muito prejudicial a questão da confiança na democracia. A confiança é elemento fundamental para uma sociedade civil forte e eficiente. Ela não só facilita a democracia, mas, de acordo com Marques (2023) possibilita a democratização da democracia.

O impacto dessa perda de confiança institucional, seguirá sendo estudado. Ademais, a pesquisa se deparou com a questão do

enfrentamento das Fake News e com a responsabilização daqueles que as propagam. Muito além da responsabilidade por desinformação em massa, se permite pensar a responsabilidade do abalo da confiança social, do impacto no imaginário coletivo e na governabilidade.

As Fake News abarcam parte do que há de pior na sociedade moderna. O extremismo político, aliado ao a uma política econômica feroz, teve como fruto a capacidade de manipular a opinião pública e a própria democracia. O poder e velocidade que os meios digitais propiciaram mostram seu lado mais complexo e, às vezes, danosos: as fragilidades humanas estão sendo usadas e exploradas deliberadamente. À sociologia cabe buscar respostas a questionamentos novos e antigos, como forma de auxiliar a compreensão e combate dos males dessa nova era.

Questões sobre as Fake News, na verdade, são antes de tudo questões que dizem respeito à ética. Sobre permitir que a sociedade seja enganada, ou fazer um esforço contínuo para proteger e educar a população, e ao mesmo tempo responsabilizar os agentes que lucram com a questão. Os estudos de Da Empoli (2019) demonstraram que o comércio de dados expõe àqueles que possuem os recursos para pagar por tais informações, a profundidade de qualquer sociedade. As campanhas políticas, feitas a partir desses recursos, e utilizando as Fake News como arma, já causaram diversos conflitos ao redor do mundo inclusive no Brasil.

O caso brasileiro de maior gravidade da história envolvendo Fake News não se trata somente da Jovem Pan, mas da estipulação de uma linha divisória entre a liberdade de imprensa, as Fake News e a responsabilidade legal. O processo analisa muito mais do que as opiniões dos comentaristas da rede, mas o impacto e a influência sobre os fatos ocorridos entre 2022 e janeiro de 2023 na confiança do povo e na própria democracia.

Não se pretende exaurir a tratativa, vez que pode se tratar de um primeiro passo para a

criação de um sistema que permita a liberdade de imprensa atrelada a responsabilidade jurídica e social. Contudo, podemos analisar as questões do embate do MPF contra a Jovem Pan para ajudar na compreensão dos efeitos práticos das Fake News na política e na sociedade, bem como privilegiar o estudo de medidas efetivas contra as mesmas.

Na análise das possíveis frentes de enfrentamento as Fake News, a pesquisa concorda com a adoção das medidas sugeridas por Mendoza e Freitas (2023) em quatro esferas distintas: de ordem técnica (algoritmos e ferramentas digitais); de ordem jornalística, com a investigação humana de fontes de notícias; de ordem educacional, através da orientação à sociedade civil sobre a temática; e de ordem legal com legislações específicas que possam abarcar o tema.

No que tange à responsabilização dos envolvidos, o processo da Jovem Pan indicará um norte quanto ao posicionamento do judiciário a despeito das Fake News. Mas, é necessário ainda, pensar a responsabilidade das plataformas na disseminação dos conteúdos

frente a lucratividade que estes representam e nos impactos sociais que tais atos geram.

É preciso destacar que a vida em conjunto pressupõe discordância, o que é saudável a qualquer coletividade. Porém, a democracia serve para que essa mesma sociedade possa existir em segurança, garantindo as liberdades e direitos individuais. Não há liberdade se não houver limites, e não existem limites quebrados sem consequências. O que aqui se observa é onde, e se, este limite será colocado.

A próxima corrida presidencial, que ocorrerá em 04 de outubro de 2026, será vista com atenção. O comportamento das mídias, em geral, será analisado por essa nova ótica. O jogo político seguirá sendo jogado e, neste ponto, o que importa é garantir que a população possa receber informações verídicas e fundamentadas, para que, aí sim, com base na realidade dos fatos e afastada de quaisquer distorções, possa continuar a exercer seu papel democrático de, inclusive, discordar.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. São Paulo: Faro Editorial, 2017.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a falsidade na era de Trump**. Nova York: Tim Duggan Books, 2018.

MOROZOV, E. **The net delusion: The dark side of internet freedom**. Nova York: PublicAffairs, 2010.

SEIXAS, R. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, p. 122-138, abr. 2019.

WARDLE, C; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

POR UM OLHAR CRÍTICO DO PROERD: POSSIBILIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA

Vinicius Querzone de Oliveira Sousa

Mestre em Política Social

Ugo Vilen Brasil

Pós-Graduado em Gestão Escolar

RESUMO

O trabalho objetiva problematizar as questões identificadas como lacunas na aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e, a partir dessas discussões, analisar a sua eficiência e eficácia no que tange à prevenção às drogas e seus resultados na política de redução da demanda. Além disso, pretende-se indicar caminhos no sentido de aperfeiçoar o programa, pois o referencial teórico utilizado mostrou que a atuação mais adequada deve ser a partir de uma perspectiva holística, ampliada, com trabalho contínuo e em conjunto com outras organizações e entidades. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa em que buscou-se realizar uma revisão bibliográfica com o intuito de verificar os apontamentos de diversos autores e autoras sobre a temática da prevenção, com ênfase no Proerd. Por conseguinte, procurou-se identificar se o setor de acompanhamento técnico pedagógico do Proerd vem desenvolvendo algum trabalho em rede abrangendo, por exemplo, ONGs, comunidades terapêuticas, programa de redução de danos, CAPS-AD etc.

INTRODUÇÃO

A adoção de determinado programa de prevenção às drogas e à violência pressupõe que tal programa seja imprescindível como política de redução da demanda. A comprovação da eficiência e da eficácia desse programa precisa se dar com base em estudos e pesquisas que atendam ao rigor científico e não meramente de maneira intuitiva. Sua implementação precisa, necessariamente, responder à realidade concreta de determinada região; ou seja, deve levar em consideração os contextos social, econômico, cultural e político da área em questão (COZBY, 2003).

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) está referenciado no âmbito das políticas de redução da demanda das drogas lícitas e ilícitas e, enquanto tal

merece apreciação e análise. Trata-se da versão brasileira de um programa inaugurado nos EUA, em 1983, que chegou ao Brasil em 1992. Desde então, essa ferramenta preventiva vem sendo utilizada nas polícias militares brasileiras em todos os estados da federação. Atualmente, o Proerd é o programa de prevenção às drogas e à violência de maior prevalência nas escolas brasileiras (Brito, 2018; Galvão, Valente et al., 2021).

O documento que regula a execução do programa educacional de resistência às drogas e à violência no Espírito Santo aponta, como justificativa para essa implementação, as políticas públicas antidrogas e a adoção de estratégias para a aproximação entre a polícia e a comunidade. Ademais, assinala também a observância da Lei nº 11.343 de 2006, que instituiu o Sisnad e o parecer do Conselho

Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG), que reconhecem o programa como atividade típica de prevenção primária da violência e da criminalidade (PMES, 2019).

Realizar um balanço amplo e promover avaliações periódicas dos programas de prevenção – no caso específico do Proerd – é de suma importância para verificar a fidedignidade do programa em relação aos seus pressupostos, objetivos e propósitos. A título de exemplo, em 2016 uma revisão sistemática catalogou 40 programas preventivos e identificou que, entre esses programas escolares, apenas sete apresentaram evidência de sucesso, 30 mostraram-se inconclusivos, 1 não demonstrou comprovação de efetividade e 2 apresentaram resultados iatrogênicos, tais como o aumento no consumo de álcool (Gusmões, Valente et al., 2020).

Eleke et al. (2010) identificou que a versão original do Proerd, o DARE americano, possui um potencial efeito iatrogênico, principalmente na intervenção realizada no 5º ano. Seu estudo demonstrou que houve um aumento significativo no uso de substâncias no período de 3 anos (ciclo estipulado pelos autores para a averiguação) em comparação ao grupo controle. Esse acréscimo se expressou da seguinte forma: de 27% para 71% entre os alunos do 5º ano, que receberam o programa, em comparação ao grupo controle, que subiu de 30% para 63%.

A análise crítica é um elemento essencial para o aperfeiçoamento, e a evolução dos programas de prevenção ao uso de drogas. Além disso, uma avaliação rigorosa auxilia na elaboração de novas estratégias de gestão dos recursos empregados em tais programas, e ampara, não somente o gestor, mas todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento e aplicação do programa (Gimeniz-Paschoal; Silva, 2010).

Em vista disso, esta pesquisa filia-se ao movimento em prol do aperfeiçoamento e da implementação de programas baseados em

evidências científicas, ou seja, buscamos identificar, cientificamente, os elementos que demonstram a redução ou o retardamento do consumo de drogas em decorrência da aplicação de determinado programa preventivo. Nesse caso específico, nossa análise se dá com foco no Proerd. É indispensável que esse e outros programas sejam avaliados para que não haja desperdício de gasto público e de tempo de serviço investido em programas que não oferecem os resultados apropriados e desejados (Pentz, 2003).

Desses pressupostos surgem algumas questões. Quais sejam: o Proerd está sendo eficiente e eficaz enquanto programa de prevenção às drogas e à violência? Se não, como melhorar a eficiência e a eficácia do Proerd enquanto política de redução de demanda, no interior dos modelos de prevenção às drogas lícitas e ilícitas? Como fazer com que as habilidades desenvolvidas pelo Proerd não se diluam com o passar do tempo? Quais procedimentos, específicos ou gerais, devem ser adotados para a manutenção daquilo que já foi desenvolvido? Adicionalmente, objetivamos verificar se o setor de acompanhamento técnico pedagógico do Proerd da Polícia Militar do Espírito Santo vem realizando algum trabalho em rede envolvendo, por exemplo, ONGs, comunidades terapêuticas, programa de redução de danos, CAPS-AD etc. Além disso, desejamos apurar quais procedimentos, específicos ou gerais, são adotados por parte do setor de acompanhamento técnico pedagógico, para a manutenção daquilo que já foi desenvolvido nas aulas do curso do Proerd.

METODOLOGIA

O intuito é verificar se o setor de acompanhamento técnico-pedagógico vem desenvolvendo alguma atividade de continuidade às aulas do curso e se tem realizado algum trabalho em rede envolvendo, por exemplo, ONGs, comunidades terapêuticas, programa de redução de danos, CAPS-AD etc. A partir disso, investigar as formas e as

maneiras em que os responsáveis pelo setor têm feito esse trabalho. Para tanto, serão solicitadas informações à Diretoria de Direitos Humanos e à Polícia Comunitária da Polícia Militar do Espírito Santo, setor responsável pelo programa no Estado. Esta pesquisa será de cunho qualitativo e se desenvolverá através de revisão de literatura e análise de dados enviados pela diretoria de ensino da PMES, ou seja, dar-se-á por meio de revisão bibliográfica e documental.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar de não haver uma padronização nos instrumentos de pesquisa relacionados ao Proerd, de não ter abundância de publicações e de haver divergências no resultado dessas pesquisas (Gimeniz-Paschoal; Silva, 2010), sabe-se que o programa vem sendo avaliado desde os primeiros anos de sua inauguração nos EUA, a exemplo do estudo de Clayton, Cattarello e Johnstone, publicado em 1996.

Clayton, Cattarello e Johnstone (1996) foram os pioneiros a apresentar uma análise sobre o Proerd (DARE). Segundo o estudo desses autores, não foram encontradas diferenças significativas entre o grupo que recepcionou as aulas do programa, durante determinado tempo, e o grupo controle. A pesquisa analisou 31 escolas, sendo que 23 dessas contaram com o Proerd (DARE) em seus currículos e 08 compuseram o grupo controle. Essa análise foi feita durante 05 anos e as avaliações ocorreram anualmente durante esse período, o estudo abarcou cinco séries escolares do modelo estadunidense, sendo aplicado entre a 6ª e a 10ª série daquele país.

Dialogando com Gilbert (2020), é possível depreender um entendimento através das leituras, escritas e verificações, que a inserção e a praxe do Proerd, iniciativa implantada em diversos países de diferentes culturas e sociedades múltiplas, norteiam-se em autenticidades totalizantes, generalistas e produtivistas, e vêm se estabelecendo através

de ações e procedimentos que não foram refletidos, muito menos orientados no coletivo e em diálogo com as agências que recepcionam o programa. Essas ações tendem a suavizar as diferenças de projeção social e a realidade efetiva em que possa estar consagrada a sua atuação.

A falta de continuidade é também um dos grandes fatores que têm implicações negativas não somente no Proerd, mas em outros programas de prevenção (Gimeniz-Paschoal; Silva, 2010). Marsiglia e colaboradores (2011) corroboram a perspectiva de que há a necessidade de uma continuidade sistemática, isto é, que não seja uma realização aleatória, facultativa e muito menos voluntarista. Ou seja, seus estudos evidenciaram que a forma mais eficaz de operação do Proerd é combinando a aplicação dos dois currículos (quinto e sétimo anos) para as mesmas crianças.

Os resultados das pesquisas de Clayton, Cattarello e Johnstone (1996) e as de Botvin (2000) também versam sobre a necessidade da continuidade do trabalho preventivo. Para esses autores, o reforço contínuo e apropriado para cada faixa etária, vinculado à realidade local e cultural dos alunos inseridos no processo preventivo, é uma exigência premente do trabalho de prevenção. Sendo assim, é importante que instrumentos preventivos como o Proerd tenham, conjuntamente, estratégias de continuidade em sua aplicação.

O relatório de uma pesquisa realizada em 2007 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) e pelo Pacific Institute For Research Evaluation (PIRE) apontou que o Proerd precisa se adaptar melhor à realidade onde será desenvolvido. Esse estudo mostrou também que o Proerd deve oferecer reforços periódicos nas séries seguintes àquelas em que o programa é aplicado (Gimeniz-Paschoal; Silva, 2010, p. 105).

Um dos elementos centrais a ser considerado é a atuação isolada do programa. Constata-se que, na investida da realização de planos e

projetos voltados à prevenção, os institutos governamentais, na maior parte das vezes, atuam de forma isolada. Com isso, observa-se a impossibilidade na transposição de suas propostas em ações práticas, em atuações seguramente implementadas de fato (Ballesteros, 2014).

As ações ocorrem de maneira fragmentada. Com isso, os programas existentes ainda mantêm seus resultados insuficientes, o que corrobora com a necessidade desse tipo de estudo, pois se constata que as normas do Proerd preveem uma atuação ampla e em conjunto com outras entidades. Uma das diretrizes afirma que se deve “manter intercâmbio com instituições governamentais ou não, ligadas a área de prevenção e tratamento de dependentes químicos” (PMES, 2019, p. 25). Em outro trecho, afirma-se que é atribuição do setor técnico pedagógico “sugerir atividades voltadas ao aprimoramento profissional dos instrutores, incluindo seleção de material técnico e artigos divulgados pela imprensa” (PMES, 2019, p. 25). Resta saber, portanto, se esses intercâmbios vêm sendo desenvolvidos e de que maneira o setor técnico pedagógico da PMES estaria operando em interlocução com os instrutores do Proerd e com as demais agências ligadas à prevenção (Ballesteros, 2014; PMES, 2019).

Cabe mencionar que o currículo do Proerd/Dare passou por uma avaliação em 2007 e evidenciou-se que não havia diferenças estatísticas entre os grupos controle e o grupo de intervenção. No Brasil, a substituição do currículo de baixo resultado ocorreu em 2014. A versão brasileira atual é denominada *Caindo na Real*, o novo currículo possui 10 aulas, sete a menos que o anterior, e continua designado para alunos dos 5º e 7º anos do Ensino Fundamental II (PROERD, 2013; 2015 apud Valente, 2020).

O primeiro ensaio controlado randomizado com objetivo de avaliar a efetividade preventiva do Proerd foi feito em 2019. O estudo foi realizado na cidade de São Paulo e avaliou a atual versão do programa denominada *Caindo na Real*,

abrangendo assim os dois currículos (5º e 7º anos). Nesse ensaio não foram encontradas evidências de que o Proerd esteja sendo efetivo na redução do consumo de drogas entre os estudantes de ambas as faixas etárias. Os apontamentos desse ensaio sugerem uma revisão dos elementos do currículo (Galvão et al.; Valente, 2022).

Valente, Gusmões et al. (2020) sugerem que revisões sejam realizadas no processo de adequação do programa, no que tange à adaptação cultural e à própria maneira de implementação do programa. Tais modificações devem ser realizadas em ambos os currículos, com o objetivo de ampliar as possibilidades de que efeitos positivos sejam alcançados futuramente.

O estudo realizado por Valente, Gusmões et al. (2020) envolveu um total de 30 escolas estaduais da cidade de São Paulo. Ao todo, compuseram o estudo 4.030 estudantes, sendo 1.727 do 5º ano e 2.303 do 7º ano. O grupo controle não recepcionou o programa, já o grupo de intervenção recebeu 10 aulas do programa, sendo ministradas por policiais militares. As análises deram-se sob a iniciação ao uso e à persistência no uso de álcool e outras drogas, e foi analisada também a questão da vitimização em decorrência da prática de bullying. Conjuntamente, foram avaliados fatores secundários, ou seja, aqueles elementos que podem potencialmente atuar como mediadores do efeito do programa sobre as drogas no futuro. Quais sejam: a habilidade de recusa e resistência no uso de drogas, a intenção do uso de drogas, a habilidade de tomada de decisão, a habilidade de comunicação e a qualidade da experiência escolar.

A pesquisa de Valente, Gusmões et al. (2020) demonstrou ausência de efeito universal do Proerd em retardar ou atenuar a iniciação e o consumo de drogas, bem como a prática do bullying nos currículos analisados. Vejamos os dados em relação aos desfechos secundários:

Em relação aos desfechos secundários, há evidência de efeitos mistos, ou seja, resultados positivos, neutros e negativos. O currículo do 7º ano

parece gerar um efeito positivo na experiência escolar, ou seja, alunos que participaram do PROERD melhoraram seu relato de experiência escolar positiva nos 9 meses de estudo quando comparados aos estudantes do grupo controle. Por outro lado, este mesmo currículo parece afetar negativamente a intenção de uso futuro de cigarro, visto que estudantes que passaram pelo programa aumentaram seu relato de intenção de uso de cigarro após 9 meses, quando comparados aos do grupo controle. Já, para o currículo do 5º ano o programa demonstrou majoritariamente efeitos neutros no que se refere aos desfechos secundários, exceto quando analisamos a habilidade de tomada de decisão, onde identificamos um efeito negativo do programa (Gusmões et al.; Valente, 2020, p. 4).

Os desfechos da pesquisa de Valente, Gusmões et al. (2020) podem servir de base para contribuir com o aprimoramento do Proerd em geral, e sobretudo no contexto de populações mais vulneráveis, haja vista que se trata de uma pesquisa realizada com um recorte para as regiões periféricas de São Paulo.

RESULTADOS

Entre os materiais selecionados para embasar a discussão sobre o Proerd, é importante notar a convergência nos apontamentos e nas conclusões das pesquisas. Por exemplo, entre duas pesquisas que se deram em tempo e espaços geográficos diferentes, a saber, o trabalho de Clayton, Cattarello e Johnstone (1996), ou seja, momento em que o DARE passava de uma década da sua fundação nos EUA, e a recente pesquisa brasileira — publicada por meio de um relatório robusto — coordenada pela Professora Dra. Zila van der Meer Sanchez, realizada por Valente e colaboradores em 2020, há significativa convergência. Ambos os trabalhos coadunam com a noção do “fator neutralidade de efeitos” do Proerd ou com a “ausência de efeito do programa em retardar ou atenuar a iniciação e o consumo de drogas”. Importante frisar o intervalo de 24 anos entre uma pesquisa e outra, as diferenças geográficas, culturais e sociais e, também, a similaridade no tipo da pesquisa no que diz respeito aos métodos de investigação.

Além disso, pode-se salientar, conjuntamente a esses elementos, as mudanças que ocorreram no currículo ao longo desses anos. Logo, levando em consideração todos esses fatores, a confluência de resultados entre essas duas pesquisas torna-se um aspecto significativo para a nossa reflexão.

Um dos apontamentos realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), no relatório de 2007, refere-se à necessidade de o Proerd se adaptar melhor à realidade social brasileira, apontamento que coincide também com o relatório de Valente e colaboradores publicado em 2020. A pesquisa do CEBRID também faz menção à necessidade de articular um processo de continuidade nas séries seguintes àquelas em que o programa é aplicado. Em relação à questão da continuidade, as observações de Silva, GimenezPaschoal (2010), Marsiglia e colaboradores (2011), bem como aquelas apontadas por Clayton, Cattarello e Johnstone (1996) e as de Botvin (2000) demonstram a necessidade de haver processos de continuidade. Esses autores e essas autoras concordam que o elemento “continuidade” é fundamental para assentar os conteúdos do currículo.

Notadamente, a questão da atuação isolada e apartada de outras entidades e agências da área da prevenção é, também, uma determinante fundamental na eficiência do programa. Essa fragilidade foi apontada no trabalho de Ballesteros em 2014. Portanto, passados 10 anos desse apontamento, buscamos verificar se tal ajuste vem sendo realizado e desenvolvido pelo Proerd na PMES, haja vista que há embasamento nas diretrizes para que essas interlocuções sejam realizadas. Em se tratando do trabalho em questão, além de nos debruçarmos sobre um conjunto de variáveis relacionadas às fragilidades do Proerd, buscamos ressaltar um componente que para nós é central nesta análise sobre a eficiência do programa, o trabalho interinstitucional. Por isso, optamos por averiguar se o Proerd-Seção Espírito Santo tem desenvolvido algum trabalho nesse sentido envolvendo, por exemplo, ONGs,

comunidades terapêuticas, programa de redução de danos, CAPSAD e outros espaços e entidades similares. Para obtermos essas informações, foi contactada a Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária da PMES. AS questões endereçadas à Diretoria de Ensino foram as seguintes:

Considerando que o PROERD vem sendo adotado no Espírito Santo como política pública, insta saber se tal programa tem funcionado em interlocução com as demais entidades no âmbito da prevenção às drogas e à violência, como por exemplo, ONGs, comunidades terapêuticas, programa de redução de danos, CAPS-AD etc. Caso essas parcerias estejam sendo desenvolvidas, faz-se necessário conhecer de que maneira e em qual município este trabalho vem sendo realizado, para assim subsidiar nossas pesquisas. Caso não estejam sendo realizadas, é importante saber se foi feito algum trabalho nessa direção nos últimos anos ou se há planejamento para essas ações em médio e longo prazos [sic]. (Rosa, 2024) A resposta advinda da Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária da PMES foi, na integra, esta:

O Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas) é a versão Brasileira do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E., surgido em 1983 em Los Angeles. No Brasil o programa foi implantado em 1992 e hoje conta com 04 Currículos: Proerd para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Proerd para Crianças - 5ª Ano do Ensino Fundamental, Proerd para Adolescentes - 7ª Ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Proerd para Pais. O programa possui como material didático específico como Álbum com 'Cartazes para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental', 'Livro e Livro do Estudante', 'Livro dos Pais', e o 'Manual do Instrutor' que auxilia o policial na preparação das aulas junto às crianças e adolescentes. O Proerd é um programa eminentemente preventivo, estratégico, tendo como objetivo principal educar as crianças em seu meio natural, a escola, com o auxílio de policiais fardados e professores para o exercício pleno da cidadania, tomando decisões seguras e responsáveis. Dá ênfase especial na autonomia, através das escolhas sábias e atitudes assertivas, com informações qualificadas mostra às crianças e Adolescentes, os efeitos das drogas, ensinando habilidades necessárias para estarem no controle de suas

vidas, resistindo à pressão dos colegas para se envolverem em ações de violência e ao uso de drogas e abuso de drogas. Permite às crianças desenvolverem uma atitude positiva em relação às autoridades e respeito às leis. O Proerd é um esforço cooperativo entre a família, a escola e a Polícia Militar, sendo guiado por dados estatísticos que mostram a alta eficiência em programas de prevenção baseados na tomada de decisões, estabelecimentos de valores, resolução de problemas e estilos de vida positivos. As lições desenvolvem conceitos como: Responsabilidade, Tomada de Decisão, Informações sobre drogas, Riscos e consequências, Habilidades de comunicação e resistência, Bullying, Competência Social e civilidade. O sucesso do programa depende de um perfeito entrosamento entre Escola, Família e Polícia Militar. Sendo um programa, nosso trabalho é realizado junto a escolas para prevenção'. É de suma importância que outras políticas públicas realizem essa interlocução com as demais entidades do âmbito da prevenção às drogas e a violência [sic]. (Louzada, 2024)

Diante dessa resposta, depreende-se que o trabalho interinstitucional sugerido pelos autores citados nesta pesquisa e previsto nas diretrizes do Proerd Seção Espírito Santo não está sendo realizado pelo setor técnico pedagógico, que, por sua vez, está vinculado à Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária da PMES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa buscamos analisar a eficiência e a eficácia do Proerd e verificar os principais elementos que, porventura, poderiam estar contribuindo para a ineficiência do programa. Nosso foco principal foi averiguar se a Polícia Militar do Espírito Santo estaria desenvolvendo algum trabalho interinstitucional envolvendo o Proerd e outras agências no âmbito da prevenção.

Diante do que foi apresentado por esta pesquisa bibliográfica e documental, é possível inferir que há um conjunto de debilidades no Programa de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). As pesquisas analisadas atestam que o Proerd não está sendo eficiente e eficaz na redução do uso de álcool, por exemplo. Pelo contrário, uma das

pesquisas mostrou que a versão americana do Proerd apresentou um potencial efeito iatrogênico, isto é, aqueles alunos que receberam o programa demonstraram maior interesse justamente nas substâncias em que se buscou diminuir o consumo por meio da aplicação do programa.

Muitas são as razões dessa ineficiência. Analisando a versão brasileira do programa, verificamos que essa esterilidade perpassa a falta de adaptação entre o currículo, o material didático e a realidade cultural e social brasileira. Passa pela necessidade de articular um processo de continuidade da aplicação do programa entre aquelas crianças que receberam o Proerd no 5º ano e a garantia de que nessa mesma turma seja ministrado o currículo do 7º ano posteriormente. As razões dessa ineficiência decorrem, também, da necessidade de construir reflexões e orientações coletivas e horizontais acerca da elaboração e da aplicação do programa.

Além disso, a questão central analisada por esta investigação foi a falta de interlocução entre as instituições. Constatamos, portanto, que o trabalho interinstitucional vem sendo indicado como um dos elementos mais significativos na aplicação de um programa preventivo. Logo, torna-se essencial que o Proerd desenvolva sua lide articulando um conjunto de organizações. Dito de outra forma, é preciso construir um trabalho em rede envolvendo, por exemplo, ONGs, comunidades terapêuticas, programas

de redução de danos, CAPS-AD e universidades.

A partir dessas interlocuções, atuar da forma mais holística possível e tratar a questão da prevenção às drogas e à violência em suas multidimensões. Adicionalmente, gostaríamos de sugerir à Diretoria de Direitos Humanos e Polícia Comunitária da Polícia Militar do Espírito Santo que acione o setor técnico pedagógico, instância responsável por “manter intercâmbio com instituições governamentais ou não, ligadas a área de prevenção e tratamento de dependentes químicos” (PMES, 2019, p. 25), para que o trabalho interinstitucional apontado pela literatura e previsto na diretriz da corporação seja realizado.

Assim, o Proerd, enquanto política pública adotada pela PMES, política localizada no âmbito da prevenção às drogas e à violência, estará caminhando em direção ao seu aperfeiçoamento e, com isso, poderemos dirimir sua ineficiência, seus fatores iatrogênicos, neutros e resultados negativos. Dessa forma, teremos melhores condições de êxito nos desfechos positivos relacionados à aplicação do programa. Em suma, com base na bibliografia consultada, é possível concluir que o Proerd necessita de um conjunto de adaptações e ajustes. O modelo atual não possui a eficácia e a eficiência que se espera de uma política pública voltada à prevenção às drogas e à violência.

REFERÊNCIAS

BALLESTEROS, P. R. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.6-22, mar. 2014. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/16/41>>. Acesso em 14 mar. 2024.

BOTVIN, G. J. Preventing drug abuse in school: social and competence enhancement approaches targeting individual-level etiologic factors. **Science Direct**, v. 25, nov.-dez 2000, p. 887-897. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306460300001192?via%3Dihub>>. Acesso em 14 mar. 2024.

BRITO, C. C. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)**: Uma análise de sua efetividade na prevenção na cidade de Goiânia. Goiânia: Kelps, 2018.

CATTARELLO, A. M.; CLAYTON, R. A.; JOHNSTONE, B. M. The effectiveness of Drug Abuse Resistance Education (Project DARE): 5-year follow-up results. **Preventive Medicine**, n. 25, artigo nº 0061, 1996, p. 307–318. Disponível em:

<https://www.academia.edu/67386039/The_Effectiveness_of_Drug_Abuse_Resistance_Education_Project_DARE_5_Year_Follow_Up_Results>. Acesso em 14 mar. 2024.

COLEMAN, E.; KULIS, S.; MARSIGLIA, F. F.; NIERI, T. A.; YABIKU, S. T. When to Intervene: elementary school, middle school or both? Effects of keepin' it real on substance use trajectories of mexicanheritage youth. **Prevention Science**, v. 12, n. 1, 2011, p. 48–62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11121-010-0189-y>>. Acesso em 13 abr. 2024.

ELEK, E.; HECHT, M. L.; WAGSTAFF, D. A. Effects of the 5th and 7th grade enhanced versions of the keepin' itreal substance use prevention curriculum. *Journal of Drug Education*, v. 40, n. 1, p. 61–79, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/23805722_Immediate_and_Short-Term>. Acesso em 15 out. 2024.

GALVÃO, P. P. O.; GUSMÕES, J. D. S. P.; SANCHEZ, J.; VALENTE, J. Y. Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas keepin' it real: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/fgT7DCK5BBjW3FMNd3NSQpL/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em 15 out. 2024.

GIMENIZ-PASCHOAL, S. R. Pesquisas sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). **Revista do Laboratório de Estudos da Violência**, Marília, ano 2010, edição 6º, 06 dez. 2010. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/163631/>>. Acesso em 15 out. 2024.

GIUBERT, C. L. **Movimentos curriculares produzidos a partir de encontros Entre policiais militares atuantes no programa educacional de resistência às drogas (PROERD) e a escola**. 2020. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14729_01.%20Vers%20final%20da%20disserta%E7%E3o.pdf>. Acesso em 08 out. 2024.

GUSMÕES J. D. S. P.; VALENTE, J. Y. et al. **Relatório de pesquisa "Avaliação da Efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) da Polícia Militar do Estado de São Paulo"**. Paulista de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva, Universidade Federal de São Paulo São Paulo, nov. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/wpcontent/uploads/2021/12/relatorio-proerd_final.pdf>. Acesso em set. 2024.

JOHNSON, K. W. et al. **Avaliação DARE (PROERD): Um acompanhamento de quarto anos em São Paulo, Brasil**, Monografia, São Paulo: CEBRID, 2008.

LOUZADA, S. S. [mensagem pessoal]. **Mensagem recebida** por <pablorosa13@gmail.com> em 20 set. 2024.

PENTZ, M. A. **Evidence-based prevention**: characteristics, impact, and future direction. *Journal of Psychoactive Drugs*, v. 35, apr. 2013, p. 143–152, 2003.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Normas Gerais de Ação do Programa Nacional de Resistência às Drogas (NGA-PROERD)**. 2019. Vitória: Boletim do Comando Geral (BCG), nº. 003 de 17 de janeiro de 2020. Acesso em 16 fev. 2024.

ROSA, P. O. [mensagem pessoal]. **Mensagem recebida por** <secretaria.ddhpc@pm.es.gov.br>. em 03 out. 2024.

GREVE? O MOVIMENTO PAREDISTA DE ENTREGADORES SUBORDINADOS POR APLICATIVO

Silvanir Destefani Sartori

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CNPq Capes

Leandro Lucas Faccin

Mestrando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CNPq Capes

RESUMO

Os trabalhadores brasileiros pouco se organizam para reivindicar, em parte, pela luta por direitos perante o patrão e o Estado, sendo avaliadas como perigosas. Para os entregadores de comida subordinados por aplicativo, sujeitos desta pesquisa, os desafios para a mobilização coletiva são acentuados, dadas as condições de trabalho precarizadas. Contudo, durante processo de observação participante em uma praça onde se coletivizam entregadores cotidianamente, foi identificada organização de movimento paredista. A partir disso, se delineou o objetivo de compreender os fatores que propulsionaram o movimento paredista. A análise feita, não restrita a uma única corrente teórica e interpretativa, permitiu compreender que a precarização funciona como fator paradoxal, à medida que propulsa o movimento, mas também funciona como óbices para a adesão dos entregadores ao movimento. Concluímos que a desregulamentação do trabalho analisado torna inapropriado o uso dos termos greve e categoria, visto que são direitos não consolidados.

INTRODUÇÃO

O povo brasileiro, incluso por evidente os trabalhadores, “pouco se organiza espontaneamente para reclamar ou reivindicar”. Um dos motivantes para isso é que a luta por direitos perante o patrão e o Estado são avaliadas como perigosas, já que se pode obter respostas violentas, como a prisão, e a violência física impetrada pelas forças coercitivas estatais (Damatta, 1990).

Desta maneira, mesmo diante de condições laborais precarizadas, como é o contexto analisado dos entregadores de comida subordinado por aplicativos, as mobilizações coletivas são excepcionais e quando acontecem há fragmentação da coletividade: muitos resistem em integrar os movimentos,

permanecendo trabalhando, quando não, se manifestam contrários ao movimento paredista.

A precarização do trabalho funciona neste caso como um fator paradoxal para a mobilização coletiva, porque, ao mesmo tempo que as condições precarizadas do trabalho funcionam como motivantes para o movimento paredista, elas também atuam como fatores que coíbem o movimento. No centro desta análise estão os fatores de precarização decorrentes da desregulamentação do trabalho, ou seja, sua caracterização como trabalho autônomo, ausente quaisquer direitos trabalhistas.

Essas condições foram identificadas no decorrer da pesquisa com intuito de compreender o cotidiano dos entregadores subordinados por aplicativo. No percurso da pesquisa, em março

de 2024, foi acompanhado movimento paredista, no qual demonstrou o movimento paradoxal de desintegração e integração dos trabalhadores em prol do movimento. É a partir disso que objetivamos compreender os fatores que propulsionaram o movimento paredista.

O objetivo foi atingido mediante a produção de dados com a observação participante, integrando entrevistas. O ponto inicial da observação foi uma praça situada em um bairro da Região Metropolitana da Grande Vitória, onde cotidianamente entregadores se agrupam esperando notificações por entregas a fazer. Durante a observação, foram identificados líderes entrevistados semanas após o movimento.

Os entregadores observados se caracterizam por usarem bicicleta durante o trabalho e subordinam-se às diretrizes do aplicativo Ifood. A subordinação ao aplicativo culmina que as condições de trabalho dos entregadores analisados tenham algumas verossimilhanças com aquelas pelas quais estão submetidos os entregadores que durante o trabalho usam motocicleta e estão subordinados ao mesmo aplicativo. Com isso, principalmente reivindicações e discussões sobre a regulamentação do trabalho repercutem em identificações entre os grupos.

Os dados produzidos foram analisados, estabelecendo aproximações e dissociações com as compreensões elaboradas na análise de greves realizadas pelos autores Cant (2021), Silveira, Menezes e Fonseca (2019) e Linhart (1986). Cant (2021) analisou movimento de entregadores subordinados pelo aplicativo Deliveroo acontecido em 2019 na cidade inglesa de Brighton. Linhart (1986) compreendeu uma greve na fábrica de carros da Citroën em 1968. Já Silveira, Menezes e Fonseca (2019) analisaram greve de operadores de telemarketing e rodoviários na cidade do Rio de Janeiro, ocorrida em 2014.

Para atingir o objetivo proposto, será inicialmente compreendido o cotidiano de trabalho dos entregadores, visto que é no dia a

dia do trabalho que se consolidam as contrariedades e adversidades do trabalho que podem culminar no movimento paredista. Este cotidiano será compreendido na próxima seção, discorrendo também sobre a maneira como foi empreendida a pesquisa. Seguinte, a compreender a organização do movimento paredista de março de 2024.

Por envolver seres humanos, a pesquisa foi desenvolvida observando as diretrizes da Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob parecer n.º 5.620.281. Como cuidado ético, os nomes dos trabalhadores observados e entrevistados são fictícios, assim como não são nomeados os locais observados.

A praça observada foi selecionada a partir da participação observante — fase da pesquisa em que o pesquisador se submeteu ao trabalho de entrega com o propósito de compreensão — quando, então, foi identificado o agrupamento em seu interstício. O agrupamento na praça não representa a inexistência de entregadores que trabalham atomizados.

O DIA A DIA DO TRABALHO: GREVE OU MOVIMENTO PAREDISTA?

Como sugere Velho (2011), visando análises mais abrangentes que, ao menos parcialmente, contemplem a heterogeneidade observada no campo de pesquisa, optamos por analisar os dados produzidos sem nos restringir a uma única corrente teórica e interpretativa. Entendemos que “transitar entre diferentes correntes teóricas e interpretativas pode auxiliar não apenas os antropólogos, mas também os cientistas sociais, em geral no desenvolvimento de suas ideias e formulações” (Velho, 2011, p. 174).

O dia a dia do trabalho equivale à submissão cotidiana, à rotina diária, ao trabalho em que se empenham os entregadores, e que culmina na percepção de uma dura realidade da vida (Damatta, 1990). Apesar de o dia a dia do trabalho se associar aos dias de greve, de

paralisação ou de manifestações, não são equivalentes: nos primeiros há trabalho, nos seguintes é dia de não trabalho.

A observação do dia a dia do trabalho dos entregadores iniciou na primeira quinzena de março de 2024. A praça observada foi selecionada em razão da visível concentração de entregadores que se locomovem de bicicleta durante o trabalho, em suas estruturas, combinada por se situar no bairro onde o pesquisador que empreendeu a produção de dados mora.

Com isso, foi operacionalizada a concepção de que, apesar de as sociabilidades da praça serem familiares ao pesquisador, não são necessariamente conhecidas. Foi necessário o movimento de olhar de perto e de dentro, substituindo o olhar de fora e de longe. Para isso, ocupou-se a praça cotidianamente, interagindo com os entregadores em situação de trabalho, visando compreender o dia a dia do trabalho (Magnani, et al., 2023)

Ao observar de perto e de dentro, desvelou-se que, embora os entregadores sejam subordinados pelo aplicativo, que estrutura o trabalho individualizadamente — já que consiste em percorrer rotas entre o ponto de coleta, onde se busca o pacote, e o destino de entrega, individualmente —, no cotidiano, há indícios que o trabalho esteja coletivizado. A coletivização é representada pelo próprio agrupamento na praça, porém não é fator que “funciona para a greve” (Entregadora Lia), sendo útil aos entregadores para enfrentar as contrariedades e adversidades do trabalho provenientes também da precarização do trabalho.

Os trabalhadores enfrentam condições de trabalho precarizadas quando, entre outras condições, enfrenta remuneração insuficiente para subsistência, insegurança e instabilidade para com a manutenção do vínculo de trabalho. Além de ter possibilidades de mobilização coletiva deterioradas, está sujeito à flexibilização das formas de contratação e à intensificação da exploração de sua força de trabalho (Alves, 2007; Souza, 2021).

Desta maneira, o trabalho de entrega investigado se consolida como precarizado, principalmente como em decorrência de sua desregulamentação, não gozando os trabalhadores de direitos trabalhistas que visem níveis de estabilidade no trabalho, com direitos previdenciários e de seguridade. Também vivenciam a irregularidade na remuneração, visto que o pagamento é por tarefa, percebendo restritamente ao valor equivalente às entregas concluídas e dependentes da distribuição de entregas pelo aplicativo.

Como consequência, são condicionados a intensificar o trabalho com a expectativa de atingir valores remuneratórios compatíveis com as necessidades de subsistência, ou com a própria expectativa do que avaliam como ideal. As jornadas de trabalho tendem a atingir 12 (doze) horas diárias em escalas com uma folga por semana. No tempo disponível para o trabalho, incluso aqueles que aguardam notificações de entregas a fazer, é que ocupam a praça: esperam por entregas ali, e quando concluem uma entrega, caso não sejam imediatamente notificados de outra a fazer, retornam à praça.

Ocupar a praça durante o trabalho é resultado da omissão da empresa que controla o aplicativo, que, diante da desregulamentação, se vê desobrigada a garantir espaços adequados durante o trabalho. Estar à praça representa a sujeição à estrutura que não oferece condições necessárias para a submissão ao trabalho, isso porque não há disponibilidade de água potável, banheiros, abrigo adequado que os proteja de sol e chuva, nem instalações para as refeições no decorrer da jornada.

Coletivizar-se na praça significa resistência ao modo de distribuição de entregas pelo aplicativo, que considera a distância a percorrer pelo entregador entre o local onde se situa e o ponto de coleta, mas também a nota de cada entregador. Ou seja, o aplicativo na distribuição de entregas privilegia aquele com maior nota, configurando os entregadores como concorrentes entre si. Compreende condição de

precarização do trabalho, assim como a individualização, pois quando escassas as entregas oferecidas, a coletivização do trabalho se fragmenta e os entregadores tendem a trabalhar atomizados pela cidade.

Associa a essas condições, que, diferentemente das categorias regulamentadas, inexistente organização formal, tal como os sindicatos, que represente os interesses dos entregadores e/ou trabalhadores subordinados por aplicativo. Inclusive, a própria caracterização como categoria é fragilizada, porque não há formalizações, recortes geográficos e condições de trabalho que aglutinem as especificidades dos trabalhadores em consonância com as adversidades enfrentadas cotidianamente.

A combinação dessas condições de trabalho precarizadas desfavorece mobilizações coletivas que visem o protesto, a manifestação e a greve. Há uma fragmentação dos diversos interesses dos entregadores, provocada pela individualização do trabalho, ao qual é facultado que cada trabalhador se submeta ao trabalho em consonância e restritivamente aos seus interesses e necessidades.

Organizar-se coletivamente para o protesto significa o não empenho no trabalho diário, e conseqüentemente em lidar com a não remuneração em um trabalho pago por tarefa. Difere-se das atividades regulamentadas, em que as organizações sindicais, além pautar as reivindicações coletivas, desfragmentando-as, estão estruturadas com garantias econômicas e de manutenção de emprego, favorecendo a greve.

Conflui em avaliarmos como inadequado nomear o movimento paredista dos entregadores como greve. Inicialmente, porque a greve indica dias seguidos em que o trabalho não acontece, enquanto no caso dos entregadores o pagamento por entrega representa óbice: se não trabalham, não há remuneração, e por conseguinte a subsistência é ameaçada. Há, portanto, dias isolados em que alguns grupos de entregadores param em protesto.

Inobstante, o direito à greve é seguido de previsões legais que protegem os trabalhadores grevistas, como a garantia de remuneração, a função das organizações coletivas na negociação, e a própria proteção contra a demissão. A desregulamentação do trabalho que enfrenta os entregadores representa também um não direito à possibilidade de organizar-se em greve.

Todavia, apesar de cenário com diversos óbices, movimentos paredistas acontecem. Em algumas situações, são impulsionados pela própria precarização do trabalho. Outras, no entanto, são pautados em aspectos que geram coesão, mas que são controversos, como o movimento de março de 2024 que teve como principal pauta a posição contrária a possibilidade de regulamentação do trabalho.

A regulamentação protestada era a prevista no Projeto de Lei Complementar n.º 12/2024, que dispunha exclusivamente sobre a relação de trabalho intermediado por empresas plataformas de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas (BRASIL, 2024). Embora a proposta de regulamentação excluísse os entregadores, havia sentido em entender que o assunto os aproximava pela clara conexão de estarem subordinados por aplicativo.

A principal discordância era a previsão de contribuições previdenciárias descontadas dos valores recebidos por entrega. A análise dos fatores que resultaram nesse movimento paredista estrutura a próxima seção.

O MOVIMENTO PAREDISTA: “SE A GENTE SE JUNTAR, SÃO 10 UNIDOS”

A observação na praça culminou na também observação e grupos de WhatsApp formados por entregadores, tanto ciclistas quanto motociclistas, de toda a Região Metropolitana da Grande Vitória. Assim, embora o foco inicial da observação na praça fosse os entregadores de bicicleta, essa delimitação não se manteve nos grupos de WhatsApp.

Em um dos grupos de WhatsApp observados, com cerca de 400 integrantes à época, começaram a circular, na segunda quinzena de março de 2024, mensagens sobre a organização de uma paralisação que ocorreria nas cidades de Cariacica, Vitória e Serra. O principal fator de mobilização era a apresentação do Projeto de Lei Complementar 12/2024, no início de março, que gerou grande comoção entre os trabalhadores. Esse contexto também refletia na descrição do grupo: "Lutando contra a regulamentação de todos os aplicativos e injustiças dentro dos apps".

A organização do movimento paredista no grupo se dissociava dos assuntos entre os entregadores coletivizados na praça. A sensação era de que os entregadores de bicicleta, ou ainda aqueles que trabalhavam no bairro observado, estavam alheios ao movimento. Mesmo assim, a pauta de reivindicação, que era comum entre os entregadores, provocou o acompanhamento no movimento, marcado para acontecer no final de março.

No exato dia e horário de seu acontecimento, foi mantida a observação na praça. No cotidiano de trabalho dos entregadores da praça, poucos eram os indícios de que estava em curso um protesto. O trabalho permanecia conforme o dia a dia: notificações, aceites, rejeites, saídas e chegadas. Havia uma exceção: os entregadores evitaram, naquele dia, aceitar rotas que envolvessem fazer coletas em um determinado shopping, em razão da possibilidade de os manifestantes impedirem a entrada.

Coletar no shopping era condição sempre evitada, devido ao trajeto até lá (ladeira, ausência de ciclovias), à necessidade de prender a bicicleta, deixar a bag e atravessar o shopping andando, mas naquele dia se somou a esses desafios a especificidade da manifestação. No dia seguinte à manifestação, a integração aos entregadores na praça permitiu o desvelamento:

Leandro e Miguel tocam no assunto da paralisação de ontem. Miguel diz que no shopping estavam impedindo entregadores de trabalhar. Ele diz isso com certa irritação: como assim, impedindo

trabalhador de trabalhar? Um entregador, não conseguiu fazer uma coleta lá, diz ele, mas não cita o nome. Leandro opina dizendo que não faz sentido a greve, porque eles recebem mais que CLT. Comenta que é melhor aceitar a condição, que a seu ver é favorável, antes que o aplicativo vá embora (Diário de campo. 01 abr. 2024).

O trabalho estruturado para acontecer de maneira individualizada culmina que haja percepções distintas acerca do trabalho, decorrendo que mesmo no percurso de um movimento paredista haja continuidade no trabalho. Cada entregador é em si o início e o fim dos processos de trabalho. Além disso, a concorrência entre os trabalhadores na distribuição de entregas repercute na conduta do proveito em trabalhar no dia do movimento paredista, a partir da perspectiva de que irá pocar (Entregadora Lia). Ou seja, poderá ser notificado de mais entregas a fazer devido à parcela dos entregadores estarem ocupados com o movimento paredista.

Somado a isso está a natureza do trabalho de entrega, que ocorre em diversos espaços da cidade, sem a existência de um ponto estratégico capaz de causar a paralisação do trabalho. Isso difere do que Linhart (1986) elucidou, ao destacar que parte do sucesso dos movimentos grevistas dependia da capacidade de mobilizar trabalhadores em postos estratégicos, cuja paralisação interromperia toda a linha de produção.

A individualização do trabalho e o pagamento por entrega, em um contexto de desregulamentação onde até o direito à greve é inexistente, resultam em:

O entregador, eu acho que não tem tempo para, por exemplo, questão de greve. Eu acho que ele não tem um dia para tirar esse dia, e fazer uma greve, um protesto, porque eu acho que ele vai sentir no bolso dele. Ainda mais sendo autônomo. Ou seja, um dia para ele perdido ali é como se fosse menos 150 reais no bolso, entendeu? (Entregador Mateus).

Entretanto, mesmo diante desse cenário de óbices, o movimento paredista aconteceu. No acompanhar do movimento, foi possível identificar que um dos entregadores, o Mateus, ocupante da praça, se integrou ao movimento,

convidando-o para entrevista. A partir dele, foi possível contactar um dos líderes do movimento, o Paulo, que também foi entrevistado, conduzindo ao desvelamento:

Começou com o Paulo e grupinho dele, né, os amigos mais próximos dele. Foram convidando mais gente, mais gente, mais gente, que até eu entrei no grupo do Paulo e comecei a fazer a ajudar lá para ele e tudo mais. E aí pegou e vai se espalhando (Entregador Mateus).

Tudo foi feito no WhatsApp e a gente mesmo providenciou um material gráfico, um motoboy que trabalhava em uma gráfica. Começou a fazer cartazes e a gente ia colando os cartazes nas bags, por dentro do plástico ou por fora do plástico mesmo, e nos cartazes a gente começou a divulgar e jogando nas mídias, WhatsApp, Facebook, Instagram. Eu mesmo comecei a procurar os jornais e tendo acesso a uns contatos para acessar os jornais. [...] Cada um imprimindo o seu cartaz para colar na bag, cada um indo com a sua moto, chamando o seu amigo, o seu vizinho. E no caminho a gente foi aderindo mais pessoas até chegar na magnitude no que deu (Entregador Paulo).

Constata-se que o movimento é estruturado a partir da constituição de lideranças. Converge com o compreendido por Cant (2021) e Linhart (1986) ao desvelarem o protagonismo de lideranças na dramatização das contrariedades do trabalho, que originam movimentos paredistas. Cant (2021) salienta a constituição de uma atmosfera estranha que favorece a constituição do movimento. Esta atmosfera envolve inclusive pessoas não ocupadas com o trabalho em si, fortalecendo o movimento.

De maneira semelhante, Silveira, Menezes e Fonseca (2019) compreendem que a organização da greve dos trabalhadores de telemarketing, Rio de Janeiro, 2014, ocorre a partir da integração na categoria de um jovem militante. Se assemelha ao descrito e vivenciado por Linhart (1986), porém neste caso o próprio Linhart é o estudante militante que se agrega à categoria e fomenta a greve, que se insere na fábrica com o propósito de organizar o levante.

Antes da greve, no entanto, Linhart experimenta o dia a dia da linha de montagem, com movimentos repetitivos, a exigência de esforço físico, macacões sujos, a disputa ferrenha por minutos entre os operários e supervisores do

trabalho. A greve na fábrica da Citroën (1968), dos trabalhadores de telemarketing (2014) e dos entregadores (2019) possuem em comum o cotidiano de precarização do trabalho, mas antes disso há o estabelecimento de um dia a dia precarizado de trabalho.

Os levantes são então organizados com o estranhamento dos recém-chegados. No caso dos trabalhadores de telemarketing, o jovem militante Rêneo dos Santos, “começou a trabalhar como teleoperador e indignou-se com a precariedade do trabalho de sua categoria: intensas jornadas, poucas pausas, metas inalcançáveis e frequente adoecimento” (Silveira; Menezes; Fonseca, 2019, p. 936). Evidentemente, o empreendimento grevista adquiriu contornos mediante a adesão de outros trabalhadores.

Se assemelha à organização dos entregadores em março de 2024. Isso porque a liderança que fomenta o movimento se constituiu quando estava submetida ao cotidiano de trabalho e há evento que gera ou fomenta a indignação:

O primeiro ato que eu tive, a gente começou, a gente teve início com 5 pessoas e terminamos com 10 pessoas e durou 20 minutos. A gente ficou sem local para estacionar em um shopping aqui em [...] e a gente fazia coletas lá e se a gente estacionasse lá de fora, tomava multa e do lado de dentro pagava estacionamento. Eu juntei 5 pessoas, comecei com uma pessoa, parei na porta do shopping, coloquei a bag no chão e falei, irmão, é eu e você aqui e nenhum entregador passa. E a gente foi. Um entregador passou e daí a povo inteiro dez (Entregador Paulo).

Então, eu vou até te contar como tudo começou, era um período de greve de São Paulo e outros estados e eu tinha pouco tempo que eu tinha iniciado no iFood, [...] tinha pouco tempo e com esse pouco tempo eu conheci um pessoal em Laranjeiras. A gente tava no entorno de 10 pessoas comentando sobre a greve de São Paulo e os outros estados. E eu disse para eles, cara, porque eles ficam falando assim, pô, São Paulo, os caras são unidos. Os caras fecham todo mundo junto, o cara fala isso, o povo fala. Cara, é o seguinte, aqui tem 10 pessoas. Se a gente se juntar, são 10 unidos. Então vamos criar um grupo e vamos fazer uma galera unida (Entregador Paulo).

O movimento paredista no trabalho, sinônimo de interrupção do dia a dia, acontece, portanto,

quando há combinação dos fatores surgimento de liderança e algum acontecimento que cause comoção. Em sentido diverso, é tendente aos trabalhadores, principalmente diante de condições de trabalho precarizadas, que haja continuidade do trabalho, inexistindo o protesto. Neste caso, prevalece a imperatividade de trabalhar em prol da subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Norteados por compreender fatores e motivantes que propulsionaram movimento paredista de entregadores subordinados por aplicativo, concluímos que as condições de trabalho precarizadas representam óbices à manifestação. Contraditoriamente, o movimento do Estado em regulamentar a atividade, o que poderia ser compreendido como fator de desprecarização do trabalho, é o que causa comoção e favorece a paralisação.

Contudo, de maneira semelhante ao que analisam Cant (2021), Linhart (1986), Silveira, Menezes e Fonseca (2019), o protesto acontece associado a constituição de lideranças que fomenta a coesão dos trabalhadores. Para tanto, é relevante considerar que os contextos dos movimentos analisados pelos mencionados autores se distanciam temporal, geograficamente e pela maneira de estruturação do trabalho em cada período.

Na fábrica de carros, o trabalho é regulamentado como emprego e estruturado em

uma lógica fordista (Linhart, 1986). A subordinação ao aplicativo Deliveroo indica desregulamentação e modificações em como se controla o trabalho (Cant, 2021). Já na atividade telemarketing há trabalho regulamentado em momento pós-fordista (Silveira; Menezes; Fonseca, 2019). Sugere-se que apesar da subordinação do trabalho por aplicativo indicar reconfigurações nos modos de controle do trabalho e na maneira como o trabalho acontece (Amorim; Moda, 2021), os modos de organização coletiva dos trabalhadores tendem a manter verossimilhança ao longo do tempo.

A análise do movimento paredista revela a importância de, em estudos futuros, aprofundar a compreensão de como os motivos do protesto são constituídos. Diante de um trabalho marcado pela precarização, decorrente da desregulamentação, à primeira vista parece contraditório protestar contra a regulamentação. No entanto, essa aparente contradição aponta para questões mais complexas que merecem ser exploradas.

Por fim, entendemos que, na análise de movimentos paredistas envolvendo trabalhadores desregulamentados, possa ser inadequado o uso de conceitos como “greve” e “categoria”. Ambos são institutos jurídicos com garantias específicas, das quais, não se consolidam para os trabalhadores desregulamentados. Demanda, portanto, abordagem diferenciada para entender suas formas de mobilização.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

AMORIM, H.; MODA, F. **Trabalho por aplicativo**: uma síntese da intensificação do trabalho, da informalidade e da resistência política no contexto da Pandemia de COVID-19. RTPS, v. 6, n. 10, p. 105 – 124, 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar Nº 12**, de 2024. Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos. Disponível em

<https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PLP/plp-012.htm>. Acesso em 20 set. 2024.

CANT, C. **Delivery Fight!** A luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

LINHART, Robert. **A Greve na Fábrica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MAGNANI, J. G. C.; SPAGGIARI, E.; NOGUEIRA, M. H. V. G.; CHIQUETTO, R. V.; TAMBUCCI, Y. B. **Etnografias urbanas:** quando o campo é a cidade. Petrópolis: Vozes, 2023.

SILVEIRA, C. T. J.; MENEZES, C. S.; FONSECA, N. C. Tensões criativas e inovações táticas no movimento sindical urbano: os casos dos teleoperadores e dos rodoviários no Rio de Janeiro. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 929-949, 2019.

SOUZA, I. Precariedade, precarização e precariado no sistema capital do século XXI – “Você não estava aqui”. **Ideias**, v. 12, p. 1–35, 8 jul. 2021.

VELHO, G. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, v. 17, n. 1, p. 161-185, 2011.

O DESMONTE DO COMBATE À FOME NOS GOVERNOS DILMA/TEMER (2015-2018) E BOLSONARO (2019-2022): BIOPOLÍTICA E NECROPODER NA VOLTA DO BRASIL AO MAPA DA FOME

Maria Clara dos Santos Batista Fidelis

Mestre em Sociologia Política pela UUV Bolsista Prosup-CAPES

RESUMO

Este estudo propõe uma análise do panorama político em relação as políticas de combate à fome no Brasil, tendo como demarcação temporal o ano de 1995 – governo FHC até o ano 2022 – fim do governo Bolsonaro. Destaca o período de 2015 a 2022, incluindo a transição entre os governos de Dilma, Michel Temer e a gestão de Bolsonaro, com a finalidade de tentar compreender, através das lentes da biopolítica (Foucault, 2000, 2008) e da necropolítica (Mbembe, 2018), os impactos políticos que a fome exerce sobre a sociedade. Ao abordar a questão da fome e da segurança alimentar e nutricional para além de meros aspectos econômicos, buscamos identificar suas raízes em estruturas políticas e sociais mais abrangentes, visando fortalecer a análise sociológica do combate à pobreza no Brasil no que diz respeito à promoção da justiça social. Dessa forma, compreender como as dinâmicas de poder influenciam na disponibilidade, acesso e controle dos recursos alimentares representa um progresso significativo no debate sobre o tema dentro deste campo de estudo.

INTRODUÇÃO

A fome no Brasil é um problema estrutural, constantemente debatido em contextos de crise socioeconômica. Esse problema destaca a relação entre economia, produção e consumo alimentar, impactando a segurança alimentar e o modelo atual de produção. No século XX, políticas e debates acadêmicos focaram a fome como uma questão de assistência social, intimamente ligada à pobreza. No início do século XXI, com governos de esquerda, o combate à fome passou a integrar as políticas de segurança alimentar e nutricional, alinhando-se aos marcos internacionais, como o da FAO. Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, mas a crise política de 2013 reverteu avanços, com o retorno de uma política neoliberal.

Em 2020, o IBGE apontou que o Brasil havia retornado ao Mapa da Fome, agravado pela pandemia de COVID-19, que intensificou a

insegurança alimentar. Esse estudo visa explorar documentos de órgãos governamentais e da ONU, cobrindo desde 1995, com foco em 2015 a 2022, para analisar o impacto das mudanças políticas nas políticas de combate à fome. A pesquisa examina as transições entre os governos Dilma, Temer e Bolsonaro, buscando entender por que a insegurança alimentar voltou a crescer e como as mudanças governamentais influenciaram essas políticas.

O estudo usa as perspectivas da biopolítica (Foucault, 2008) e necropolítica (Mbembe, 2018) para ampliar a análise do combate à pobreza e à fome no Brasil. Abordar a fome para além da economia permite um olhar sobre as raízes estruturais do problema e a relação das políticas públicas com a justiça social. Compreender o impacto das decisões políticas na segurança alimentar traz avanços para a sociologia e reforça a importância de políticas que garantam o acesso e controle de recursos alimentares.

A FOME: CONCEITO, MEDIDAS E ESCALAS NO BRASIL

A fome é um reflexo das relações de poder econômico e político, tanto entre países quanto entre classes sociais internas, frequentemente resultando na morte de milhões que são quase responsabilizados pela sua condição. No Brasil, o tema da alimentação e nutrição tem sido abordado com ênfase na influência histórico-estrutural do modelo econômico e social. Castro argumenta que a fome não é um fenômeno natural, mas social, que pode ser combatida por políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, assegurando o direito humano à alimentação adequada (Minayo, 1986).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) busca garantir a cada pessoa o acesso a alimentos adequados em qualidade e quantidade, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas seguras e saudáveis. A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) manifesta-se por meio de indicadores como fome, obesidade e doenças ligadas à alimentação inadequada, assim como práticas prejudiciais de produção alimentar. A ideia de "alimentação autêntica" reforça a importância da sustentabilidade e da soberania alimentar local, vinculando a produção e o consumo alimentares com o engajamento social e político (Castro, 1937, 2001, 1968; Ascofam, 1958).

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, mas voltou em 2020 devido ao agravamento da insegurança alimentar, conforme indicado pela Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE. O Estado tem papel crucial na abordagem desse problema, podendo promover um ambiente para a produção e distribuição de alimentos sustentáveis, por meio de políticas que incentivem empresas e eduquem consumidores. Com ações como regulamentações ambientais e programas de conscientização, o governo pode influenciar positivamente o acesso à alimentação adequada, avançando na construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável.

A FOME NA DISPUTA POLÍTICA: DE FHC A LULA

Para prevenir a exclusão de pessoas da economia, o neoliberalismo implementa estratégias como o "imposto negativo", um subsídio para aqueles que não alcançam um nível financeiro que lhes permita participar da dinâmica econômica, ou seja, consumir. Além disso, essa perspectiva sugere que serviços essenciais, como saúde e educação, e benefícios sociais, devem ser oferecidos gratuitamente apenas a esse grupo. Essa abordagem se desvia de um princípio da democracia moderna, que defende que: "[...] toda a sociedade deve fornecer serviços como saúde e educação a todos os seus membros" (Foucault, 2008, p. 280), criando uma nova divisão entre os assistidos e os não assistidos.

O modelo de imposto negativo também leva em conta a necessidade de motivar os beneficiários a procurar emprego e obter um salário, evitando que o subsídio se torne um modo de vida. Para que o imposto negativo seja eficaz, é necessário um controle rigoroso por parte do governo, uma abordagem que frequentemente é contestada por críticos dos programas assistencialistas. Além disso, há críticas a esse modelo na perspectiva tradicional, que argumentam que a assistência não deve ser oferecida sem uma análise das razões que levam alguém a necessitar dela e sem esforços para mudar essas causas (Foucault, 2008, p. 281).

No Brasil, a partir dos anos 1990, independentemente da orientação política dos governos, tanto de esquerda quanto de direita, diversos auxílios foram criados para atenuar os efeitos da pobreza na população, como Bolsa-Escola, Vale-Gás, Fome Zero, Bolsa Família e Brasil Carinhoso, entre outros. Esses recursos públicos são destinados a uma parte da população para garantir acesso ao que é fundamental para a sobrevivência. No entanto, esses programas são frequentemente criticados pelo uso inadequado do dinheiro pelos beneficiários, que, segundo algumas alegações, gastariam em itens não essenciais. A compra de bens e serviços considerados não vitais é

desaprovada por certos segmentos da sociedade.

Contudo, Foucault (2008) observa que o imposto negativo tem como objetivo apenas aliviar os efeitos da pobreza e manter certa estabilidade social, sem abordar suas causas. Esse recurso é usado para reclassificar os pobres de acordo com as conveniências do jogo econômico, além de reduzir os riscos de violência ou insegurança que a classe média pode sentir diante de um potencial "explosão dos guetos e favelas" (Deleuze, 1992). Além disso, auxilia na promoção de atividades comerciais em áreas economicamente desfavorecidas, sustentando pequenos negócios e os empregos que eles geram o que mantém o mercado em funcionamento.

Uma sociedade estruturada segundo o modelo empresarial do neoliberalismo só pode se desenvolver entre aqueles que superam o mínimo necessário de renda para atender às necessidades básicas. Na zona entre a pobreza e a miséria, há uma população flutuante cuja situação é definida conforme as exigências do jogo econômico. Essa população limítrofe: "[...] constituirá, para uma economia que renunciou ao objetivo do pleno emprego, uma perpétua reserva de mão de obra que se pode utilizar quando necessário, mas que pode ser relegada ao status de assistida, se também necessário" (Foucault, 2008, p. 284).

De um lado, a proposta central de FHC consistia em um esforço que mesclava aspectos desenvolvimentistas e neoliberais, considerando o crescimento econômico como a única forma de erradicar a miséria e a pobreza. Ele se afastou das diretrizes recomendadas pelo Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e utilizou a agricultura em larga escala como estratégia para enfrentar a fome, focando no acesso aos alimentos e mantendo a lógica assistencialista na distribuição (Cardoso, 2008). Por outro lado, mesmo no contexto de sua campanha, Lula preservou uma agenda desenvolvimentista, comprometendo-se a combater as desigualdades sociais e estabelecendo como

meta principal: "[...] combater a pobreza e uma indigência [...] e] acabar com a fome" (Fundação Perseu Abramo, 2023).

Após sua vitória eleitoral, a retórica de Lula, que enfatizava aspectos neoliberais centrados na estabilidade econômica, se alicerçou nas políticas de ajuste fiscal e administrativo da era FHC, que promoviam a redução do papel do Estado. Essa abordagem incluiu a extinção do Consea, a criação do Programa Comunidade Solidária em 1995 e o fechamento do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição em 1997, além da formação de uma área técnica no Ministério da Saúde para tratar do tema. Assim, segundo Pinheiro e Gentil (2023), a área técnica de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde seguiu as diretrizes do governo em relação à segurança alimentar e nutricional. Um exemplo disso é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), um documento técnico que aborda a vigilância alimentar e nutricional, incorporando os conceitos de segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Apesar do discurso de Lula em prol do combate à fome, FHC venceu novamente as eleições em 1998, e observou-se uma integração de abordagens mais amplas para enfrentar a pobreza e a miséria, ligadas aos debates internacionais promovidos pela FAO, embora ainda sem abordar questões cruciais como segurança nutricional e produção de alimentos. Os programas centrados na assistência, como a distribuição de alimentos, foram eliminados e substituídos por iniciativas ligadas à nova política de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), que incluía programas de transferência de renda como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás (Draibe, 2003).

Nesse cenário, as eleições de 2002 foram marcadas pela forte ênfase do Partido dos Trabalhadores (PT) nas questões de fome, pobreza e desigualdade, enquanto o candidato do governo, José Serra, então ministro da Saúde de FHC, não apresentou novas propostas além da manutenção das políticas já

estabelecidas. Assim, ele convocou o povo brasileiro para um mutirão nacional, priorizando o Programa Fome Zero.

Lançado em 2003, o Programa Fome Zero foi uma das principais iniciativas do governo para enfrentar a fome e a pobreza, conectando-se ao debate sobre segurança alimentar e nutricional. O objetivo era garantir o direito a uma alimentação adequada e promover a inclusão social por meio de ações como o Bolsa Família, fortalecimento da agricultura familiar, acesso à água e saneamento básico, entre outras medidas. Essas ações eram voltadas para 44 milhões de pessoas consideradas extremamente pobres, que recebiam menos de um dólar por dia, o que na época correspondia a R\$ 80,00 por mês.

Como um programa de transferência de renda condicionada, o Bolsa Família visa combater a pobreza e a fome, fornecendo suporte financeiro a famílias vulneráveis, desde que atendam a requisitos relacionados à saúde e à educação. Seu foco está em criar uma política intersetorial, interministerial e participativa que envolva toda a sociedade na luta contra a fome, exigindo cooperação e um método de operação alinhado às políticas locais. O programa foi estabelecido de forma institucionalizada, com controle e compartilhamento entre entes federativos, formando uma rede de capilaridade para a concessão de benefícios, cuja continuidade dependia da supervisão do desenvolvimento das crianças por equipes de saúde. Para sustentar essa iniciativa, foi criado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar e garantir acesso a alimentos para aqueles em situação de insegurança alimentar, promovendo a compra de produtos da agricultura familiar e estabelecendo parcerias com governos locais, cooperativas e associações de agricultores (Almeida, 2004).

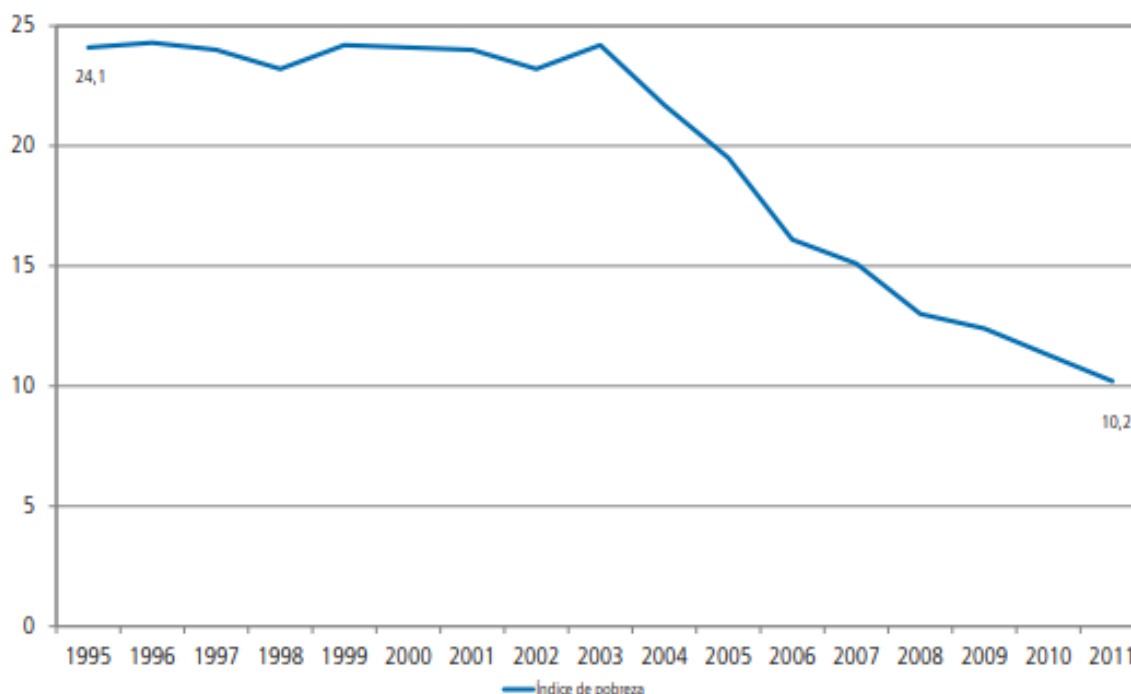
Entretanto, nas II e III Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em 2004 e 2007, o tema da insegurança alimentar grave não foi suficientemente abordado. Essas conferências se concentraram

nas mudanças nos padrões de consumo alimentar e no uso de agrotóxicos e transgênicos na produção, destacando suas consequências para grupos específicos. Em 2005, um balanço do Programa Bolsa Família indicou melhorias na qualidade alimentar, maior controle social e uma abrangência que alcançou 8,7 milhões de famílias (Brasil, 2023b).

Com o avanço das políticas sociais voltadas para o combate à fome, a retórica sobre o tema desapareceu das campanhas presidenciais de 2006 e 2010. O desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional tornou-se a base para a implementação das políticas de combate à fome. A classificação da insegurança alimentar grave, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), passou a ser o foco, considerando a fome como uma percepção de falta de acesso aos alimentos devido à falta de renda. Essa abordagem ofereceu uma nova maneira de analisar indicadores de pobreza e indigência. Além disso, o termo "insegurança alimentar" passou a descrever condições relacionadas à alimentação caseira, como desnutrição, obesidade e qualidade dos alimentos, tornando o assunto mais complexo e abrangente (Brito; Baptista, 2021).

O balanço de oito anos do governo Lula mostra avanços nos setores da economia e da inclusão social. Nos dois mandatos, o PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma de todas as riquezas de um país, cresceu em um ritmo médio anual de 4,0%. O índice é quase o dobro do que foi registrado entre 1981 e 2002 (2,1%). Assim, o Brasil subiu de 12º para 8º no ranking das economias mais poderosas do mundo. De acordo com a Fundação Perseu Abramo (2023), a redistribuição de renda através do Bolsa Família contribuiu com o combate à fome no Brasil. Finaliza seus dois períodos de mandatos com um índice de aprovação popular de 87% no primeiro mandato e 81% no segundo. Este índice contribuiu para a eleição de sua sucessora, a presidenta Dilma Rousseff.

Gráfico 1 – Evolução do índice de pobreza no Brasil no período de 1995 a 2011. Em %



As políticas públicas adotadas durante o governo Lula entre 2003 e 2010, sob a perspectiva de uma governamentalidade (Foucault, 1978) desenvolvimentista focada na segurança alimentar e nutricional, marcaram a consolidação de uma organização biopolítica disciplinar nesse campo no Brasil. Em termos de bem-estar social e desenvolvimento econômico, houve um aumento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento industrial, melhoria na distribuição de renda, aumento das exportações e diminuição da vulnerabilidade externa, fatores que contribuíram para o sucesso eleitoral. A população demonstrou entusiasmo com o aumento do consumo interno, que resultou no maior avanço do PIB em duas décadas, com um crescimento econômico de 7,5% mesmo durante a crise global. Esses elementos foram cruciais para que Dilma Rousseff se tornasse a sucessora natural de Lula nas eleições de 2010.

Durante seu primeiro mandato, até 2014, iniciou-se uma nova abordagem desenvolvimentista voltada para o combate às desigualdades sociais. Dando continuidade ao trabalho iniciado por Lula, em 2013 foi criado o Plano Brasil sem Miséria, focando na superação da extrema pobreza, com ações de transferência de renda e acesso a serviços públicos como educação, saúde, assistência social, energia elétrica e saneamento, além da promoção da produção.

Isso refletiu uma mudança na retórica política de um período de melhoria nos indicadores sociais, acompanhando uma abordagem que já havia sido adotada desde o início do governo Lula. Segundo Brito e Baptista (2021), a escolha de uma retórica otimista para enfrentar a fome em 2014 representou um desafio importante, especialmente em meio a uma nova competição eleitoral. Contudo, a estratégia de evitar a continuidade da fome também teve repercussões significativas tanto para a população quanto para a própria institucionalidade da política de segurança alimentar e nutricional.

**A FOME SAI DO DEBATE POLÍTICO:
GOVERNO DILMA-TEMER**

Durante o governo de Michel Temer, não houve uma ênfase específica no combate à fome, mas continuaram alguns programas sociais e de transferência de renda, como o Bolsa Família, que visavam essa questão. É importante destacar que a gestão de Temer foi marcada por medidas de austeridade fiscal e cortes em vários setores, o que afetou diretamente os esforços para enfrentar a fome e a pobreza. Além disso, seu mandato viu um aumento significativo no desemprego e uma queda na renda média da população, impactando a segurança alimentar das famílias atendidas.

É evidente que, com a posse de Temer, o governo adotou uma postura neoliberal, com pouca atenção para os sérios problemas sociais do país. A direita conservadora brasileira fortalece sua ideologia neoliberal, desmantelando as conquistas sociais alcançadas nas últimas décadas. O que deveria ser um projeto contínuo de combate à fome se torna reduzido, limitado e reprimido. Sob o pretexto enganoso de que as políticas inclusivas contribuíam para o descontrole da dívida pública, implementou-se o projeto neoliberal desejado pela elite dominante (Arruda, 2016).

Desde o início, a administração de Michel Temer se alinhou aos princípios neoliberais, adotando medidas que deveriam ajudar a salvar a economia, mas que acabaram resultando em consequências desfavoráveis para o bem-estar da população. Um exemplo disso é a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instaurou um novo regime fiscal, congelando os gastos públicos por 20 anos. Enquanto instituições multilaterais haviam evitado esse tipo de abordagem, sua persistência levou a um aumento significativo do desemprego, da fome e das desigualdades sociais, sem promover qualquer avanço na economia nacional. A luta contra a fome nos governos de Temer e Bolsonaro se concentrou na destruição do espaço público e da condição humana, em vez de adotar uma concepção de política como a entendida por Hannah Arendt (2016).

BIOPOLITICA E NECROPODER NA VOLTA DA FOME NO BRASIL: GOVERNO BOLSONARO

No contexto político pós-impeachment, observa-se uma tentativa da esquerda brasileira de retomar o poder. No entanto, essa iniciativa é obstruída quando, durante a campanha eleitoral de 2018, o então juiz Sérgio Moro ordena a prisão do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da operação Lava Jato. Na corrida pela presidência, Lula era visto como o único capaz de derrotar Jair Bolsonaro, representante do projeto neoliberal conservador ligado à extrema-direita. Assim, a ascensão de Bolsonaro ocorreu em um cenário marcado pelo crescimento de movimentos conservadores e pelo ódio político direcionado às pautas progressistas, especialmente contra o PT (Amaral, 2022).

O governo Bolsonaro, iniciado em 2019, trouxe grandes transformações nas políticas de segurança alimentar e combate à fome no Brasil. Logo em seu início, extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e enfraqueceu programas essenciais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, houve cortes nos recursos destinados à assistência social e no Bolsa Família, e o desmonte de políticas e órgãos que sustentavam o direito à alimentação adequada comprometeu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), rompendo o diálogo com a sociedade civil. Em resposta, diversos movimentos sociais e organizações civis protestaram contra as decisões do governo, destacando o aumento da fome e as ameaças à segurança alimentar no país (Santarelli; et al., 2019).

A situação se agravou com a pandemia de Covid-19, que trouxe uma crise sanitária e econômica global, expondo ainda mais as desigualdades sociais no Brasil. A postura negacionista do governo Bolsonaro, incluindo o desprezo pelas orientações da OMS e dos especialistas em saúde, agravou as condições de vida dos brasileiros, resultando em um aumento significativo da insegurança alimentar.

Em 2020, pesquisas revelaram que 59% dos domicílios enfrentavam insegurança alimentar e que 15% sofriam com a falta diária de alimentos. Paralelamente, o aumento do desemprego e a inflação dos alimentos em 2021 deixaram a população mais vulnerável, somando-se ao desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar e ao fechamento dos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), impactando o preço e o acesso aos alimentos (Costa, Rizzotto, Lobato, 2021).

Ao enfraquecer políticas sociais e priorizar interesses do agronegócio e do mercado, o governo Bolsonaro implementou uma forma de biopolítica e necropolítica, conceitos descritos por pensadores como Foucault (2000) e Mbembe (2018). O desprezo pela vida de parcelas da população, a normalização da morte, e a priorização da economia sobre a segurança alimentar evidenciam uma postura onde o Estado exerce controle social e decide quem merece viver em condições dignas. A combinação dessas políticas resultou na exclusão de grupos vulneráveis e no aumento da mortalidade durante a pandemia, refletindo uma política que sacrifica vidas em prol do lucro, transformando a gestão pública em um regime de desigualdade e opressão estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que o desmonte das políticas de combate à fome durante os governos Temer e Bolsonaro ilustra uma prática de necropolítica, ao permitir que populações vulneráveis fossem expostas a condições de extrema insegurança alimentar. As decisões políticas favorecem o mercado e o agronegócio

em detrimento da vida das pessoas mais afetadas pela fome, desvelando a biopolítica de controle populacional implementada nos últimos anos.

A persistência e agravamento da fome levantam questões éticas e morais sobre as políticas adotadas, levando à reflexão sobre uma possível gramática moral do capitalismo, como sugere Jessé de Souza. O conceito de *ralé* brasileira destaca a exclusão social e econômica de determinados grupos, gerando questionamentos sobre as origens e a continuidade dessa realidade. A pandemia da Covid-19 não trouxe mudanças significativas nesse contexto, mas evidenciou a negligência do governo liberal em enfrentar a doença, a fome e a insegurança alimentar. Vale ressaltar que a Covid-19 foi identificada no Brasil em abril de 2020, mas os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 já indicavam o retorno da fome no país. Dois anos antes da pandemia, o Brasil, que havia saído do Mapa da Fome em 2014, seguia na direção oposta nessa questão.

As administrações que sucederam o Partido dos Trabalhadores não cumpriram a agenda de combate à fome. Observamos que a implementação prática da proposta neoliberal torna inviáveis os objetivos declarados de desenvolvimento dos Estados e de promoção de uma competição justa entre eles, que levaria a uma economia mais eficiente. Isso acontece porque esses Estados se inserem na economia global em diferentes estágios de desenvolvimento, e a adoção de princípios neoliberais perpetua essa desigualdade, demonstrando uma transição de um ambiente regulatório biopolítico, para a adoção de uma necropolítica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. A política social no governo Lula. **Novos Estudos**; 70:7-17, 2004.

AMARAL, M. E. P. O discurso doente: Bolsonaro e a Covid-19. In SILVA, M. G.; MOURA, E. A. F.; PARDINI, P. (orgs) **Ecopolítica, necropolítica e resistências em tempo de pandemia** [livro eletrônico]. Ananindeua: Cabana, 2022. p. 358-376.

ARENDT, H. . **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARRUDA, P. F. Ponte para o futuro: uma avaliação das propostas políticas do governo Temer. RESENDE, P. E. R.; ANGELO, V. A. (orgs). **A crise política brasileira em perspectiva**. Coleção Debate Social. V. 3. Florianópolis: Insular. 2016. p. 155 - 172.

ASCOFAM. Secretaria Geral, Seção Brasileira (org.). **O drama universal da fome**: depoimentos. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958. CARRASCO, Lorenzo (org.).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Informe no. 27 de 23 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%2027.pdf . Acesso em set. de 2023b.

BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cad. Saúde Pública**. 37(10), 2021.

CASTRO, J. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Rio de Janeiro: Globo, 1937.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, J. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. V. C. Fome, desemprego, corrupção e mortes evitáveis: faces da necropolítica. **Saúde Debate**. V. 45, N. 130, p. 555-562, 2021.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DRAIBE S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**.15:63-103. 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programa de governo 2002**. Disponível no site: <https://fpabramo.org.br/csbnh/programas-de-governo/>. Acessado em 01 de julho de 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2010a. v. 3.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. S. **Raízes da fome no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes Editora;1986.

PINHEIRO, A. R. O, GENTIL, P. C. **A Iniciativa de Incentivo ao consumo de Frutas, Verduras e Legumes (F, L&V)**: uma estratégia para abordagem intersetorial no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA - Brasil). Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos.php>. Acessado em 10 de agosto de 2023.

SANTARELLI, M.; DAVID, G.; BURITY, V.; ROCHA, N. C. **Informe Dhana 2019**: autoritarismo, negação de direitos e fome. Brasília: FIAN Brasil; 2019.

ENTRE THEORIA E PRAXIS: A SUPERAÇÃO DA CRISE SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DA ONTOLOGIA SOCIAL DE SCHELLING¹

Guilherme de Sá Nunes

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO

O presente estudo parte da análise contemporânea proposta por Nancy Fraser e Rahel Jaeggi sobre a interconexão das múltiplas crises que caracterizam o capitalismo atual. Ambas argumentam que a convergência das crises econômica, social, política e ecológica não é meramente fortuita, mas indicativa da natureza autodestrutiva inerente ao *modus vivendi* das sociedades ocidentais contemporâneas. Ancorado neste diagnóstico, este trabalho propõe-se a mobilizar conceitos filosóficos oriundos do idealismo pós-kantiano como ferramenta para repensar a relação entre o contexto social e o substrato biológico no qual ele se insere. Busca-se, assim, estabelecer um diálogo entre a crítica sociológica atual e o arcabouço conceitual do idealismo alemão, visando uma compreensão mais profunda e multifacetada das crises sistêmicas que enfrentamos. Em meio ao contexto de múltiplas crises que caracterizam a contemporaneidade, este trabalho postula que a superação deste sistema social caótico e, em particular, a crise ecológica de escala global, requer mais do que meras inovações tecnológicas. Propõe-se que são necessárias transformações culturais profundas, visando uma compreensão mais acurada da natureza humana, de nossa posição cósmica e da dialética entre o individual e o universal, bem como entre o sujeito e seu contexto social mais amplo. Para abordar esta problemática, o estudo recorre às ontologias sociais desenvolvidas no âmbito do idealismo absoluto. Dado que Hegel tem sido objeto de estudos mais extensivos em escala global, este trabalho foca-se primordialmente em Schelling, cuja obra não recebeu atenção acadêmica equivalente. Argumenta-se que a perspectiva teórica do sistema filosófico deste último oferece contribuições significativas para a reconsideração das relações sujeito-objeto e homem-natureza. Através de uma análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias, argumenta-se que o idealismo transcendental de Schelling promove uma reconexão entre os domínios da liberdade e da natureza, anteriormente dissociados pela perspectiva kantiana. Propõe-se que a principal contribuição desta abordagem reside na possibilidade de repensar nossa auto-relação, identidade e propósito existencial. Na concepção de Schelling, cada ser individual é compreendido como uma diferenciação qualitativa da identidade absoluta. Embora cada entidade possua características distintivas que a singularizam, todas estão intrinsecamente conectadas à unidade subjacente do Absoluto. Assim, tanto os seres humanos quanto o que denominamos "natureza" são concebidos como fragmentos de uma mesma ordem universal. Ademais, argumenta-se que a mudança de perspectiva inaugurada por Schelling oferece um arcabouço teórico valioso para repensar não apenas nossa relação com a natureza, mas também as interações sociais e as instituições modernas. Esta abordagem proporciona uma nova lente através da qual podemos examinar e potencialmente reformular as estruturas fundamentais da sociedade contemporânea, como o mercado e o Estado. Ao reconhecer a interconexão fundamental entre todos os aspectos da realidade, a filosofia de Schelling nos convida a reconsiderar as bases sobre as quais construímos nossas instituições sociais, potencialmente abrindo caminhos para modelos mais integrados e sustentáveis de organização social e política.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001."This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES)-Finance Code 001

A contemporaneidade é marcada por uma convergência de crises que desafiam os fundamentos das sociedades ocidentais. Como apontado por Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, as crises econômica, social, política e ecológica que enfrentamos não são meros eventos isolados, mas sintomas interconectados de uma disfunção sistêmica profunda. (Fraser; Jaeggi, 2020). Esta constatação nos convida a uma reflexão crítica sobre as bases filosóficas e ontológicas que sustentam nossa organização social e nossa relação com o mundo natural.

Neste contexto, o presente artigo propõe um diálogo entre a crítica sociológica contemporânea e o arcabouço conceitual do idealismo alemão, com foco particular na obra de Friedrich Wilhelm Joseph Schelling. O estudo busca explorar como as ideias desenvolvidas no âmbito do idealismo pós-kantiano podem oferecer novas perspectivas para compreender e, potencialmente, superar as crises sistêmicas que caracterizam o capitalismo atual.

A escolha de Schelling como foco principal deste trabalho não é fortuita. Enquanto a obra de Hegel tem sido objeto de extensiva análise acadêmica global, o pensamento de Schelling permanece relativamente inexplorado, especialmente no que tange às suas possíveis contribuições para o pensamento social e ecológico contemporâneo. Este artigo argumenta que o idealismo transcendental de Schelling, com sua reconciliação entre os domínios da liberdade e da natureza, oferece um arcabouço teórico valioso para repensar não apenas nossa relação com o mundo natural, mas também nossas interações sociais e as estruturas fundamentais de nossas instituições modernas.

Ao longo deste estudo, exploraremos como a ontologia social de Schelling, que concebe cada ser individual como uma diferenciação qualitativa de uma identidade absoluta, pode

nos ajudar a reformular nossa compreensão da relação sujeito-objeto e homem-natureza. Argumentaremos que esta perspectiva filosófica oferece uma base conceitual para repensar nossa auto-relação, identidade e propósito existencial, bem como para reimaginar as estruturas sociais e políticas que moldam nossa realidade coletiva.

Este artigo se propõe, portanto, a estabelecer uma ponte entre a *theoria* do idealismo alemão e a *praxis* necessária para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. Ao fazê-lo, buscamos contribuir para um diálogo interdisciplinar que possa informar não apenas o pensamento acadêmico, mas também as transformações culturais e institucionais necessárias para a construção de um futuro mais sustentável e integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta investigação sobre a potencial contribuição da ontologia social de Schelling para a compreensão e superação das crises socioambientais contemporâneas, emergem algumas considerações fundamentais. O diálogo estabelecido entre a crítica sociológica atual, representada por pensadoras como Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, e o arcabouço conceitual do idealismo alemão, particularmente o de Schelling, revela-se fecundo em possibilidades teóricas e práticas.

A perspectiva schellinguiana, ao reconciliar os domínios da liberdade e da natureza, oferece uma base filosófica robusta para repensar as dicotomias que têm caracterizado o pensamento ocidental moderno. A concepção de cada ser individual como uma diferenciação qualitativa de uma identidade absoluta proporciona um novo paradigma para compreender nossa relação

com o mundo natural e com nossas próprias estruturas sociais.

Esta abordagem holística e integrativa tem implicações profundas para nossa auto-compreensão enquanto seres humanos e para nossa concepção do lugar que ocupamos no cosmos. Ao reconhecer a interconexão fundamental entre todos os aspectos da realidade, somos convidados a reconsiderar não apenas nossa relação com a natureza, mas também as bases sobre as quais construímos nossas instituições sociais e políticas.

A ontologia social de Schelling, ao oferecer uma nova lente através da qual podemos examinar as estruturas fundamentais da sociedade contemporânea, abre caminhos para a reimaginação de modelos mais integrados e sustentáveis de organização social. Esta perspectiva filosófica nos convida a transcender as abordagens meramente tecnológicas para a resolução de crises e a buscar transformações culturais mais profundas.

Contudo, é importante reconhecer que a transposição destes conceitos filosóficos para a prática social e política representa um desafio considerável. A implementação de mudanças baseadas nesta visão de mundo requer não apenas uma reorientação teórica, mas também um engajamento ativo com as realidades sociais, econômicas e políticas existentes.

Este estudo, portanto, não se propõe a oferecer soluções definitivas, mas sim a abrir novos horizontes de pensamento e ação. Ao trazer à

tona a relevância contemporânea do pensamento de Schelling, buscamos contribuir para um diálogo interdisciplinar que possa informar tanto o pensamento acadêmico quanto as práticas sociais e políticas.

Futuros estudos poderiam explorar mais detalhadamente as implicações práticas desta abordagem filosófica, investigando como os insights derivados da ontologia social de Schelling poderiam ser traduzidos em políticas públicas, práticas organizacionais e movimentos sociais concretos. Além disso, um exame mais aprofundado das possíveis convergências entre o pensamento de Schelling e as teorias sociais e ecológicas contemporâneas poderia revelar novos caminhos para a integração entre filosofia, ciências sociais e estudos ambientais.

Em última análise, este trabalho argumenta que a superação das múltiplas crises que caracterizam nossa época requer mais do que soluções técnicas isoladas. Necessitamos de uma transformação profunda em nossa compreensão do mundo e de nosso lugar nele. A ontologia social de Schelling, com sua visão integrativa e holística, oferece um ponto de partida valioso para esta necessária reconceitualização de nossa realidade social e natural. Ao nos convidar a reconhecer a unidade subjacente à aparente multiplicidade do mundo, ela nos desafia a reimaginar nossas relações, nossas instituições e nosso próprio ser-no-mundo de maneiras que possam contribuir para um futuro mais sustentável e harmonioso.

REFERÊNCIAS

BERLIN, I. **As raízes do Romantismo**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Fósforo, 2022.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo**. Tradução Álvaro Cabral. Campinas: UNICAMP, 1992.

COPLESTON, F. **Uma história da filosofia**: do iluminismo francês a Nietzsche. V.3. Tradução de Eduardo Levy et al. Campinas: Vide Editorial, 2022.

- DUDLEY, W. **Idealismo alemão**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FICHTE, J. G. **Foundations of natural right**. Edited by Frederick Neuhouser; translated by Michael Baur. Cambridge University Press, 2000.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- HEGEL, G. W. F. **Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling**. Tradução de Carlos Morujão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 2003.
- HEGEL, G. W. F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito**: direito natural e ciência do Estado no seu traço fundamental. Tradução de Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.
- SHELLING, F. W. J. **Sobre a forma da filosofia e sobre o eu**. Tradução e comentário de Caio Heleno da Costa Pereira; revisão técnica Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2021.
- SHELLING, F. W. J. **System of transcendental idealism** (1800). Tradução de Peter Heath; introdução de Michael Vater. Charlottesville: University Press of Virginia, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A FORMAÇÃO DE SUJEITOS ECOLÓGICOS: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mayara Piassi Gaburro

Mestranda em Sociologia Política, Universidade Vila Velha

Marcelo de Souza Marques

Doutor, Professor da Universidade Vila Velha

RESUMO

A questão socioambiental, um fenômeno de dimensões socioambientais e político-econômicas, entrou na agenda política com a virada ambientalista da segunda metade do século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais dos anos 1960, especialmente nos EUA e na Europa, gradativamente a temática se tornou um dos principais pontos do debate internacional sobre o futuro da humanidade. Especificamente sobre a Educação Ambiental (EA), tema desta pesquisa, é preciso destacar que, inicialmente, ela se referia à conscientização sobre a finitude e a necessidade de mudanças na distribuição dos recursos naturais. Somente no início dos anos 1970 que a EA se configurou como “proposta educativa em um sentido forte” (CARVALHO, 2012, p. 52). Pensando a EA na educação formal e a partir de sua potência crítico reflexiva, objetivamos desenvolver uma Pesquisa de Intervenção Pedagógica pautada na Educação Ambiental Crítica (EAC), visando promover a conscientização ecológica e a formação de sujeitos ecológicos. Tendo como método a Pesquisa Intervenção (DAMIANI et al., 2013), pensada a partir dos campos sociológico e educacional, a presente pesquisa visa mudanças no processo de ensino aprendizagem a partir de um estudo de caso em uma escola da Rede Pública Estadual do Espírito Santo. Uma Pesquisa Intervenção, que pode ser inicialmente definida como “uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socio analítico” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 66), visa ampliar as bases teóricas e metodologias das pesquisas participativas e, conseqüentemente, aprofundar a “conscientização, conhecimento, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos” (REIGOTA, 1998, p. 30). Nesse sentido, além da revisão de literatura, a pesquisa consiste na elaboração de uma sequência didática baseada em metodologias ativas, como projetos e ações na comunidade. O referencial teórico desta pesquisa sobre a Educação Ambiental Crítica (EAC) e a formação de sujeitos ecológicos nas escolas fundamenta-se na articulação de conceitos desenvolvidos por autores como Marcos Reigota, Pedro Jacobi e Martha Tristão, que discutem a relevância da educação ambiental no contexto escolar para a promoção de cidadania ecológica e sustentabilidade. Esses autores se debruçam sobre a necessidade de um ensino que vá além da transmissão de informações sobre o meio ambiente, propondo uma abordagem crítica e reflexiva, que permita aos educandos compreenderem as relações socioambientais em sua complexidade e desenvolverem atitudes e valores orientados para a ação cidadã. A linha de pesquisa busca entender a articulação entre práticas educativas e transformações sociais, investigando como a Educação Ambiental pode ser uma ferramenta para a construção de uma consciência crítica em relação aos desafios ecológicos.

INTRODUÇÃO

O meio ambiente é o ponto para o qual haverá a maior convergência de demandas no futuro. Isso porque, como destaca Werner Zulauf (2000), já podemos prever que a biodiversidade tende a ser reduzida, que a qualidade da água se encontrará ainda mais ameaçada, bem como, o clima, que já sofre os efeitos do aquecimento global, tende a se transformar ainda mais nas próximas décadas se nada for feito para reverter os padrões de exploração, desenvolvimento industrial e a consequente a emissão de poluentes. Esses e tantos outros problemas socioambientais informam a urgência em se (re)pensar ações que promovam o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade em longo prazo, o que necessariamente perpassará por ações que fomentem uma conscientização ecológica.

O ponto de partida para isso, como destaca Marcos Reigota (2009, p. 19), é a compreensão de que os “problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções”, as quais, prossegue o autor, “não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs”. Isso não significa que a questão socioambiental não deva estar na agenda política de governos nacionais e organismos internacionais. O que Reigota está a argumentar é que as soluções para os problemas, que estão diretamente correlacionados ao cotidiano das pessoas, não podem ser percebidos como algo limitado à esfera institucional ou econômica. Isso nos indica que qualquer projeção de mudança do atual quadro em que nos encontramos necessariamente envolverá uma reflexão sobre a promoção de uma consciência ecologicamente orientada dos sujeitos, como parte do seu roteiro de ação social.

Compreendemos que a Educação Ambiental (AE) possa desempenhar papéis fundamentais nesse sentido, sobretudo, quando considerando o seu potencial de formação de uma “atitude ecológica”. Essa atitude, como destaca Isabel Carvalho (2012, p. 179), surge da formação de uma identidade construída a partir da “adoção de um sistema de crenças, valores e sensibilidades éticas e estéticas orientado segundo os ideais de vida de um sujeito ecológico”. Como discutiremos ao longo do primeiro capítulo, esse sujeito ecológico é um sujeito crítico, capaz de refletir sobre si-no-mundo e de agir sobre ele. Do ponto de vista ecológico, esse sujeito compreende a questão ambiental a partir da relação sociedade-meio ambiente, o que nos leva a discutir o tema em termos socioambientais e não puramente como “problema ambiental”, tampouco considerando o meio ambiente como sinônimo de natureza (REIGOTA, 2008).

A partir desse pressuposto voltado à formação de um sujeito da ação, encontramos na EA uma possibilidade de fomentar uma consciência ecológica, especialmente quando estamos a considerar que esta pode se constituir em um conjunto ações pedagógicas crítico-reflexivas voltadas à “conscientização, conhecimento, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos” (Reigota, 1998, p. 30). Assim concebida, podemos falar em uma Educação Ambiental Crítica (EAC). Em uma definição mais ampla, EAC pode ser concebida como uma prática pedagógica que busca sensibilizar, informar e formar indivíduos e comunidades em relação às questões socioambientais. Sua dimensão crítica se encontra na busca por rupturas com abordagens naturalista-conservacionistas, limitadas à sensibilização ambiental e a uma visão essencialista do fenômeno ambiental reduzida à “natureza”. Como contraponto a essa abordagem, a EAC se orienta pela formação de sujeitos ecologicamente orientados e pela

compreensão da questão ambiental a partir da consideração das relações sociais e as práticas dos sujeitos com o ambiente, reconhecendo, dessa forma, a mútua interação e co-pertença entre sociedade e meio ambiente (Carvalho, 2012).

A partir desse pressuposto epistemológico, a EAC busca promover uma compreensão crítica das relações entre sujeitos e o ambiente, incentivando a reflexão sobre questões sociais, políticas e econômicas que atravessam e constituem o fenômeno ambiental na contemporaneidade. Ao desafiar dicotomias entre natureza e sociedade, informando um olhar socioambiental, essa perspectiva de educação ambiental visa formar sujeitos capazes de agir de maneira transformadora na construção de uma sociedade sustentável, integrando valores ecológicos a uma visão mais ampla e complexa do meio ambiente (Tozoni-Reis, 2008; Carvalho, 2005; 2012; 2013; Carmo; Kiouranis; Magalhães Jr., 2021).

Pautada nessa abordagem educativo-ambiental, a finalidade da presente pesquisa é desenvolver uma Intervenção Pedagógica (IP) junto aos estudantes do Ensino Médio no município de Vargem Alta. A escolha desta localidade se fundamenta em dois fatores essenciais: minha experiência como professora na escola ao longo de vários anos e o despertar do interesse pela temática durante uma aula eletiva que envolvia o projeto de reciclagem do óleo de cozinha, transformando-o em sabão.

Esse projeto me abriu os olhos para a escassez de conhecimento ambiental crítico entre os alunos. Analisando mais profundamente as práticas realizadas na escola, percebi que poucas estão voltadas para o contexto ambiental. Além disso, aquelas que existem, além de não despertam muito interesse entre os alunos, tratam de assuntos básicos e repetitivos por meio de abordagens naturalista-conservacionistas, como o Dia da Árvore.

É crucial reconhecer que esses temas se tornaram rotineiros e a sua aplicação muitas vezes é realizada de forma superficial. Com a falta de ações efetivas e críticas no tocante ao contexto socioambiental, a dificuldade dos alunos com relação a temática ambiental vem se fazendo perceptível até mesmo em assuntos básicos. Para além do desempenho escolar, a falta desse conhecimento se torna ainda mais preocupante considerando a própria realidade dos educandos: em sua maioria, são filhos de agricultores; em um contexto em que a agricultura familiar é a principal atividade econômica. Esses jovens trazem consigo, portanto, os costumes familiares, muitos dos quais reproduzem práticas ecologicamente incorretas, como o descarte inadequado de recipientes que contêm agrotóxicos e o uso indiscriminado e inadequado desses produtos. Tais atitudes, muitas vezes, são resultado da falta de conhecimento das pessoas que lidam com esses materiais.

Uma intervenção, em ambiente educacional, consiste em um conjunto de ações didático-pedagógicas planejadas cujo objetivo consiste em promover mudanças no curso do processo de ensino-aprendizagem que se mostra limitante (Damiani, 2012; Damiani et al., 2013). Vale destacar que as intervenções podem ser estruturadas por meio de uma orientação verticalizada, quando as decisões e mecanismos são mais impositivos e centrados em um ou poucos sujeitos, normalmente professores e equipe pedagógica, ou, ao contrário, de forma horizontalizada, contando com uma participação mais ativa de todos os envolvidos no contexto de ação (educador, educandos e equipe pedagógica).

Assumindo a segunda orientação, uma Pesquisa-Intervenção pode ser inicialmente definida como “uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 66).

Ainda segundo as autoras, ao propor uma “intervenção de ordem micropolítica na experiência social”, a Pesquisa-Intervenção “aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política” (Rocha; Aguiar, 2003, p. 67). Esse tipo de método, portanto, necessariamente toma como ponto de partida a realidade observada, o que exige um diagnóstico sobre a “situação-problema”.

Esse primeiro ponto do método da Pesquisa-Intervenção, quando formulado por meio de uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica, informa a necessidade de um Diagnóstico de Percepção Ambiental que tenha como elemento fundante a compreensão e consideração das diferentes representações sociais sobre os temas em pauta. Isso porque, como destaca Reigota (2008, p. 12), “além de identificar as representações sociais iniciais”, considerando todas como igualmente relevantes na construção de um consenso mínimo necessário ao posterior desenvolvimento de ações conjuntas e colaborativas, “procura desconstruir representações equivocadas e reconstruir outras, que sejam mais bem elaboradas e menos ingênuas sobre os problemas ambientais locais e/ou globais”. O segundo ponto do método consiste em um retorno à realidade dos sujeitos por meio de um exercício reflexivo, o que exige o esforço de compreensão da situação-problema como um problema que requer intervenção, e analítico, que indica a reflexão do problema por meio da reflexão teórica (vínculo estruturante entre teoria e prática). O objetivo, ao final, é a elaboração do pensamento crítico-reflexivo dos sujeitos sobre a superação, resolução e/ou modificação da situação inicial (situação-problema).

Como um processo (diagnóstico, implementação e avaliação), Damiani et al. (2013, p. 55) destacam que esse método,

pensado a partir do campo pedagógico, deve envolver “planejamento e implementação de uma interferência e a avaliação dos seus efeitos”, sendo que os “dois componentes principais a serem descritos correspondem ao método de intervenção (método de ensino) e o método de avaliação da intervenção (método de pesquisa propriamente dito)”. Cumpre destacar que essas interferências “são planejadas e implementadas com base em um determinado referencial teórico”, tendo por objetivo:

[...] promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos. Para que a produção de conhecimento ocorra, no entanto, é necessário que se efetivem avaliações rigorosas e sistemáticas dessas interferências (Damiani, 2012, p. 3).

Sobre a avaliação, esta pode ser pensada como uma atividade final ou de forma continuada. Seguindo a segunda opção, a Intervenção Pedagógica a ser desenvolvida contará com devolutivas sequenciadas, isto é, ocorrerão momentos em que o pesquisador/professor apresentará os resultados e os discutirá com os participantes, considerando a possibilidade de ajustes do processo em curso devido a um problema não previsto ou a eventos socioambientais que possam ocorrer no contexto local ou global durante o curso da intervenção:

Os encontros de devolução dos dados, para informar os resultados da análise aos participantes, são cuidadosamente planejados de forma a propiciar uma condição favorável de comunicação aos participantes. Esse modo de agir acabou por inspirar a elaboração de novos procedimentos de intervenção indicando um movimento de influência da pesquisa na intervenção. Observou-se que o momento de devolução tem se constituído numa oportunidade de reflexão para todos os envolvidos, pesquisadores e participantes. Tais procedimentos contribuíram também para a

elaboração de uma proposta reflexiva de procedimento de coleta de dados, em especial, a entrevista reflexiva (Szymanski, 2002; Szymanski; Cury, 2004, p. 362-363).

O ponto destacado por Szymanski e Cury (2004) é que a Pesquisa-Intervenção não deve se restringir à coleta de dados, e as devolutivas não devem ser meramente vistas como um momento em que os pesquisadores apresentam os resultados aos participantes da pesquisa. Em vez disso, as devolutivas devem ser encaradas como oportunidades de reflexão para todos os envolvidos, tanto pesquisadores quanto participantes, com o objetivo de melhorar tanto os procedimentos da pesquisa-intervenção quanto promover uma reflexão crítica sobre os temas abordados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da revisão crítica de literatura e das primeiras impressões junto aos educandos – a pesquisa encontra-se em andamento –, têm revelado a importância de integrar práticas pedagógicas participativas para a promoção da Educação Ambiental Crítica. Em uma definição mais ampla, EAC pode ser concebida como uma prática pedagógica que busca sensibilizar, informar e formar indivíduos e comunidades em relação às questões socioambientais. Sua dimensão crítica se encontra na busca por rupturas com abordagens naturalista-conservacionistas, limitadas à sensibilização ambiental e a uma visão essencialista do fenômeno ambiental reduzida à “natureza”. Neste momento da pesquisa, temos percebido a potencialidade de práticas educacionais na valorização da educação ambiental e sua importância para o meio socioeducacional, considerando que a EAC tem potencial para contribuir com o desenvolvimento de uma “cidadania ambiental” e de “sujeitos ecológicos” (Reigota, 1998; 2009; Carvalho, 2012).

REFERÊNCIAS

- DAMIANI, M. F. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <<http://endipe.pro.br/ebooks-2012/2345b.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- DAMIANI, M. F.; ROCHEFORT, R. S.; CASTRO, R. F.; DARIZ, M. R.; PINHEIRO, S. S. Discutindo pesquisas de tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, pp. 57-67, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/3822>>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- CARMO, T.; KIOURANIS, N. M. M.; MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. de O. Educação Ambiental: um panorama da trajetória, conceitos e abordagens desta vertente educacional. In: GOMES, C. L.; MOSER, A. S.; CAMPOS, M. A. (Orgs.). **Educação ambiental no contexto de crises**: múltiplas interfaces. Tutóia: Diálogos, 2021, p. 87-106.
- CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.) **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005, p. 01-16.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, I. C. M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, M.; PAIVA, I. (Orgs.). **Práticas coletivas na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 115-124.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARQUES, L.; BOCUHY, C. Estudos mostram que o aquecimento global pode estar subestimado. **Le Mond Diplomatique**, ano 16, n. 198, 18 de abril de 2023. Disponível em: https://diplomatique.org.br/estudos-mostram-que-o-aquecimento-global-pode-estar-subestimado/#_ednref1. Acesso em 04 jan. 2024.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.17, n. 3, p. 18-25. 2005. p. 18-25. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822005000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 3 mar. 2024.

REIGOTA, M. Desafios à Educação Ambiental Escolar. In: CASCINO, Fabio; OLIVEIRA, José F.; JACOBI, Pedro. **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. Reflexões e Experiências. São Paulo: Secretaria de Estado de Meio Ambiente/CEAM, 1998, p. 30-36. Disponível em: <https://repositorio.cetesb.sp.gov.br/server/api/core/bitstreams/92520fca-1829-4ad8-8602-9f8c45d5ffa4/content>. Acesso em: 06 jan. 2024.

REIGOTA, M. **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a Produção de Novas Análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, pp.64-73, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Pesquisa-ação em Educação Ambiental. Pesquisa em **Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, pp. 155-169, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol3.n1.p155-169>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ZULAUF, W. E. O meio ambiente e o futuro. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 39, p. 85-100. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000200009>. Acesso em 05 jan. 2024

SOCIEDADE E DEMOCRACIA EM PERIGO

Marcelo Rezende Meirelles

Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha

RESUMO

O artigo examina os desafios enfrentados pela sociedade civil na contemporaneidade para preservar a integridade democrática diante da proliferação de fake news e desinformação. O objetivo principal é investigar como a desinformação afeta a sociedade civil, analisando suas consequências para a liberdade de expressão, o espaço público e o debate democrático. Para isso, adota-se uma metodologia de revisão bibliográfica, seguindo autores como Gil (2002) e Minayo (2009), para explorar o impacto das plataformas digitais na comunicação pública e na formação da opinião, considerando abordagens de teóricos como Habermas (1984), que valoriza uma esfera pública crítica, e Sunstein (2021), que defende a contenção de conteúdos manipuladores para proteger a integridade democrática. Marques (2023) aborda conceito de sociedade civil e organizações. A análise inclui a "política de plataformas" descrita por Cesarino (2021), que mostra como algoritmos favorecem conteúdos polarizadores, prejudicando a capacidade de cidadãos participarem do espaço público de forma ativa e informada. A pesquisa também se apoia no conceito de "superávit comportamental" de Zuboff (2020), que destaca o uso de dados pessoais para lucro, comprometendo a autonomia do cidadão. Nesse contexto, Rosa et al. (2021) argumentam que essas plataformas transformaram as interações digitais em "fatos sociais totais," impactando profundamente as formas de comunicação e participação cívica. Obras como de Tufekci (2017) e Miskolci (2016) ampliam a discussão sobre as "bolhas sociais," que limitam o acesso a perspectivas divergentes, alimentando a polarização e restringindo a construção de consensos democráticos. Esses autores sugerem que a formação dessas bolhas informacionais nas redes sociais mina o pluralismo necessário para uma esfera pública saudável. Como resultado, a pesquisa identifica que a desinformação não apenas dificulta a liberdade de expressão, mas também enfraquece o Estado de Direito ao comprometer a capacidade de debate e a qualidade da democracia. A análise conclui que é urgente um esforço para fortalecer a sociedade civil, promovendo um espaço público ético e informado. Isso inclui a criação de políticas públicas e regulamentações que responsabilizem as plataformas digitais, visando construir um ambiente democrático onde a liberdade de expressão seja preservada, mas onde a circulação de informações falsas e manipuladoras seja controlada.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a sociedade civil enfrenta desafios consideráveis para manter a integridade democrática diante da disseminação crescente de desinformação, um fenômeno que ameaça distorcer o espaço público e comprometer a qualidade do debate cidadão. A sociedade civil, entendida como o conjunto de associações e instituições organizadas fora do âmbito do Estado e do mercado, historicamente

desempenha um papel crucial na promoção da cidadania ativa e da democracia deliberativa. Entretanto, com o surgimento das plataformas digitais e o aumento da circulação de fake news, a relação entre sociedade civil e democracia se torna mais complexa e repleta de tensões, especialmente no que diz respeito à preservação da liberdade de expressão e à necessidade de responsabilidade informacional (Vaidhyanathan, 2018; Tufekci, 2017).

Com a digitalização das relações sociais e o surgimento da Web 2.0, as plataformas digitais passaram a atuar como mediadoras do espaço público, modelando o fluxo e a forma da informação que circula. Cesarino (2021) aponta que essas plataformas criam uma “política de plataformas,” onde a estrutura algorítmica privilegia conteúdos polarizadores, promovendo uma constante busca por engajamento que muitas vezes reforça narrativas sensacionalistas e falsas. Esse fenômeno não só altera o comportamento individual, como também compromete a capacidade dos cidadãos de participar de forma ativa e informada no espaço público, tornando-os vulneráveis a desinformação e manipulação.

O conceito de superávit comportamental, como discutido por Zuboff (2020), complementa essa perspectiva, ao enfatizar que a coleta e comercialização de dados pessoais se tornaram centrais nas plataformas digitais, que oferecem “gratuidade” como isca para capturar e explorar dados de seus usuários. Em consonância, Rosa et al (2021) argumenta que essas plataformas transformaram a interação digital em um “fato social total,” segundo Marcel Mauss (2003), moldando a comunicação pública a partir de um modelo empresarial baseado na coleta massiva de dados e na manipulação algorítmica, o que aumenta a polarização e compromete a autonomia do cidadão. Essa relação comercial dos dados desafia a sociedade civil a entender o impacto das redes digitais na formação das opiniões públicas e no fortalecimento da democracia.

Miskolci (2016) amplia essa análise ao sugerir que a lógica das plataformas digitais promove a criação de bolhas sociais que dificultam o diálogo plural e favorecem visões homogêneas, o que Zeynep Tufekci (2017) também descreve como bolhas informacionais que restringem a diversidade de ideias. Assim, essas bolhas limitam a interação entre pontos de vista diferentes, criando um ambiente em que a desinformação e a polarização encontram

terreno fértil para se multiplicar. Isso compromete a formação de consensos e a construção de um espaço público plural, fatores essenciais para a saúde democrática.

Nesse contexto, a metodologia desta pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica concisa, seguindo as orientações de Gil (2002) e Minayo (2009), com o intuito de explorar o impacto das fake news na sociedade civil e na democracia. O levantamento bibliográfico integra autores que investigam fenômenos como comunicação digital e desinformação, com foco em suas consequências para a esfera pública e para o debate democrático, como Habermas (1984), que discute a importância de uma esfera pública crítica, e Sunstein (2021), que enfatiza a necessidade de limitar a proliferação de conteúdos manipuladores para preservar a integridade do debate público.

Para aprofundar o conceito de sociedade civil e sua inter-relação com o Estado, recorreremos às contribuições de Marques (2023), que, em diálogo com Cohen e Arato (2001), oferece uma compreensão ampliada sobre o papel das associações cívicas na formação de uma esfera pública democrática.

Para aprofundar o conceito de sociedade civil e sua inter-relação com o Estado, recorreremos às contribuições de Marques (2023), que, em diálogo com Cohen e Arato (2001), oferece uma compreensão ampliada sobre o papel das associações cívicas na formação de uma esfera pública democrática.

A análise também se apoia em teóricos contemporâneos como Cohen e Arato (2001), que discutem a importância de uma sociedade civil ativa e autônoma na sustentação do espaço público, e Sartori (1987), que ressalta a necessidade de transparência e acesso à informação confiável para o pleno exercício da cidadania e o controle do poder.

Diante dessas perspectivas, a pesquisa busca compreender como a desinformação afeta a sociedade civil, impactando a liberdade de expressão e dificultando o exercício democrático. Como observa Sunstein (2021), a liberdade de expressão não deve ser confundida com o direito à desinformação, pois o uso irresponsável da comunicação pode enfraquecer o Estado de Direito e a democracia. Este estudo pretende analisar o papel transformador da sociedade civil na criação de um espaço público ético, onde a informação é confiável e acessível, propondo reflexões que possam subsidiar a criação de políticas públicas e regulamentações mais adequadas para as plataformas digitais.

Dessa forma, este estudo propõe-se a fornecer bases teóricas e práticas para a construção de um ambiente digital democrático e participativo, onde a sociedade civil seja um pilar fundamental no fortalecimento da democracia e onde os cidadãos possam exercer sua participação de forma crítica, informada e consciente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade civil é um conceito amplo e complexo, que envolve o conjunto de organizações, instituições e movimentos que operam fora das esferas do Estado e do mercado, mas que desempenham um papel fundamental na vida pública e no fortalecimento da democracia. A sociedade civil serve como um espaço de integração social e política, onde indivíduos podem se organizar, expressar suas opiniões e participar ativamente do debate público, promovendo a cidadania ativa. No entanto, o contexto contemporâneo, marcado pela predominância das plataformas digitais e pela disseminação de fake news, apresenta novos desafios para essa função essencial da sociedade civil e para a própria democracia.

Para aprofundar o entendimento do conceito de sociedade civil e sua inter-relação com o Estado, serão abordadas as contribuições de Marques (2023), que, ao dialogar com Cohen e Arato (2001), amplia a compreensão sobre o papel das associações cívicas e a construção de uma esfera pública democrática. Assim em sua obra "Interações Socioestatais: Mútua Constituição entre a Sociedade Civil e a Esfera Estatal," Marcelo de Souza Marques (2023) discute a interação profunda entre a sociedade civil e o Estado, referindo-se aos trabalhos de Cohen e Arato (2001) para enfatizar a complexidade desse relacionamento. Marques ressalta que a sociedade civil não é apenas um conjunto de associações independentes que buscam influenciar o Estado, mas, segundo Cohen e Arato, um espaço em que o desenvolvimento de normas democráticas e a formação de capital social são cruciais para o fortalecimento de uma esfera pública ativa e participativa.

Marques também sugere que a sociedade civil funciona como um "campo de práticas e significados," onde se desenvolvem laços de reciprocidade e confiança, conhecidos como capital social, que fortalecem a autonomia e a cultura democrática. Ao citar Cohen e Arato, ele observa que esses microespaços de participação — associações voluntárias, redes comunitárias, e organizações cívicas — não apenas consolidam uma base democrática, mas oferecem possibilidades para práticas de autoeducação e desenvolvimento de normas sociais que enriquecem a democracia e a solidariedade cívica.

O autor ainda alerta, no entanto, para as limitações das associações da sociedade civil, indicando, com base em Cohen e Arato, que nem todas promovem necessariamente práticas democráticas genuínas. Essas estruturas podem refletir interesses restritos, dependendo de como se organizam, do contexto histórico e do grau de inclusão social que oferecem. Ainda assim, Marques conclui que, ao abrirem espaços para a interação e a construção coletiva

de valores, as associações da sociedade civil tendem a criar um ambiente propício para o desenvolvimento de uma cultura democrática mais sólida, ampliando a possibilidade de ação política conjunta e a conscientização social entre os cidadãos.

Assim, ao incorporar os argumentos de Cohen e Arato, Marques contribui para o entendimento de que a sociedade civil é fundamental tanto para a experiência democrática quanto para a criação de uma esfera pública diversificada e comprometida com valores de equidade e participação, essenciais para a estabilidade e legitimidade democrática no longo prazo.

Um dos principais elos entre a sociedade civil e a democracia é o conceito de "liberdade de comunicação". De acordo com Jürgen Habermas, a democracia deliberativa depende de um espaço público no qual os cidadãos possam trocar informações e ideias de maneira livre e justa. A opinião pública, formada nesses espaços, legitima as decisões políticas ao refletir a vontade dos cidadãos. No entanto, na era das plataformas digitais, a liberdade de comunicação enfrenta novos obstáculos, especialmente com o surgimento da desinformação. Para Wilson Gomes (2020), a disseminação de fake news e a polarização política nas redes sociais comprometem a integridade do debate público, o que afeta diretamente a qualidade das decisões democráticas.

A propagação de fake news coloca em risco a liberdade de comunicação, uma vez que essa liberdade é frequentemente invocada para justificar a circulação de conteúdos falsos e prejudiciais. O impacto desse processo sobre a democracia é profundo, já que a desinformação atinge o coração da esfera pública ao distorcer o debate e a formação da opinião pública, como afirmam Levitsky e Ziblatt (2018).

Chantal Mouffe, ao propor sua teoria da "democracia agonística", defende que o conflito

e o dissenso são elementos centrais da política democrática. Para ela, uma democracia saudável deve incorporar esses conflitos, desde que respeitem as regras do jogo democrático. No entanto, a proliferação de fake news mina esse princípio ao criar uma realidade alternativa onde os fatos são manipulados, impossibilitando o diálogo democrático fundamentado no respeito mútuo e na verdade. Esse é um dos maiores desafios contemporâneos: como preservar a liberdade de expressão sem permitir que a desinformação corra os princípios democráticos.

A sociedade civil, tradicionalmente responsável por atuar como contrapeso ao poder do Estado, agora se vê diante do desafio de enfrentar a desinformação e suas consequências para a democracia. Como pontua o Prof. Doutor Pablo Rosa (2021), em sua análise sobre o "fascismo tropical", as fakenews não apenas comprometem eleições, mas também são utilizadas como instrumentos de manipulação política e controle social. Dessa forma, a sociedade civil precisa encontrar novas formas de atuação para garantir que a liberdade de comunicação seja preservada, sem que isso signifique tolerar a propagação de mentiras que ameaçam o bem comum.

A democracia, como sistema no qual o poder é exercido pelo povo, depende da existência de uma esfera pública informada e livre de manipulação. Como afirma Raquel Recuero (2020), a desinformação prejudica o exercício da cidadania ao comprometer a qualidade do debate público, levando à polarização e à fragmentação social. A sociedade civil, enquanto espaço de organização e expressão dos indivíduos, é crucial para reverter esse quadro, promovendo iniciativas que eduquem a população sobre a importância da verificação de fatos e incentivem a participação crítica e responsável nas plataformas digitais.

Assim, pensar a correlação entre a sociedade civil e a liberdade comunicativa no contexto das

sociedades de plataformas exige uma reflexão sobre os limites e responsabilidades da liberdade de expressão na era digital. A democracia deliberativa, como propõe Habermas, só será viável se os espaços públicos de debate forem protegidos contra a desinformação, assegurando que a opinião pública seja formada com base em informações verídicas e relevantes. A preservação de uma sociedade civil forte e atuante é, portanto, essencial para a manutenção de uma democracia saudável e para o combate à crescente ameaça representada pelas fake news.

O conteúdo abordado por Rosa, Amaral e Nemer (2021) e autores como Miskolci (2016) e Zuboff (2020), está diretamente relacionado ao impacto das plataformas digitais na sociedade civil e no espaço democrático. Rosa et al (2021), em Plataformalização e a virada digital, descreve como a adesão massiva à Web 2.0 e às plataformas digitais transformou a comunicação e a interação social, criando uma rede de alcance global onde a informação é rapidamente acessível e a conexão entre pessoas é facilitada por dispositivos como smartphones. Essa transformação reflete o que Marcel Mauss (2003) denominou “fato social total,” que influencia todos os aspectos da vida social e as formas de relacionamento no século XXI.

Para entender o universo da tecnologia, da digitalização e da conectividade que marcam nosso tempo, Miskolci (2016) corrobora que:

Digital, nesse sentido, não é uma definição técnica e, sim, uma caracterização de nosso mundo como marcado pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e atualmente envolvem o suporte material de equipamentos (como notebooks, tablets e smartphones), diferentes tipos de rede de acesso (banda larga fixa ou celular), conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão) e, por fim, mas não por menos, plataformas online (como Facebook, Twitter, YouTube). Em termos sociológicos, o que

define nossa era é a conexão em rede por meios tecnológicos de forma que digital se opõe ao analógico enfatizando o aprimoramento técnico enquanto a conexão em rede por meios comunicacionais baseados em plataformas enfatiza a maneira como se constroem relações sociais. Assim, ao referirmo-nos a mídias digitais tendemos a sintetizar ambas as transformações – tecnológica e social – ou melhor, um mesmo processo histórico – ainda em consolidação – de mudança sociotécnica de uma sociedade baseada predominantemente nas relações face a face para uma em que as relações mediadas pela conectividade ganham importância mesmo que não substituam as presenciais. (Miskolci, 2016, p. 282-283)

Ao explorar a digitalização das interações sociais, Rosa et al (2021) destaca como o “superávit comportamental,” conceito de Zuboff, se tornou central para as grandes empresas de tecnologia. Este superávit diz respeito à coleta e à monetização dos dados gerados pelas ações e preferências dos usuários. A gratuidade oferecida pelas plataformas, conforme Rosa, não é um ato altruísta, mas parte de um modelo de negócio que amplia a captação de dados em troca de um acesso supostamente gratuito e contínuo. Esse processo, como argumenta Leticia Cesarino (2021), configura um novo tipo de política, em que a arquitetura das plataformas determina o fluxo de informação de maneira que impacta as percepções e os comportamentos dos cidadãos, comprometendo a objetividade necessária ao debate democrático e à tomada de decisão informada.

Miskolci (2016) também contribui para essa discussão ao abordar a questão da construção de identidades e da manutenção das bolhas sociais nas redes. Ele argumenta que as plataformas amplificam visões homogêneas de mundo, criando espaços onde os indivíduos se expõem predominantemente a ideias semelhantes às suas, fenômeno que Tufekci (2017) associa à formação de bolhas informacionais que reduzem a diversidade de perspectivas. Isso é especialmente preocupante para a democracia, uma vez que o isolamento

ideológico restringe o potencial do debate plural e da formação de consensos informados, ao invés de promover uma esfera pública saudável e diversa.

Nesse contexto, a pesquisa sobre o impacto da desinformação e das fake news sobre a sociedade civil e a democracia se insere no esforço de compreensão desse fenômeno totalizante. Da Empoli (2019) e Cesarino (2021) exemplificam como a manipulação de informações e a proliferação de conteúdos polarizadores afetam diretamente a capacidade dos cidadãos de participar de uma esfera pública verdadeiramente democrática. Isso se torna evidente com a expansão das “guerras de informação” e o uso estratégico da desinformação para criar divisões, como discutem Da Empoli e Zuboff. Assim, as plataformas digitais transformam-se em um espaço tanto de interação quanto de controle e direcionamento das percepções sociais.

Portanto, esse cenário evidencia como as plataformas, ao se firmarem como intermediárias na comunicação pública e na vida social, desafiam a capacidade da sociedade civil de atuar de forma informada e deliberativa. Essa dinâmica tecnológica, que se apropria dos dados dos usuários para fins comerciais, redefine as relações entre liberdade de expressão e responsabilidade informacional e acentua os desafios para a manutenção de uma democracia ativa e pluralista.

RESULTADOS

A discussão dos resultados desta pesquisa revela que a sociedade civil contemporânea enfrenta um cenário de complexidade crescente, especialmente em sua função tradicional de preservar e fortalecer o espaço democrático e o debate público informado. A digitalização e a ascensão das plataformas digitais, embora potencializem a capacidade de

participação e acesso à informação, também geram um ambiente propenso à proliferação de desinformação e manipulação algorítmica, como discutido por autores como Letícia Cesarino (2021) e Giovanni Da Empoli (2019). Esse ambiente digital, estruturado em torno de algoritmos que priorizam o engajamento, muitas vezes em detrimento da precisão e imparcialidade, altera profundamente a dinâmica de formação de opinião e da cidadania ativa.

Zuboff (2020), com seu conceito de "superávit comportamental", evidencia que o modelo econômico das plataformas digitais, focado na coleta massiva e na exploração de dados pessoais, mina a autonomia informacional dos indivíduos, promovendo um ciclo de engajamento superficial e polarizado. Esse ciclo é agravado pelas "bolhas informacionais" descritas por Miskolci (2016) e Tufekci (2017), que restringem os usuários a interações com pontos de vista semelhantes, limitando o diálogo plural e, por conseguinte, a construção de um consenso democrático.

No contexto das fake news, autores como Sunstein (2021) e Recuero (2020) argumentam que a liberdade de expressão se encontra sob pressão, uma vez que o direito à comunicação livre não pode ser confundido com a permissão irrestrita para a disseminação de informações falsas. A desinformação, ao distorcer a percepção pública e intensificar a polarização, enfraquece o processo democrático ao fragmentar a esfera pública, impossibilitando a formação de uma opinião pública baseada em fatos. Assim, a sociedade civil enfrenta o desafio de mediar e combater as influências negativas das fake news, ao mesmo tempo em que busca preservar a liberdade de comunicação.

Habermas (1984) e Sartori (1987) destacam que uma esfera pública saudável requer transparência e informação confiável, sem as quais o exercício democrático fica prejudicado. Esta pesquisa sublinha a importância de

medidas regulatórias e educativas que incentivem a sociedade civil a atuar de forma crítica e informada no ambiente digital, promovendo iniciativas que garantam a integridade do debate público e a verificação dos fatos. Em conclusão, os resultados sugerem que, para que a democracia prospere na era digital, é essencial que a sociedade civil se adapte a novas práticas de engajamento, enfrentando ativamente as ameaças representadas pela desinformação e promovendo um espaço público ético e inclusivo.

Marques (2023) destaca que a interação entre a sociedade civil e o Estado não é apenas complementar, mas constitutiva, indicando que a sociedade civil exerce um papel essencial na construção da esfera pública democrática e na mediação de interesses coletivos. Em diálogo com Cohen e Arato (2001), Marques argumenta que essa interação mútua possibilita o desenvolvimento de uma cultura política fundamentada em valores democráticos e na confiança entre os indivíduos e grupos, promovendo um ambiente propício para a participação e a responsabilidade cívica. Assim, a contribuição de Marques amplia o entendimento de que as associações e espaços de atuação da sociedade civil são fundamentais tanto para fortalecer a democracia quanto para sustentar práticas de cidadania ativa.

Rosa et al. (2021) analisam como a digitalização e o uso das plataformas têm transformado a sociedade em um "fato social total," conceito inspirado em Mauss (2003). Esse fenômeno engloba a reconfiguração das interações sociais em um ambiente em que dados pessoais são massivamente coletados e monetizados, o que limita a autonomia dos cidadãos e favorece a manipulação algorítmica. Rosa e seus coautores destacam que o uso de dados para reforçar narrativas polarizadoras afeta o engajamento da sociedade civil, direcionando as interações sociais e comunicativas para um modelo empresarial que, muitas vezes,

compromete a qualidade e a veracidade das informações. Em termos práticos, isso desafia os cidadãos a desenvolverem uma visão crítica sobre a informação que consomem e compartilham, algo que é crucial para a saúde da democracia e da participação cívica.

Cohen e Arato (2001), por outro lado, discutem a importância de uma sociedade civil ativa, autônoma e independente como guardião do espaço público democrático. Eles argumentam que a sociedade civil deve ser um contrapeso às esferas do Estado e do mercado, especialmente em contextos onde essas forças buscam controlar o discurso público. No ambiente digital, a atuação da sociedade civil é ainda mais essencial, pois é neste espaço que se travam disputas de poder em torno da informação e da liberdade de expressão. Cohen e Arato sublinham que é fundamental que a sociedade civil exerça uma "responsabilidade informacional" para defender a transparência e a confiabilidade das informações que circulam, promovendo uma esfera pública que acolha o pluralismo e o debate crítico.

A partir das ideias de Rosa et al. (2021) e Cohen e Arato (2001), podemos concluir que o papel da sociedade civil é tanto mais relevante quanto mais o ambiente digital se torna o espaço predominante de interação social e formação da opinião pública. Para proteger a integridade democrática nesse contexto, é necessário que os atores da sociedade civil busquem ativamente promover uma cultura de responsabilidade informacional e que políticas públicas sejam criadas para assegurar uma regulamentação que mitigue os efeitos negativos da desinformação e dos interesses comerciais sobre a esfera pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou como a liberdade de expressão e a circulação de informações em um

ambiente digital amplificado desafiam a integridade democrática, ameaçando o espaço público deliberativo e a formação de uma cidadania crítica.

O papel central da sociedade civil, enquanto espaço de organização e interação fora do âmbito do Estado e do mercado, é revisitado e redefinido na era digital.

A obra de Marques (2023) explora as complexas interações entre sociedade civil e Estado, destacando como ambos se constituem mutuamente em um processo dinâmico de influência e transformação. Para Cohen e Arato (2001), a sociedade civil tem uma função essencial na defesa de uma esfera pública saudável e plural, mas essa função é posta à prova quando consideramos os impactos das fake news e da manipulação informacional. Esses autores sugerem que a sociedade civil deve funcionar como um contrapeso frente ao poder das plataformas digitais e seus algoritmos, que favorecem conteúdos polarizadores e promovem bolhas informacionais, conforme também analisado por Tufekci (2017).

A transformação das plataformas digitais em atores dominantes do espaço público introduz novas dinâmicas na circulação de informações, que impactam diretamente o exercício da cidadania ativa e informada. Como apontado por Rosa et al. (2021), a digitalização das relações sociais e o desenvolvimento da "plataformização" criam uma realidade na qual o comportamento dos usuários é constantemente monitorado e monetizado. Essa monetização do comportamento, discutida no conceito de "superávit comportamental" de Zuboff (2020), mostra que os dados gerados pelos usuários são utilizados para manipular o engajamento, limitando a autonomia dos indivíduos e promovendo conteúdos sensacionalistas que muitas vezes reforçam desinformação.

Nesse contexto, a liberdade de expressão se torna um conceito duplamente desafiado: por um lado, há a necessidade de preservar o direito de comunicação livre e diversificada; por outro, surge o imperativo de limitar o impacto de conteúdos falsos que comprometem o espaço público e distorcem a formação de opinião, ameaçando o pluralismo essencial à democracia. Como Sunstein (2021) argumenta, a liberdade de expressão não deve ser confundida com o direito à desinformação, pois tal confusão enfraquece o Estado de Direito e as instituições democráticas, minando o debate público e, em última instância, a qualidade das decisões políticas.

Por sua vez, Habermas (1984) defende a necessidade de um espaço público racional e bem-informado, onde os cidadãos possam trocar ideias e participar do processo de decisão política. No entanto, o crescimento das fake news impede essa troca construtiva, favorecendo discursos de ódio, teorias conspiratórias e polarização política. A fragmentação causada pelas bolhas informacionais, explorada por Miskolci (2016) e Tufekci (2017), é particularmente prejudicial à formação de consensos e à busca de soluções coletivas, elementos essenciais para uma sociedade democrática.

Em vista desses desafios, a pesquisa reafirma a importância de fortalecer a sociedade civil e capacitar os cidadãos a navegarem de forma crítica pelo ambiente digital. Uma abordagem pedagógica que enfatize a alfabetização midiática e a verificação de fatos pode ajudar a reduzir o impacto da desinformação, permitindo que os cidadãos identifiquem e questionem conteúdos duvidosos. Além disso, a criação de políticas públicas que promovam a transparência e regulamentem a ação das plataformas digitais é essencial para garantir que essas empresas ajam de forma ética e respeitem a integridade da esfera pública.

Por fim, esta pesquisa contribui para o debate sobre os rumos da democracia na era digital, destacando a necessidade de um equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade informacional. A sociedade civil, como um espaço de participação autônoma e crítica, precisa ser fortalecida e protegida contra os efeitos nocivos da desinformação. Apenas com uma esfera pública plural e informada será possível construir uma democracia inclusiva, onde as vozes dos cidadãos possam ecoar em um ambiente de respeito e verdade.

REFERÊNCIAS

- COHEN, J. L.; ARATO, A. **Sociedad civil y Teoría Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso**. São Paulo: Ubu, 2022.
- DA EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. Rio de Janeiro: Vestígio, 2019
- GOMES, W. **Democracia digital, fake news e a guerra da desinformação**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2002.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. V. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, J. **Between Facts and Norms**: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.
- LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.
- MARQUES, M. S. Cidadania: algumas considerações a partir da Democracia Radical e Plural. In: SILVA, L. G. T. et al. (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas. Curitiba: CRV, 2017, p. 209-223.
- MARQUES, M. S. Interações socioestatais: mútua constituição entre a sociedade civil e a esfera estatal. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 29, nº 2, p. 431-468, maio-agosto, 2023
- MOUFFE, C. **Agonistics**: Thinking the World Politically. London: Verso, 2013.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MISKOLCI, R. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul-dez. 2016, pp. 275- 297
- MINAYO M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec; 2009.
- RECUERO, R. **Fake news e a nova ordem informacional**: a guerra contra os fatos. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.
- ROSA, P. O. **Fascismo tropical**: a ascensão de práticas autoritárias no Brasil contemporâneo. Vitória: Milfontes, 2021.

ROSA, P. O.; AMARAL, A. J.; NEMER, D. Plataformalização e a virada digital. In XXXV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. **Anais...** 2021.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**: O debate contemporâneo. Rio de Janeiro. Edições Unidas. 1987

SUNSTEIN, C. R. **Republic**: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton University Press, 2017.

TUFEKCI, Z. **Twitter and Tear Gas**: The Power and Fragility of Networked Protest*. Yale University Press. NUPRI. (2017)

VAIDHYANATHAN, S. **Antisocial Media**: How Facebook Disconnects Us and Undermines Democracy. Oxford University Press. 2018.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: Luta por futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ÚLTIMA ALTERNATIVA: UMA ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM SANTA TERESA-ES

Bruno Bremenkamp Ronconi

Mestre em Sociologia Polícia pela Universidade de Vila Velha

Humberto Ribeiro Júnior

Doutor em Sociologia e Direito, Professor da Universidade Vila Velha
UVV-ES

RESUMO

A judicialização das políticas públicas de saúde, embora surgido no Brasil nos anos 1990, continua sendo um fenômeno atual em nossa sociedade, por meio do qual as pessoas têm buscado no Poder Judiciário a garantia de seu direito à saúde diante das supostas omissões do Poder Executivo. Neste contexto, a pesquisa indaga sobre quais os fatores que têm levado o cidadão buscar o Poder Judiciário a fim de efetivar o seu direito aos bens e serviços públicos de saúde. O trabalho foi delimitado espacialmente no âmbito do Poder Judiciário com competência para atuação em Santa Teresa e temporalmente com a análise das sentenças proferidas entre os anos de 2020 e 2022. As decisões foram analisadas buscando, portanto, os motivos que levam o cidadão a ajuizar ação para lhe ser garantido acesso a bens e serviços de saúde, assim como argumentos utilizados pelo Estado em resposta a demanda. Por fim foram analisados os argumentos utilizados pelo Poder Judiciário por meio das provas que são apresentadas nos processos judiciais e a necessidade do cidadão para a concessão ou negativa do direito buscado. Como resultados, verificou que muitos casos envolvendo a judicialização da saúde envolvem processos de internações compulsórias, seguidos de fornecimento de medicamentos e cirurgias. Também foram identificados dois caminhos principais antes do recurso ao poder judiciário: as pessoas que haviam buscado a rede pública de saúde de maneira direta e sem sucesso antes de impetrar a ação e aquelas que não buscaram a rede pública de saúde anteriormente ao pleito judicial. No primeiro caso, o Poder Judiciário aparece como a última alternativa do cidadão, enquanto no segundo há uma utilização do Poder Judiciário como via principal para que o cidadão obtenha os bens e serviços de saúde. O ponto de contato identificado nos dois caminhos, entretanto, diz respeito à utilização do Poder Judiciário como instrumento de pressão e contestação das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê o direito à saúde como um direito social disposto entre os art. 6º e Art. 196 e seguintes, garantido a todos os seus cidadãos, e impondo o dever ao Estado em garanti-lo mediante as suas políticas sociais.

Porém, mesmo com essa garantia, o cidadão possui a necessidade de buscar no Poder Judiciário, o acesso aos bens e serviços de saúde, o que ocasiona o fenômeno da Judicialização da Saúde.

A Judicialização da Saúde não é um fenômeno novo em nosso país, e está entrelaçada entre as questões atinentes à judicialização da política, e

continua sendo um tema que os nossos tribunais enfrentam, especialmente na Comarca de Santa Teresa.

A presente pesquisa tem por objetivo estudar esse fenômeno diante da comarca de Santa Teresa, a fim de compreender se o Poder Judiciário é utilizado como a última alternativa do cidadão para acesso aos bens e serviços de saúde garantidos em nossa Constituição Federal, e se processo judicial é uma forma do cidadão se opor às políticas públicas praticadas pelo Estado.

A presente pesquisa traz como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica de natureza de pesquisa qualitativa documental, correspondente na análise dos processos que tramitam na Comarca de Santa Teresa no período correspondente ao ano de 2020 até 2022.

A análise de documento possui certo desafio pois ao constituir-se como uma das principais ferramentas das ciências sociais, é necessário aceitá-lo como ele se apresenta pelo fato de ser impossível transformar esse documento.

Contudo, pontua Ceillard 2008 p.295 que “Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental.”

O documento, com as informações nela constantes, não podem ser modificadas, mas devem ser analisadas com olhar crítico quanto ao seu contexto social global.

Pontua ainda o autor que a análise documental devidamente completada, constitui o momento em que o pesquisador reúne todos os elementos da problemática, e ainda “O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou questionamento inicial.” (Ceillard 2008 p.303).

Dessa maneira, o pesquisador transforma os resultados que estão “brutos” para a reflexão e interpretação desses resultados, sem se perder do questionamento inicial da pesquisa.

A investigação dessa pesquisa, analisa processos judiciais envolvendo bens e serviços e saúde – medicamentos e cirurgias – na Comarca de Santa Teresa, cidade do Espírito Santo, no período compreendido entre 2020 até 2022.

A metodologia que foi aplicada para extrair os dados dos processos judiciais que serão mencionados nos capítulos posteriores, foram analisados o início e o fim, concernente a petição inicial, contestação, e a sentença proferida pelo Juiz da Comarca, aonde foi possível extrair as informações necessárias para exposição dos resultados da pesquisa.

O critério utilizado para expor os dados dos processos judiciais é o caráter amostral, a fim de expor os argumentos e justificativas apresentadas pelo Estado para a não efetivação do direito à saúde que se encontra garantido em nossa Constituição da República.

Esse critério amostral se justifica pelo fato de que o processo judicial é uma ferramenta do Poder Judiciário a fim de julgar as demandas que lhe são propostas, e ali é que estão contidos os pedidos do autor, as justificativas do Estado, e o provimento do Juiz dizendo se aquele cidadão possui ou não o Direito perseguido, e qual o fundamento utilizado pelo Juiz.

A escolha sob esta Comarca se justifica pelo fato de que este pesquisador exerce suas funções de servidor público estando em contato direto com esses processos que serão utilizados como objeto de pesquisa.

O trabalho, na sequência apresentará seu referencial teórico acerca da Judicialização da Saúde e a mudança de entendimento dos

tribunais sobre a concessão dos bens e serviços de saúde para os cidadãos.

Na sequência serão apresentados os resultados obtidos pela pesquisa a partir dos dados coletados dos processos judiciais analisados, transformando os dados brutos em dados concretos e por fim, realizando as considerações necessárias sobre o tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme mencionado nas linhas introdutórias, dentre os direitos sociais garantidos pela nossa Constituição da República, está inserido o direito à saúde, prevendo ser dever do Estado a sua garantia aos cidadãos mediante suas políticas públicas.

A atual Constituição representa a afirmação mais sólida do desejo da sociedade em assegurar o Direito à Saúde, impondo ao Estado esse dever de garantir esse direito às pessoas que dela necessitam mediante suas políticas públicas. Porém, em que pese os avanços normativos, o sistema enfrenta desafios nos campos estruturais e operacionais que impactam diretamente o acesso da população aos serviços e tratamentos necessários.

A Judicialização da Saúde surge como tema importante e controverso. A crescente demanda por ações judiciais para o acesso a bens e serviços de saúde tem sobrecarregado o poder judiciário e exposto as fragilidades do sistema de saúde. Esse fenômeno é resultado da busca pelos cidadãos por seus direitos, e ao mesmo tempo, evidencia as limitações e lacunas presentes na implementação das políticas públicas de saúde.

O debate da Judicialização da Saúde traz questões fundamentais sobre a efetividade da legislação e a necessidade de aprimorar o sistema de saúde para atender as demandas da

sociedade. Nesse tópico, é realizada uma discussão sobre o fenômeno da Judicialização da Saúde inserindo-a no debate da Judicialização da Política.

Para compreender o fenômeno da judicialização da saúde, é importante realizar uma breve abordagem à judicialização da política, tendo em vista que o contexto brasileiro, a saúde pública é uma matéria relacionada às políticas públicas. A judicialização da saúde ocorre quando há intervenção do poder judiciário nessa área.

Um Estado Democrático de Direito como o Brasil, segundo Bernardes, et. al. (2012) é um “tipo de Estado em cujo âmbito o poder deve ser exercido juridicamente, conforme valores democráticos, em busca da efetiva implantação das condições necessárias ao pleno exercício dos direitos fundados na dignidade da pessoa humana”.

O art. 1º da Constituição de 1988 deixa claro que o Brasil se constitui no regime de Estado Democrático de Direito, garantindo a soberania popular, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, e a observância não só da livre iniciativa, mas também dos valores sociais do trabalho.

Pontua Tonelli (2016) que “No Estado de Direito democrático os fundamentos da constituição são os direitos individuais e sociais. Trata-se de um regime e de um sistema político pelo qual devem ser garantidas a liberdade e a igualdade dos cidadãos, o que se traduz em justiça social. Como já foi dito anteriormente, democracia não se reduz ao Estado de Direito, mas é este o que deve garantir o funcionamento e a ordem democrática segundo as leis aprovadas, pelo poder legislativo e pela constituição. A democracia é o regime dos direitos. É na democracia que a luta pela garantia de direitos existentes, bem como a luta por novos direitos são possíveis. Daí podermos afirmar que a democracia, o oposto dos regimes autoritários, é o regime onde os

conflitos são legítimos, ou seja, são inerentes à democracia.”

O Estado Democrático de Direito se traduziu em uma nova forma de concepção estatal, unindo o conceito liberal de estado de direito, o estado social, e o estado democrático.

Ainda segundo Tonelli (2016, p.13), “o fenômeno da judicialização da política ocorre sempre que os tribunais, ao desempenharem as funções que lhe são inerentes, afetam de modo significativo as condições da ação política”.

No caso do Brasil, quando um cidadão busca o poder judiciário a fim de demandar questões que envolvem políticas públicas inerentes ao estado, o poder judiciário não pode deixar de julgar qualquer tipo de processo que lhe é posto face ao princípio que o nosso direito adotou que é a “inafastabilidade da jurisdição”.

Em linhas gerais, o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que está previsto no art. 5º XXXV da nossa Constituição Federal, dispõe que a lei não pode excluir do poder judiciário, lesão ou ameaça ao direito. Significa que qualquer demanda que surja em que haja alegação de lesão ao direito, ou mesmo ameaça de lesão, o poder judiciário deverá se manifestar.

No mesmo sentido Masson (2020, p.352) expõe que esse princípio é importante para o Estado democrático de Direito ao dispor que: “Eis um importantíssimo princípio que reforça nosso Estado Democrático de Direito ao garantir um Poder Judiciário forte e atuante, que impeça abusos e práticas autoritárias por parte dos Poderes Executivos e Legislativos. Afinal, como podemos extrair do princípio da inafastabilidade (por alguns intitulados de ‘universalidade de jurisdição’), nenhuma lesão ou ameaça a lesão a direito deixará de ser apreciada pelo Poder Judiciário.”

Logo, o Poder Judiciário, em determinados casos, precisa por obrigação de lei, atuar em

questões que lhe são colocadas em suas mesas, inclusive matérias atinentes às questões de políticas públicas, quando provocado, não podendo se eximir de decidir contra ou a favor daquele que abre um processo judicial.

A origem da judicialização da saúde foi nos anos de 1990, quando os pacientes portadores da Síndrome de Imunodeficiência Humana – AIDS, causado pelo vírus HIV, passaram a requerer, por meio de ações judiciais, medicamentos e procedimentos específicos.

Segundo, Rangel, et. al. (2008, p.78) o marco inicial da mudança de entendimento do poder judiciário em relação às demandas pode ser atribuído ao ano de 1996. Antes desse período, a maioria das ações relacionadas à saúde era negada em função do entendimento de que o art. 196 da Constituição Federal era uma norma programática.

Em linhas gerais, a norma programática se refere a dispositivos constitucionais cuja aplicabilidade não é imediata, ou seja, não produzem efeitos imediatos. São normas que orientam e estabelecem diretrizes para que o Estado, no futuro, atenda à vontade do constituinte e efetive a norma contida na Constituição.

Nessa perspectiva, o Poder Judiciário não considerava o direito à saúde como norma completa, o que resultava na negação das pretensões dos cidadãos.

Essa mudança de entendimento do Poder Judiciário resultou em uma ampliação das decisões favoráveis aos requerimentos relacionados à saúde. No entanto, o aumento da judicialização também trouxe consigo desafios e questionamentos sobre a efetividade das políticas públicas de saúde e da capacidade do sistema em atender adequadamente às demandas da população.

Nesse passo, a discussão sobre a Judicialização da Saúde é de suma importância, uma vez que reflete não só os anseios da sociedade por seus direitos, mas também coloca em destaque a necessidade de melhorias do sistema de saúde em busca de maior eficiência e equidade.

Verificamos que a emergência da epidemia de HIV/AIDS foi um divisor de águas, impulsionando o Poder Judiciário a revisitar a abordagem em relação ao direito à saúde.

Antes desse período, o direito à saúde era encarado como uma norma que fornecia apenas diretrizes para políticas futuras, o que limitava o seu alcance prático. Porém, diante da situação de urgência e emergência decorrente da epidemia, forçou os tribunais a reconhecerem a necessidade de conceder as tutelas judiciais imediatas para garantir tratamentos e medicamentos necessários.

Denota-se que a mudança de entendimento ocorre em 1997 quando o Poder Judiciário deixou de ver o direito à saúde como uma norma programática e passou a ver como uma norma de eficácia plena, possuindo todos os seus efeitos. Isso se deu em virtude da participação popular em provocar o poder judiciário para garantia de seu direito utilizando-se da contestação pública dos atos do executivo e do legislativo. Pontua Rangel, et. al. (2008, p.79):

Os autores demonstram que, a partir de 1997, com a estruturação do Programa Nacional de DST/AIDS e a distribuição gratuita e organizada dos medicamentos de combate à AIDS, houve uma diminuição expressiva de processos judiciais nesta área. Ao que tudo indica, a grande quantidade de ações para garantia de medicamentos no tratamento da AIDS proporcionou uma ampliação da própria lei, provocando tanto o Legislativo para a criação desta lei, como o Executivo para a adoção desta política. Contrariamente à perspectiva de que esta interferência do Poder Judiciário provocaria uma retração da cidadania (por diminuir o peso das instâncias eleitas do Estado de Direito, isto é, o Poder Legislativo e o Poder Executivo), no caso aqui destacado, ela possibilitou a ampliação desta

(ainda que não pelas vias da democracia representativa tradicional), mediando o acesso dos cidadãos às instâncias legisladoras e executoras das leis (pela via de uma democracia, por assim dizer, mais participativa). Trata-se, enfim, da ampliação da cidadania, por meio da participação, embora restrita, de grupos organizados da sociedade, que passam a desempenhar o papel de agentes provocadores da justiça. Este tipo específico de participação proporciona um acesso indireto dos cidadãos às instâncias formuladoras das leis.

O fenômeno da Judicialização da Saúde persiste em nosso poder judiciário, tanto é que, de acordo com o que expõe Costa (2021, p. 137), com base no relatório publicado no ano de 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, denota o crescimento da judicialização na área da saúde entre os anos de 2008 e 2017, alcançando a marca de 130%, apontando na sua obra o gráfico evolutivo acerca do número de ações distribuídos por instância.

Nesse sentido, entende Costa (2021 p.200) que é necessário a modernização da administração pública ao dispor que: “A modernização constante da Administração Pública, com enfrentamento de questões ligadas ao sistema de criação de leis, mudança do processo eleitoral, melhoramentos nos modelos de contratação de pessoal e de compras do Estado são condições *prima facie* para uma efetiva diminuição dos processos de judicialização de políticas públicas. A gestão pública brasileira precisa parar de combater efeitos e atacar, de forma célere e séria, as verdadeiras causas da judicialização da política, modernizando o Estado e melhorando os seus processos fiscalizatórios.”

Nesse passo, o Poder Judiciário passou absolutizar o Direito a Saúde conforme os autores demonstram por meio de uma linha evolutiva a fim de demonstrar como os magistrados interpretavam as ações de saúde ao longo dos anos, passando por quatro períodos até o momento em que os tribunais

começaram a estabelecer certos critérios conforme demonstraremos a seguir.

No período correspondente de 2000 a 2002 que é a fase da absolutização da saúde, cujo entendimento é de que, entre preservar o direito à vida e a saúde e prevalecer o interesse financeiro do estado, o Juiz deve observar o respeito à vida e à saúde.

Conforme a linha evolutiva traçada pelos autores, podemos perceber que o Poder Judiciário, no primeiro momento, absolutiza o Direito à Saúde, onde não levava em conta os aspectos estruturais e financeiros do Estado, mas somente o aspecto da preservação do direito à vida.

Após o período de transição, até chegar no ano de 2007, vemos uma guinada, onde é abandonado a fase da absolutização da saúde, e sendo considerado pelas instâncias superiores, o reconhecimento dos custos para a garantia do direito à saúde, no momento de proferir as suas decisões.

Fixa a ideia de que, embora o direito à saúde seja previsto na Constituição Federal, tal direito não é absoluto, e que deve ser levado em consideração, ao proferir as decisões judiciais envolvendo o tema, os custos que o Estado teria que suportar.

A terceira fase veio a ser construída por meio da realização da Audiência Pública n. 04 ocorrida no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009. Nela se debateu sobre o direito à saúde, tendo como base os Agravos Regimentais que chegavam para aquela corte, até que, no ano de 2010 foi estabelecido critérios para a concessão de bens e serviços de saúde no âmbito do Poder Judiciário.

Podemos concluir que a Judicialização da Saúde, iniciado nos anos 90, ainda persiste em nosso país, tendo uma ramificação dentro da matéria atinente à Judicialização da Política,

onde o Poder Judiciário tem se debruçado em julgar os processos envolvendo o Direito à Saúde.

RESULTADOS

A Judicialização da Saúde que tramita na Comarca de Santa Teresa envolve processos referentes a medicamentos, internações e cirurgias. Utilizando o sistema do Processo Judicial Eletrônico com os três descritores mencionados no item “assunto”, com recorte temporal de 01/01/2020 até 31/12/2022, é possível verificar a quantidade de processos sobre o tema. Foram 10 processos sobre medicamentos, 10 sobre cirurgias, 54 sobre internações. Dos 74 processos dentro do período da pesquisa 16 processos foram sentenciados dentro do período da pesquisa.

Dos 16 processos, 03 deles são processos de segredo de justiça. Esses processos que tramitaram em segredo de justiça, embora solicitado por este pesquisado, não foram franqueados estes processos para serem objeto de análise para essa pesquisa.

Para fins de pesquisa qualitativas, serão analisados os processos que já tenham sentença proferida, pois o direito já se constituiu dentro do processo, mesmo que as partes tenham apresentado recurso.

Todas essas demandas passam pelo rito que foi exposto nas linhas anteriores, inclusive pelo diagrama apresentado, onde o juiz forma o seu convencimento sobre as demandas que entram no poder judiciário.

Diante dos processos pesquisados dentro do recorte temporal, verificamos que na Comarca de Santa Teresa, os processos que envolvem a internação compulsória são a maioria, seguido pelos processos de fornecimento de medicamentos, e depois de cirurgias.

Para esboçar os argumentos utilizados pelo magistrado no tocante a concessão da tutela de urgência ou liminar, os argumentos dos entes federativos em sede de contestação, e as convicções do magistrado ao proferir a sentença, os processos escolhidos levam em conta o método qualitativo para a pesquisa, tratando-se de processos relativos à ação civil pública para defesa da saúde que são propostos pelo Ministério Público, e ações em que este não intervém no processo.

O objeto da pesquisa selecionado engloba três aspectos relacionados aos bens e serviços de saúde em trâmite na comarca: fornecimento de medicamentos, internações compulsórias, e cirurgias. O recorte temporal definido para o estudo abrange o período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2022. A escolha desse período específico visa focalizar o contexto mais recente e relevante, considerando a possibilidade de abrangência extensiva da pesquisa, uma vez que existem processos relacionados a essa matéria em períodos anteriores.

Essa delimitação temporal permitirá uma análise mais acurada dos casos pertinentes ao tema da pesquisa, possibilitando uma compreensão mais abrangente dos desafios e tendências observados nos três bens e serviços de saúde em questão.

Ao concentrar-se em um período mais recente, a pesquisa busca capturar as dinâmicas atuais que podem influenciar as decisões judiciais e a judicialização da saúde nesta comarca específica.

Ressalta-se que, embora existam processos anteriores que também poderiam ser objeto de estudo, a escolha desse recorte temporal estratégico contribuirá para o alcance de resultados mais significativos e relevantes para a investigação em questão.

Foram analisados os casos que envolvem a judicialização da saúde dentro da comarca de Santa Teresa, averiguando o pleito autoral, a decisão de tutela de urgência ou liminar que o juiz profere, a contestação do estado e do município, e o término do processo que é a sentença.

Como resultados, temos que das informações coletadas, temos que a tutela de urgência foi deferida pelo juiz em 100% dos casos que foram abertos e sentenciados no período temporal da pesquisa, assim como os argumentos utilizados pelo magistrado nas decisões de tutela de urgência.

Dos processos analisados, verificamos que, por meio da declaração de hipossuficiência, todos os autores não possuem condições de arcarem com os custos do processo, e nem mesmo de algum tipo de tratamento às suas expensas, o que é motivação para a propositura de ação judicial por parte dos autores.

Em relação ao fato de as pessoas buscarem primeiro o atendimento na rede pública, verificamos que, dos processos analisados, temos que 08 (oito) processos dispõe que, mesmo de forma indireta, que existiu a procura de atendimento e informações na rede pública, sendo os processos de nº. 01,02,04,05,07,08,09,11, fazendo a observação do processo de nº. 05 em que o contato com a rede pública de saúde se deu por intermédio do Ministério Público.

O restante, 05 processos, a parte procuraram postular em juízo a ação antes de se consultar na rede pública ou procurar qualquer tipo de informação junto ao município ou ao estado.

Das tutelas de urgência, temos que os argumentos sempre se repetem quanto a existência do direito à vida e a saúde como direito fundamental e social conforme os artigos 5º, 6º, e 196 da Constituição Federal, e nos

casos de internações compulsórias, é utilizado a Resolução 1598/00 do CFM.

Das sentenças do juiz, temos que 03 (três) processos, após a concessão da tutela de urgência, a parte autora desistiu da ação, sendo os processos de nº. 06, 07 e 08.

Após a contestação apresentada pelo estado e pelo município, a sentença de procedência, ou seja, condenando o estado e o município na obrigação de fazer, foram em todos os casos apresentados, e todos os processos receberam tutela de urgência determinando a obrigação de fazer estatal.

Os processos em que o juiz profere a sentença condenando o estado e o município leva em consideração os aspectos jurídicos do direito à saúde nos art. 6º e 196 da constituição federal e as provas que a parte autora traz para dentro do processo.

Importa registrar que todas as sentenças que foram proferidas nos processos objeto de análise, nenhum deles possui menção sobre a repartição de atribuições e competências entre o município e o estado estabelecidos na Lei 8080/90.

Com relação a pergunta se o poder judiciário é realmente a última alternativa para garantir os bens e serviços de saúde, a presente pesquisa, se deparamos com um fato interessante, onde surgiu nela duas vertentes sobre essa pergunta.

A primeira vertente é em relação às pessoas que já buscaram, mesmo que de forma indireta, algum contato com a rede pública de saúde, conforme exposto anteriormente, onde verificamos que o cidadão busca o poder judiciário como última alternativa em razão de que, ao buscar a rede pública de saúde, não obtêm êxito em seu pleito.

Logo, buscam o poder judiciário com o fito de pressionar o poder executivo para que

forneçam, de forma imperiosa, um medicamento de alto custo, uma cirurgia, uma internação compulsória, ou uma remoção de vagas.

Já para aqueles que não tiveram, mesmo que de forma indireta, um contato inicial com a rede pública, verificamos que o poder judiciário é utilizado como a via principal para que o cidadão obtenha os bens e serviços de saúde.

Porém, as duas vertentes se unem para um fim específico que é utilizar o poder judiciário como instrumento de pressão e contestação das políticas públicas.

Em relação a esse aspecto, o cientista político Robert Dahl define que a característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais.

Nesse sentido, a democracia ideal tem por base de definição e comparação as possibilidades de expressão e realização da vontade e interesse dos governados, ao que a judicialização da saúde pode ser interpretada como uma de suas alternativas.

Segundo o autor, são três requisitos básicos para que o governo continue sendo responsivo à vontade popular: a formulação de suas preferências, a sua expressão a concidadãos e ao governo através de ação individual e da coletiva e, por fim, o atendimento de suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Tais condições formuladas por Dahl implicam o direito de todos em formular, expressar, e ter preferências em condições iguais na conduta do governo.

Desse modo, o que definiria o processo de democratização seria o ascendente processo de contestação política, em conjunto com o direito de participação da sociedade.

A judicialização da saúde, mais do que processo judicial envolvendo bens e serviços atinentes à

saúde, é um fenômeno que ocasionou a intenção do cidadão, ao bater às portas do poder judiciário, procurar os seus direitos e contestar as políticas públicas que até então estavam sendo realizadas, e pressionar o executivo para conceder esses direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da exposição desse trabalho, podemos tecer diversas conclusões quanto ao objeto de pesquisa exposto fica claro a importância do poder judiciário na vida das pessoas que dela necessitam, inclusive nas matérias relativas ao direito fundamental social da saúde.

A judicialização da saúde é um fato que se alinha nos presentes dias e que o poder judiciário precisa dar uma resposta para aqueles que batem as suas portas.

Nesse passo, rememoramos que o direito à saúde previsto nos art. 6º e 196 da constituição federal é uma norma que impõe um dever do estado a sua garantia para os seus cidadãos.

Por outro lado, nenhuma política pública consegue, de forma completa, satisfazer os anseios da sociedade. Porém, uma má política pública pode acarretar o descontentamento da sociedade, e acionar os meios necessários de coerção para que o poder público garanta, de forma satisfatória as políticas públicas que são obrigadas segundo a lei.

No caso da saúde, é claro que as políticas públicas implementadas pelo Estado não conseguem atender a todo o brasileiro pois as questões referentes à estrutura administrativa e a limitação de orçamento público se fazem presentes como verificamos ao decorrer dos processos analisados.

Contudo, podemos perceber que, dado as duas vertentes que se apresentaram no decorrer da

pesquisa, a conclusão delas é uma, que é o poder judiciário utilizado como forma de pressão em face do poder executivo.

Nessa toada, partindo da visão de Robert Dahl, a busca pelo poder judiciário para a garantia de direitos sobre bens e serviços de saúde, o cidadão exerce de forma democrática a manifestação e o atendimento às políticas públicas que têm sido realizadas na atualidade.

A partir da Comarca de Santa Teresa, logrou êxito em trazer dados de uma pesquisa qualitativa a fim de responder as perguntas alvo dessa pesquisa, principalmente quanto a utilização do poder judiciário como última alternativa para acesso aos bens e serviços de saúde.

Com base nos dados coletados, podemos inferir que o poder judiciário se mostra hoje a alternativa viável para acesso aos bens e serviços de saúde para aqueles que dela necessitam, inobstante da parte ter tido ou não contato anterior, mesmo que de forma indireta, com o poder público na esfera executiva.

A Judicialização da Saúde possui, no entanto, dois enfoques, um que é o dever do Estado em garantir, por meio de suas políticas sociais, o acesso aos bens e serviços de saúde e, no outro enfoque, a questão estrutural e orçamentário do poder público para essa garantia.

O cidadão que busca o Poder Judiciário pela urgência no atendimento de seu pleito diante da ameaça do direito a vida. Assim, o cidadão busca no Poder Judiciário uma salvação devido à urgência do seu caso e que, sozinho e as suas custas, não conseguirá ter o tratamento de saúde que necessita.

Nesse sentido, a lei não pode ser vista como uma mera folha de papel em que existem direitos e garantias ali escritas, mas que ninguém as observa, sendo claro que o Estado deve pautar-se em conferir o acesso aos bens e

serviços de saúde para aqueles que necessitam, melhorando suas políticas sociais e dando prioridades de investimento nesse setor.

Conforme pudemos observar na pesquisa, além do Poder Judiciário ser a última alternativa para o cidadão que já buscou atendimento na rede pública, mas sem sucesso, também o Poder Judiciário é visto como a alternativa principal do cidadão. Nesse momento, o cidadão sequer busca o poder público para ter acesso aos bens e serviços de saúde, buscando diretamente o Poder Judiciário e fortalecendo ainda mais a Judicialização da Saúde.

Entendemos que a busca do Poder Judiciário como alternativa principal é uma medida equivocada pelo cidadão, pois o Poder Judiciário deve ser visto como a última alternativa para a resolução dos conflitos, quando os meios legais já se demonstraram insuficientes, e que ao buscá-lo como a via principal, não dá a oportunidade do Estado em solucionar o problema do cidadão que busca o acesso aos bens e serviços de saúde, que poderia ser resolvido ali mesmo, sem a necessidade de acionar o Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. et. al, Marjorie Corrêa Judicialização da política no Brasil: ver além do constitucionalismo liberal para ver melhor. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2014, v. 00, n. 15 [Acessado 17 Outubro 2022], pp. 69-94. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220141504>>

BIASUTTI, L. C. **Documentário do Centenário do Município de Santa Teresa 1891- 1991**, Editora Ineditas Editoras de Arte, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicap/constituicao.htm> Acesso em 02 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 13.105/ 2015**: Código de Processo Civil. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em 02 de ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 10.216/2001**: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_04/leis/leis_2001/l10216.htm> Acesso em 02 de ago. 2023.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **CNJ Serviço**: Saiba a diferença entre comarca, vara, entrância e instância. Ano 2016. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia/>> Acesso em 10 de agosto de 2023

COSTA, A. L. B. **Judicialização das Políticas Públicas de Saúde no Brasil**: Interferência judicial indevida ou consequência da má gestão? São Paulo: Dialética, 2021.

DAHL, R. **A Poliarquia**: Participação e Oposição. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4881602/mod_resource/content/1/289084901-Robert-Dahl-Poliarquia%20%281%29.pdf> Acesso em 10 de ago. 2023

FREITAS, B. C.; et al. Judicialização da saúde nos sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2020, v. 24 [Acessado 22 Fevereiro 2022], e190345. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190345>>. Epub 10 Fev 2020. ISSN 1807- 5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.190345>. Acesso em 22 de fev. 2022.

- FREIRE, L. A Justiça e o Acesso a Medicamentos em Tempos de Desabastecimento. **Ilha Revista de Antropologia**. Ano 2022. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/367293546_A_justiça_e_o_acesso_a_medicamentos_em_tempos_de_desabastecimento> Acesso em 23 de jan. 2023.
- OLIVEIRA, M. R. M.; et al. Judicialização da saúde: para onde caminham as produções científicas?. **Saúde em Debate** [online]. 2015, v. 39, n. 105, pp. 525-535. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-110420151050002019>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-110420151050002019>. Acesso em 30 de jun. 2022
- MACHADO, F. R. S. Contribuições ao debate da judicialização da saúde no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**. v. 9, n. 2. p. 73-91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/13118/14921> Acesso em 30 de jun. 2022.
- MASSON, N. **Manual de Direito Constitucional**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.
- NADER, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 41. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- PREFEITURA DE SANTA TERESA-ES. **Relatório de Gestão Fiscal**. Disponível em <<https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20220726084030-anexo-6-dem-simplificado-rgf.PDF>>. Acesso em 03 de dez. 2022.
- PREFEITURA DE SÃO ROQUE DO CANAÃ-ES. **Relatório de Gestão Fiscal**. Disponível em <<https://s3.amazoaws.com/el.com.br/portal/uploads/2024/arquivos/E1AD4815A41B9884B4542B658DD714C1.pdf>>. Acesso em 03 de dez. 2022.
- POUPART, J.; et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. E. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- RIBEIRO K. D.; VIDAL, J. P. Uma análise da produção acadêmica sobre a evolução do fenômeno da judicialização da saúde no Brasil. **Cad. Ibero Am. Direito Sanit.** v. 7, n. p239-61. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/493> Acesso em 12 de ago.2023.
- SANTI, E. J.; et al. **As Constituições Brasileiras e o Direito à Saúde como um Direito Social: análise de casos concretos e jurisprudências em face do Direito à Saúde pela Defensoria Pública**. Salão do Uni 2015 Conhecimentos. Disponível em <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/493> Acesso em 12 de ago.2023.
- TONELLI, M. L. Q. **Coleção O Que Saber: Judicialização da Política**. Fundação Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores, 2016.
- VENTURA, M.; et al. Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2010, v. 20, n. 1, pp. 77-100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/35xXdQXR9JrdvpPmtkktL9F/abstract/?lang=pt#> 08 de ago.2023.
- ZOGHBI, M. S. El. **A Judicialização da Política Pública de Saúde: a percepção do magistrado capixaba**. São Paulo: Dialética, 2020.
- WEFFORT, F. C. (org). **Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista**. V. 1. 14. dd. São Paulo: Ática, 2000.

DINÂMICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA OCUPAÇÃO DESORDENADA NAS MARGENS DO RIO PARDO, NA CIDADE DE IBATIBA/ES, BRASIL

Reinaldo Soares Ribeiro

Especialista em Ciências do Meio Ambiente; Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha. Bolsista CNPq

Rodrigo Arêas Amorim

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira, Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha

Teresa Cristina da Silva Rosa

Doutora em Sócio-économie du développement, Professora da Universidade Vila Velha

RESUMO

Esta proposta pretende trazer para o debate a investigação sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais decorrentes da ocupação desordenada das margens do Rio Pardo, na cidade de Ibatiba/ES, Brasil. Este é o tema do projeto de pesquisa que tem como objetivo principal, compreender como a ausência de planejamento urbano e a falta de infraestrutura básica impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores, perpetuando ciclos de injustiça social e de insustentabilidade ambiental, pobreza, exclusão social e degradação ambiental. A problemática principal se refere à ocupação irregular dessas áreas de preservação permanente (APP), onde os moradores enfrentam condições precárias, com acesso limitado a saneamento básico, saúde, educação e segurança habitacional. A ocupação desordenada também gera impactos ambientais, como a poluição dos corpos d'água e a degradação do solo, além de aumentar a vulnerabilidade a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra. A metodologia adotada combina uma abordagem quantitativa e qualitativa. Inicialmente, será realizado um mapeamento detalhado das áreas ocupadas desordenadamente, utilizando imagens de satélite e sistemas de informações geográficas (SIG) para identificar a extensão e distribuição das ocupações. Paralelamente, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas e grupos focais com os moradores locais, com o intuito de coletar percepções sobre os impactos da ocupação em suas vidas cotidianas, incluindo o acesso a serviços essenciais e as condições socioeconômicas. A análise qualitativa será conduzida com base em técnicas de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e temáticas recorrentes entre as percepções dos entrevistados. Além disso, será realizada uma revisão documental das políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano e à gestão ambiental, para verificar em que medida essas políticas têm sido eficazes em mitigar os impactos da ocupação irregular. O referencial teórico será fundamentado em autores como Henri Lefebvre (2006), que discute a produção do espaço e a relação entre urbanização e segregação socioespacial, e Enrique Leff (2016), cujas teorias sobre racionalidade ambiental ressaltam a importância de integrar sustentabilidade e justiça social nas práticas de planejamento territorial. A obra de Georg Simmel (1903) também oferece uma perspectiva valiosa para entender as dinâmicas sociais nas cidades, enfatizando a complexidade das interações sociais em espaços urbanos. A teoria da economia ecológica, conforme discutida por Georgescu-Roegen (1971), será essencial para compreender os limites do crescimento econômico em contextos de escassez de recursos

naturais. Além disso, a análise do conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2004) permitirá examinar as implicações da ocupação desordenada no acesso desigual ao espaço urbano. Os resultados esperados incluem a identificação de como a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo perpetua a marginalização social, além de fornecer uma análise detalhada dos impactos ambientais resultantes da degradação do território. A pesquisa também pretende oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas, que considerem a integração entre desenvolvimento urbano, preservação ambiental e justiça social. Espera-se que a análise revele como as práticas de ocupação refletem as desigualdades sociais históricas e as dificuldades enfrentadas pelos governos locais em planejar e gerir o crescimento urbano de forma sustentável. Ao final, o estudo pretende sensibilizar gestores públicos e a sociedade civil sobre a urgência de implementar medidas que mitiguem os impactos sociais e ambientais dessa ocupação, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

A ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba, Espírito Santo, reflete um fenômeno complexo e multifacetado que impacta profundamente o contexto socioeconômico e ambiental da região. Ibatiba, situada no sul do Espírito Santo, Brasil, apresenta uma trajetória de urbanização marcada pela falta de planejamento, resultando em um crescimento desordenado que exacerba as condições de vida nas áreas ribeirinhas e perpetua ciclos de marginalização e exclusão social. O município teve seu desenvolvimento impulsionado pela atividade agropecuária, que atraiu uma população crescente em busca de terras férteis e recursos hídricos, como destaca Oliveira (2018, p. 32), que observa que "o estabelecimento das primeiras famílias de colonos nas margens do Rio Pardo foi motivado pela fertilidade das terras e pela disponibilidade de recursos hídricos". A localização estratégica de Ibatiba, próxima a importantes vias de transporte, consolidou a cidade como um ponto central de comércio e desenvolvimento regional (Lima, 2019, p. 78).

No entanto, o crescimento desordenado ao longo dos séculos resultou em uma urbanização sem planejamento adequado. Santos (2022, p. 90) enfatiza que "essa ocupação desordenada refletiu as condições econômicas e sociais da época, em que a falta de políticas públicas eficazes para planejamento urbano contribuiu

para a perpetuação de desigualdades sociais". Ferreira (2021, p. 102) acrescenta que "a falta de políticas públicas adequadas para planejamento urbano e inclusão social resultou em um processo de urbanização que perpetua desigualdades e exclusão". A expansão urbana desregulada criou áreas vulneráveis com infraestrutura precária e habitação inadequada, especialmente nas margens do Rio Pardo.

O crescimento acelerado de Ibatiba ao longo do século XX, impulsionado pelas migrações internas em busca de melhores condições de vida, não considerou a preservação ambiental ou as necessidades sociais dos novos moradores. Souza (2017, p. 56) argumenta que "as migrações internas, motivadas pela busca por melhores condições de vida, desempenharam um papel crucial na expansão urbana da cidade, trazendo consigo desafios adicionais para a infraestrutura local". A falta de planejamento resultou em problemas ambientais, como poluição e degradação, e intensificou as desigualdades sociais. Leff (2016, p. 45) ressalta que "a racionalidade econômica dominante frequentemente entra em conflito com a racionalidade ambiental, onde o valor econômico imediato é priorizado em detrimento da preservação dos recursos naturais".

Atualmente, a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo continua a ter impactos significativos no meio ambiente e na qualidade

de vida dos residentes. Santos (2022, p. 92) observa que "o processo de ocupação das margens do Rio Pardo, iniciado ainda no século XIX, continua a impactar tanto o meio ambiente quanto as condições de vida dos moradores dessas áreas". A gestão inadequada dos resíduos e a ocupação irregular contribuem para a degradação ambiental e aumentam os riscos de desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra. Morin (2005, p. 27) destaca que "a complexidade das relações sociais e econômicas exige uma abordagem que considere as múltiplas interações e retroalimentações que perpetuam as desigualdades".

A marginalização das comunidades ribeirinhas também é uma consequência da ocupação desordenada. A falta de segurança habitacional e a instabilidade jurídica afetam negativamente a qualidade de vida dos residentes, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão que limita suas perspectivas de desenvolvimento. Haesbaert (2004, p. 89) e Cecchin (2017, p. 72) discutem como a gestão territorial inadequada revela desigualdades no acesso ao espaço urbano e intensifica a segregação socioespacial.

Para abordar essa problemática, a pesquisa adota uma abordagem metodológica mista. Inicialmente, serão utilizados sistemas de informações geográficas (SIG) e imagens de satélite para mapear a extensão e a distribuição espacial das ocupações desordenadas. A análise quantitativa medirá a área ocupada, a densidade populacional e as características socioeconômicas das comunidades afetadas. Em paralelo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos focais com moradores das áreas afetadas para explorar suas percepções sobre os impactos da ocupação desordenada em suas vidas. A análise qualitativa dos dados será feita por meio de técnicas de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões e temas emergentes.

Além disso, uma revisão documental das políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano, gestão ambiental e inclusão social será conduzida para identificar lacunas e oportunidades de melhoria. A pesquisa seguirá rigorosos princípios éticos, garantindo o consentimento informado dos participantes, a confidencialidade dos dados e o respeito aos direitos humanos. Considerações práticas, como o acesso às comunidades e a cooperação dos moradores, serão abordadas para assegurar a qualidade dos dados coletados.

Essa abordagem metodológica mista permitirá uma análise aprofundada e abrangente dos impactos da ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba, oferecendo insights para informar políticas públicas e práticas de planejamento urbano mais eficazes e inclusivas. A integração das dimensões econômicas, sociais e ambientais é crucial para a construção de comunidades resilientes e coesas, capazes de enfrentar os desafios emergentes do desenvolvimento urbano sustentável, como discutido por Cavalcanti (2003, p. 60) e Georgescu-Roegen (1971, p. 114).

REFERENCIAL TEÓRICO

A ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba, Espírito Santo, é um fenômeno que revela a complexidade das interações entre crescimento urbano, marginalização social e impactos ambientais. A análise dessa questão exige uma compreensão abrangente das dinâmicas socioeconômicas e ambientais que moldam a região, considerando as contribuições teóricas e metodológicas de diferentes autores sobre urbanização, marginalização e desenvolvimento sustentável.

A urbanização desordenada em Ibatiba é um reflexo das mudanças econômicas e do crescimento populacional descontrolado.

Oliveira (2018) traça a trajetória histórica da ocupação de Ibatiba, destacando como a fertilidade das terras e a disponibilidade de recursos hídricos atraíram os primeiros colonizadores para as margens do Rio Pardo. Este crescimento acelerado e a falta de planejamento urbano adequado resultaram em uma urbanização desordenada, caracterizada por infraestrutura precária e ausência de políticas públicas eficazes. Silva (2020) enfatiza que o surgimento de Ibatiba está intimamente ligado à expansão econômica e ao desenvolvimento agropecuário, um fator crucial que contribuiu para a falta de planejamento e controle na urbanização. Santos (2022) corrobora essa visão ao apontar que a ausência de planejamento urbano gerou áreas vulneráveis, com infraestrutura inadequada, especialmente nas regiões ribeirinhas.

Os desafios enfrentados pela cidade estão diretamente relacionados à história da sua ocupação e ao crescimento desordenado. Souza (2017) observa que a urbanização acelerada trouxe problemas adicionais para a infraestrutura local, refletindo a falta de planejamento integrado. A ausência de uma estratégia coerente para lidar com o crescimento populacional e urbano perpetuou uma série de problemas estruturais na cidade. Esse contexto é essencial para entender como a marginalização e a exclusão social emergem como consequências da ocupação desordenada.

A relação entre urbanização desordenada e impactos ambientais é um aspecto crucial para compreender os problemas enfrentados por Ibatiba. A degradação ambiental resultante da ocupação irregular das margens do Rio Pardo é uma preocupação significativa. Leff (2016) argumenta que a racionalidade econômica frequentemente entra em conflito com a racionalidade ambiental, priorizando o valor econômico imediato em detrimento da preservação dos recursos naturais. Cavalcanti (2003) destaca a importância de respeitar os

limites naturais do crescimento econômico e adotar práticas sustentáveis para minimizar os impactos ambientais. A poluição da água e do solo, provocada por práticas inadequadas de gestão de resíduos e ocupação irregular, exemplifica essa degradação e reforça a necessidade de um planejamento urbano que considere a sustentabilidade ambiental.

A marginalização das comunidades ribeirinhas é uma consequência direta da ocupação desordenada e da falta de planejamento urbano. Morin (2005) argumenta que a complexidade das relações sociais e econômicas requer uma abordagem que considere as múltiplas interações que perpetuam as desigualdades. A falta de segurança habitacional e a instabilidade jurídica impactam negativamente a qualidade de vida dos moradores, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Haesbaert (2004) contribui para essa discussão ao afirmar que o território é uma construção social que reflete as relações de poder e as práticas espaciais de diferentes grupos. A segregação socioespacial, evidenciada pela ocupação desordenada, acentua as desigualdades e a marginalização das comunidades. Cecchin (2017) reforça que a gestão territorial deve considerar a interação entre sociedade e natureza para promover justiça social e sustentabilidade ambiental.

A economia ecológica oferece uma perspectiva crítica sobre o desenvolvimento urbano desordenado e seus impactos. Georgescu-Roegen (1971) adverte sobre os riscos de um crescimento econômico ilimitado em um mundo com recursos finitos, sublinhando a necessidade de uma abordagem equilibrada entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Cavalcanti (2003) e Leff (2016) enfatizam a importância de integrar as dimensões social, econômica e ambiental no planejamento urbano para garantir um desenvolvimento equitativo e sustentável. A análise dos impactos da ocupação desordenada das margens do Rio Pardo destaca a necessidade de uma abordagem que vá além da

racionalidade econômica, incorporando princípios de sustentabilidade e justiça social.

A investigação dos impactos da ocupação desordenada em Ibatiba requer uma metodologia abrangente que combine métodos quantitativos e qualitativos. A utilização de sistemas de informações geográficas (SIG) e imagens de satélite para mapear a extensão e a distribuição das ocupações desordenadas é fundamental para a análise quantitativa. Além disso, a realização de entrevistas semiestruturadas e grupos focais com os moradores das áreas afetadas proporciona uma compreensão qualitativa dos impactos da ocupação desordenada em suas vidas. A análise de conteúdo dos dados qualitativos ajudará a identificar padrões e temas emergentes, oferecendo uma visão mais detalhada dos problemas enfrentados pelas comunidades. A revisão documental das políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano e à gestão ambiental permitirá identificar lacunas e oportunidades para melhorias nas estratégias de intervenção.

Em suma, o referencial teórico desenvolvido para compreender a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba integra diversas dimensões do desenvolvimento urbano, marginalização social e impactos ambientais. A combinação de perspectivas teóricas sobre urbanização desordenada, marginalização e sustentabilidade oferece uma base sólida para a análise dos desafios enfrentados pela região. A abordagem metodológica proposta permitirá uma análise profunda e detalhada dos fenômenos em questão, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas de planejamento urbano mais eficazes e inclusivas. A pesquisa tem o potencial de expandir o conhecimento sobre as dinâmicas urbanas e ambientais em Ibatiba, promovendo um desenvolvimento urbano sustentável que equilibre as dimensões econômica, social e ambiental.

RESULTADOS

A investigação sobre a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba, Espírito Santo, será conduzida com uma abordagem metodológica mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos para proporcionar uma compreensão abrangente dos impactos socioeconômicos, ambientais e sociais desse fenômeno. Embora os resultados exatos dos questionários e entrevistas ainda não estejam disponíveis, é possível antecipar alguns resultados esperados e discutir suas implicações com base na metodologia planejada e nas referências teóricas.

O levantamento detalhado das áreas ocupadas desordenadamente, utilizando sistemas de informações geográficas (SIG) e imagens de satélite, permitirá mapear a extensão e a distribuição espacial das ocupações ao longo das margens do Rio Pardo. Espera-se que essa análise revele áreas com alta densidade populacional e ocupações irregulares, caracterizadas pela falta de infraestrutura adequada e pelo crescimento desordenado. De acordo com Oliveira (2018) e Silva (2020), a urbanização desordenada frequentemente resulta em problemas significativos de infraestrutura e acesso a serviços básicos, exacerbando a vulnerabilidade das comunidades afetadas.

A análise quantitativa da densidade populacional e das características socioeconômicas das comunidades ribeirinhas deverá destacar a magnitude dos impactos econômicos e sociais da ocupação desordenada. Espera-se que as áreas afetadas apresentem baixos níveis de renda, condições de vida precárias e uma carência de serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Esses resultados confirmariam a teoria de Leff (2016) e Santos (2022), que argumentam que a falta de planejamento urbano adequado perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. A escassez de infraestrutura e serviços públicos

pode limitar as oportunidades de emprego e prejudicar a qualidade de vida dos moradores, contribuindo para um ambiente de marginalização econômica.

As entrevistas semiestruturadas e grupos focais com os moradores das áreas afetadas proporcionarão uma visão qualitativa aprofundada sobre as condições de vida e os impactos da ocupação desordenada. Espera-se que os residentes revelem dificuldades relacionadas à habitação inadequada, acesso limitado a serviços básicos e problemas com segurança e infraestrutura. Os resultados qualitativos devem alinhar-se com as observações de Morin (2005) e Haesbaert (2004), que discutem como a marginalização e a exclusão social afetam a qualidade de vida das pessoas e como essas condições contribuem para a perpetuação da desigualdade.

A revisão documental das políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano, gestão ambiental e inclusão social permitirá identificar lacunas e oportunidades para melhorar a abordagem das questões enfrentadas pelas comunidades ribeirinhas. A análise das políticas existentes poderá revelar a falta de integração entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental, um ponto discutido por Georgescu-Roegen (1971) e Cavalcanti (2003). A avaliação das estratégias e regulamentações aplicáveis ajudará a entender como as políticas públicas podem ser ajustadas para abordar de maneira mais eficaz os problemas identificados na pesquisa.

Com base nos resultados esperados, é possível antecipar que a urbanização desordenada das margens do Rio Pardo terá impactos ambientais significativos, como a poluição da água e do solo e a redução da qualidade dos recursos naturais. Esses resultados confirmarão a hipótese de que a falta de controle na expansão urbana contribui para a degradação ambiental, em linha com os argumentos de Leff (2016) e Cavalcanti (2003) sobre a necessidade de integrar princípios de

sustentabilidade na gestão urbana. A marginalização social das comunidades afetadas é uma consequência direta da ocupação desordenada e da ausência de planejamento urbano, e os dados esperados devem mostrar que essas comunidades enfrentam níveis mais baixos de renda e acesso restrito a serviços públicos essenciais, corroborando a visão de Santos (2022) sobre a relação entre urbanização desordenada e exclusão social.

A revisão das políticas públicas deve revelar a eficácia das estratégias atuais de planejamento urbano e gestão ambiental em Ibatiba. É provável que os resultados mostrem que as políticas existentes são inadequadas para lidar com os desafios da urbanização desordenada e da marginalização social, o que destacará a necessidade de reformular as políticas para integrar melhor a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. Essa necessidade de ajustes nas políticas é refletida nas sugestões de Georgescu-Roegen (1971) e Cavalcanti (2003), que enfatizam a importância de uma abordagem equilibrada no planejamento urbano.

Finalmente, com base na análise dos dados, serão desenvolvidas propostas de intervenção para mitigar os impactos negativos da ocupação desordenada e promover o desenvolvimento sustentável. Espera-se que essas propostas incluam medidas para melhorar a infraestrutura, oferecer serviços básicos adequados e implementar políticas de gestão ambiental mais rigorosas. A abordagem integrada proposta na pesquisa, combinando dados quantitativos e qualitativos, permitirá o desenvolvimento de estratégias que abordem tanto os aspectos socioeconômicos quanto ambientais, promovendo um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável.

Em suma, a pesquisa sobre a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo deverá proporcionar uma compreensão detalhada dos impactos desse fenômeno e informar políticas

públicas e práticas de planejamento urbano que promovam a sustentabilidade e a inclusão social. Os resultados esperados irão fornecer insights valiosos para enfrentar os desafios identificados e contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado e justo em Ibatiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo em Ibatiba, Espírito Santo, busca compreender os impactos socioeconômicos, ambientais e sociais desse fenômeno e oferecer insights para políticas públicas mais eficazes e sustentáveis. A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos permitirá uma visão abrangente da realidade enfrentada pelas comunidades afetadas, contribuindo para um planejamento urbano mais inclusivo e uma gestão ambiental mais eficaz.

O levantamento detalhado das áreas ocupadas desordenadamente e a análise da densidade populacional e das características socioeconômicas das comunidades fornecerão uma base sólida para entender a magnitude dos impactos da urbanização desordenada. Espera-se que os dados revelem áreas com alta densidade populacional e ocupações irregulares, caracterizadas pela falta de infraestrutura e pelo crescimento desordenado. Esses resultados confirmarão a visão de autores como Leff (2016) e Santos (2022), que destacam como a ausência de planejamento urbano adequado perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. As condições de vida precárias, a carência de serviços básicos e a marginalização econômica identificadas nas áreas afetadas evidenciarão a necessidade urgente de políticas de desenvolvimento urbano que promovam a inclusão social e a equidade.

A análise qualitativa das entrevistas e grupos focais com os moradores das áreas afetadas

permitirá uma compreensão mais profunda das condições de vida e dos impactos da ocupação desordenada. Espera-se que os relatos dos residentes revelem dificuldades relacionadas à habitação inadequada, acesso limitado a serviços básicos e problemas com segurança e infraestrutura. Esses resultados alinharão com as observações de Morin (2005) e Haesbaert (2004), que discutem como a marginalização e a exclusão social afetam a qualidade de vida das pessoas e como essas condições perpetuam a desigualdade. A voz dos moradores é essencial para compreender as dimensões humanas e sociais da ocupação desordenada e para desenvolver estratégias de intervenção que realmente atendam às necessidades das comunidades afetadas.

A revisão das políticas públicas relacionadas ao planejamento urbano, gestão ambiental e inclusão social proporcionará uma visão crítica das abordagens atuais e destacará as lacunas existentes. É provável que os resultados revelem que as políticas atuais são inadequadas para enfrentar os desafios da urbanização desordenada e da marginalização social. A necessidade de reformulação das políticas será evidente, com base nas sugestões de Georgescu-Roegen (1971) e Cavalcanti (2003), que enfatizam a importância de integrar princípios de sustentabilidade na gestão urbana e na formulação de políticas públicas. A análise crítica das políticas existentes ajudará a identificar oportunidades para melhorar a eficácia das intervenções e promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Os impactos ambientais da ocupação desordenada também serão um foco importante da pesquisa. A poluição da água e do solo, bem como a degradação dos recursos naturais, são consequências previsíveis da expansão urbana desordenada. Esses resultados confirmarão a hipótese de que a falta de controle na expansão urbana contribui para a degradação ambiental, conforme discutido por Leff (2016) e Cavalcanti

(2003). A identificação e análise desses impactos permitirão a formulação de propostas para mitigar a poluição e promover a preservação ambiental, alinhando-se com as diretrizes de gestão sustentável e planejamento urbano responsável.

As propostas de intervenção desenvolvidas com base nos resultados da pesquisa visam mitigar os impactos negativos da ocupação desordenada e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas. Essas propostas deverão incluir medidas para melhorar a infraestrutura, fornecer serviços básicos adequados e implementar políticas de gestão ambiental mais rigorosas. A abordagem integrada da pesquisa permitirá que essas propostas abordem tanto os aspectos socioeconômicos quanto ambientais da urbanização desordenada, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A abordagem metodológica mista, que combina métodos quantitativos e qualitativos, proporcionará uma análise completa e detalhada da ocupação desordenada das margens do Rio Pardo. O uso de sistemas de informações geográficas (SIG) e imagens de

satélite para mapear a extensão e a distribuição espacial das ocupações, combinado com entrevistas e grupos focais para entender as percepções e experiências dos moradores, permitirá uma compreensão abrangente dos diversos aspectos do fenômeno. A integração dos dados quantitativos e qualitativos fornecerá uma visão holística da situação e contribuirá para a formulação de estratégias de intervenção mais eficazes.

Em conclusão, a pesquisa sobre a ocupação desordenada das margens do Rio Pardo tem o potencial de fornecer insights valiosos para enfrentar os desafios enfrentados pelas comunidades afetadas e para informar políticas públicas e práticas de planejamento urbano mais eficazes e inclusivas. Os resultados esperados contribuirão para a compreensão dos impactos socioeconômicos e ambientais da urbanização desordenada e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção que promovam a sustentabilidade e a inclusão social. A pesquisa oferece uma oportunidade para avançar no conhecimento sobre os efeitos da ocupação desordenada e para contribuir para um desenvolvimento urbano mais equilibrado e justo em Ibatiba.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. **Economia ecológica e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Editora USP, 2003. Disponível em: <https://www.editoradausp.com.br/livro/economia-ecologica-e-sustentabilidade>. Acesso em: 03 set. 2024.

CECCHIN, A. **Território e sustentabilidade**: uma abordagem ecológica da economia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. Disponível em: <https://editora.fgv.br/livros/territorio-e-sustentabilidade>. Acesso em: 03 set. 2024.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971. Disponível em: <https://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674281653>. Acesso em: 03 set. 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: <https://www.bertrandeditora.com.br/livro/o-mito-da-desterritorializacao>. Acesso em: 03 set. 2024.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions, 1974. 4. ed., 2006. Disponível em: https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Disponível em: <https://www.record.com.br/produto/racionalidade-ambiental-a-reapropriacao-social-da-natureza>. Acesso em: 03 set. 2024.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. Disponível em: <https://www.institutopiaget.com/livros/introducao-ao-pensamento-complexo>. Acesso em: 03 set. 2024.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, p. 577-591, 2005. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12BFc4UXiAXE-Fi9I8jhGIdgUM7ssmrfE/view>. Acesso em: 06 jul. 2024.

GENTRIFICAÇÃO VERDE E RACISMO AMBIENTAL: UMA PESQUISA SOBRE O PARQUE PEDRA DA CEBOLA, EM VITÓRIA-ES

Marshal Zorzaneli

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha. Bolsista
Prosup-CAPEs

RESUMO

Essa pesquisa tratou de uma leitura e interpretação feita na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, com foco no Parque Pedra da Cebola, abordando seus aspectos históricos, considerando os conceitos de racismo ambiental e gentrificação ambiental, mais especificamente a gentrificação verde, com uma lente nas injustiças sociais urbanas, segregação de populações desfavorecidas social e economicamente. O referencial do nosso estudo é embasado, entre outros, nos ensinamentos da Professora Dra. Selene Herculano (2002), (2000), (2008), do Professor Joan Martinez-Alier (2007), da Cientista Social Isabelle Anguelovski (2016), (2018), (2014), (2019), do sociólogo Kenneth Alan Gould (2004), (2016), (2012), e da Professora Tammy L. Lewis (2016), (2012). A discussão proposta se debruça sobre os diversos conceitos de justiça ambiental, riscos ambientais, desigualdade socioambientais, entre outros. Discutimos e refletimos sobre os conceitos de justiça ambiental, que foram aprofundados nas perspectivas e visões das desigualdades sociais, hierarquias sociais e desigualdades de classes. A metodologia utilizada foi a observação participante, através de um método dedutivo. Através da interpretação dos dados coletados, suportados com estudos e pesquisas sobre gentrificação, suas ramificações, mais especificamente a gentrificação verde e sobre racismo ambiental, além de injustiça socioeconômico e ambiental e nos autores estudados. Verificamos eventuais semelhanças e diferenças atuais, passando pelo viés da Ecologia Política, (Little, 2004), de forma a contribuir para a discussão acerca do assunto. Nesse contexto, análises e estudos com exemplos locais foram muito bem-vindos e também conduzidos de forma a refletirmos de forma mais abrangente a maneira que podemos utilizar e entender onde começa e termina cada limite de cada pessoa no que tange às características do racismo ambiental, da segregação nos espaços públicos, o deslocamento de pessoas do seu ambiente natural para outros diversos e periféricos; o que ocorre tanto nas cidades brasileiras, que em sua maioria são extremamente urbanizadas, como também em diversas cidades ao redor do mundo, que, se não tem grandes áreas urbanas, estão em um rápido processo de expansão, ampliando áreas gentrificadas com uso essencial do Racismo Ambiental.

INTRODUÇÃO

Gentrificação Ambiental e Gentrificação Verde são características de centros urbanos, sendo assim, precisamos compreender inicialmente a diferença entre a primeira e a segunda. Apesar de ambas possuírem essas características, existem diferenças fundamentais. A segunda está dentro da primeira e refere-se mais à revitalização de áreas urbanas que foram

degradadas através da introdução de práticas tidas como sustentáveis e até certo ponto, amigáveis ao meio ambiente.

Essas ações podem incluir a inovação e criação de novos espaços verdes, a ampliação de estruturas e infraestruturas mais sustentáveis, a implementação de novas tecnologias que serão ecologicamente corretas para esse ambiente e a promoção e divulgação de estilos de vida mais

ecológicos. A gentrificação ambiental é o processo que tem como característica a valorização de determinada área urbana, sendo que isso implica o aumento do custo de vida naquela região. Há certa mudança no perfil dos moradores dessas localidades, em termos gerais, marcado por novos moradores com maior poder aquisitivo que os anteriores. Como consequência da gentrificação, há o crescimento da desigualdade socioespacial nas cidades.

Assim, esse é um processo urbano com grande caráter elitista. Além desses aspectos que apresentamos, temos outro aspecto urbano que anda lado a lado com os citados, e integra um composto social que desnuda nossos desafios socioeconômicos: o Racismo Ambiental.

Os parques públicos podem ser interpretados por suas características únicas, e nesse estudo, elas foram mapeadas através de recortes locais, amparados em estudiosos reconhecidos por esses temas. Identificamos e caracterizamos todas as formas e elementos, tanto desse meio urbano de onde está localizado, do porquê da sua localização, além de reflexos que são causados à sociedade ao seu entorno. Foi observado a distribuição espacial do parque, seu uso, ocupação, dentre outros aspectos cruciais para nossa reflexão.

A metodologia dividiu-se em atividades de campo, como entrevistas e observação participante, além de coleta de dados urbanos de outras áreas verdes. O mapeamento realizado foi processo fundamental, amparado pelo uso do referencial teórico e metodológico adotado e a partir dele o debate se desenvolve. Foi oportuno por tanto, discutir, mapear, caracterizar, e mensurar particularidades do Parque Pedra da Cebola, no contexto de áreas urbanas associado a desigualdades sociais.

Evidenciamos a grande necessidade de interlocução para o correto uso das definições de justiça ambiental, no que tange à

gentrificação verde e racismo ambiental, aqui representado pelo caso Parque Pedra da Cebola em Vitória-ES. A pesquisa buscou e trouxe luz aos processos de racismo ambiental (Herculano, 2002), conflitos ambientais (Alier, 2007), gentrificação verde (Gould; Lewis, 2012), desigualdades e privilégios de partes da população (Anguelovski I., 2016), justiça ambiental (Rammê, 2012), entre outras formas de problemas e desafios ambientais e urbanos, retratados como se fossem inofensivas contribuições de melhorias à sociedade. Partindo de uma abordagem que considera a ecologia política, seus efeitos segregadores, e seus nefastos processos de ecologização dos espaços, tendo à frente o capital e o neoliberalismo, analisamos como seus efeitos aumentam as desigualdades e causam impactos negativos sobre parcela significativa da sociedade, geralmente os mais vulneráveis.

A metodologia nos permitiu observar que é presente o sentimento da desigualdade social entre as pessoas entrevistadas, que é perceptivo a todos, o “antes” e “depois” da instalação do Parque Pedra da Cebola na região, afetando de forma ampla a todos, por exemplo com o expressivo aumento do preço dos imóveis, bem como a não permanência ali de certos entrevistados, ex-moradores, já que não conseguem manter o padrão de consumo local, de valores de aluguel, de supermercado, bares e restaurantes no seu entorno; como também há o outro lado, pessoas que estão ali exatamente por isso, exatamente pela “distinção” de sua classe.

A caracterização local, junto às questões formuladas possibilitaram aos entrevistados externarem suas dores e percepções diante das questões sociais que são camufladas através de amenidades urbanas, e são representadas por exclusão socioeconômica, que foi feito de forma lenta e deixou grandes marcas na comunidade, seja em forma do racismo ambiental que excluiu a população original daquele lugar e as levou à uma periferia com todos os desafios e

problemas relacionados à saúde, educação, poluição ambiental, seja na forma de gentrificação verde, no que poderia ter sido amplamente um projeto que levasse qualidade de vida, um ambiente familiar pra relaxamento, compartilhamento de bons momentos, confraternização, e que de certa forma levou, mas em contrapartida, o custo foi e é elevado, principalmente no que concerne ao deslocamento de pessoas, aos altíssimos valores de imóveis e custo de vida atual do local, promovendo uma extrema elitização regional.

Temos que a gentrificação ambiental, mais especificamente a “verde”, como diferenciamos, esteve bem definida nas demonstrações que fizemos, e apontamos a teoria dos pesquisadores de que a necessidade de um equilíbrio nesse processo é muito importante e necessária no contexto atual, com base em casos diversos ao redor do mundo, e em caso específico, o brasileiro, como o apontado no caso do Parque Pedra da Cebola em Vitória.

Embora os processos ocorram de formas diferentes, o material empírico oferece uma lente analítica que abre possibilidades para diferentes aplicações do conceito, por um lado – como visto no caso paralelo da Ilha do Frade – ao mesmo tempo em que compreende suas limitações e dificuldades no tratamento dos dados associados ao perfil dos atuais moradores, custos e deslocamento da população local. Além disso, processos específicos que envolvem arranjos políticos institucionais para facilitar mudanças regulatórias em favor de uma empresa são outra característica específica identificada na análise deste estudo – como visto no paralelo Manolo Cabral, um parque localizado próximo ao nosso campo.

Quando analisamos todos esses pontos e características da gentrificação verde, não encontramos sequer uma delas no paralelo Manolo Cabral, não atestando por tanto os estudos feitos pelos autores que apontamos no

percorrer da nossa pesquisa (Gould; Lewis, 2012); (Anguelovski, 2019). Ao longo da análise foi possível observar que alguns dos elementos críticos faziam sentido para o debate, enquanto outros não. Todas as discussões sobre gentrificação verde, seja em qual espaço for, acontece sempre que há a incidência de uma agenda ambiental em áreas públicas verdes, o que por fim leva a uma completa expulsão dos mais vulneráveis.

A partir desse entendimento, o caso do Parque Pedra da Cebola apresenta inúmeros vestígios desse processo de problema ambiental, principalmente com espaços verdes que levam a algum tipo de privilégios ambientais. Essa situação vem ao encontro do que é a teoria (Dooling, 2009) da população que tem quase nenhum acesso econômico e social, ao mesmo tempo que defende uma ética ambiental; outros estudiosos afirmam que todo esse movimento pode ser percebido pelos habitantes por meio de riscos de deslocamento (Anguelovski, 2016).

Este fato muito comum e muito conhecido em várias praias, de norte a sul do Brasil, não diz somente sobre a implantação de um espaço natural, mas abrange vários problemas e desafios sociais de tomada desse espaço, a privatização de áreas naturais e expulsão, ou “proibição” de populações tradicionais, além de violar o direito a quaisquer pessoas frequentarem determinadas áreas, no caso aqui, a praia. A reivindicação por justiça ambiental neste caso, está relacionada ao reconhecimento e respeito aos modos de vida tradicionais da população local em uma área específica, como também à difícil junção entre localidade e a identidade local, bem como preservação para garantia dos bens naturais, entendendo que essa parte da população menos privilegiada, tem a sua vida e de seus familiares totalmente vinculada ao manejo cuidadoso, além da conservação da região (Anguelovski; Martinez-Alier, 2014).

Todas essas situações nos apresentam como, em diferentes situações, as populações foram afetadas por uma lógica que reproduz a continuidade do desenvolvimento. Além disso, é essencial considerar os processos históricos contextuais que produzem e reproduzem as desigualdades. Especificamente no Brasil, sua história colonial, que envolve muita exploração, muita violência, além de nenhum respeito ou empatia aos seres humanos. Teve sim suas relações sociais e econômicas produzidas sobre uma estrutural e feroz desigualdade e criou parâmetros muito específicos (Prado Jr., 2011), (Furtado, 2005). Todos esses exemplos, depreendidos em prol de uma ecologia com práticas neoliberais, promovem e difundem a enorme desigualdade no acesso a recursos naturais, no Brasil.

RESULTADOS

A degradação e supressão de meio ambiente é uma das mais significativas transformações que o crescimento urbano nos proporciona e oferece às cidades. Isso decorre do interesse de vários agentes da sociedade para atender aos mais diversos objetivos, e os principais são a disponibilidade de áreas para futura edificação residencial, ruas, pavimentações e outros mais diversos acessos, entre outros.

Na entrevista com a Sra. Alcione ela nos relatou a transformação que acompanhou na região até a venda da casa de sua família e outras famílias:

Pude presenciar, assim como a minha família, muitas outras famílias que saíram daqui após a venda de suas casas, dos seus sítios, e foram pra outras regiões da cidade. As construtoras são muito agressivas, foram muito espertas e compraram tudo o que podiam de pessoas que não estavam acostumadas com aquelas situações, eram pessoas simples, pescadores, ribeirinhos na maioria. Elas só moravam nos seus lugares, perto da praia, em uma comunidade que se ajudavam e sobreviviam. Foi uma grande mudança de pessoas daqui pra outros lugares, porque aqui não era mais

o lugar que queríamos estar, ou pensando bem, não nos queriam mais aqui. Nos vimos obrigados a mudarmos para locais com alguma dificuldade de acesso aos locais de trabalho, escolas e muitas vezes próximos a 'lixões' e áreas degradadas. Quem tinha um pouco mais de recurso ia pra lugares melhores, mas as famílias eram grandes (Alcione, 2023).

Em áreas onde não houve certa preocupação com o correto uso e ocupação dos espaços, destruição da vegetação, seja parcial ou total, os desafios produzidos daí, são difíceis de solucionar, entendendo que a ocupação já está feita, e uma reorganização desse ambiente se torna muito complexa e difícil. Em grande parte, os interesses econômicos foram privilegiados em detrimento aos interesses ambientais, e a falta de espaços verdes nas cidades é cada vez mais visível. Vias pavimentadas para caminhadas, completa arborização com espécies da mata atlântica e frutíferas diversas, pequenas fazendas com aves domésticas, exóticas e animais domésticos, viveiro com plantas medicinais, museu histórico do parque e de geologia, além de estacionamento para 120 veículos.

No caso do Parque Pedra da Cebola, ao resolver um problema, criou-se outro, pois foram observadas “desapropriação verde” e “gentrificação ambiental”. O relato do Sr. Chico é significativo para nossas conclusões:

Estou aqui na região e no bairro desde antes da criação do parque. Antes era muito melhor. As pessoas que moravam aqui eram pessoas simples, trabalhadoras, todos nos conhecíamos. Hoje não tem pessoas simples aqui, são pessoas ricas, algumas com seguranças nas portas de suas casas. Nos condomínios então, nem preciso falar. Vejo também uma mudança no comportamento dessas pessoas, porque ninguém fala com ninguém, a não ser nas igrejas que abriram logo após o parque (Chico, 2023).

Insisto com o Sr. Chico se ele notou alguma outra mudança nas características do bairro, das pessoas que frequentam o parque, e do entorno do parque, que na sua percepção é de

destaque. Ele consente positivamente: "Meu filho, as pessoas hoje, aqui, além de ricas, estão mais brancas (Chico, 2023)."

Para criar mais espaços verdes (ou mais áreas de lazer, que entendemos ser o cenário mais próximo ao nosso estudo) para o bairro, que precisava desta obra, teve-se que fazer um enorme deslocamento de pessoas. Esses processos, de transferência de população para outra área, foram muito grandes, mas é uma característica de uma estrutura que quer pensar uma nova forma de entendermos as cidades, mesmo que em conjunto com o capital privado.

Gould e Lewis (2016) nos apresentam uma questão que baseia nosso interesse em pesquisar o Parque Pedra da Cebola: se ecologização aumenta os preços dos aluguéis e da habitação, temos uma resposta positiva nesse caso. A pergunta adicional é sobre se a sustentabilidade embranquece uma área e acrescenta complexidades à análise, e a resposta é: Sim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso do Brasil, e por conseguinte no caso dessa pesquisa em Vitória, as populações mais vulneráveis vivem com pouca área verde ou não tem acesso à natureza no seu cotidiano, portanto o problema é ainda mais perverso.

O mercado imobiliário e o Estado, combinado com a narrativa de sustentabilidade utilizada para enfrentar as crises urbana e ambiental (e agora climática), poderiam neutralizar a possibilidade de reclamações e a mobilização dos afetados, num simples ato de despolitização dos processos. Para o efeito, face a este

processo, pode-se politizar o processo e pode-se levar à denúncia das desigualdades ambientais e à exposição do que são bons exemplos de expansão e criação de novas áreas ambientais.

No Brasil, existem mecanismos legais, embora pouco utilizados, que poderiam funcionar como ferramentas extremamente importantes para ajudar na aplicação de práticas e melhorias, e podemos encontrar algumas respostas dentro do próprio governo, por exemplo com o Estatuto da Cidade (Rolnik, 2013), que afirma que a valorização da terra em torno da implementação de novas infraestruturas pode ser aproveitada para posterior redistribuição de forma mais igualitária.

Essa pesquisa considerou, portanto, que apesar de haver literatura escassa dedicada à América Latina, seus efeitos que afetam negativamente a sociedade podem estar acontecendo, e as evidências – paralelo Ilha do Frade, paralelo Parque Manoel Cabral e o nosso objeto de pesquisa que é o Parque Pedra da Cebola – sugerem que o pressuposto inicial da investigação é confirmado.

Todos esses exemplos que abordamos não são situações raras, pelo contrário, são comuns a vários outros exemplos no Brasil e na América Latina. O que é novo, e precisa ser aprofundado de forma detalhada, inclusive com mais pesquisas empíricas, como apresentado nessa pesquisa, são os conceitos de racismo ambiental e de gentrificação verde, esses temas sim devem ser analisados sob uma lente muito aprofundada sempre, para que possamos chegar a um futuro com nossas cidades menos desiguais, com ambientes verdadeiramente planejados para todos.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ANGUELOVSKI, I. Opinion: Why green “climate gentrification” threatens poor and vulnerable populations”, **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 52. 2019

ANGUELOVSKI, I.; MARTINEZ-ALIER, J. The “Environmentalism of the poor” revisited: Territory and place in disconnected glocal struggles. **Ecological Economics**, n. 102, p. 167-176. 2014.

DOOLING, S. Ecological gentrification: A research agenda exploring justice in the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33, p. 621–639, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005

GOULD, K.; LEWIS, T. **Green Gentrification: Urban Sustainability and the Struggle for Environmental Justice**. New York: Routledge, 2016.

GOULD, K.; LEWIS, T. The environmental injustice of green gentrification: the case of Brooklyn’s Prospect Park. In. **The World in Brooklyn: Gentrification, Immigration, and Ethnic Politics in a Global City**. Lanham: Lexington Books, 2012.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. I ENCONTRO DA ANPPAS. In. **Anais...** 2002.

LEFF, E. Political ecology: a Latin American perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64. 2015.

RAMMÊ, R. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

ROLNIK, R. “**De quem São Nossas Praias**”, available at <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/02/18/de-quem-sao-nossaspraias>. Acesso em jan. de 2024.

ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. Leituras da cidade. Tradução . Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

GRUPO DE TRABALHO

CULTURA, IDENTIDADES, SUBJETIVIDADE E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Discute análises orientadas por diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas que envolvam a produção de subjetividade, a constituição de identidade e seus impactos culturais, sociais, políticos, econômicos, dentre outros, decorrentes de conflitos provenientes do encontro entre diferentes modos de ser e formas de existir. Ao fomentar debates sobre questões contemporâneas, produzindo diagnósticos do tempo presente a partir de diferentes perspectivas teóricas que dialogam com outros campos do conhecimentos e saberes, a linha de pesquisa proposta ainda promove investigações sobre tecnopolíticas e sociologia digital, processos de individualização, sociologia dos processos de mudança de vida, sociologia dos problemas íntimos e das rupturas biográficas, interseccionalidades, antropologia política, sociologia da violência, do crime e da punição, sociologia do risco e da prevenção, sociologia urbana, sociologia da religião, sociologia da saúde, sociologia do direito, sociologia das drogas, sociologia do sistema de justiça criminal, relações de gênero e sexualidade, dentre outros assuntos.

ETNOGRAFIA NAS BANCAS DE JORNAIS: SOBREVIVENDO AO DECLÍNIO DO MERCADO DE IMPRESSOS

Eraldo Baroni Junior

Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha.
Bolsista MPT

RESUMO

Trata-se de projeto de pesquisa etnográfica a ser desenvolvida com jornalheiros de Vitória/ES, nos próprios espaços das bancas de jornais e revistas, cujo objetivo principal é compreender como esses profissionais vivenciam o aparente declínio de sua atividade em razão do enfraquecimento do mercado editorial decorrente do surgimento e da expansão das mídias digitais. Considera-se que a compreensão das vivências dos jornalheiros de Vitória/ES (escopo central da pesquisa) demanda um entendimento que extrapola os diminutos espaços das bancas de jornal, cabendo ao pesquisador buscar o conhecimento necessário para compreender como esses profissionais se inserem nas dinâmicas econômicas e socioculturais da atualidade, como suas atividades e seus projetos de vida colidem (com), se reconfiguram (em razão de) e incorporam novas tecnologia que compõem o cotidiano da sociedade contemporânea. Para tanto, toma-se como referencial teórico, precipuamente, o materialismo cultural de Raymond Williams, partindo-se da hipótese de que o fenômeno que se encontra na essência do estudo, qual seja, o surgimento e a consolidação da informação digital em detrimento do modelo editorial anterior (impressos), é complexo e não pode ser explicado apenas com base em visão ortodoxa e dualística que contrapõe base (determinante) e superestrutura (determinada). Acredita-se que se está diante de fenômeno que entrelaça fatores de ordem econômica, social e cultural, que tornou crucial a reconfiguração de caráter estrutural dos próprios veículos de comunicação para adequação às necessidades das sociedades contemporâneas, assumindo a forma de um espiral no qual “evolução tecnológica” e “velocidade da informação” podem ser encaradas como causa e consequência simultâneas uma da outra. Também alicerça a presente pesquisa a obra de Manuel Castells, sociólogo espanhol cujo pensamento inicial teve bases marxistas e é reconhecido na atualidade como um dos mais importantes estudiosos do impacto das tecnologias da informação na sociedade, razão para sua escolha. Castells parece dialogar com o entendimento sopesado em linhas acima acerca da inviabilidade de se abstrair a tecnologia da sociedade ao afirmar “a tecnologia é a sociedade” (Castells, 2020, p. 64). Conforme ressaltado, o estudo que se pretende produzir, em consonância com os objetivos estabelecidos e cujo escopo principal se volta para as experiências vividas pelos jornalheiros de Vitória/ES, constitui uma pesquisa etnográfica, a qual, segundo Gil (2021, p. 65), “tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente mediante a utilização de procedimentos como entrevistas em profundidade e observação participante”. De tal sorte que a pesquisa proposta, de caráter indutivo e qualitativo, se baseia primordialmente em pesquisa de campo, com utilização de instrumentos como observação participante, entrevistas, questionários e diário de campo. Acredita-se que ao final da pesquisa será adquirida compreensão aprofundada acerca da maneira como esses profissionais vivenciam o atual e aparente declínio de suas atividades, o que, espera-se, também contribua para o entendimento da sociedade contemporânea, especialmente no que tange aos impactos do surgimento de novas tecnologias sobre a cultura e antigas formas de trabalho.

INTRODUÇÃO

Contando com o título “A Gazeta agora é um veículo totalmente digital”, em 03/11/2020 a Rede Gazeta anunciou que o Jornal A Gazeta, que já havia deixado de circular diariamente de maneira impressa, encerraria também a produção de sua edição (impressa) de fim de semana, passando a ser um jornal exclusivamente digital (Mauri, 2020).

A situação apontada acima não é exclusividade da Rede Gazeta, mas se insere em um contexto muito maior no qual o avanço da informação digital vem mudando drasticamente o suporte de leitura e, como consequência, colocando em risco a sobrevivência de jornais e revistas (impressos).

Em publicação no site Poder360, Oliva e Lopes (2021) apontam que ao menos “17 veículos de médio a grande alcance nacional encerraram suas atividades no Brasil entre os anos de 2018 e 2021”. Entretanto, o impacto desse processo de migração do impresso para o digital não afeta apenas as empresas responsáveis pela elaboração e impressão de jornais e revistas. Inúmeros outros atores envolvidos nesse complexo empreendimento também são afetados, incluindo, de maneira bastante simplificada, aqueles que transformam os fatos em textos (jornalistas), os que transportam jornais e revistas até os pontos de venda (distribuidores) e, no final dessa cadeia, aqueles que entregam esses impressos aos leitores / consumidores (jornaleiros).

Trata-se, portanto, de uma atividade em aparente declínio. Embora os jornaleiros sigam como personagens carismáticos do cotidiano das cidades, suas bancas, que outrora representavam espaços de acesso à informação de maneira fácil e barata, já não dispõem do mesmo quantitativo de impressos para comercializar e não exercem a mesma atração sobre os leitores. Talvez por isso inúmeras mudanças estruturais são hoje facilmente

observáveis nas bancas de jornais, como a comercialização de diferentes produtos, uma provável estratégia para compensar em termos de faturamento a redução da venda de impressos e evitar o fechamento da banca. Nesse cenário, se justifica a pesquisa que se pretende desenvolver com jornalistas de Vitória/ES, de caráter etnográfico e inserida nos espaços das bancas, pela necessidade de compreensão aprofundada acerca da maneira como esses profissionais vivenciam o aparente declínio de suas atividades, o que, espera-se, também contribua para o entendimento da sociedade contemporânea, especialmente quanto aos impactos do surgimento de novas tecnologias sobre a cultura e antigas formas de trabalho.

A pesquisa etnográfica, segundo Gil (2021, p. 65), “tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente mediante a utilização de procedimentos como entrevistas em profundidade e observação participante”. Conforme Souza e Barroso (2008, p. 151), “a etnografia, entendida como modalidade de pesquisa científica primordialmente de caráter qualitativo, possui traços da fenomenologia, do interacionismo simbólico e da sociologia” e se fundamenta “na inserção do pesquisador em um campo diferente, do ponto de vista cultural, de seu próprio habitat durante um longo período”. Para Ambrosino (2009, p. 34 apud Ataídes; Oliveira; Silva, 2021, p. 138), a etnografia “é baseada em trabalho de campo, personalizada, multifatorial, de longo prazo, indutiva, dialógica e holística”. Em síntese, por meio da pesquisa etnográfica, se busca compreender as percepções e os comportamentos de grupos sociais ou pessoas em sua própria rotina diária.

O primeiro momento do estudo consistirá em pesquisa bibliográfica (para melhor organização de conceitos e compreensão do contexto geral), com busca por artigos relacionados ao objeto de pesquisa em sites especializados em publicações acadêmicas, assim como livros de

autores renomados e outros documentos de fontes confiáveis.

Os indivíduos que participarão do estudo serão identificados pelo pesquisador por meio de consultas à internet e visitas às bancas de Vitória/ES. Em razão das limitações do período da pesquisa, estima-se que a pesquisa será realizada com cerca de 3 jornaleiros. São critérios de inclusão: ser jornaleiro, maior de 18 anos e atuação em Vitória/ES. Critério de exclusão: indivíduo que se recusar a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Considerando que o trabalho de campo constitui a base da pesquisa etnográfica (Gil, 2021), requerendo contato do pesquisador de forma intensa e prolongada com a cultura do grupo objeto da pesquisa, a observação se torna o principal instrumento para a coleta de dados. Para a pesquisa proposta, se mostra adequada a observação participante, em sua forma moderada, garantindo-se o equilíbrio entre os papéis de observador e participante. Em adição ao procedimento de observação, o pesquisador se valerá de diário de campo para registro de suas constatações.

Para coleta de dados relacionados ao perfil socioeconômico dos participantes, será aplicado questionário estruturado. No entanto, para melhor compreensão da realidade do grupo observado, serão empregadas entrevistas “em profundidade”, nas modalidades semiestruturadas e não estruturadas (focalizadas), de forma a garantir maior liberdade de expressão aos entrevistados, com gravação (de voz) para facilitar a coleta de dados e sua posterior utilização.

Quanto à análise dos dados, Gil (2021, p.176) adverte que esse processo “geralmente se inicia no momento em que o pesquisador seleciona o problema e só termina com a redação da última frase de seu relatório”. No contexto dessa pesquisa, seguindo os ensinamentos desse autor, serão utilizados precipuamente os

seguintes procedimentos analíticos: a) leitura atenta e repetida de todo o material; b) identificação de “categorias locais de significado”; c) triangulação; d) identificação de possíveis padrões de pensamento e de comportamentos.

Considerando a adoção de procedimentos metodológicos que se enquadram nos termos do art. 1º da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, este procedimento de pesquisa será inscrito na Plataforma Brasil para que seja submetido à avaliação ética pelo sistema CEP/CONEP. Uma vez aprovado o projeto, durante o desenvolvimento da pesquisa será utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em carta escrita a Joseph Bloch em setembro de 1890, possivelmente respondendo a acusações de economicismo e/ou determinismo, Friedrich Engels relativiza, de certo modo, o papel da base econômica como fator determinante na concepção materialista da história: “Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma” (Engels, 1890).

Sob esse prisma, desviando-se do campo ortodoxo da teoria marxista, é que se observa a

importante produção intelectual de Raymond Williams, considerado o mentor do materialismo cultural inglês, o qual, em apertada síntese, se contrapõe por meio de seus estudos culturais a interpretações simplistas acerca de uma base determinante e uma superestrutura determinada no que tange à cultura: “Nós temos que reavaliar ‘determinação’ como o estabelecimento de limites e o exercício de pressões, e não como a fixação de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Nós temos que reavaliar ‘superestrutura’ em relação a um determinado escopo de práticas culturais relacionadas, e não como um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, principalmente, nós temos de reavaliar ‘base’ não como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como as atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico” (Williams, 2005, p. 214).

Cevasco (2001) argumenta, com base na obra de Raymond Williams, que uma proposta analítica da cultura como manifestação superestrutural causa mais problemas do que os soluciona, e argumenta que a cultura, segundo compreensão de Williams, não é mera reproduzora da “realidade”, mas também sua produtora: “O modelo descritivo marxista da base/superestrutura precisa ser modificado para dar conta de que há produção na superestrutura. É um ganho teórico, no sentido que possibilita ver e explicar o que efetivamente se dá na prática: não só reflexo e reprodução, mas também criação e produção, sempre determinadas por um modo de produção econômico cujas relações sociais são cimentadas também pela produção cultural. O pensamento da classe dominante, no entanto, não prefigura tudo. Inclui, de forma crucial, o pensamento de sua superação por uma ordem distinta” (Cevasco, 2001, p. 159).

A pesquisa ora proposta se alicerça, portanto, nessas reflexões de Williams, apresentadas de

forma extremamente sintetizadas acima, uma vez que se parte da hipótese de que o fenômeno que se encontra na essência do estudo, qual seja, o surgimento e a consolidação da informação digital em detrimento do modelo editorial anterior (impressos), é complexo e não pode ser explicado apenas com base em visão ortodoxa e dualística que contrapõe base (determinante) e superestrutura (determinada). Acredita-se que se está diante de fenômeno que entrelaça fatores de ordem econômica, social e cultural, que tornou crucial a reconfiguração de caráter estrutural dos próprios veículos de comunicação para adequação às necessidades das sociedades contemporâneas, assumindo a forma de um espiral no qual “evolução tecnológica” e “velocidade da informação” podem ser encaradas como causa e consequência simultâneas uma da outra.

A obra clássica de Williams sobre a televisão (Williams, 2016), originalmente publicada na Inglaterra em 1974, constitui modelo exemplar para estudo e compreensão de um meio de comunicação enquanto “tecnologia e forma cultural” (subtítulo da obra), assim como manancial teórico abundante que não se conforma nem com o “determinismo tecnológico”, nem com a visão da “tecnologia sintomática”, eis que ambas abstraem a tecnologia da sociedade: “O debate entre essas duas posições gerais ocupa a maior parte do pensamento sobre tecnologia e sociedade. É um verdadeiro debate, em que cada lado argumenta persuasivamente. Mas é, no final, estéril, porque cada posição, ainda que de diferentes maneiras, abstrai a tecnologia da sociedade. O determinismo tecnológico considera que a pesquisa e o desenvolvimento geram a si mesmos. As novas tecnologias são inventadas, por assim dizer, numa esfera independente e, em seguida, criam novas sociedades ou novas condições humanas. A visão da tecnologia sintomática, de modo similar, pressupõe que a pesquisa e o desenvolvimento são autogerados, mas de

maneira mais periférica. O que é descoberto à margem é, então, apropriado e utilizado” (Williams, 2016, p. 27).

Outra contribuição importante de Williams pode advir da adoção de seus conceitos de culturas dominantes, emergentes e residuais, caso a cultura difundida na “forma” de bancas de jornais possa se subsumir neste último conceito (cultura residual), que engloba “experiências, significados e valores, que não podem ser verificados ou expressos nos termos da cultura dominante”, mas que ainda assim são “vivos e praticados sobre a base de um resíduo – tanto cultural quanto social – de alguma formação social prévia” (Williams, 2005, p. 218). Acreditasse, em fase de planejamento da pesquisa, que a cultura residual se apresente aqui no encolhimento do mercado de impressos, outrora reconhecido como meio essencial para difusão da informação e, agora, paulatinamente cedendo lugar à informação digital. Para o mercado de impressos e as bancas de jornais parece valer a máxima de que “sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção” (Marx, 2008, p. 247).

Também alicerça a presente pesquisa a obra de Manuel Castells, sociólogo espanhol cujo pensamento inicial teve bases marxistas e é reconhecido na atualidade como um dos mais importantes estudiosos do impacto das tecnologias da informação na sociedade, razão para sua escolha. Castells parece dialogar com o entendimento sopesado em linhas acima acerca da inviabilidade de se abstrair a tecnologia da sociedade ao afirmar “a tecnologia é a sociedade”: “Essa opção metodológica não sugere que novas formas e processos sociais surgem em consequência de transformação tecnológica. É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive, criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de

forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (Castells, 2020, p. 64).

Importante destacar, para melhor compreensão de seu pensamento, que Castells argumenta que o final do século XX foi marcado por uma “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação” (Castells, 2020, p. 61), responsável por verdadeira remodelagem da base material da sociedade, implicando, inclusive, em um processo de reestruturação do próprio capitalismo, caracterizado pelo autor, entre outros pontos, pelo “informacionalismo” (Castells, 2020, p. 76). Cultura e relações sociais também são afetadas ao se integrarem ao novo espaço (digital), estruturado em redes de informação. Ao tratar de maneira específica das mudanças experimentadas pela imprensa tradicional, o que interessa diretamente à presente pesquisa, o Castells assevera que: “Em todo o mundo, os usuários de internet com menos de trinta anos de idade predominantemente leem o jornal on-line. Portanto, embora o jornal continue a ser um meio de comunicação de massa, sua plataforma de difusão muda. Ainda não há um modelo de negócios claro para o jornalismo on-line. Porém, a internet e as tecnologias digitais transformaram o processo de trabalho dos jornais e dos meios de comunicação de massa em geral. Os jornais se transformaram em organizações estruturadas internamente em rede e conectadas globalmente a redes de informação na internet. [...] As redações nos jornais, rádios e televisões foram transformadas pela digitalização das notícias e por seu implacável processamento global/local. Então a comunicação de massa no sentido tradicional agora também é comunicação baseada na

internet, tanto em sua produção quanto em sua difusão” (Castells, 2020, p. 20).

Perceba-se, nesse ponto, que a compreensão das vivências dos jornalistas de Vitória/ES (escopo central da pesquisa) demanda um entendimento que extrapola os diminutos espaços das bancas de jornal, cabendo ao pesquisador buscar o conhecimento necessário para compreender como esses profissionais se inserem nas dinâmicas econômicas e socioculturais da atualidade, como suas atividades e seus projetos de vida colidem (com), se reconfiguram (em razão de) e incorporam novas tecnologia que compõem o cotidiano da sociedade contemporânea. Para atingir esse objetivo, as obras de Raymond Williams e Manuel Castells constituem o referencial teórico indispensável para nortear e impulsionar a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que se trata de projeto de pesquisa de mestrado que ainda se encontra em andamento e cujo trabalho de campo de iniciou em data recente, ainda não foram alcançados os resultados esperados. Saliente-se que pesquisas de caráter etnográfico demandam inúmeras horas de trabalho dos pesquisadores, especialmente para observação meticulosa das rotinas dos participantes do estudo. Logo, os resultados a serem obtidos ainda estão longe de serem alcançados. No entanto, os dados até o momento coletados pelo pesquisador são promissores e estimulantes para continuidade da pesquisa até seu encerramento.

Conforme destacado durante a apresentação deste trabalho no Simpósio Discente do evento InnoScience 2024, promovido pela Universidade Vila Velha – UVV/ES, até o momento foram realizadas (ou se encontram em andamento) as seguintes etapas da pesquisa:

a) foi realizado levantamento bibliográfico, com auxílio da professora orientadora, sendo que algumas obras selecionadas já foram adquiridas pelo pesquisador;

b) o projeto de pesquisa foi elaborado durante a disciplina de Metodologia de Pesquisa, contando também com o acompanhamento da professora orientadora;

c) o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Vila Velha e, após a realização das adequações solicitadas, foi devidamente aprovado;

d) iniciou-se a pesquisa em uma banca específica, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, preenchimento do formulário socioeconômico, realização de entrevista gravada e início da observação participante por parte do pesquisador, desenvolvendo-se amplo diálogo com a jornalista dona da banca em questão.

Alguns questionamentos do pesquisador foram apresentados durante o evento supracitado, tendo contado com observações importantes dos professores presentes na ocasião, tratando-se de valiosa contribuição para a pesquisa.

Vale ressaltar que, conforme apontamentos anteriores, se espera obter como resultado principal da presente pesquisa uma compreensão aprofundada acerca da maneira como os jornalistas de Vitória/ES vivenciam o aparente declínio de suas atividades em razão do enfraquecimento do mercado editorial (jornais e revistas em sua modalidade impressa) decorrente do surgimento e da expansão das mídias digitais, incluindo as estratégias adotadas para sua manutenção no mercado e como atores estimados nas comunidades em que se inserem.

Estima-se, apesar das limitações do período da pesquisa (que deve ser concluída durante o mestrado do pesquisador, com duração de dois

anos), que o estudo será realizado com cerca de 3 (três) jornalheiros, o que não deixa de ser uma amostra considerável e significativa. As informações obtidas estarão disponíveis para análise em formulários (relacionados às principais questões socioeconômicas), transcrições de entrevistas gravadas (gravação de voz) e principalmente por meio das anotações do pesquisador em seu diário de campo.

Serão incontáveis horas de observação e entrevistas que certamente fornecerão ao pesquisador dados relevantes que possibilitarão a almejada compreensão do objeto de seu estudo, ainda que se faça necessária a

realização de novos estudos no futuro para obtenção de respostas a questões que eventualmente não sejam esclarecidas por meio desta pesquisa.

Espera-se que o estudo também contribua para o entendimento da sociedade contemporânea, especialmente quanto aos impactos do surgimento de novas tecnologias (com destaque, no caso, para a internet e as novas mídias digitais) sobre a cultura e antigas formas de trabalho. Afinal, acredita-se que o conhecimento a ser obtido extrapola os diminutos espaços das bancas de jornal, envolvendo questões relevantes da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ABERTA Consulta Pública para implantação de Pontos Comerciais de Rua em São Paulo. São Paulo: São Paulo Parcerias, 2024. 1 vídeo (2:12 min). Publicado pelo canal SP Parcerias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8l00pYkAAjo>. Acesso em: 23 maio 2024.

ATAÍDE, F. B.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, A. A. F. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. **Cadernos da Fucamp**. v. 20, n. 48, p. 133-147, 26 set. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601>. Acesso em: 27 maio 2024.

BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira**. V. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRIGGS, A.; BRUKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CALDAS, Á. (org.). **Deu no jornal: O jornalismo impresso na era da internet**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CARVALHO, B. G. Bancas, impressos e leituras em transformação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 1, p. 62-63, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000100017>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2024.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer. V. 1. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CEVASCO, M. E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAGAS, V. H. C. S. **Extra! Extra!**: os jornalheiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios. [2013?]. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/29946cb0-beb7-4661-869c-8a4147286c38>. Acesso em: 21 maio 2024.

ENGELS, F. [**Carta para Joseph Bloch**]. Destinatário: Joseph Bloch. Londres, 21-22 set. 1890. 1 carta. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

JOHNSON, S. **Cultura da interface**: Como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAURI, C. **A Gazeta agora é um veículo totalmente digital**. [Vitória], 2020. Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/a-gazeta-agora-e-um-veiculo-totalmente-digital/>. Acesso em: 22 maio 2024.

OLIVA, G.; LOPES, A. J. Ao menos 17 veículos de mídia fecharam no Brasil em 4 anos. **Poder360**. 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/ao-menos-17-veiculos-de-midia-fecharam-no-brasil-em-4-anos/>. Acesso em: 22 maio 2024.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. v.20, n. 42, p. 377-391, jul. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/#>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Governo Municipal. **Consulta Pública**: Pontos comerciais de rua. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/noticias/index.php?p=360123>. Acesso em: 23 maio 2024.

SILVA, L. F.; FIGUEIREDO, J. S.; SANTOS, B. Q. O ecossistema das bancas de jornal: um estudo sobre uma espécie em extinção. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. v. 19, n. 1, p. 80-95, abri. 2015. DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5902/2236117015533>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5dd7/193dd0e7950b9c01e7029af36ceef864dc97.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2024.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, L. B.; BARROSO, M. G. T. Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, v.12, n. 1, p. 150-155, mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452008000100023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/K5Gmf9SwZzjK3p7byWDtrjG/#>. Acesso em: 27 maio 2024.

WILLIAMS, R. Base e Superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 66, p. 209-224, mar./maio 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i66p209-224>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WILLIAMS, R. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. Tradução: Márcio Serelle e Mário F. I. Viggiano. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.

MISOGINIA INSTITUCIONAL, MATERNIDADE E TRABALHO: AS BOTAS DE CHUMBO DO PROLETARIADO FEMININO

Laura Carvalho Pastro

Mestranda em Sociologia Política, UVV. Bolsista CAPES

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir como o patriarcado se utiliza da misoginia institucional para prejudicar mulheres no mercado de trabalho propositalmente, principalmente com o advento da maternidade, a fim de que assumam o trabalho doméstico e de cuidado, trabalho este não remunerado e não reconhecido como tal. A metodologia utilizada foi a revisão de bibliografia, com o levantamento de artigos, monografias, dissertações, teses, leis, convenções, tratados, livros e outras fontes científicas. Trata a pesquisa, pois, de um grave problema, que em sua raiz apenas se justifica pela desigualdade de gênero firmada pelo patriarcado, onde os maiores prejudicados são as mulheres e as crianças.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se encarregará, no primeiro momento, de investigar as origens da misoginia institucionalizada, ou seja, do ódio às mulheres organizado e presente nas instituições políticas. Para tal, esta pesquisa conceituará misoginia, bem como analisará o nascimento do patriarcado primitivo. Após isso, buscar-se-á demonstrar a evolução do sistema patriarcal até os dias atuais, bem como o seu mecanismo de dominação e poder.

Este trabalho também se propõe a analisar como a misoginia influenciou as noções de maternidade ao longo dos anos, transformando o olhar cultural de dádiva sagrada para “castigo de Eva”. Ao final deste tópico, a pesquisa buscará estabelecer qual relação a misoginia institucional mantém com o proletariado feminino, e como o patriarcado utiliza da maternidade para prejudicar o trabalho das mulheres, transformando-a em “botas de chumbo” que tornam a competição pelo emprego desleal.

Para demonstrar como tal fenômeno ocorre de forma prática, a pesquisa abordará as licenças concedidas às famílias como consequência do nascimento de uma criança (licença-maternidade, licença-paternidade e licença-parental), bem como especificará o tempo dispendido em cada uma delas no Brasil e no mundo. Depois, o trabalho analisará a incoerência do tempo da licença-maternidade nacional em contraste com a recomendação feita pela OMS (Organização Mundial de Saúde) do aleitamento exclusivo por seis meses, bem como a insuficiência da licença-paternidade brasileira em contraponto com os altos índices de cirurgia cesariana no país e o tempo de repouso exigido para a recuperação da parturiente.

Por último, discutirá como o sistema capitalista se beneficia do trabalho doméstico e de cuidado desempenhado por mulheres, tendo em vista seu caráter não remunerado e a crença difundida de que este não se trata de trabalho, mas de instinto materno e destino biológico. Concluindo, a pesquisa demonstrará como o

capitalismo prejudica o trabalho feminino propositalmente, utilizando como ferramenta a misoginia institucional, na esperança de manter mulheres dentro de suas casas produzindo força de trabalho e desempenhando um trabalho invisível.

A pesquisa que será executada seguirá os modelos de uma Revisão de Literatura, utilizando como referencial teórico materiais como livros, monografias, dissertações, teses, legislações, convenções, declarações e censos econômicos e sociais. Também serão utilizados para levantamento bibliográfico os sites: “Scientific Eletronic Library Online (SciELO)”, “Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)”, e “Google Acadêmico”. Serão empregadas como palavras-chaves nas buscas: “misoginia”, “gênero”, “patriarcado”, “trabalho doméstico”, “feminismo”, “propriedade privada”, “capitalismo”, “mercado de trabalho”, “amamentação”, “licença-maternidade”, “licença-paternidade”, “licença parental”, “cesariana”, “maternidade”, “família”, “desmame” e “discriminação”.

Sobre a natureza do trabalho, será desenvolvida uma pesquisa básica, ou seja, uma pesquisa não aplicada, que não se dedica à solução de problemas específicos, que não pretende uma busca de leis ou de teses que possam ser aplicadas de maneira prática. Sobre a pesquisa de natureza básica. Francisco Paulo do Nascimento (2016) nos esclarece que seu objetivo consiste em gerar conhecimento novo, porém com interesses mais amplos e não localizados, sem, entretanto, um compromisso de aplicação prática do resultado que venha a apresentar.

A respeito da abordagem do problema, essa se amolda a uma metodologia qualitativa, ou seja, com intenção de avaliar o problema com profundidade e em detalhes, sem que seja utilizado material estatístico ou com avaliação de grandes avaliações ou modelos

matemáticos. Antonio Carlos Gil (2008) ensina que, o uso da abordagem qualitativa proporciona o aperfeiçoamento da busca pelos problemas e soluções referentes ao fenômeno investigado, porém mantendo as hipóteses em aberto para abarcar tanto as particularidades quanto os múltiplos significados que venham a se apresentar.

Quanto aos objetivos do estudo, estes permitem qualificar a pesquisa que se propõe realizar como Pesquisa Exploratória, ou seja, a busca por uma visão geral sobre fatos ou fenômenos, que se dá com o objetivo de ambientar os interlocutores com um tema para o qual não foram desenvolvidos muitos estudos. De acordo com William G. Zikmund (2000), esse tipo de pesquisa deve ser utilizado quando o pesquisador se propõe a identificar a problemática de situações, investigar alternativas para um imbróglio, ou encontrar soluções por meio de ideias novas.

MISOGINIA E PATRIARCADO

Por misoginia entende-se o ódio ou aversão à mulher e a tudo que se relacione com sua natureza, ou seja, a crença na inferioridade feminina. Como todo comportamento social, a misoginia não é uma verdade material e intrínseca à essência do ser humano, mas um constructo. Diversos historiadores e outros pensadores (Lewis Henry Morgan, Friedrich Engels, Claude Lévi-Strauss, Marija Gimbutas, Peggy Reeves Sanday, Jack Goody) demonstraram, ao longo de décadas de estudo, que na aurora do desenvolvimento das comunidades humanas existiram organizações matrilineares, onde a mulher possuía prestígio e respeito (Engels, 1884; Gimbutas, 1991; Goody, 1983; Lévi-Strauss, 1949; Morgan, 1877; Sanday, 2002).

Nessas sociedades anteriores ao patriarcado, os conhecimentos a respeito do papel masculino

na reprodução eram limitados e os casamentos grupais eram comuns. Assim, tanto a propriedade como os arranjos familiares seguiam uma lógica de comunidade. Não era possível a identificação do pai das crianças, ao contrário da maternidade que era plenamente observável nas mudanças corporais femininas, e portanto, as crianças pertenciam à tribo, sendo da responsabilidade de todos. Conforme assevera Friedrich Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*:

Em todas as formas de família grupal, não se sabe ao certo quem é o pai de uma criança, mas sabe-se bem quem é a mãe. Mesmo que esta considere suas todas as crianças da família e tenha obrigações de mãe para com todas elas, ela distingue das demais as crianças que ela própria gerou. Está claro, portanto, que, enquanto existe casamento grupal, é possível comprovar a linhagem apenas pelo lado materno e, portanto, somente a linha materna é reconhecida. (Engels, 1984, p.58)

Com a mudança dos arranjos sociais no decorrer das épocas, e com o surgimento da propriedade privada, a situação virou. Historiadores teorizam que a provável alteração nesse comportamento esteja relacionada com o surgimento da criação de animais, pois que assim os homens passaram a entender o próprio papel no processo reprodutivo, bem como as formas de confirmar e assegurar a paternidade da prole. As mulheres enfrentaram um processo de coisificação e exploração de sua capacidade reprodutiva, a mesma capacidade que antes era fruto de respeito e até mesmo medo. Gerda Lener, ao escrever *A Criação do Patriarcado*, nos ensina que:

As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores. Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as

mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. (Lener, 2019, p.290)

Com a disputa por território aumentando, tanto no aspecto interno de uma comunidade, quanto no aspecto externo, nas relações com outros povos, a monogamia e o modelo que conhecemos de família patriarcal se mostrou como ferramenta perfeita para a dominação masculina. Engels aduz que a família monogâmica se funda no domínio do homem e tem como finalidade gerar filhos cuja paternidade não se questiona, assim “essa paternidade é exigida porque um dia os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno” (Engels, 1984, p. 80). Os filhos deixaram de ser da tribo, assim como os bens deixaram de ser comuns.

Para que as mulheres aceitassem esse papel de incubadoras na nova divisão sexual do trabalho, anos de opressão e violências simbólicas se passaram, e os instrumentos foram os mais

diversos. Diferenças deixaram de ser biológicas e sexuais e passaram a ter o marcador do gênero. Por gênero entende-se a construção social patriarcal, que condiciona o sexo aos papéis esperados, em uma estrutura hierarquizada. Simone de Beauvoir abre com chave de ouro *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida* afirmando que não se nasce mulher, torna-se, pois que a mulher é uma construção do que o homem espera que ela seja - o segundo sexo:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (Beauvoir, 1967, p. 9)

A misoginia foi institucionalizada dentro do Estado, da religião e das famílias, como o perfeito instrumento patriarcal. Seguindo essa lógica, em *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*, Beauvoir nos esclarece que “legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra” (BEAUVOIR, 1970, p. 16). De fêmea humana, passou a ser mulher. O outro. O homem incompleto, desumanizado, caricato e demarcado. O que não existe per si. A costela de Adão.

MATERNIDADE COMO CASTIGO

Todo comportamento feminino foi condicionado pelo patriarcado, portanto a maternidade não fugiria à regra. Isto porque é pela maternidade que o capital extrai sua maior riqueza, qual seja, a força de trabalho. Ao escrever *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, Silvia Federici fala sobre a socialização feminina para a maternidade:

São necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida. [...] você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas. (Federici, 2019, p. 43-44)

A relação que as sociedades matrilineares, anteriores ao patriarcado, tinham com a maternidade era diferente. Isto porque acompanhava o olhar que essas sociedades tinham para a mulher e para todas as características que a compunham. Os cultos das deusas, espalhados pelo globo, nos trazem um reflexo cultural deste relacionamento com os atributos da fêmea:

Nas primeiras fases da adoração religiosa, a força feminina era reconhecida como aterradora, poderosa, transcendente. A supremacia da Deusa também é expressa nos primeiros mitos de origem, que celebram a criação feminina que dá vida. Na mitologia egípcia, o oceano primordial, a deusa Nun, dá à luz o deus do sol Atum, que então cria o resto do universo. A deusa suméria Nammu cria por partenogênese o deus do céu An e a deusa da terra Ki. [...] Na mitologia grega, a deusa da terra Gaia, em um nascimento virginal, cria o céu, Urano. (Lener, 2019, p. 213)

Isto se dava, possivelmente, pela falta de conhecimento masculino acerca do seu papel no processo reprodutivo. Simone de Beauvoir relata que, em algumas sociedades de filiação uterina, acreditava-se que as mulheres eram “germinadas” por larvas que se infiltravam em seus ventres. Em um estágio intermediário da evolução do conhecimento reprodutivo, Gerda Lener expõe que a Deusa-Mãe agora aparece associada a um parceiro masculino nos ritos de fertilidade (2019, p. 214). Porém, com a virada patriarcal, o homem reivindica a posteridade, transformando a crença de que não tinham participação alguma em uma crença de que participavam ainda mais do que a mulher, justificando que o ventre apenas carregava e alimentava suas sementes (Beauvoir, 1970, p.29).

Lener (2019, p. 256) menciona que a religião monoteísta do Deus patriarcal substituiu a Deusa suméria Ninhursag por Jeová, que no mito da criação cria o homem à sua imagem e semelhança e a mulher da costela deste último. Após a transgressão de Eva, que teria influenciado Adão a comer do fruto proibido, Jeová decreta a divisão sexual do trabalho: Adão deverá trabalhar, não mais poderá contar com as regalias do paraíso, enquanto Eva dará à luz com dor e sofrimento, e será responsável pela criação dos filhos. É interessante o papel da serpente:

Nesse caso, as consequências da transgressão de Adão e Eva recaem de forma desigual sobre a mulher. A consequência do conhecimento sexual é dissociar a sexualidade feminina da procriação.

Deus planta inimizade entre a serpente e a mulher (Gênesis 3:15). No contexto histórico da época em que Gênesis foi escrito, a serpente era associada com clareza à deusa da fertilidade, representando-a simbolicamente. Sendo assim, pela ordem de Deus, a sexualidade livre e aberta da deusa da fertilidade deveria ser proibida para a mulher caída. A forma pela qual sua sexualidade deveria se expressar era a maternidade. Sua sexualidade foi definida para servir a função maternal e limitada a duas condições: teria de se subordinar ao marido e dar à luz os filhos com dor. (Lener, 2019, p. 269-270)

Desta forma, o patriarcado decretou a derrota da autonomia sexual feminina, embutindo na mulher a crença de que o seu destino biológico é a procriação e o trabalho afetivo e de cuidado que se depreende disto. Assim, a sociedade justifica o descaso com o trabalho assalariado das mulheres, da qual facilmente se pode abrir mão, pois sua verdadeira vocação é o lar. Justifica-se ainda a penosidade dessas tarefas, no clássico “quem pariu Mateus que o embale”, já que materno é um castigo que se assume só, sem lamentar.

TRABALHO ASSALARIADO E MATERNIDADE

Neste momento, é fundamental definir as diferentes licenças previstas em nosso sistema jurídico, iniciando pela licença-maternidade. O artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal de 1988, estabelece que a licença-maternidade é um direito da gestante, garantindo a manutenção do emprego e do salário, com duração de 120 dias. De acordo com Ana Carolina Lima de Melo (2016, p.4), “não se trata apenas de proteção à mãe, que se recupera do desgaste físico e mental da gravidez e do parto, mas, principalmente, de um direito da criança, no momento resguardado para o estabelecimento de vínculos afetivos”.

A licença-maternidade possui natureza previdenciária, sendo o salário-maternidade pago inicialmente pelo trabalhador e

posteriormente restituído pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Em 2008, foi instituído o Programa Empresa Cidadã por meio da Lei nº 11.770. Esse programa permite que empresas que adotam o regime tributário de lucro real possam optar por ampliar a licença-maternidade para 180 dias. Em contrapartida, elas podem deduzir do imposto devido o valor pago à funcionária pelos 60 dias adicionais de licença. A lei foi resultado de uma campanha da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e buscou estender a licença-maternidade para seis meses, alinhando-se às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que sugere a amamentação exclusiva até o sexto mês de vida do bebê.

Essa recomendação foi divulgada no relatório *The Optimal Duration of Exclusive Breastfeeding – Report of an Expert Consultation* (OMS, Genebra, 2001). Além disso, a OMS recomenda que o aleitamento materno continue, preferencialmente, até os dois anos de idade. No estudo *Global Strategy for Infant and Young Child Feeding* (OMS, Genebra, 2003), a organização destaca que o leite materno é um alimento incomparável, proporcionando todos os nutrientes essenciais para o desenvolvimento do bebê e sendo uma parte vital do processo reprodutivo, importante também para a saúde da mulher. A OMS ainda ressalta que a introdução de alimentos sólidos deve ocorrer de forma segura a partir dos seis meses, mantendo-se a amamentação.

O artigo 7º, inciso XIX, da Constituição Federal assegura aos pais a “licença-paternidade, nos termos fixados em lei”. No entanto, observa-se uma ausência de regulamentação específica por parte do legislador, uma vez que a lei prevista nesse inciso ainda não foi criada. Enquanto não há legislação específica, aplica-se o artigo 10, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabelece: “até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade

a que se refere o inciso é de cinco dias”. O Programa Empresa Cidadã, similar ao caso da licença-maternidade, permite a ampliação da licença-paternidade de 5 para 20 dias. Segundo Melo (2019, p. 11), “a licença-paternidade é, até hoje, no Brasil, considerada como falta justificada. Não há, portanto, benefício pago pelo Estado, mas a manutenção do salário pelo empregador”. Dessa forma, não existe um “salário-paternidade”, pois a licença concedida aos pais não possui natureza previdenciária.

Sobre a licença-paternidade, é relevante destacar a disparidade entre sua curta duração e a elevada taxa de cesarianas no Brasil. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o percentual aceitável de partos cirúrgicos varia entre 10 e 15%. No entanto, conforme dados do projeto No entanto, conforme dados do projeto Parto Adequado, disponível no site da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2012, 55,6% dos partos no país foram cesarianas, chegando a 84,6% no setor de saúde suplementar. Embora campanhas de conscientização estejam promovendo o aumento do número de partos normais, o desafio ainda é grande. É amplamente sabido que a recuperação de um parto cesáreo exige cerca de 40 dias (quarentena ou resguardo), devido à sua complexidade. As cesáreas são cirurgias de médio a grande porte, que causam lesões nos tecidos e apresentam um pós-operatório doloroso, em função, entre outros fatores, da cicatrização da incisão abdominal e do afastamento muscular para a retirada do feto (Marcelino; Medeiros, 2018). Em famílias heteroafetivas, para cada pai em licença, há uma mãe que, em muitos casos, necessita de apoio total durante os 40 dias de recuperação, o que corresponde ao dobro da maior licença-paternidade oferecida no Brasil.

Diante desse cenário desafiador, é relevante destacar que países economicamente desenvolvidos já implementaram soluções para essa questão, como a licença parental, que

ainda não possui previsão na legislação brasileira. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no estudo *Maternity and paternity at work: law and practice across the world* (International Labour Organization, 2014), definiu a licença parental como um período de afastamento concedido a ambos os pais, logo após a licença-maternidade e licença-paternidade, com duração consideravelmente mais longa. No entanto, o estudo aponta que, apesar de a licença parental ser mais extensa, a remuneração durante esse período tende a ser inferior em comparação com as licenças anteriores. Outro ponto de preocupação para esses países é a possibilidade de que a licença parental seja assumida exclusivamente pelas mães. Para evitar essa situação, alguns países implementam medidas como a divisão obrigatória dos dias entre os pais, ou até mesmo exigem que ambos compartilhem integralmente o período de afastamento.

RESULTADOS

Ao final desta pesquisa, fez-se possível a investigação das origens da misoginia institucional e do patriarcado; o questionamento a respeito do papel da misoginia na mudança do relacionamento social com a maternidade ao longo da história; a análise dos problemas da licença-maternidade, da licença-paternidade e da ausência de licença parental no país; e a discussão sobre como o sistema capitalista prejudica o trabalho feminino para se beneficiar do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado desempenhado por mulheres.

Desta feita, analisou-se, primeiramente, as origens da misoginia institucional, conceituando neste trabalho o que é misoginia, e investigando o nascimento do patriarcado; bem como demonstrou-se a evolução do sistema patriarcal e como este opera atualmente.

Pode-se dizer também que se investigou a desumanização da mulher quando atravessada pela maternidade, que fluiu de dom sobrenatural para castigo divino, e como esta mudança tem razões misóginas, sendo utilizada pelo patriarcado como obstáculo ao trabalho feminino.

Foram definidas as modalidades mais conhecidas de licença por nascimento de um filho (maternidade, paternidade, parental); e discutida a ineficácia da licença-paternidade em um país campeão de cesarianas; além de ter sido apontada a insuficiência da licença-maternidade em relação ao tempo mínimo de amamentação exclusiva recomendada pela OMS;

Por último, em sede de conclusão, discutiu-se como o capitalismo se privilegia do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, utilizando da misoginia institucional como ferramenta para fazer crer que este deve ser realizado por mulheres, prejudicando o proletariado feminino.

Uma licença-maternidade de 120 dias combinada com a licença-paternidade de 5 dias coloca, todos os dias, mulheres brasileiras no papel de pagadoras de pecados. O pecado de gozar, o pecado de gestar, o pecado de parir, o pecado de oferecer o próprio seio como alimento do filho e não como entretenimento masculino: o pecado de ser mulher. O homem sai impune. Paternidade sempre foi opcional.

Misoginia é o ódio ou aversão à natureza da fêmea. O Estado não fugiria à regra chave patriarcal. A misoginia é institucionalizada, organizada, é lei. Ao final da licença-paternidade de menos de uma semana (que apenas serve para que o pai passe o seu nome e sua herança à diante, com o registro do filho), a mãe se vê como única responsável pelo cuidado da casa e do recém-nascido, ainda lidando com emoções puéperas, privação do sono e com os pontos

não-cicatrizados de uma provável cesariana eletiva.

Terminando a licença-maternidade, antes do tempo mínimo recomendado para a amamentação exclusiva, a mulher esbarra agora na culpa de um desmame forçado ou no esforço quase hercúleo de manter a oferta de leite materno e ir contra toda a falta de suporte pela saúde da criança. Ao dificultar a amamentação, a misoginia institucional se escancara: amamentar previne câncer de útero, de ovário, de mama e diabetes.

Países de todo o globo estão buscando contornar estes problemas há muitas décadas, figurando a licença parental como a solução encontrada por 66 nações. No Brasil, essa discussão está longe de acontecer seriamente. No final das contas, o Estado não se importa porque a sociedade não se importa. "Quem pariu Mateus que o embale" tem sido o castigo de Eva dos nossos tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de fêmea adulta, e principalmente da maternidade, interfere diretamente na inserção da mulher no mercado de trabalho. Segundo dados divulgados no estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil (Rio de Janeiro, 2024), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 53,3%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,2%, em média. O nível de ocupação das mulheres sem crianças de até 6 anos vivendo no domicílio é de 66,2%, em contraste com as mulheres em situação oposta, com 56,6%. A pesquisa afirma que o nível de ocupação dos homens é maior que o das mulheres, sendo de 82,8%, inclusive entre os homens com crianças de até 6 anos de idade vivendo no domicílio, onde alcançam 89%.

Esse dado evidencia que a paternidade não afeta de forma significativa a vida profissional dos homens. O censo também indica que a taxa de abandono do mercado de trabalho pelos homens após o nascimento de um filho é baixa. Quando comparado com os números referentes às mulheres, isso pode ser interpretado como um reflexo da segurança que a sociedade deposita na ideia de que haverá sempre uma mulher disposta a sacrificar sua carreira para cuidar da criança, pois esse seria seu "destino biológico". Ao descrever as mulheres americanas em 1949, Betty Friedan, em seu livro *Mística Feminina*, afirma que muitas foram condicionadas a pensar dessa maneira: "a raiz do problema feminino no passado é que as mulheres invejavam os homens, tentavam ser como eles, em vez de aceitar sua própria natureza, que só pode ser plenamente realizada na passividade sexual, na submissão ao homem, na criação dos filhos e no amor materno" (Friedan, 1971, p. 40). Embora 75 anos tenham se passado, muitos desses conceitos ainda estão profundamente enraizados no imaginário social.

Além disso, em 2022, as mulheres receberam em média 78,9% dos salários pagos aos homens. Esse dado não pode ser atribuído a uma formação acadêmica inferior, já que, entre pessoas com 25 anos ou mais, 21,3% das mulheres possuíam ensino superior completo, número superior ao dos homens, que era de 16,8% (IBGE, 2024). Mesmo superando essas barreiras e retornando ao mercado de trabalho, as mães enfrentam a dupla jornada, combinando o trabalho remunerado com o trabalho doméstico. No mesmo ano, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais às tarefas domésticas, enquanto os homens contribuíram com apenas 11,7 horas. É

importante destacar que, ao falarmos de "ocupação", estamos nos referindo ao "trabalho" propriamente dito. Como Silvia Federici (2019, p. 51-52) afirmou: "O capital teve que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural [...], para que aceitássemos realizá-lo sem remuneração. Por sua vez, a condição de não ser pago [...] tem sido a arma mais eficaz para reforçar a ideia comum de que o trabalho doméstico não é trabalho". Federici é enfática ao argumentar que, para que a força de trabalho masculina possa atuar no mercado, há um trabalho doméstico feminino que a sustenta e possibilita seu funcionamento:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. (Federici, 2019, p. 68)

Diante de toda a fundamentação apresentada, é possível notar a correlação entre misoginia, patriarcado, trabalho doméstico não remunerado, maternidade e capitalismo. O patriarcado impregnou suas estruturas de misoginia, levando metade da população mundial a acreditar que o trabalho doméstico e reprodutivo que desempenham faz parte de sua natureza. O Estado não se esforça para manter a mulher no mercado de trabalho, e nem mesmo reconhece os serviços domésticos como dignos de remuneração. Assim, o capital se mantém e se sustenta, sobre os ombros do trabalho feminino invisível.

REFERÊNCIAS

- ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Rio de Janeiro: **Parto é Normal**. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/parto-e-normal#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de,partos%20realizados%20anualmente%20s%C3%A3o%20cir%C3%BAgicos>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 abr. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 11.770**, de 9 de setembro de 2008. Cria o programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11770-9-setembro-2008-580284-norma-580284-pl.html>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1984.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1971.
- GIMBUTAS, M. **The Civilization of the Goddess: The World of Old Europe**. San Francisco: Harper San Francisco, 1991.
- GOODY, J. **The Development of the Family and Marriage in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 2024.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Maternity and paternity at work**: law and practice across the world. Geneva: ILO, 2014.
- LENER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- MARCELINO, J. F. Q.; MEDEIROS, T. M. L. Percepção de puérperas sobre o seu desempenho ocupacional no pós-operatório da cesariana. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 26, n. 1, jan./jun. 2018.
- MELO, A. C. L. Licença parental: caminho para consolidação da igualdade de gênero. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, jan./jun. 2016.

MELO, C. V. B. **Proteção à maternidade e licença parental**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2019.

MORGAN, L. H. **Ancient Society**. New York: Henry Holt and Company, 1877.

SANDAY, P. R. **Women at the Center: Life in a Modern Matriarchy**. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The optimal duration of exclusive breastfeeding**: report of an expert consultation. Geneva: WHO, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION; UNICEF. **Global Strategy for Infant and Young Child Feeding**. Geneva: WHO; UNICEF, 2003.

“FRIOS, RACIONAIS E CRUÉIS”: UMA ANÁLISE DOS USOS DA CATEGORIA “PSICOPATIA” EM JORNAIS DO ESPÍRITO SANTO

Ana Carolina Marconcini Silva Rigoni

Graduanda no curso de Direito da Universidade Vila Velha. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica da UVV no ano de 2021 - PIBIC.

RESUMO

Por um lado, a psicopatia é uma categoria produzida dentro do campo científico, visando enquadrar tipicamente alguns traços comportamentais relatados na literatura médica. Por outro, funciona como um *account* mobilizado por diferentes atores sociais em contextos diversos, especialmente no campo criminal e midiático. A problemática central reside em entender de que maneira a psicopatia, concebida originalmente como uma categoria médica para descrever traços comportamentais específicos, é apropriada por profissionais como policiais, juristas e jornalistas, e usada como uma explicação para crimes e comportamentos considerados desviantes. Para a produção de respostas às questões citadas, fora construído um banco de dados a partir da análise de notícias publicadas nos principais jornais do Espírito Santo, Folha Vitória e A Gazeta, utilizando termos-chave como "psicopata" e "psicopatia" para identificar o uso do conceito. Foram lidas e analisadas 96 matérias, categorizando as notícias de acordo com tipo de crime, vozes presentes (psiquiatras, psicólogos, policiais, familiares, etc.), características dos autores dos fatos, e a fundamentação sobre a psicopatia. A análise foi embasada no método de saturação de significados, conforme proposto por Glaser e Strauss (1967), interrompendo-se a coleta de dados quando as notícias já não apresentavam novos elementos. O referencial teórico inclui a evolução histórica da psicopatia dentro da psiquiatria e sua transposição para o discurso popular, sendo analisada criticamente a relação entre psicopatia e crime no imaginário social, através da literatura produzida por Foucault (1965), Teixeira (2012) e Misse (1999). A discussão foca na forma como a psicopatia, ao ser mobilizada fora do campo médico, é usada como uma rotulagem criminal e até mesmo como ofensa, caracterizando indivíduos como "monstruosos" e potencialmente reforçando discursos de exclusão social, como o neolombrosianismo. Os resultados esperados apontam para uma compreensão crítica do uso do termo psicopatia, demonstrando que, além de sua função descritiva no campo psi, ele adquire significados e funções sociais mais amplos, servindo como um marcador de estigmatização e marginalização, tanto no contexto criminal quanto no popular.

INTRODUÇÃO

É bastante comum encontrarmos a mobilização da ideia de psicopatia tanto no discurso de profissionais das áreas psi (especialmente psicólogos e psiquiatras) quanto no de policiais e no das vítimas de determinados crimes. A ideia de psicopatia é frequentemente mobilizada como forma uma espécie de *account*, isto é, como uma “afirmação dada por um ator social para explicar um comportamento imprevisto ou impróprio” (Scott; Lyman, 2008, p. 142). Por um lado, a psicopatia é uma categoria produzida

dentro do campo científico, visando enquadrar tipicamente alguns traços comportamentais relatados na literatura médica. Por outro lado, a psicopatia funciona como um *account* mobilizado de diferentes maneiras, com diferentes finalidades e por diferentes atores (especialmente aqueles com alguma conexão com questões criminais: policiais, juristas, jornalistas, etc.). De que maneira ocorrem essas diferentes mobilizações da ideia de psicopatia? De que maneiras essa categoria inicialmente médica é apropriada por outros profissionais em

outros âmbitos? O que a sua ampla mobilização pode nos dizer a respeito do crime e da violência?

A fim de produzirmos algumas respostas para as questões citadas, optamos por um caminho metodológico que nos permitisse explorar ao máximo a amplitude de mobilizações da categoria. Por isso, construímos um banco de dados a partir de uma pesquisa nos sites dos principais jornais do Espírito Santo, o Folha Vitória e o A Gazeta, que contam com matérias online não somente do estado em que estão situados, mas também a nível nacional. A ideia central é entender de que maneira essa categoria é mobilizada por cientistas, policiais, jornalistas, entre outros atores.

No processo de busca pelas notícias, empregamos alguns termos-chave importantes para o campo que pretendemos explorar: psicopata, psicopatia, sociopata e sociopatia. A partir dos resultados explicitados pelos termos-chave, utilizamos o método de saturação de significados (Glaser e Strauss, 1967): diante de um universo finito de notícias que surgia como resultado da busca, cessamos a pesquisa quando os conteúdos já não apresentavam mais nenhuma novidade, isto é, quando chegavam a um ponto de saturação. Isto nos permitiu operar com um grande número de notícias oferecidas por cada veículo jornalístico. No caso da Folha Vitória foi possível pesquisarmos perante 10 (dez) guias de resultados, oferecendo ao todo 52 (cinquenta e dois) resultados, sendo o primeiro em Junho de 2014 e o último em Setembro de 2021, e na A Gazeta, um total de 44 matérias, no período de Maio de 2018 à Dezembro de 2021. Ao somatório total da coleta de ambos os jornais, todas as 96 matérias Relatório final de Iniciação científica – Edital 08/2021 foram efetivamente lidas e analisadas. Por fim, os dados obtidos foram organizados em: tipo do crime, tipo de vozes e discursos que aparecem nas notícias (psiquiatras, psicólogos, policiais, familiares, entre outros), características do autor do fato (gênero, idade e ocupação), caracterização e fundamentação do porquê tal ação pertence a um “psicopata”, e por fim, o local do fato.

Para tanto, iremos analisar a veiculação da categoria “psicopatia” a partir da perspectiva histórica de evolução do uso dessa terminologia, que se fragmenta a partir da utilização dentro do discurso psiquiátrico. Qual a relação entre Psicopatia e Crime que pode ser analisada a partir de uma perspectiva analítica e crítica do imaginário social, e por fim, como essa veiculação e análise são encontradas dentro de discursos presentes em manchetes e notícias de jornais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Há de fato um grande interesse acerca de episódios que digam respeito ao cometimento de crimes, principalmente aqueles levados à população pela mídia, através de veículos jornalísticos, filmes e séries e literatura. E acreditamos que é através dos discursos contidos nesses recursos que há o fomento à conceituação de um “psicopata” como um indivíduo que possui características como “frieza”, “envolvente”, “personalidade perversa”, mas também, mais usualmente uma persona que comete crimes violentos, como o assassinato. Mas como surgiram e se estruturaram essas classificações? Em que momento essas características se associaram ao crime?

Michel Foucault, em seu livro Os Anormais, ao observar o crime cometido por Henriette Cornier - tendo se classificado como “demência” - , explica como a lei e o poder de punir, já não eram mais aplicáveis a este caso em específico, pois para que pudessem ser aplicadas, seria necessário estarem presentes requisitos como a racionalidade, o estado de razão do sujeito que cometeu o crime e a racionalidade intrínseca do próprio crime. É neste ponto então que no fim do século XVIII se dá a constituição da psiquiatria, que não se especificou puramente como um ramo da medicina ligado à especialização do saber, mas como um ramo da higiene pública. Antes mesmo de pertencer à medicina, a psiquiatria funcionava como um mecanismo de domínio particular da proteção social, que

estaria defronte a todos os perigos que o fato da “doença” pode acarretar à sociedade. Surgem então duas “codificações”: a loucura como doença, patologizando distúrbios, erros, ilusões da loucura e, a loucura como perigo, ou seja, a junto com a loucura vinha a bagagem dos perigos. Logo, Michel Foucault observa uma relação de mão dupla: a psiquiatria funcionando como higiene pública e precaução social, servindo de “aviso” para evitar certos tipos de comportamentos.

Em a Arqueologia do Saber, Foucault se põe a observar a construção do discurso, do enunciado e do saber, ponto que é descrito por Giacomoni e Vargas (2010):

Ou seja, uma forma de fazer história que eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento. O que foi dito instaura uma realidade discursiva; e sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem, a Arqueologia é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência. Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles. O corpo, por exemplo, só passou a existir a partir das modificações discursivas da passagem da Idade Média para a modernidade. Com o desenvolvimento da patologia, o corpo passa a ser percebido como um conjunto de órgãos, e a Medicina passa a discursivizá-lo, ou seja, a formular práticas e efetuar dizeres sobre ele. ‘Codificando’ o perigo social como doença, a psiquiatria passa a criar classificações e conceitos médico-psiquiátricos que conhecemos hoje (ex. esquizofrenia, psicopatia), a partir da criação dessas denominações, o saber-poder psi e proteção do corpo social, não poupou esforços para mostrar o caráter perigoso, do louco como louco, procurando encontrar o ‘segredo dos crimes’ que podiam habitar a loucura, ou então a porcentagem de loucura que poderia habitar todos os indivíduos considerados perigosos para a sociedade. Dentro do campo do manicômio judiciário, a loucura já não era mais sinônimo de delírio, mas também passava a ser reconhecida na irredutibilidade, resistência, desobediência, a insurreição e o abuso de poder (Foucault, 1975, p. 102).

Com o trabalho de Bernardes, Osório e Da Luz em Sob a ótica do exame: pesquisas sobre psicopatia e psicopatas no cenário científico brasileiro, é possível observar como o método foucaultiano e sua forma de análise sobre o discurso médico, contribuiu para explicitar de

que forma as produções da rede de saber-poder psi conseguiram delimitar o símbolo imagético do “inimigo social”, através de procedimentos como avaliações e exames, que continham as “características” que posteriormente seriam utilizadas como forma de discurso e de narrativa, construindo assim a ontologia do criminoso.

Para entender melhor como o discurso psiquiátrico produz e enquadra a questão da psicopatia, vamos lançar mão de algumas conceituações da literatura psi acerca de um psicopata.

Para Morana, Stone e Filho (2006), ao se classificar transtornos mentais e de comportamento pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), o transtorno específico de personalidade é descrito como uma perturbação grave das características biológicas e comportamentais de um indivíduo, logo, esta perturbação não deve ser rapidamente igualada à uma doença ou um transtorno psiquiátrico ligado à áreas da personalidade, individual e social. E ainda delimitam os fatores utilizados para avaliação de transtornos de personalidade:

A CID, em sua décima revisão, descreve oito tipos de transtornos específicos de personalidade: paranóide; esquizóide; anti-social; emocionalmente instável; histriônico; anancástico; ansioso; e dependente. 1) Transtorno paranóide: predomina a desconfiança, sensibilidade excessiva a contrariedades e o sentimento de estar sempre sendo prejudicado pelos outros; atitudes de auto-referência. 2) Transtorno esquizóide: predomina o desapego, ocorre desinteresse pelo contato social, retraimento afetivo, dificuldade em experimentar prazer; tendência à introspecção. 3) Transtorno anti-social: prevalece a indiferença pelos sentimentos alheios, podendo adotar comportamento cruel; desprezo por normas e obrigações; baixa tolerância à frustração e baixo limiar para descarga de atos violentos. 4) Transtorno emocionalmente instável: marcado por manifestações impulsivas e imprevisíveis. Apresenta dois subtipos: impulsivo e borderline. O impulsivo é caracterizado pela instabilidade emocional e falta de controle dos impulsos. O borderline, por sua vez, além da instabilidade emocional, revela perturbações da autoimagem, com dificuldade em definir suas preferências

personais, com conseqüente sentimento de vazio. 5) Transtorno histriônico: prevalece egocentrismo, a baixa tolerância a frustrações, a teatralidade e a superficialidade. Impera a necessidade de fazer com que todos dirijam a atenção para eles próprios. 6) Transtorno anancástico: prevalece preocupação com detalhes, a rigidez e a teimosia. Existem pensamentos repetitivos e intrusivos que não alcançam, no entanto, a gravidade de um transtorno obsessivo-compulsivo. 7) Transtorno ansioso (ou esquivo): prevalece sensibilidade excessiva a críticas; sentimentos persistentes de tensão e apreensão, com tendência a retraimento social por insegurança de sua capacidade social e/ou profissional. 8) Transtorno dependente: prevalece astenia do comportamento, carência de determinação e iniciativa, bem como instabilidade de propósitos.

Hervey Heckley em *The Mask of Sanity* (1941), trabalha com algumas descrições clínicas que embarcam a subjetividade e características de um suposto “psicopata”, que seria diagnosticado pelo método PCL-R (psycopathy checklist revised), criado por Robert Hare na década de 70, e que pode apenas ser feito por especialistas psi. Entretanto, pelo vasto teor de critérios que são listados e pela sua semelhança com ações que são exercidas diariamente, a influência de seu livro, faz com que também indivíduos comuns, não especializados, também fiquem com “atentos” aos hábitos dos seus pares no dia a dia. São as características listadas por Heckley:

Atração superficial; boa inteligência; inexistência de delírios ou outros sinais de pensamento irracional; ausência de nervosismo; ausência de confiabilidade; falta de veracidade; inexistência de remorso ou vergonha; comportamento antissocial; julgamento precário; incapacidade de aprender com a experiência; inexistência de correspondência nas relações interpessoais; egocentrismo patológico; incapacidade de amar e insuficiência geral das principais ações afetivas; vida sexual impessoal, corriqueira e pouco integrada; incapacidade de seguir um plano de vida.

Para os profissionais da medicina legal brasileira da metade Século XX, ao conhecer biologia do corpo humano, de alguma forma se poderia também aliviar a sociedade dos seus “males sociais”. As mesmas disfunções e equilíbrios do corpo, poderiam ajudar a explicar as disfunções e desequilíbrios da sociedade. Nasce então, o dever de identificar “corpos perigosos” -

explicitamente o corpo do delinquente, que era o único elemento em comum em todos os crimes -, mapeando-os, de forma a prevenir o crime antes que ele acontecesse, e também produzir um saber sobre o criminoso. Esses profissionais, foram amplamente influenciados pela Escola Positiva, trazendo para o campo prático e para a sociedade, conseqüências concretas para o sistema penal da época e para a organização social (Ferla, 2005).

A Escola Positiva de direito penal, surgiu nas últimas décadas de século XIX, tendo ficado marcada pelos trabalhos de Cesare Lombroso. A sua hermenêutica principal se caracterizava por um discurso médico-científico que patologiza o ato anti-social com métodos sutis e sofisticados. O ato anti-social, no entendimento dos positivistas, correspondiam a desvios biológicos em relação a um padrão estabelecido como normal. Ao manipular a patologização, o crime era considerado apenas um evento revelador de aspectos da personalidade anormal do criminoso e as ações humanas seriam determinadas pela estrutura bio-antropológica de cada um. Logo, o “delinquente” era visto como um doente, o crime, um sintoma, e a pena ideal, um tratamento (Ferla, 2005).

A obra mais expressiva de Lombroso e da Escola foi “O Homem Delinquente”, de 1876. Aqui, Lombroso explica como os “criminosos” teriam algo que os diferenciava fisicamente das pessoas “normais”, o que os tornava menos evoluídos do que as outras pessoas, ou seja, seres atávicos. Para isso, ele selecionou características como: crânios menores e deformados, pessoas mais altas e pesadas, pele, olhos e cabelos escuros, orelhas grandes, e menor sensibilidade à dor (Ramsland, 2009).

Se observarmos e coletarmos toda a construção imagética de um “criminoso” através das características expostas até agora, veremos que ela é pautada em como esse sujeito se apresenta perante o ambiente social. Para isso, Teixeira (2012), analisa diferentes “modelos de explicação para as práticas criminosas”: o modelo socioeconômico, o modelo biopsíquico e o modelo moral. Os três modelos constroem

explicações para as condutas criminosas que produzem uma série de distinções, como, por exemplo, a distinção entre criminosos que não manteriam uma relação intrínseca com o crime e criminosos que manteriam um tipo de relação especial com o crime. Na criminologia positivista do século 19, essa distinção aparece sob a classificação de “criminoso ocasional” e “criminoso nato”. Vejamos como Teixeira analisa a forma como essa distinção aparece no modelo biopsíquico de explicação de condutas criminosas.

No modelo biopsíquico, o criminoso ocasional é caracterizado como uma pessoa “normal” (do ponto de vista médico) que infringiu ocasionalmente uma norma, mas que não age de modo desviante sempre. Já o criminoso nato (ou contumaz) é caracterizado por ser portador de algum tipo de “anomalia biopsíquica”, que é compreendida como a razão principal de sua suposta regular conduta criminal (p.182).

O modelo biopsíquico já se inicia com a proposição de que qualquer sujeito é passível de cometer crimes, porém, aqui surge uma dualidade: o criminoso ocasional, infringiu uma regra, mas não é de seu “feito” a reiteração da conduta ou a prática em si, já o criminoso nato, traria consigo uma “anomalia biopsíquica”, sendo ela a responsável pela transgressão criminal. E uma das mais famosas “anomalias”, é a chamada psicopatia, que também é conhecida por sociopatia ou transtorno de personalidade psicopática (Silva, 2008).

Teixeira (2012), percebe que enquanto Lombroso baseava a “predisposição criminal” em características corporais, o modelo biopsíquico à transcreve para a mentalidade, ou seja, para que cientistas ou estudiosos pudessem se referir ao criminoso nato, agora a “predisposição criminal” seria avaliada com base em traços comportamentais e psíquicos, previamente caracterizados como portadores de psicopatia:

Ao compreendermos aquilo a que os cientistas das áreas psi chamam de comportamento psicopático, podemos, concomitantemente, compreender seus pressupostos a respeito da “normalidade” que se espera do comportamento das pessoas (p. 183, grifo meu).

Logo, chegamos às classificações expostas na primeira seção do presente artigo, que contam com variados autores das áreas psi (Heckley, Hare) e o que cada método avalia não apenas em um criminoso pós “transgressão”, mas também avalia previamente traços comportamentais de “normalidade”.

Para além da classificação que é gerada a partir do modelo biopsíquico, podemos dizer que ela também cria um mecanismo de subjetivação e posterior sujeição criminal, que é analisado por Misse (1999 e 2010). Preliminarmente, é essencial termos em mente que para a sociologia, quando uma ação é considerada desviante, há aí uma problemática anciã: a ideia de “normalidade”, é necessariamente produto de um construto manuseado contextualmente entre agentes envolvidos naquela rotulação, que são construídas e fazem sentido para o agente que se congrega a elas. Para Misse (1999, p. 202):

Uma pauta relativamente fixa de significados de normalidade é apenas culturalmente referencial e as definições de cada situação um processo social que ganha relativa autonomia em relação a essa pauta. Nesse caso, incluir um agente em algum item de uma pauta legal reconhecida, como por exemplo o Código Penal, que é o que estamos chamando aqui de « incriminação », não é uma ação simples e direta de encaixamento, mas um complexo processo de interpretação baseado também em poderes de definição da situação.

A sujeição criminal, portanto, ao termos em mente uma estrutura de poder que cria regras e normas criminais, se dá quando um indivíduo ao se distanciar delas e a desviá-las, nas palavras de Misse (1999) agora é um elemento passível de formas de agravamento e culpabilização, ou seja, temos um processo social que agora “generaliza e homogeneiza, singularizando o sujeito a um ser que agora passa a ser subjugado e subordinado à processos de sujeição criminal.”

A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA PSICOPATIA EM JORNAIS DO ESPÍRITO SANTO

Para demonstrar a forma como a mobilização da categoria “psicopatia” é abordada nos jornais, serão criados títulos que, em seu desenvolvimento, conterão análises sobre o conteúdo de cada discurso realizado por diferentes locutores, à medida que utilizam a categoria “psicopatia”. Esses títulos foram elaborados a partir de uma análise cuidadosa dos temas em que as notícias dos jornais A Gazeta e Folha Vitória se inserem.

Considerando que a proposta inicial do artigo era evidenciar de que maneira essa categoria é apresentada nas reportagens desses jornais, observou-se que cada manchete estava associada a uma temática específica, como Polícia, Saúde e Entretenimento. A expectativa inicial era encontrar a terminologia “psicopatia” predominantemente em manchetes relacionadas a crimes, mas os resultados revelaram algo inesperado: o termo aparecia não apenas em contextos criminais, mas também era empregado em outros âmbitos. A seguir, será discutido como a psicopatia é utilizada para explicar determinadas condutas criminais e, posteriormente, como sua aplicação se estende a outros aspectos da vida social.

PSICOPATIA COMO EXPLICAÇÃO PARA CONDUTAS CRIMINAIS

A maior parte dos volumes de notícias analisados e listados está concentrada na seção “Policial” dos jornais, que noticiavam tanto crimes ocorridos no Espírito Santo quanto alguns de âmbito nacional, devido à grande repercussão alcançada por esses eventos.

Nessa perspectiva, a classificação de um indivíduo como “psicopata” ocorre a partir do envolvimento em diversos tipos de crimes previstos no Código Penal Brasileiro (CP). Embora os crimes violentos predominem nas notícias, a categoria também é empregada em

casos de delitos não violentos, como tráfico de drogas, corrupção, vazamento de fotos íntimas e calúnia. É importante destacar que não será discutido o grau de violência ou impacto que esses atos podem ter no contexto das microviolências, como aquelas relacionadas ao gênero ou à classe social da vítima. A análise focará, portanto, na visão classificatória de cada tipo penal envolvido.

A análise das falas de profissionais de Segurança Pública, do Direito e das vítimas revela um ponto em comum: a atribuição de um transtorno de personalidade, como a psicopatia ou a sociopatia, ao ofensor. Ou seja, a partir dessas locuções, foram feitas duas observações principais: a) o transtorno psicológico é frequentemente apontado como a causa que levou o “criminoso” a cometer determinado ato, sendo visto como a razão pela qual ele pratica crimes; e b) a psicopatia é utilizada como uma ferramenta para a construção social da imagem do ofensor.

A primeira observação, demonstra que é por possuir a psicopatia que o “criminoso” pratica o ato visto como um ilícito penal, pois, não estaria agindo livremente e sim condicionado pela psicopatologia, perdendo toda sua racionalidade. A influência desse tipo de discurso é muito comum na Escola Positiva de Direito Penal, que conseguiu potencializar a disseminação desse entendimento à sociedade no final do século XIX. O Direito Penal passa a considerar o ato ilícito como um sintoma de periculosidade, que seria um fator para observação do “índice revelador da personalidade criminal”, o transgressor se torna então objeto da patologia, deixando o consenso do crime ser uma questão de moralidade e se tornando uma questão médica, psicológica e sociológica (Mecler, 2010).

Análise 1:

O indiciado, que já tinha um homicídio, apresenta personalidade perversa e psicopática. Após o crime, fez questão de deixar escrito com o sangue da própria vítima um recado no chão. No estudo da

criminologia, caracterizamos esse ato como de uma personalidade perversa, que tem compulsão de matar e que deixa na cena do crime algo para aguçar a investigação, como quem diz "me descubra", desafiando os investigadores. É uma personalidade psicopática. E pessoas desse perfil geralmente são envolventes, encantadoras e envolvem as pessoas ao ponto da vítima confiar nelas (grifo meu).

Esse é um discurso do Delegado Geral de Polícia Civil do Espírito Santo, José Darcy de Arruda, acerca de um homicídio ocorrido na Pousada Aracê, localizada na Cidade de Domingos Martins, região serrana do Estado do Espírito Santo. Ao apresentado pelo Jornal A Gazeta, o autor do crime e a vítima estariam fazendo uma negociação de madeiras que se deu por mal sucedida, ao passo em que o ofensor atacou a vítima com um pedaço de pau, que ocasionou em sua morte, deixando ao lado do corpo a seguinte frase: "Se você não pode me pagar com dinheiro, me paga com a vida". Tempos depois ao ser detido, o Delegado "o diagnostica" como tendo uma personalidade perversa e sendo um psicopata.

Com seus discursos presentes majoritariamente nas coletas de materiais, a lógica utilizada para atribuir a "psicopatia" não é baseada em evidências científicas como a escala Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R), que avaliam tendências de psicopatia ou comportamentos antissociais em pacientes, mas amplamente os fragmentos das lógicas que foram difundidas a partir de avaliações psicológicas acerca do que seria a "psicopatia". Outro exemplo a seguir:

Ele demonstra com esse comportamento que tem até características de psicopatia. Ele não mede sacrifício para chegar onde quer. Quando faz isso, quer demonstrar poder para aquelas pessoas que são superiores a ele. Então, é típico de um comportamento para mostrar que tem poder e coragem para crescer na hierarquia do tráfico (grifo meu)

Essa foi uma fala utilizada pelo mesmo Delegado de Polícia, acerca de um assassinato que aconteceu próximo à Praia de Carapebus, na Serra, litoral norte do Espírito Santo. O sujeito teria abordado as duas vítimas e pedido o

celular, pois desconfiava que ambos pertenciam a um grupo rival, não tendo descoberto e sem certeza, acabou atirando em uma das vítimas. Ao crime ter chegado ao domínio da Polícia, o "criminoso" foi descoberto em um apartamento e levado à Delegacia, onde confessou o acontecido com "frieza".

O mesmo tipo de discurso também é utilizado para se referir a pessoas que cometeram crimes não-violentos, como a corrupção, assédio sexual, organizações criminosas, vazamento de fotos íntimas. Vejamos exemplos a seguir e respectivamente:

"A corrupção é uma doença social. O corrupto é um sociopata. Ele não tem remorsos, mas ele faz análise de riscos".

"Edison Castro é um psicopata; Homofóbico, racista, gordofóbico"

"Perfil narcisista e sociopata"

"Sexistas, machistas, golpistas, mentirosos, ardilosos, psicopatas de qualquer vertente, mitônomos, isentos de caráter, imundos de essência."

"Quando eu penso que quem fez isso é um criminoso, um verme, um psicopata social."

A intersecção entre todos esses discursos reside na forma como a categorização de "psicopatia" possibilita a construção de uma identidade distinta daquela que o locutor percebe como "normal" ou esperada em uma sociedade regida por normas sociais. Sob a perspectiva de Becker (1963), são as regras sociais estabelecidas por grupos com maior poder político e econômico que determinam as situações e os comportamentos esperados, classificando-os como "corretos" ou "incorretos". Assim, quando uma pessoa infringe essas normas, ela é vista como um "tipo especial", diferenciando-se dos padrões estabelecidos.

Esse "tipo especial" permite introduzir a segunda observação: a forma como a categoria "psicopatia" se torna um recurso para a

construção social do ofensor e para sua sujeição criminal, conforme apontado por Misse (1999). O ofensor, que inicialmente era analisado com base em critérios técnicos e especializados, passa a ter sua imagem também moldada por uma estrutura social que o subordina e estigmatiza, como discutido por Misse.

Becker em *Outsiders* (1963), traz uma discussão sobre os “graus de outsider”, que seria a mensuração da reação social da sociedade ao “criminoso” que cometeu tal transgressão:

Encaramos a pessoa que comete uma transgressão no trânsito ou bebe um pouco demais numa festa como se, afinal, não fosse muito diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância. Vemos o ladrão como menos semelhante a nós e o punimos severamente. Crimes como assassinato, estupro ou traição nos levam a ver o transgressor como um verdadeiro outsider (pág. 18).

O que se observa é a ausência dos “graus de outsider” nos discursos analisados, já que qualquer ação que transgride as normas é reunida sob um único rótulo: psicopata. Assim, não há mais distinção entre um indivíduo que cometeu um assassinato e outro que praticou corrupção ou difamação. Em outras palavras, o fator “violência” deixa de ser utilizado como critério para aferir os “graus de outsider”. A categoria de “psicopatia” surge, então, como uma forma de acusação que amplia o potencial de sujeição criminal, transcendendo os contextos originais em que era aplicada.

Um ponto relevante a ser destacado é a confusão entre os conceitos de “psicopatia” e “violência”, que muitas vezes se sobrepõem, gerando equívocos conceituais. Um exemplo disso é a tendência a generalizações em que um psicopata é frequentemente confundido com um serial killer. Em relação às características de personalidade, Morana (2006) cita um estudo conduzido por Stone que investigou o perfil de serial killers relacionados a homicídios sexuais, destacando aspectos específicos de suas condutas.

86,5% dos serial killers preenchem os critérios de Hare para psicopatia, sendo que um adicional de 9% exibiu apenas alguns traços psicopáticos, mas

não o suficiente para alcançar o nível de psicopatia. Um achado marcante nesse estudo foi o fato de aproximadamente metade dos serial killers exibirem personalidade esquizóide, como definido pelo DSM-IV. Alguns traços esquizóides estavam presentes ainda em um adicional de 4% dos sujeitos de pesquisa. Transtorno de personalidade sádica, como descrito no apêndice do DSM-III-R, estava presente em 87,5% dos homens e traços discretos foram encontrados em 1,5% deles. Por fim, esse estudo mostrou grande sobreposição entre psicopatia e transtorno sádico de personalidade: dos serial killers com psicopatia, 93% também apresentaram transtorno sádico. Metade dos psicopatas era esquizóide. Quase a metade apresentou critérios para os três tipos de transtorno: psicopático, esquizóide e sádico.

Em termos simplificados, nem todo serial killer seria um psicopata e nem todo psicopata seria um serial killer. No entanto, nossa pesquisa sobre a mobilização da categoria “psicopatia” demonstra como o uso desse termo frequentemente associa os dois conceitos de forma estreita, fazendo com que a psicopatia se torne sinônimo de violência, enquanto a violência é vista como um atributo intrínseco à psicopatia. Conforme evidenciado pela pesquisa, a psicopatia, tal como é mobilizada pelas pessoas, parece funcionar como uma representação social da violência.

Corpos

Ao analisar esta característica ao qual a figura do “psicopata” está associada, é possível observar uma força do argumento lombrosiano, como se aqui pudéssemos observar características físicas que remeteriam a um indivíduo dito “psicopata” e “criminoso”. Esse tipo de mobilização da categoria psicopatia remete a uma espécie de neolombrosianismo.

“Dando a vocês um olhar de psicopata... Como vocês estão?”

Na reportagem, a atriz Juliette Lewis, ao publicar uma foto, utiliza como legenda a frase mencionada anteriormente. O “olhar de psicopata”, conforme uma análise da imagem, é caracterizado por um olhar compenetrado,

determinado e intenso. Esse tipo de expressão é frequentemente associado à atribuição de “psicopatia” ao sujeito retratado.

Outra reportagem, é produzida por uma neuropsicóloga, Dra. Leninha Wagner, onde os padrões e posturas corporais poderiam “revelar” quem é a pessoa é, explicando seus traços de caráter, o traço de caráter Psicopático, apresentaria:

Psicopático: formação de 04 a 05 anos - O corpo masculino se expande acima do peito e é delgado para baixo; formato de triângulo, desenvolvimento desproporcional entre a metade superior e a inferior; o corpo feminino tem o quadril, pernas e pélvis muito largos: peito e ombros pequenos; na metade superior do corpo, o homem é atlético; a mulher, pouco desenvolvida; impressão geral, no homem, de orgulho, raiva e, às vezes, ameaçador; na mulher, de infantilidade e meninice na parte superior, e de extrema sensualidade abaixo. Pessoas com formato de corpo triangular, grande em cima e pequenas embaixo, esperam resultados, são articuladoras, a vida para eles é um “balcão de negócios sempre atentas ao lucros e ganhos. São envolventes, sedutoras e manipuladoras. Estão atentos a barganhas, trocas, compensações.”

Dentro deste tipo de discurso, se torna bem evidente o quanto ele se aproxima do proposto por Lombroso no século XIX, pela Escola Positiva de Direito Penal, com as mesmas conceituações acerca do formato e características corporais.

Ofensas

Em meio a disputas políticas que envolvem o aspecto pessoal dos participantes, um dos modos de desqualificar o opositor ou de indicar a absurdidade de suas ações, do ponto de vista do locutor, é chamá-lo de “psicopata”. Um exemplo disso ocorre quando o Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, se refere ao ministro Gilmar Mendes como “uma mistura do mal com o atraso” e afirma que ele possui “pitadas de psicopatia”. Da mesma forma, Dilma Rousseff se refere a Jair Bolsonaro, que ironizou a tortura que ela sofreu durante a Ditadura Militar,

utilizando termos como “sociopata”, “fascista” e “cúmplice da tortura e da morte”.

Nesse contexto, a categoria “psicopatia”, que originalmente se refere a dissociações de personalidade, é completamente desconsiderada. A forma de rotulação observada ultrapassa a classificação clínica e seu significado original — que é servir como um diagnóstico para pessoas com transtorno de personalidade psicopática — reduzindo-se a uma mera ofensa.

Prevenção

O fenômeno encontrado aqui é o de saber quais mecanismos podemos utilizar para saber quem pode ser um psicopata em potencial ou não, como o leitor conseguiria medir a distância social.

Com chamadas sensacionalistas, o jornalista convida o leitor a “entender como funciona a mente de um serial killer”:

Título da Matéria: Caso Lázaro: entenda como funciona a mente de um serial killer Descrição: Transtorno de personalidade antissocial torna uma pessoa incapaz de sentir empatia e aceitar as regras da sociedade; Dificuldade de seguir regras e leis; / Incapacidade empática.

Ou também, de que forma poderia ser averiguado psicopatia em crianças:

Título da matéria: Crianças também podem ser psicopatas: mentiras, agressão e desobediência são sinais da doença. Descrição: Ausência de empatia; ‘Existem crianças que nascem más, que serão más, e não há nada que possamos fazer para modificar este comportamento’; A desconsideração por regras e hierarquia, e a agressão física contra os pares; Reincidir nos erros; Não tem compaixão, podem machucar os animais.

Os métodos de avaliação expostos são genéricos: falta de empatia, dificuldade de seguir regras, narcisismo, violência. Os locutores promovem meios empíricos à terceiros não formados ou sequer especializados, para a

identificação de pessoas que possuem “psicopatia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos dizer que a força do saber-poder da ciência especializada, condicionou historicamente a construção e a posterior fragmentação da terminologia “psicopatia”, deslocando-a para além da literatura médica. Possibilitando a sua mobilização por diversos atores sociais e em contextos variados, que não necessariamente se aplicariam ao âmbito médico-profissional, mas se estende à rotulação, sujeição criminal e ofensa.

Além disso, observamos que o uso popular dessa categoria, ao extrapolar o “universo criminal”, consolidou-se como uma forma abrangente de acusação, caracterizando indivíduos como “monstruosos”. Essa prática não apenas perpetua estigmas, mas também funciona como um mecanismo de exclusão social, fomentando o distanciamento em relação a certos “tipos especiais”.

Essa dinâmica ainda, configura, perigosamente, um fenômeno de neolombrosianismo, no qual a categorização de indivíduos contribui para a marginalização e desumanização daqueles que não se adequam aos padrões normativos institucionalizados e construídos por parte de determinados grupos da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- DA LUZ, H. A.; OSÓRIO, A. C.; BERNARDES, A. G. Sob a ótica do exame: pesquisas sobre psicopatia e psicopatas no cenário científico brasileiro. **Revista Polis e Psique**. v. 10, n. 1, p. 187 - 206. 2020.
- FERLA, L. A. C. **Feios, sujos e malvados sob medida**: a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: História da Violência nas Prisões. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. Juiz de Fora: **Veredas**: Revista de Estudos Linguísticos, PPG LINGUÍSTICA/UFJF, 2010.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967.
- LOMBROSO, C. **Crime**: Its Causes and Remedies. Trad. Henry P. Horton. London: William Heinemann, 1911.
- LOMBROSO, C. **L’homme criminel**. Paris: Felix Alcan, 1887.
- RAMSLAND, K. The measure of a man: Cesare Lombroso and the criminal type. **The Forensic Examiner**. Winter 2009. pp. 70-72.
- SCOTT, M. B., LYMAN, S. M. Accounts. **American Sociological Review**, v. 33, p. 46-42, 1968.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: tese de doutorado, IUPERJ, 1999.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, n. 79, 2010.

MORANA, H. C.; STONE, M. H.; FILHO, E. A. Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, p. 74-79. 2006.

TEIXEIRA, C. P. **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, A. B. B. **Mentes perigosas**: o psicopata mora ao lado. Rio de Janeiro: Fontanar, 2008.

PREP, PEP E NOVOS AMORES: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO HIV ENTRE PESSOAS COM 50 ANOS OU MAIS

Fabiola Ferreira da Silva

Mestranda em Sociologia Política Pela Universidade Vila Velha

Réia Sílvia Gonçalves Pereira

Doutora em Ciências Sociais, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV

Pablo Ornelas Rosa

Doutor em Ciências Sociais, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV

RESUMO

Este estudo trata-se de um recorte da minha da pesquisa de mestrado em desenvolvimento intitulada: “HIV na maturidade: biopolítica e enfrentamento da infecção pós-diagnóstico por pessoas com 50 anos ou mais”, com o objetivo de compreender de que forma o uso do PrEp e PEP auxilia no combate ao HIV e nas relações afetivas do público de 50 anos ou mais residentes dos municípios da Grande Vitória/ES (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra). Considerando os casos de pessoas com 50 anos ou mais diagnosticadas com HIV/AIDS no Estado do Espírito Santo, de ambos os sexos, mesmo com o avanço das terapias antirretrovirais disponibilizadas pelo Sistema Único de Saúde, neste recorte da pesquisa de mestrado, analisaremos de que maneira, a utilização do PrEp ou PEP influencia na vida afetiva dos portadores de HIV com 50 anos ou mais? O estudo tem caráter qualitativo e seu conteúdo foi extraído de histórias de vida de quatro interlocutores com idade igual ou maior de 50 anos, diagnosticados com HIV em tratamento, residentes dos municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra). As entrevistas foram realizadas após aprovação do Comitê de Ética da Universidade Vila Velha – Vila Velha/ES, através de um roteiro de entrevista em profundidade semiestruturado, utilizando a estratégia bola de neve, com a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato da identidade dos entrevistados, segundo a Resolução nº 466/12 e Resolução nº 510/16. Dentre os critérios de inclusão, os participantes da pesquisa devem ter idade igual ou acima de 50 anos, ter o diagnóstico de HIV e estar em tratamento. Foram excluídos da pesquisa as pessoas com 50 anos ou mais que não progrediram com o tratamento ou que se recusaram a participar da pesquisa. O Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) foi descoberto há mais de 40 anos. Desde sua descoberta houve diversos avanços nos estudos de combate de luta a propagação e proliferação do vírus em todo o mundo (Silva et al, 2021). Atualmente, as políticas públicas através do Ministério da Saúde no Brasil têm investido nas terapias antirretrovirais, tais como a PrEp (Profilaxia Pré-exposição) e a PEP (Profilaxia Pós-exposição) (Brasil, 2022), a fim de reduzir os índices de riscos de contágio do HIV na população. Entretanto, muitas pessoas com 50 anos ou mais desconhecem tais medidas, aumentando o risco de contágio do vírus HIV e propagação do vírus HIV (Cordeiro, 2017). A PEP é uma terapia de medicamentos antirretrovirais a ser usada após um possível contato com algum portador do vírus HIV, em casos de violência sexual; relação sexual desprotegida (rompimento da camisinha ou não uso da camisinha), acidente ocupacional (com instrumentos perfurocortantes) (Brasil, 2022), enquanto que, a PrEP é uma terapia antirretroviral para pessoas soronegativas que mantêm um relacionamento com pessoas soropositivas com carga viral indetectável, mantendo uma relação sorodiferente ou sorodiscordante (Brasil, 2022) o que não isenta o uso do preservativo, em decorrência do fato de não proteger o indivíduo contra outras IST's e deve ser de uso contínuo (Infecções Sexualmente Transmissíveis) (Brasil, 2022). Observou-se na fase preliminar

da pesquisa, de acordo com a fala de um interlocutor e de acordo com os estudos sobre o tema, que o uso do PrEP ou PEP influencia no fortalecimento das relações afetivas, desde que haja comunicação entre os parceiros sobre questão de confiança e responsabilidade compartilhada gerando segurança. A pessoa que faz sua dessa profilaxia sente-se seguro em relação a transmissão do HIV, melhorando a qualidade do vínculo afetivo (Silva et al, 2021).

INTRODUÇÃO

O envelhecimento consiste em uma fase da vida de todo ser humano, porém, cada indivíduo enfrenta tal processo de forma individualizada (Corrêa, 2023). Algumas pessoas encaram o processo da maturidade como um “fim de vida”, porém, outras estão se resignificando (Goldenberg, 2021), ou seja, em busca de viver a nova fase de forma mais plena possível.

Entretanto, alguns aspectos no que se refere às especificidades deste perfil geracional, não são viabilizados pelas políticas públicas brasileiras, como por exemplo, as relações erótico-afetivas, vistas como uma condição “anormal” (Foucault, 2014), em decorrência do estigma do etarismo (Goffman, 1980).

Embora, algumas pessoas com 50 anos ou mais estejam em busca de novos amores e relações erótico-afetivas, observa-se que nas últimas décadas, este perfil populacional tem sido exposto às infecções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS, em decorrência da ausência do uso do preservativo; concepção de que o contágio de tais infecções é uma prerrogativa de pessoas mais jovens ou pela ausência de conhecimento sobre os riscos, formas de prevenção e tratamento (Saldanha, Araújo, Souza, 2009).

Entendendo a epidemia do HIV/AIDS em todas as faixas etárias como uma problemática de saúde pública no Brasil, que necessita de ações não somente quanto a prevenção, mas também ações direcionadas a essa população, tal estudo levanta a questão de como as pessoas com 50 anos ou mais estão enfrentando o viver com HIV e as políticas públicas de enfrentamento à doença. (Nery, Valença, 2014; Wichmann et al, 2013).

O estudo tem caráter qualitativo e seu conteúdo foi extraído de histórias de vida de quatro interlocutores com idade igual ou maior de 50 anos, diagnosticados com HIV em tratamento, residentes dos municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra). As entrevistas foram realizadas após aprovação do Comitê de Ética da Universidade Vila Velha – Vila Velha/ES, através de um roteiro de entrevista em profundidade semiestruturado, utilizando a estratégia bola de neve, com a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato da identidade dos entrevistados, segundo a Resolução nº 466/12 e Resolução nº 510/16. Dentre os critérios de inclusão, os participantes da pesquisa devem ter idade igual ou acima de 50 anos, ter o diagnóstico de HIV e estar em tratamento. Foram excluídos da pesquisa as pessoas com 50 anos ou mais que não progrediram com o tratamento ou que se recusaram a participar da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento (Corrêa, 2023) consiste em uma fase da vida de todo ser humano, entretanto cada indivíduo enfrenta tal processo de forma individualizada. Algumas pessoas encaram o processo da maturidade como um “fim de vida”, porém, muitas pessoas estão se resignificando (Goldenberg, 2021), ou seja, em busca de viver a nova fase de forma mais plena possível.

Atualmente, o índice de pessoas com 50 anos ou mais tem aumentado, necessitando cada vez mais da atenção das políticas públicas de saúde, a fim de atender as especificidades deste perfil geracional, que muitas vezes não é visibilizada (Goffman, 1980) pelo poder público,

principalmente no que diz respeito a sexualidade, sendo considerada uma condição anormal (Foucault, 2014).

Embora, algumas pessoas com 50 anos ou mais estejam em busca de novos amores e relações erótico-afetivas, observa-se que nas últimas décadas este perfil populacional tem sido exposto às infecções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS, em decorrência da ausência do uso do preservativo; concepção de que o contágio de tais infecções é uma prerrogativa de pessoas mais jovens ou pela ausência de conhecimento sobre os riscos, formas de prevenção e tratamento (Saldanha, Araújo, Souza, 2009).

O Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) foi descoberto há 40 anos. Desde sua descoberta houve diversos avanços nos estudos de combate de luta a propagação e proliferação do vírus em todo o mundo (Silva et al, 2021). Além disso, o perfil demográfico das pessoas diagnosticadas com o vírus antes constituído por homossexuais masculinos, profissionais do sexo, hemotransfundidos e usuários de drogas injetáveis, sofreu alteração, visto que o vírus se espalhou entre pessoas heterossexuais com relações afetivas normativas, assim como em pessoas com 50 anos ou mais (Silva et al, 2021).

Atualmente, as políticas públicas através do Ministério da Saúde no Brasil têm investido nas terapias antirretrovirais, tais como a PrEP (Profilaxia Pré-exposição) e a PEP (Profilaxia Pós-exposição) (Brasil, 2022), a fim de reduzir os índices de riscos de contágio do HIV na população. Entretanto, muitas pessoas com 50 anos ou mais desconhecem tais medidas, aumentando o risco de contágio do vírus HIV e propagação do vírus HIV (Cordeiro, 2017).

Estas terapias iniciaram no Brasil no ano de 2018, respeitando as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). A PEP é uma terapia de medicamentos antirretrovirais a ser usada após um possível contato com algum portador do vírus HIV, em casos de violência sexual; relação sexual desprotegida (rompimento da camisinha ou não uso da camisinha), acidente

ocupacional (com instrumentos perfurocortantes) (Brasil, 2022), enquanto que, a PrEP é uma terapia antirretroviral para pessoas soronegativas que mantêm um relacionamento com pessoas soropositivas com carga viral indetectável, mantendo uma relação sorodiferente ou sorodiscordante (Brasil, 2022).

Contudo, a PrEP não isenta o uso do preservativo, em decorrência do fato de não proteger o indivíduo contra outras IST's e deve ser de uso contínuo (Infecções Sexualmente Transmissíveis) (Brasil, 2022).

O uso do PrEP ou PEP influencia no fortalecimento das relações afetivas, desde que haja comunicação entre os parceiros sobre questão de confiança e responsabilidade compartilhada gerando segurança. A pessoa que faz sua dessa profilaxia sente-se seguro em relação a transmissão do HIV, melhorando a qualidade do vínculo afetivo (Silva et al, 2021). Porém, alguns parceiros podem "exigir" exclusividade no relacionamento; outros podem acreditar que estão imunes e ter muitos parceiros, com risco de contágio de outra IST; o usuário pode apresentar reações adversas a medicação, como náuseas, flatulência, inchaço (efeitos temporários). (Brasil, 2022).

RESULTADOS

Em análise preliminar do estudo constata-se que alguns indivíduos com 50 anos ou mais não têm conhecimento sobre as terapias PrEP ou PEP e que tal fato pode prejudicar suas relações erótico-afetivas, em decorrência do risco de contágio do vírus HIV.

O relato de um dos interlocutores da pesquisa demonstra o desconhecimento de tais terapia por alguns profissionais de saúde na fala: "A medicação quando ela deixa o paciente indetectável e intransmissível dá esse conforto sim". "Eu fui a um serviço de saúde e falei que queria usar o PrEP, na verdade seria para meu companheiro e a pessoa da saúde falou que não sabia o que era aquilo". "[...] É, a política está

muito falha, a informação está muito falha”. (Josivaldo, 54 anos, soropositivo há 27 anos. Informação verbal, abril 2024).

Esta fala reflete sobre a necessidade de uma reavaliação por parte dos gestores de saúde quanto a capacitação através de treinamento e educação continuada para os profissionais de saúde, em todos os níveis quanto as profilaxias, a fim de proporcionar um atendimento adequado, não somente a este perfil geracional, mas qualquer outro usuário que necessite de informação e tratamento (Silva et al, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise preliminar do estudo observa-se que pessoas com 50 anos ou mais enfrentam diversos desafios como o estigma do etarismo e do capacitismo. E neste contexto, a sexualidade deste perfil populacional é visto como uma situação “anormal”, entretanto ao receberem o diagnóstico positivo para a infecção por HIV, tais indivíduos tendem a ser estigmatizados duplamente em consequência do diagnóstico de HIV positivo.

De acordo com a literatura estudada constata-se que muitas pessoas deste perfil geracional não possuem conhecimento adequado sobre o HIV, suas formas de transmissão e tratamento, muitas vezes ocasionado por uma “fragilidade” das campanhas publicitárias de políticas públicas, no contexto da invisibilidade quanto a sexualidade destes indivíduos, que apesar de não serem contemplados como seres sexuados, muitos destes estão à procura de relações erótico-afetivas.

A ausência deste conhecimento pode contribuir o aumento de risco de contágio do vírus HIV, visto que este perfil geracional é também vulnerável a infecções sexualmente transmissíveis, dentre elas o HIV. Segundo o estudo, muitos indivíduos com 50 anos ou mais têm a concepção de que o contágio por

infecções sexualmente transmissíveis é uma prerrogativa para o público mais jovem e, com isto, não fazem uso do preservativo, tornando-se susceptíveis ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis.

Uma das medidas de prevenção para a prevenção e combate ao HIV disponibilizado atualmente são as terapias antirretrovirais PrEP (Profilaxia Pré-exposição) e/ou PEP (Profilaxia Pós-exposição), que impedem que o indivíduo soronegativo seja infectado.

Os indivíduos com 50 anos ou mais têm o direito de não somente conhecer, mas também ter acesso a estas medicações, pois, estas podem contribuir na construção de uma relação erótico-afetiva mais duradoura com seus parceiros e com responsabilidade compartilhada. O conhecimento sobre a existência destas terapias, a sua eficácia, assim como, o modo de uso influencia diretamente quanto a adoção da utilização. Muitas pessoas desconhecem a existência desses métodos e/ou possuem informações errôneas sobre elas. Além disso, o estigma relacionado ao HIV pode ser um empecilho para a adesão, até mesmo por medo das pessoas soronegativas de serem associadas ao HIV. A existência de campanhas de informação e conscientização quanto ao HIV, assim como o acesso à PrEP e PEP contribuem de forma positiva no combate a propagação do vírus HIV.

Conclui-se que o uso do PrEP e PEP contribuem no processo de desestigmatizar o uso das ferramentas de prevenção contra o vírus HIV, ao mesmo tempo que colabora não somente com as pessoas com 50 anos ou mais, mas qualquer faixa etária na busca por novos amores e/ou manter relações afetivas já existentes, além da prática de sexo seguro sem julgamento. Em relação às políticas públicas, os serviços de saúde devem ofertar esclarecimentos sobre as terapias atuais disponibilizadas pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. **Portaria SCTIE/MS nº 90**, de 25 de agosto de 2022. Torna pública a decisão de atualizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV. Ref.: 25000.160282/2021-67, 0028508370.

CORDEIRO, L. I. et al. Validação de cartilha educativa para prevenção de HIV/Aids em idosos. 2017. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2017 jul-ago;70(4):808-15. Disponível em: [CORRÊA, L. Envelhecimento feminino e etarismo nas organizações: o desafio da mulher madura no mundo do trabalho. 2023. **ORGANICOM**. v. 20, n. 41 – janeiro/abril. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/206721>. Acesso em set. 2024.](https://www.scielo.br/j/reben/a/fjLDx9YmzGxRSncBr9VjYy/?lang=pt#:~:text=A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ju%C3%ADzes%20evidenciou,IVCs%20individuais%20para%20cada%20dom%C3%ADnio. Acesso em set. 2024.</p></div><div data-bbox=)

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOLDENBERG, M. **A invenção de uma bela velhice**: projetos de vida e a busca da felicidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SALDANHA, A. A. W.; ARAÚJO, L. F.; SOUSA, V. C. Envelhecer com Aids: Representações, crenças e atitudes de idosos soropositivos para o HIV. **Revista Interamericana de Psicologia**. v. 43, n. 2, 323-332. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902009000200013&lng=pt&tlng=pt. Acesso set. 2024.

SILVA, V. G. F. et al. Estigma e preconceito com casais sorodiferentes para o HIV. São Paulo: **Rev Recien**. 2021. v. 11, n. 34, p.59-67. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/391> Acesso set. 2024.

ROMARIA DOS CONQUISTAS DA FESTA DA PENHA: A EXPRESSÃO DOS RITOS E RITUAIS NO TERRITÓRIO DE VILA VELHA/ES

Victória Christina Simões Pinheiro

Mestranda em Arquitetura e Cidade. Universidade Vila Velha. Grupo de Pesquisa Arquitetura, Cidade e Patrimônio Laboratório Espaço, Mente e Comportamento. Bolsista FAPES

Melissa Ramos da Silva Oliveira

Mestre e Doutora em Geografia. Universidade Vila Velha. Grupo de Pesquisa Arquitetura, Cidade e Patrimônio Laboratório Espaço, Mente e Comportamento

RESUMO

Vila Velha/ES realiza anualmente, desde 1570, a Festa da Penha dedicada a Nossa Senhora da Penha, padroeira do estado. Tal celebração consiste na terceira maior festa mariana do Brasil e a festa religiosa mais antiga do Espírito Santo. As principais atrações deste evento são as romarias, que movimentam romeiros de diversos municípios - até de outros estados e países - em direção à Vila Velha. Este artigo tem como objetivo analisar a Romaria dos Conquistas, examinando-a como manifestação de ritos e rituais presentes associados a Festa da Penha. Por meio de metodologia aplicada, busca-se entender a manifestações de fé associadas a Romaria dos Conquistas, avaliando as experiências, práticas religiosas e comportamentos dos peregrinos durante o percurso, onde cumprem suas promessas e mantêm uma tradição religiosa.

INTRODUÇÃO

Há mais de 450 anos, peregrinos de diferentes origens participam da Festa da Penha e de seus ritos religiosos em Vila Velha/ES. Movidos pela fé, os peregrinos vivenciam experiências de intenso significado, fortalecendo seus laços sociais. A peregrinação, associada à busca pelo divino, é um ato de devoção a lugares sagrados (Souza, 2018). Durante os dez dias de festa, especificamente o sítio histórico da Prainha e o Convento da Penha se transformam em um lugar sagrado na cidade de Vila Velha/ES. Entre cantos e rezas, palavras e gestos, choros e alegrias, esperança e gratidão, novenas e missas, misturam-se artefatos e ícones, velas e santos, flores e terços. Dentre eles, o maior símbolo da festa - a Nossa Senhora da Penha ou Nossa Senhora das Alegrias - é sempre cultuada com muito destaque, em expressões

únicas de devoção religiosa. A Festa da Penha, terceira maior festa mariana do Brasil e a mais antiga do Espírito Santo, atrai milhares de peregrinos de todo o país.

O ato de peregrinar faz parte da vida do ser humano desde o início dos tempos, sendo responsável por guiá-lo em sua busca pelo divino e por si mesmo. O termo peregrinação está associado a viagens destinadas a santuários ou lugar sagrado, como ato de devoção religiosa (Souza, 2018). As principais atrações deste evento são as romarias, que movimentam romeiros de diversos municípios - até de outros estados e países - em direção à Vila Velha, especificamente ao Convento da Penha (localizado no alto do Morro da Penha) e ao sítio histórico da Prainha. Dentre as dez romarias, a Romaria dos Conquistas se destaca

pela conexão com as raízes culturais capixabas, expressas em música e dança.

Este artigo tem como objetivo investigar a Romaria dos Conquistados, realizada na Festa da Penha de 2024, examinando como os ritos e rituais, associados a essa procissão, se expressam no território. A pesquisa aplicada, de caráter qualitativo, realiza-se em duas etapas: (a) revisão e estudo da bibliografia, abordando conceitos associados tanto com as romarias, celebrações religiosas quanto com mitos e rituais e às práticas do Congo; (b) investigação in loco da Festa da Penha, realizada em abril de 2024, através da pesquisa observacional. A escolha deste objeto de estudo deve-se a sua importância, tanto religiosa quanto cultural, para o estado do Espírito Santo e para o país.

RITOS E RITUAIS: FESTAS SAGRADAS

Os ritos são atos simbólicos que conectam o homem ao divino, indo além do mundo empírico (Ries, 2020), sendo associados aos mitos, que foram investigados por estudiosos como Eliade (2016) no contexto das sociedades arcaicas e sua dimensão sagrada.

Isso porque, apesar das modificações sofridas no decorrer dos tempos, os mitos dos 'primitivos' ainda refletem um estado primordial. Trata-se, ademais, de sociedades onde os mitos ainda são vivos, onde fundamentam e justificam todo o comportamento e toda a atividade do homem (Eliade, 2016, p. 10).

Segundo o autor, em sua obra *Mito e Realidade*, mito é uma história sagrada (Eliade, 2016). Em outras palavras, os mitos narram como, por meio de certos acontecimentos, a realidade passou a existir (Eliade, 2016). O mito permite que o ser humano tenha uma experiência do sagrado, realizada por meio dos ritos (Ries, 2020). Todo rito possui um sentido, sendo uma associação entre gesto e crença (Ries, 2020). Os rituais, por sua vez, são as práticas associadas ao rito. "Dessa forma, a celebração do rito, isto é, a concretização dos costumes, das regras estabelecidas e dos ensinamentos tradicionais é chamada de ritual" (Entenda, 2020).

Ries (2020) afirma que o mito não existe para explicar ou inventar, mas para motivar e fundar princípios. Pode-se dizer que o mito, segundo as sociedades arcaicas (Eliade, 2016). Indo além, "viver o mito" implica em uma experiência, verdadeiramente, religiosa, no sentido que se difere completamente da experiência da vida cotidiana (Eliade, 2016).

M. Meslin, especialista em antropologia da religião, descreveu as ações rituais como "ações coletivas, com as quais o homem tenta fazer a experiência do divino, entrando em relação com ele" (Meslin, 1987 apud Ries, 2020, p. 285). Segundo Meslin, tais ações objetivam se unir ao divino e são a expressão prática de uma experiência religiosa (Ries, 2020). Pode-se dizer que as festas religiosas são capazes de fortalecer os laços sociais de um grupo, fração social ou uma comunidade inteira (Lucena; Campos, 2008).

A participação comum, numa concepção de cultura que impõe significados particulares ao fluxo da experiência, envolve uma comensalidade, uma gestualidade, um discurso, uma coreografia, o espírito da roupa, [...] uma religiosidade, uma política e, até mesmo, uma economia simbólica que entrecruza trocas (Moura, 2008, p. 33).

As festas religiosas são um momento de celebração de cultura, história e crença. Além disso, as celebrações sagradas são para festejar a vida e um rompimento da monotonia do cotidiano, que permite o homem vivenciar novos afetos e emoções (Jurkevics, 2005). Assim são conhecidas as festas brasileiras desde o período colonial: um espaço de sociabilidade, fora do espaço domiciliar, uma vez que as confraternizações eram realizadas nas festas religiosas (Jurkevics, 2005).

Uma das práticas mais comuns durante as celebrações religiosas são as romarias. Essencialmente, romaria é um ritual de peregrinação, uma manifestação de fé, geralmente, associada com algum santo. São viagens, realizadas individualmente ou em um grupo, a locais considerados sagrados, com o propósito de cumprir um voto ou promessa, ou agradecer, ou pedir uma bênção (Romarias,

s.d.). Colonizadores portugueses e espanhóis trouxeram tal costume da Europa, porém já encontraram aqui costumes semelhantes, o que rendeu um intercâmbio de tradições e crenças (Valle, 2006).

As peregrinações e romarias são, em sua maioria, associadas com celebrações religiosas, que apresentam como elementos mitos, ritos, símbolos, música e danças típicas (Alves; Junqueira, 2009). As primeiras romarias que se tem conhecimento são datadas entre 1743 e 1750, porém somente a partir de 1900 as grandes romarias tiveram início, com o incentivo da Igreja Católica, através dos novos meios e vias de transporte. Dialogando com as festas religiosas, durante as romarias, “o indivíduo se desvencilha de todos esses entraves da modernidade e se lança a uma vivência comunitária em que se articulam valores que fazem parte da tradição, tão esquecidos no mundo de hoje” (Oliveira, 2011b, p. 78). A realização de procissões, e peregrinações, consiste em um patrimônio cultural comum a diversos povos, sendo uma típica forma de expressão religiosa em quesito social e individual (Santos, 2010).

A peregrinação é uma das mais antigas formas de migração humana, estimulada por motivos não estritamente econômicos, provavelmente existentes desde as religiões pré-históricas, e que se tornou uma realidade de relevância e impacto ainda mais notáveis com o surgimento dos grandes sistemas de crença (Santos, 2010, p. 147).

Segundo Rosendhal (1995), as peregrinações têm despertado crescente interesse entre os acadêmicos da geografia recentemente, sendo vistas como manifestações de fé que assumem características espaciais devido ao deslocamento dos fiéis de um lugar a outro, frequentemente marcado por uma certa periodicidade.

FESTA DA PENHA

A Festa da Penha é uma celebração religiosa, em homenagem a Nossa Senhora da Penha, realizada anualmente, no estado do Espírito

Santo/BR, marcada por ritos e rituais, além das procissões, consideradas os pontos altos do evento. Em toda a América Latina, a imagem da santa sempre foi uma presença marcante. Segundo os bispos da Conferência de Puebla (IV-CELAM, 1979 apud Cipollini, 2010), Maria é a mãe dos povos da América Latina.

A colonização do Espírito Santo se iniciou onde é conhecido, atualmente, como Prainha, um sítio histórico localizado no centro do município de Vila Velha, considerado o primeiro núcleo urbano da antiga capitania do Espírito Santo (Oliveira; Pinheiro, 2023). Logo após os colonizadores, atracarem, iniciaram a construção de abrigos, paliçadas e, como devotos de Maria, uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, considerada a igreja mais antiga do Espírito Santo (Oliveira; Pinheiro, 2023).

Em 1558, o franciscano, Frei Pedro Palácios, chegou à antiga capitania e trouxe consigo um painel de Nossa Senhora das Alegrias e construiu um singelo abrigo para abrigá-lo (Horta, 2020). Em 1569, foi erguida a Ermida das Palmeiras, uma capela conhecida atualmente como Convento da Penha. No ano seguinte, em 1570, a primeira edição da Festa da Penha foi realizada, a mando do Frei Pedro Palácios. Sendo assim, ano após ano, a celebração atrai milhares de fiéis a fim de louvar, pedir e agradecer Nossa Senhora da Penha. A festa tem início no segundo domingo após a Páscoa e dura cerca de uma semana (Festa, 2023). A comemoração se encerra no Dia de Nossa Senhora da Penha, consagrado como feriado municipal (Silva, 2020). Para se ter noção da importância deste mito para o povo capixaba, as cores do manto da santa estão representadas na bandeira do estado.

A Festa da Penha é palco de inúmeros ritos e rituais, como novenas, missas, procissões, dentre outras atividades, em homenagem à Nossa Senhora da Penha (Festa, 2023). Os preparativos são organizados por uma comissão responsável pelo evento (Frei, 2023). Essencialmente, a Festa se constitui pelos ritos de celebrações eucarísticas, porém o ápice se

dá nas procissões, ou seja, as romarias. Contabilizando, dez romarias compõem a programação da festa, sendo a Romaria dos Homens a mais tradicional, que ocorre no sábado, reunindo cerca de um milhão de pessoas (Frei, 2023). Ao longo dos anos, novas romarias foram surgindo, como a Romaria dos Militares, das Pessoas com Deficiência e, especialmente, a Romaria dos Conguistas.

A 454ª edição da Festa da Penha, realizada de 31 de março a 8 de abril de 2024, contou com 2,7 milhões de fiéis de diversas partes do país (Aldesco, 2024). Durante nove dias, foram celebradas mais de 50 missas e 11 romarias foram realizadas (Rabelo, 2024). O tema escolhido para este ano, “Ó, vem conosco, vem caminhar”, chama os peregrinos a se aventurarem pelos caminhos da cidade em busca da própria fé. As romarias são práticas ritualísticas, mas vão além de simples rituais, com novenas, cânticos e outras expressões de fé (Ries, 2020; Turner, 1974 apud Valle, 2006). As peregrinações incluem novenas, cânticos e orações durante o trajeto.

ROMARIA DOS CONGUISTAS

A Romaria dos Conguistas (Figura 01) é uma mistura de fé católica com raízes na colonização. O congo trata-se de uma manifestação típica da cultura capixaba, que une ritmos musicais do negro e dos indígenas à religiosidade advinda dos portugueses (Bandas, s.d.). Homens, mulheres e crianças participam portando instrumentos musicais, estandartes e indumentárias (Souza, 2018a). Tais instrumentos possuem função fundamental nas festas ligadas ao catolicismo, como as festas em homenagem aos santos. O congo, com raízes afrodescendentes e indígenas, traz sons de tambores, cuíca e reco-reco, simbolizando a resistência dos povos escravizados (Souza, 2018a). Atualmente, há 65 bandas de congo no estado e mais de 6 mil conguistas (Romaria, 2019).

A Romaria dos Conguistas apresenta como trajeto o Morro da Penha. O trajeto se inicia aos pés do morro, onde as bandas se reúnem para iniciar o trajeto. Após ajustes e cumprimentos, os romeiros se reúnem em oração para iniciar a caminhada, levando estandartes, tambores e casacas, símbolos religiosos e culturais do Espírito Santo. Diferentemente das outras Romarias, a Romaria dos Conguistas se assemelha a uma grande festa, onde os participantes dançam, tocam e louvam simultaneamente. A fé é expressa por palmas, tambores e gritos, relembrando as culturas fundadoras. As histórias são vivas nos instrumentos, músicas e tradições. Ao longo do trajeto, as dançarinas de Congo, conhecidas por suas saias rodadas, animam a subida e contagiam os demais fiéis.

No alto do Morro da Penha, os estandartes são benzidos pelos freis do Convento. Uma perfeita união entre catolicismo e cultura capixaba, fruto de miscigenação e história. Após a bênção, o grupo desce em direção aos pés do Morro. A romaria termina com a Fincada do Mastro, uma tradição que remonta às grandes navegações, em que naufragos prometeram homenagear São Benedito após serem salvos por se agarrarem ao mastro de sua embarcação (Ribeiro, s.d.). Após a cerimônia, fiéis posicionam as mãos no mastro e prestam devoção à São Benedito e Nossa Senhora da Penha, sendo pedido auxílio para enfrentarem as próprias tempestades; sendo agradecendo pelas bênçãos atendidas.

RESULTADOS

As romarias da Festa da Penha são compostas de diversas partes. Quando se pergunta a um fiel, que já frequentou o evento, sobre as romarias, é comum haver diferentes preferências ao lembrar-se da peregrinação: alguns lembram das músicas; das dores devido ao caminhar; das orações e até da emoção sentida. Conforme visto, diversos autores postulam que as peregrinações são rituais, o que restringe sua abrangência. Entretanto, as

romarias que compõem a Festa da Penha vão além de um simples ritual religioso. A partir da análise da Romaria dos Conguistas é possível perceber que esses eventos possuem uma

Figura 1 - Fotocolagem - Romaria dos Conguistas

estrutura multifacetada. Cada uma das procissões envolve diferentes públicos e se organiza em



Fonte:

Autoras (2024)

torno de várias etapas que, em conjunto, formam um rito maior. Por conta dessa complexidade, abrangência e composição múltipla, esse trabalho postula que as peregrinações podem ser elevadas à categoria de ritos, que são formados por uma sequência de rituais visando conferir sentido a uma experiência espiritual ou cultural.

A Romaria dos Conguistas carrega um profundo simbolismo cultural e histórico, refletindo a identidade e a resistência dos povos que compõem o Espírito Santo. O congo vai além de uma manifestação folclórica, representando a fusão das heranças africanas, indígenas e europeias. Essa procissão, portanto, vai além da religiosidade, sendo uma representação de força e resistência dos povos originários. Durante a subida do Morro da Penha, o ritmo contagiante das bandas de congo cria uma atmosfera única, onde fé e cultura se entrelaçam. A celebração culmina com a bênção

dos estandartes no alto do morro, marcando uma renovação do compromisso espiritual dos conguistas e suas promessas. É também uma reafirmação da cultura popular como forma legítima de expressão religiosa e social. Finalmente, a Fincada do Mastro, tradição secular que encerra a romaria, simboliza não apenas um ato de devoção, mas também a renovação de um agradecimento centenário de proteção divina diante das dificuldades.

Conforme visto, a Romaria dos Conguistas envolve diversas etapas, desde a preparação, no pé do Morro da Penha; passando pela bênção recebida pelos peregrinos ao chegarem ao Convento da Penha; e finalizando com a Fincada do Mastro, na Prainha. Durante o percurso, inclusive, observa-se uma série de outros rituais, que fazem parte de cada fase da procissão. Dentre eles, estão as orações coletivas, o canto de hinos religiosos, a dança e a expressão de fé pessoal, que pode incluir

desde carregar imagens religiosas e os estandartes até promessas. Diversos rituais, envolvidos em um único rito, que é a romaria.

Além disso, as romarias podem ser consideradas fenômenos heterogêneos, isto é, não há um roteiro exato a ser seguido. Cada peregrino carrega consigo a própria história, memórias e cultura. Esse caráter individualizado de comunicação com o divino reflete-se na maneira como os fiéis expressam sua fé durante o trajeto. Alguns oram em silêncio, outros cantam, e há aqueles que apenas caminham. Essa diversidade de costumes e práticas fazem das romarias da Festa da Penha um espaço de expressão coletiva da fé, mas também um momento de introspecção e conexão individual com o sagrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ritos religiosos desempenham um papel fundamental na forma como as sociedades se conectam com o sobrenatural, sendo responsáveis pela criação e perpetuação de mitos e culturas que moldam a identidade coletiva e individual. As festas religiosas, em particular, oferecem oportunidades para que os participantes se envolvam em momentos de autoconhecimento, reflexão e renovação espiritual. As celebrações sagradas atraem pessoas em busca de conforto espiritual e equilíbrio (Aragão; Macedo, 2013). No contexto das celebrações católicas no Brasil, essas festividades têm um significado ainda mais profundo, pois além de homenagearem eventos bíblicos, também servem para relembrar e reafirmar as raízes coloniais do país (Aragão; Macedo, 2013). Segundo Ferreira (2009, p. 17 apud Aragão; Macedo, 2013, p. 4), a festa religiosa “é um momento de celebração da vida, que rompe o ritmo monótono do cotidiano, e permite a vivência de afetos e emoções”. Esse rompimento com o cotidiano é uma característica marcante dos ritos, capazes de criar um espaço temporal e simbólico, onde os indivíduos transcendem e escapam de suas rotinas diárias, a fim de se conectar com o plano

superior. A Festa da Penha, no Espírito Santo, é um exemplo dessa dinâmica, pois, além de ser uma celebração religiosa, também constitui uma manifestação cultural que atravessa gerações e reforça a identidade capixaba.

A procissão, um dos momentos mais aguardados da Festa da Penha, exemplifica como esses eventos são moldados pela interação entre fé, cultura e história. Este estudo analisou, em particular, a Romaria dos Conguistas, um dos elementos mais vibrantes e significativos dessa festa. Ao reunir elementos da fé católica com tradições culturais afro-brasileiras e indígenas, a Romaria dos Conguistas reflete devoção e resistência cultural. A procissão, acompanhada pelos ritmos dos tambores, estandartes, adereços e imagens, é um reflexo vivo da miscigenação que compõe a identidade capixaba.

A proposta contrapõe o postulado por autores, como Ries (2020), que as procissões religiosas se constituem como rituais. Procurou-se, através da explanação dos diversos momentos compostos pela procissão dos conguistas, afirmar as romarias como ritos, sendo estes formados por diversas manifestações de fé, individuais e coletivas, por parte dos romeiros. No caso da Romaria dos Conguistas, por exemplo, o ritual de tocar os instrumentos e carregar estandartes é apenas uma das muitas camadas de significado que envolvem a procissão.

A Festa da Penha se renova a cada edição, sendo reconhecida não apenas como patrimônio cultural do Espírito Santo, mas também como demonstração de força, devoção e história viva. Em suma, este estudo conclui que as romarias da Festa da Penha, incluindo a utilizada como estudo de caso neste trabalho, devem ser vistas como ritos, que englobam uma série de rituais coletivos e individuais e proporcionam, aos participantes, momentos de autorreflexão, conexão espiritual e celebração cultural. Ao romperem com a mesmice do cotidiano, as romarias criam um espaço onde a fé, a cultura e a história se entrelaçam. Assim, as procissões religiosas não são apenas

manifestações de devoção religiosa, mas também eventos que reforçam a identidade coletiva e cultural do Espírito Santo, tornando-se essenciais para a preservação e valorização de suas tradições.

REFERÊNCIAS

ALDESCO, A. **Missa com 250 mil pessoas encerra Festa da Penha 2024**. Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2024. Disponível em: <<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2024/04/46636/missa-com-250-mil-pessoas-encerra-festa-da-penha-2024.html#:~:text=Com%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20aproximadamente,da%20Penha%2C%20em%20Vila%20Velha.>>. Acesso em 26 jul. 2024.

ALVES, L. A. S.; JUNQUEIRA, S. R. A. As Festas Religiosas, o Profano no Sagrado: formação dos professores. **Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral**, v. 1, n. 2, p. 435-442, 2009.

ARAGÃO, I. R.; DE MACEDO, J. R. Festa, Memória e Turismo Cultural-Religioso: A Procissão ao Nosso Senhor dos Passos, em São Cristóvão-Sergipe. **Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 1, p. 15-28, 2013.

BANDAS de Congo na Serra. Câmara da Serra, s.d. Disponível em: <<https://www.camaraserra.es.gov.br/pagina/ler/1029/bandas-de-congo-na-serra#:~:text=O%20Congo%20%C3%A9%20uma%20manifesta%C3%A7%C3%A3o,religiosidade%20cat%C3%B3lica%20trazida%20pelos%20Portugueses.>>. Acesso em 09 jul. 2024.

CIPOLLINI, P. C. A devoção mariana no Brasil. **Teocomunicação**, v. 40, n. 1, 2010.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ENTENDA qual a diferença entre rito e ritual. Terra. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/horoscopo/entenda-qual-e-a-diferenca-entre-rito-e-ritual,4cc65d87cf1dc9a2299842dee86d1692qpjcvxlb.html>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FESTA da Penha 2023: Programação e muito mais! Águia Branca, 2023. Disponível em: <<https://blog.aguiabranca.com.br/dicas-de-viagem/festa-da-penha/festa-da-penha-2023/>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FREI Djalmo: a Festa da Penha é devoção e expressão da religiosidade do povo à sua Padroeira. Franciscanos, 2023. Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/noticias/frei-djalmo-a-festa-da-penha-e-devocao-e-expressao-da-religiosidade-do-povo-a-sua-padroeira.html#gsc.tab=0>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

HORTA, A. L. **A Ermida das Palmeiras**. Morro do Moreno, 2020. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-ermida-das-palmeiras-por-areobaldo-lellis-horta.html>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

RIES, J. **Mito e rito**: as constantes do sagrado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

JURKEVICS, V. I. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 43, n. 2, p. 73, 2005.

MOURA, M. M. Festas, Ritos e Celebrações. In: LUCENA, C. T.; CAMPOS, C. S. **Questões ambientais e sociabilidades**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 33 - 38.

OLIVEIRA, C. D. M. Festas religiosas, santuários naturais e vetores de lugares simbólicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 08, p. 93-106, 2011a.

OLIVEIRA, M. R. S. O.; PINHEIRO, V. C. S. Lugar de memória e percepção afetiva patrimonial: sítio histórico da Prainha, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. **PatryTer**, v. 6, n. 11, p. 01-20, 2023.

OLIVEIRA, S. C.; Coelho G. S. S. de. **Romarias**: um espaço de interação entre a tradição e a modernidade. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Departamento de Filosofia e Teologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011b.

RABELO, A. Festa de Nossa Senhora da Penha reúne mais de 2 milhões de devotos. **Vatican News**, 2024. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2024-04/festa-nossa-senhora-penha-reune-2-milhoes-devotos.html>>. Acesso em 26 jun. 2024.

RIBEIRO, M. Festa de São Benedito, tradição no Espírito Santo. **Guia e Turismo**, s.d. Disponível em: <<https://www.guiaeturismo.com/festa-de-sao-benedito-no-espírito-santo>>. Acesso em 09 jul. 2024.

ROMARIA dos Conguistas: A alegria popular e cultural da Festa da Penha. Convento da Penha, 2019. Disponível em: <<https://conventodapenha.org.br/romaria-dos-conguistas-a-alegria-popular-e-cultural-na-festa-da-penha/>>. Acesso em 09 jul. 2024.

ROMARIAS - Peregrinação de devotos é uma tradição portuguesa. **UOL**, s.d. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cultura-brasileira/romarias-peregrinacao-de-devotos-e-uma-tradicao-portuguesa.htm#:~:text=S%C3%A3o%20muitos%20os%20centros%20de,Pirapora%2C%20ambos%20em%20S%C3%A3o%20Paulo.>> Acesso em 19 jun. 2024.

ROSENDAHL, Z. Geografia de religião: uma proposta. **Espaço e Cultura**, n. 1, p. 45-74, 1995.

SANTOS, M. G. M. P. Conhecimento geográfico e peregrinações: contributo para uma abordagem teórica. In: ROSENDAHL, Z. (org.). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SILVA, L. F. **Da patrimonialização de celebrações católicas no âmbito do IPHAN à construção de memórias orais**: o caso da Festa da Penha em Vila Velha/ES. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Rio de Janeiro, p. 160. 2020.

SOUZA, E. **Congo Capixaba**: memória e herança cultural do Espírito Santo. Medium, 2018a. Disponível em: <<https://emanuelasouza.medium.com/congo-capixaba-mem%C3%B3ria-e-heran%C3%A7a-cultural-do-esp%C3%ADrito-santo-690babf4a830>>. Acesso em 09 jul. 2024.

VALLE, E. Santuários, romarias e discipulado cristão. **Horizonte**: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 4, n. 8, p. 31-48, 2006.

PERCEPÇÕES DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM CAMBURI (VITÓRIA/ES) SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL

Eraldo Baroni Junior

Mestrando em Sociologia Política pela, Universidade Vila Velha,
Bolsista MPT

RESUMO

Trata-se de pesquisa cujo principal objetivo é coletar informações acerca das percepções dos moradores do bairro Jardim Camburi (Vitória/ES) sobre a pobreza e a desigualdade social. A questão é relevante por se tratar do bairro mais populoso do estado do Espírito Santo, concentrando cerca de 14,95% dos habitantes de Vitória, com uma população formada preponderantemente por indivíduos com características da classe média brasileira, dotado de elevada importância política em razão de sua capacidade de influenciar nos processos eleitorais, especialmente aqueles de âmbito local. O estudo apresentado pela pesquisadora Elisa P. Reis no ano de 2000 em seu artigo intitulado “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade”, embasa a pesquisa ora apresentada, fornecendo as reflexões necessárias e dados fundamentais para a estruturação do questionário utilizado, bem como servindo como paradigma para fins comparativos. Os ensinamentos de Jessé Souza contidos em sua obra “A ralé brasileira” também ofereceram fundamentos importantes para reflexão e interpretação das informações colhidas junto aos moradores de Jardim Camburi. No que tange à metodologia, a pesquisa tem viés exploratório, cabendo destacar também seu caráter indutivo e predominantemente quantitativo, sem desconsiderar análises de caráter qualitativo. Para coleta de informações, foi elaborado um questionário estruturado composto por nove perguntas, permitindo-se a seleção de apenas uma resposta para cada pergunta, em sua maioria inspiradas nas questões objeto da pesquisa paradigma, com as alterações e os acréscimos que se mostraram oportunos. O link para resposta online por meio do Google Forms ficou disponível no período de 4 a 9 de setembro de 2024 e, no total, 63 pessoas responderam ao questionário. Os dados coletados permitiram construir hipóteses que expliquem as percepções dos moradores de Jardim Camburi sobre a pobreza e a desigualdade. Considerando se tratar de pesquisa exploratória, tendo, portanto, como fim a formulação de problemas mais precisos e/ou hipóteses a serem avaliadas em estudos sistematizados posteriormente, pode-se concluir que esse resultado foi satisfatoriamente alcançado nessa pesquisa, sendo observados pontos de convergências e de divergências em relação às constatações do estudo paradigma.

INTRODUÇÃO

Compreender as percepções das elites sobre a pobreza e a desigualdade social é relevante porque, segundo apontado por Reis (2000, p. 144) no artigo Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade, “o papel delas [das elites] na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável”, afinal, “a menos que – por razões interesseiras ou altruístas – elas percebam uma política como necessária ou desejável, esta não terá chance de ser implementada”. Sustentando sua

afirmação, a pesquisadora aponta a perspectiva do autor (De Swaan) de estudo anterior sobre a emergência de políticas nacionais de bem-estar social no continente europeu, para quem “somente quando as elites viram vantagens na coletivização de soluções a problemas sociais é que o poder público tornou-se o agente natural na provisão de ‘bens de cidadania’ como educação, saúde e previdência” (Reis, 2000, p. 144).

A pesquisa desenvolvida por Reis (estudo paradigma) inspirou a realização de pesquisa

exploratória cujo escopo principal é coletar dados acerca das percepções dos moradores de Jardim Camburi (Vitória/ES) sobre a pobreza e a desigualdade social.

Jardim Camburi é apontado como o bairro mais populoso do Espírito Santo, estando “à frente da maioria das cidades capixabas em termos de PIB e número de habitantes” (Silva, 2022). Segundo dados preliminares do Censo Demográfico 2022 apresentados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2024, p. 12), Jardim Camburi passou de 14.527 domicílios em 2010 (ano do censo demográfico anterior) para 22.505 em 2022 (variação de 54,92%). Já sua população, no mesmo período, passou de 39.157 habitantes para 48.286 (variação de 23,31%). Considerando que a população de Vitória totaliza 322.869 em 2022 (IJSN, 2023, p. 7), nota-se que 14,95% da população da capital do Espírito Santo reside no bairro Jardim Camburi. Dos 266.585 eleitores de Vitória (Tribunal Regional Eleitoral – ES, 2024), 37.136 votam em Jardim Camburi (13,93% dos eleitores de Vitória). Em termos econômicos, Silva (2022), valendo-se de dados relativos a 2019, afirma que, se fosse um município, Jardim Camburi teria o 15º maior Produto Interno Bruto - PIB do estado. Ademais, de acordo com o atual Plano Diretor Urbano do Município de Vitória (Vitória, 2018, p. 15), juntamente com os demais bairros localizados na “orla”, Jardim Camburi se encontra localizado na Macrozona Urbana Consolidada, “caracterizada pela maior disponibilidade de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos e privados, bem como áreas públicas destinadas ao lazer da população”. Por todas essas comodidades, Jardim Camburi consta, atualmente, na lista das dez áreas com o metro quadrado mais valorizado da cidade (Menezes, 2024).

É relevante destacar que é fato notório que a população de Jardim Camburi é constituída preponderantemente por indivíduos com padrões de vida característicos da classe média brasileira. Apesar dessa notoriedade, não foram localizados dados atualizados com base no Censo Demográfico 2022 relativos ao perfil socioeconômico dessa população. Contudo,

dados relacionados ao Censo Demográfico de 2010 constantes em Nota Técnica do Instituto Jones dos Santos Neves (2012) apontam para uma taxa de alfabetização de 99,4%, além de um valor nominal médio das pessoas com 10 anos ou mais de idade, com rendimento, igual a R\$3.066,59.

Entretando, não se mostra imprescindível para os fins desta pesquisa o enquadramento preciso da população de Jardim Camburi de acordo com parâmetros de classes sociais previamente estabelecidos e com base em dados censitários. Afinal, trata-se de estudo de caráter exploratório, cujo objetivo é embasar possível pesquisa com maior sistematização no futuro, quando, inclusive, possivelmente estarão disponíveis os dados socioeconômicos obtidos no último censo demográfico de 2022. Não bastasse isso, Jardim Camburi é reconhecido como um típico “bairro de classe média” e sua população pode ser considerada uma “elite local”, adotando-se critérios distintos daqueles utilizados por Reis (2000) em sua pesquisa: aqui, constitui-se um recorte territorial de um bairro com uma população formada preponderantemente por indivíduos com características da classe média brasileira, que adquire importância política em razão do quantitativo de habitantes, seu poder econômico e sua capacidade reconhecida de influência nos processos eleitorais.

Adotando-se o mesmo raciocínio empregado por Reis, é forçoso reconhecer a importância da população de Jardim Camburi para a formação e implementação de políticas sociais (especialmente locais), o que justifica a realização de pesquisas relacionadas à percepção dessa população acerca da pobreza e da desigualdade social.

Tratando-se de pesquisa exploratória, conforme apontamentos de Gil (2021, p. 26), tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores”. De caráter indutivo e predominantemente quantitativo, o estudo também conta com análises de caráter

qualitativo, especialmente para a construção de hipóteses que expliquem as percepções dos participantes.

Para coleta de dados, foi elaborado questionário estruturado composto por 9 perguntas, em sua maioria inspiradas nas informações disponibilizadas sobre o estudo paradigma (com adequações e acréscimos necessários), de forma a viabilizar estudo comparativo acerca dos dados obtidos nas duas pesquisas. Para cada questão, optou-se por permitir a seleção de apenas uma resposta.

O único critério de admissão utilizado foi que o participante residisse no bairro Jardim Camburi (Vitória/ES). No início do questionário constava expressamente a solicitação para que a pesquisa fosse respondida apenas por moradores do bairro supracitado.

O link para resposta online por meio do Google Forms ficou disponível no período de 4 a 9 de setembro de 2024 e foi encaminhado de diversas formas para conhecidos do pesquisador, com solicitação de repasse para outras pessoas residentes no bairro Jardim Camburi, sugerindo-se, especialmente, sua divulgação em grupos de condomínio de WhatsApp. Algumas respostas foram obtidas também por meio de tablet disponibilizado pelo pesquisador.

No total, 63 pessoas responderam ao questionário. Para a análise quantitativa dos dados obtidos com a pesquisa, foram utilizados os gráficos gerados pelo próprio Google Forms.

Em síntese, o estudo que ora se apresenta tem a modesta pretensão de proporcionar uma visão geral, de caráter aproximativo, do objeto de seu estudo, apontando caminhos, questionamentos e especulações que possivelmente constituirão a primeira etapa de uma investigação mais ampla e sistematizada no futuro.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo apresentado no artigo intitulado “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade” (Reis, 2000), embasa a pesquisa ora apresentada, fornecendo as reflexões necessárias e dados fundamentais para a estruturação do questionário utilizado, bem como servindo como paradigma para fins comparativos.

Sobre o artigo utilizado como base para esta pesquisa, destaca-se que, após concluir sua introdução (na qual destaca as fontes de informações utilizadas, incluindo uma amostra aleatória extraída de um survey de 1993-1994), a pesquisadora apresenta algumas de suas interpretações no tópico A visão das elites brasileiras, chamando a atenção para “a grande importância que a questão da pobreza e da desigualdade parece ter para nossas elites”, as quais “tendem a acreditar que a agenda de problemas sociais constitui o desafio mais sério enfrentado por nossa frágil ordem democrática” (Reis, 2000, p. 145). Na sequência, porém, a pesquisadora faz severas críticas à percepção das elites acerca da educação e de seu papel para diminuição da desigualdade social:

A educação é vista como um recurso a ser explorado pelo poder público tendo em vista dotar os setores mais pobres da população de condições para competir por um lugar melhor na estrutura social sem envolver uma ativa redistribuição de renda e riqueza. A expectativa normativa parece ser que o poder público invista em educação como uma alternativa a soluções de tipo soma zero. [...] Em suma, as elites apostam na possibilidade de melhoria para os pobres sem custos diretos para os não-pobres (Reis, 2000, p. 147).

As elites nacionais, pondera Reis, não se consideram responsáveis pelo problema da pobreza e da desigualdade, cuja responsabilidade é creditada ao Estado, que não estaria cumprindo adequadamente seu papel de agente transformador da realidade social:

[...] essas elites acreditam que o Estado tem uma função social que não tem sido cumprida e que isso se deve sobretudo à falta de vontade. Contudo, o que elas não veem é que essa vontade ‘faltante’,

essa 'omissão' política, é algo que deve ser creditado a elas próprias. Nesse sentido, falta uma noção de responsabilidade social entre as elites. Aparentemente, elas não se veem como parte de um todo, uma coletividade, nem tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva (Reis, 2000, p. 148-149).

Os ensinamentos extraídos da obra "A ralé brasileira" (Souza, 2024) também ofereceram fundamentos importantes para reflexão e interpretação das informações colhidas junto aos moradores de Jardim Camburi. Afinal, a perspectiva de que se vale Reis ao analisar as percepções das elites por ela estudadas parece dialogar com a tese defendida no livro A ralé brasileira (Souza, 2024), no qual se aponta que a reprodução da desigualdade social no Brasil só pode ser explicada pela existência de um verdadeiro 'consenso inarticulado' que atravessa toda a sociedade brasileira e que tem por consequência a naturalização da divisão da sociedade em 'gente' e 'subgente', de tal forma que as classes privilegiadas não se sintam responsabilizadas pelas mazelas sociais:

Ele é obviamente um consenso 'não admitido', que nenhum brasileiro de classe média jamais confessaria partilhar, e é isso que permite sua eficácia como consenso real, que produz cotidianamente a vida social e política brasileira como ela é, sem que ninguém se sinta 'responsabilizado' por isso. Ao contrário, a 'culpa' e a 'responsabilidade' são sempre do 'estado patrimonial' ou de uma elite abstrata, que se aplica a todos e a ninguém, sendo, portanto, uma referência inofensiva e pseudorradical que não incomoda (Souza, 2024, p. 397).

Tendo como referencial as proposições de Reis (2000) e Souza (2024), passa-se à análise dos dados obtidos com a pesquisa realizada com os moradores de Jardim Camburi, buscando, entre outros pontos, identificar convergências e divergências em relação às percepções das elites objeto do estudo paradigma.

RESULTADOS

A primeira observação que se faz diz respeito à importância aparentemente dada pelos

participantes deste estudo às questões relacionadas à educação, à pobreza e à desigualdade social. Enquanto no estudo realizado por Reis (2000, p. 146) se observa que 24,1% dos participantes indicaram o "baixo nível educacional da população" e 23,4% apontaram os "altos índices de pobreza e desigualdade social" como principais obstáculos à democracia no Brasil, na pesquisa realizada com moradores de Jardim Camburi esses percentuais são ainda mais expressivo: 34,9% e 27% respectivamente. Mesma constatação pode ser extraída da análise das respostas obtidas quando se questionou qual deveria ser o principal objetivo nacional a médio prazo, obtendo-se, os percentuais de 36,5% para "melhorar os níveis educacionais" e 23,8% para "erradicar a pobreza e erradicar a desigualdade". Note-se que esses percentuais são superiores àqueles observados junto às elites nacionais ("melhorar os níveis educacionais": 23%; "erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade": 17,6%), segundo apontado no estudo paradigma (Reis, 2000, p. 146).

A crítica de Reis à prioridade conferida à educação pelas elites como oportunidade de mobilidade social já foi destacada anteriormente, de forma que se registra crítica semelhante apresentada por Souza, no sentido de que a escola pública não se mostra capaz de cumprir a promessa de "ascensão social", não obstante o trabalho de profissionais que se esforçam para tal fim:

É apenas natural e consequente, nesse contexto, que a escola pública no Brasil, com raras e honrosas exceções, seja 'pensada' como caminho dourado da ascensão social, quando, na realidade, ela quase sempre apenas legitima a desigualdade já montada [...]. Assim, se ela promete ascensão social pelo estudo para todos, o que ela na prática institucional efetiva faz é separar as classes nascidas para vencer das classes nascidas para perder (Souza, 2024, p. 403-404).

Dando continuidade à análise, uma diferença considerável entre as percepções obtidas nos dois estudos é observada quando o questionamento é direcionado para o "principal problema nacional". Reis (2000, 146) obteve os seguintes resultados (apenas as 3 principais

respostas): “inflação” (17,5%); “educação e saúde” (15,9%) e “pobreza” (14,3%). A preocupação com a inflação observada no estudo paradigma parece refletir o momento histórico (1993-1994) em que o survey foi aplicado, já que os maiores índices de inflação foram registrados no Brasil entre o final da década de 1980 e o início da década seguinte (Guitarrara, 2023). Na pesquisa local, a “inflação” não parece causar o mesmo temor que causava, uma vez que apenas 1% dos participantes a indicaram como principal problema nacional. Por outro lado, a “corrupção” foi apontada por 33,3% dos moradores de Jardim Camburi entrevistados como sendo o principal problema nacional, ficando bem acima da segunda alternativa mais assinalada (“educação e saúde”: 23,8%).

O resultado obtido não chega a causar espanto, sendo esse o cenário observado desde meados da década de 2010 (Brasileiros, 2015), quando escândalos de corrupção envolvendo elites políticas e econômicas ganharam enorme repercussão nas mídias, influenciando negativamente a visão da população em relação à máquina estatal e abrindo espaço para discursos anticorrupção utilizados em grande parte apenas como palanque eleitoral.

Embora um número considerável de participantes tenha apontado como principal problema nacional “educação e saúde” (23,8%) e “distribuição de renda” (12,7%), o que indica atenção a questões sociais, quando são confrontados com a “corrupção”, nota-se um considerável deslocamento da preocupação dos moradores de Jardim Camburi para essa questão, a qual possivelmente tem hoje o mesmo efeito sobre o imaginário popular que a “inflação” tinha nos anos 1990. Em razão dessa suposição, parece seguro supor que, caso a “corrupção” e seu combate fossem inseridos como alternativas às primeiras questões, as respostas seriam alteradas. Essa percepção também é corroborada pela análise das respostas à questão “Qual o principal fator que pode ocasionar o fracasso de políticas sociais?”, para a qual “corrupção” é apontada por 31,7% dos participantes.

Embora não se desconsidere os prejuízos socioeconômicos advindos da corrupção endêmica com a qual a sociedade brasileira se depara, é imperioso refletir sobre como questões como a corrupção podem desvirtuar o debate público e ofuscar as verdadeiras causas da injustiça social, criando “espantalhos”, no dizer de Souza (2024, p. 368-369).

Considerando a importância dada pelos participantes da pesquisa à questão, a corrupção deve pautar outros questionamentos futuros para melhor compreensão da percepção dessa população local sobre o fenômeno, sendo relevante identificar quem os participantes consideram os principais responsáveis pela corrupção, se os mecanismos atualmente empregados no combate à corrupção são eficientes e até que ponto a eventual superação da corrupção impactará a vida das camadas mais pobres da sociedade e diminuirá a desigualdade social.

Quando confrontados com uma questão de ordem mais pragmática (“Qual deve ser a política prioritária no combate à desigualdade social?”), o suposto “culpado” pelas mazelas sociais em questão, de acordo com a percepção dos participantes da pesquisa, parece ganhar nome: 38,1% acreditam que o Estado deve “aumentar a eficiência dos serviços públicos”. Em outras palavras, para quase 40% dos participantes da pesquisa a simples melhoria dos serviços públicos parece ser suficiente para reduzir a desigualdade social, independente de mudanças estruturais de caráter político, econômico e social. Vale destacar também que apesar da crença de que os serviços públicos devem se tornar mais eficiente, apenas 9,5% dos participantes parecem acreditar que essa almejada eficiência deva vir acompanhada da expansão dos gastos sociais. Nesse cenário, mostra-se relevante estruturar questionamentos para pesquisa futura sobre a percepção dos participantes no que tange à eficiência dos serviços públicos, às causas de sua possível ineficiência, aos meios para reverter esse quadro (mantendo-se a atual política de austeridade fiscal). É importante verificar também se os serviços públicos entendidos

como ineficientes pelos moradores de Jardim Camburi são os mesmos que fazem parte da realidade da população pobre e periférica.

Observou-se também que um número considerável (11,1%) entende que a desigualdade social deve ser superada por meio da desregulamentação da economia, o que aponta para uma crença no poder quase miraculoso da “mão invisível” do mercado. Outro ponto que deve ser notado é que 4,8% dos participantes assinalaram ser necessário “controlar o crescimento da população”, percepção possivelmente ligada à crença de que os pobres são os próprios responsáveis por suas famílias numerosas, pois “fazem mais filhos” para receber benefícios assistenciais.

As perguntas seguintes foram formuladas pelo próprio pesquisador como forma de aprofundar um pouco mais o entendimento acerca das percepções dos moradores de Jardim Camburi. Dessa forma, não há dados correspondentes na pesquisa paradigma para fins de comparação. Entretanto, no que tange às políticas de discriminação positiva, deve-se consignar que embora o artigo de Reis não apresente dados estatísticos sobre a questão, a pesquisadora aponta que há uma rejeição “unânime” à introdução de sistemas de cotas, destacando que “há um consenso quase absoluto entre as elites acerca da inconveniência de políticas de discriminação positiva em favor de determinadas minorias” (Reis, 2000, p. 147).

Diferente do momento em que Reis realizou seu estudo, o debate acerca das políticas de cotas já percorreu um grande caminho no Brasil, inclusive com julgamentos do Supremo Tribunal Federal (re)afirmando a constitucionalidade dessas práticas. Além disso, há uma ampla implementação de cotas para acesso ao ensino superior e ao serviço público que hoje serve de termômetro para tais políticas públicas. Nesse cenário, observa-se que a maior parte dos participantes concorda, em algum grau, com as políticas de cotas: 34,9% concordam plenamente, enquanto 47,6% concordam parcialmente. Deve-se ressaltar que é pouco provável que os que concordam parcialmente

estejam descontentes com questões de ordem administrativa acerca de como as cotas são implementadas. Parece mais aceitável que sua concordância parcial se deve ao fato de que apoiam a implementação de cotas para determinados grupos e não a apoiam para outros, o que possivelmente se relaciona com o discurso que não “intersecciona” as questões de classes sociais com as questões raciais no Brasil: “aceito cotas para pobres, mas não aceito cotas para negros”.

Parece oportuno, portanto, identificar futuramente quais políticas de cotas (ou para quais grupos) os moradores de Jardim Camburi consideram adequadas e quais rejeitam, bem como os motivos que os levam a rejeitar algumas propostas de políticas de discriminação positiva. O racismo também deve dar ensejo à formulação de questionamentos para que se compreenda como essa população local “enfrenta” o problema, considerando-se, inclusive, que Reis destaca, em relação às elites por ela pesquisadas, que “apesar de concordarem em que existe preconceito racial no Brasil, observa-se sua rejeição, também unânime, à introdução de sistemas de cotas” (2000, p. 147).

Na sequência, os participantes deveriam assinalar qual dos atores listados seria o mais “capacitado” para combater a pobreza e a desigualdade social. A ampla maioria assinalou a opção referente ao Governo Federal (50,8%), valendo destacar também que 20,6% apontaram a própria sociedade civil e 19% o setor privado. Analisando as respostas a esse questionamento, constata-se uma possível contradição: embora os participantes da pesquisa acreditem que os serviços públicos não são eficientes como deveriam ser (lembrando que 38,1% responderam que a política prioritária no combate à desigualdade social deve ser o aumento da eficiência dos serviços públicos) e que as políticas públicas são transpassadas pela corrupção, essa crença não impediu que o Estado (mais precisamente o Governo Federal) fosse apontado como o ator mais capacitado para combater as mazelas

sociais, desonerando outros setores da sociedade de tal encargo.

Como penúltima pergunta, os participantes do estudo deveriam escolher a alternativa que melhor definisse a importância da participação da “sociedade civil” no combate à pobreza e à desigualdade social. Na última pergunta, por outro lado, o questionamento se desloca da “sociedade civil” para o próprio indivíduo.

Analisando as respostas, observa-se que, quando o questionamento se refere à “sociedade civil” (enquanto entidade “abstrata”), os participantes tendem a atribuir relevante importância ao seu papel (65,1% acreditam ser muito importante; 30,2% acreditam ser importante) no combate à pobreza e à desigualdade social. No entanto, quando questionados, na sequência, sobre a importância de sua participação pessoal, enquanto cidadãos que compõem a “sociedade civil”, os números se alteram: 42,9% acreditam que sua participação seja “muito importante”, ao passo que 41,3% classificam seu papel apenas como “importante”. Nota-se também que um percentual considerável dos participantes do estudo assinalou, na última questão, a opção “pouco importante” (12,7%) ou “não é importante” (3,2%), apontando para uma crença de que as ações individuais não são relevantes para promoção da alteração da realidade social coletiva.

Os resultados obtidos com esses últimos questionamentos, embora possibilitem uma reflexão especulativa, se mostram deficitários para compreensão da real importância que os participantes atribuem a suas ações individuais como instrumentos efetivos de mudança social. Questiona-se, inclusive, se as respostas apresentadas pelo indivíduos na penúltima pergunta (que trata da participação da “sociedade civil”) não influenciaram, em algum grau, as respostas à última pergunta (sobre a participação pessoal). Afinal, uma vez que responderam que a “sociedade civil” tem elevada importância nas mudanças sociais, os participantes podem ter sido compelidos a atribuir importância significativa também às suas

ações enquanto participantes da “sociedade civil”, mantendo certa lógica em suas respostas. Além disso, é possível que os indivíduos optem, ainda que irrefletidamente, por demonstrar certa “consciência social” em suas respostas.

Ademais, a análise conjunta das questões que compõe o questionário deixa dúvidas acerca do que exatamente seria essa “importância” na visão dos moradores de Jardim Camburi, considerando que anteriormente o Governo Federal foi o ator considerado mais capacitado para combater a pobreza e a desigualdade social em detrimento da sociedade civil, do setor privado e de organizações não-governamentais, setores nos quais os participantes da pesquisa podem atuar de forma direta no combate às mazelas sociais. Por fim, deve-se ter em mente que atribuir importância a suas ações não significa disposição para implementá-las, participando ativamente no combate à desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa parte do entendimento de Reis (2000) no sentido de que o papel das “elites” na formulação e implementação de políticas sociais é fundamental, o que inspirou a realização de estudo com moradores de Jardim Camburi (Vitória/ES), maior bairro de Vitória e de todo o Espírito Santo, com uma população formada preponderantemente por indivíduos com características da classe média brasileira, que adquire importância política em razão do quantitativo de habitantes, seu poder econômico e sua capacidade reconhecida de influência nos processos eleitorais.

A partir da análise das respostas apresentadas por 63 moradores do bairro em questão, foi possível elaborar hipóteses para explicar as percepções dos participantes quanto à pobreza e à desigualdade social, inclusive quanto ao seu próprio papel, enquanto indivíduo, no combate às mazelas sociais.

Apesar disso, é fundamental que se compreenda melhor de que forma os moradores do bairro estudado se propõem a participar da mudança social, se sua pretensa participação envolve ou não medidas de caráter estrutural e até que ponto esses mesmos indivíduos estão dispostos a renunciar a privilégios que só podem ser mantidos por meio da exploração, ainda que não admitida, de classes “inferiores”.

Parece ser esse o ponto central da crítica que Souza apresenta em *A ralé brasileira* e que torna imperiosa a reflexão da “classe média” acerca de seu papel na perpetuação da exclusão social de parcela considerável da população brasileira:

Para a classe média branca, o objetivo sempre foi eliminar a concorrência das classes populares pelo capital cultural valorizado das universidades, das línguas e das viagens estrangeiras, bem supremo em um país colonizado, além das relações pessoais que garantem os bons empregos e o reconhecimento social. Além disso, também a própria possibilidade de os lares de classe média e da elite contarem com um exército de pessoas convenientemente humilhadas e mal pagas para exercerem todos os trabalhos mais pessoais e servis, além de penosos, repetitivos e de pouco reconhecimento social (Souza, 2024, p. 38).

Reis também criticou de maneira contundente a percepção das elites apontadas em seu estudo, ressaltando a ausência de uma visão crítica de si mesmas:

[...] essas elites não parecem reconhecer a interdependência existente entre elas próprias e os setores pobres da população, nem tampouco parecem absolutamente convencidas da

necessidade de coletivização das soluções sociais. Quando atribuem ao poder público a responsabilidade de solucionar problemas, fazem-no, com frequência, como uma maneira de se eximir de obrigações sociais. Por outra parte, quando chamam a si a tarefa de buscar soluções, essas são pensadas quase sempre como soluções individuais, excludentes. Assim, por exemplo, na questão da segurança: o recurso ao policiamento privado é uma clara indicação nesse sentido (Reis, 2000, p. 151).

Não é possível precisar, obviamente, por meio de pesquisa tão modesta, se as percepções dos moradores do bairro Jardim Camburi (Vitória/ES) sobre a pobreza e a desigualdade social efetivamente padecem das mesmas “incongruências” observadas por Reis em seu estudo junto às “elites nacionais”, bem como se são merecedoras das críticas ferrenhas apresentadas Souza em *A ralé brasileira*. Há indícios de que as respostas a esses questionamentos sejam afirmativas. Entretanto, para efetiva compreensão do tema, se mostra necessária a realização de pesquisa futura com maior sistematização e rigor técnico.

Apesar disso, considerando se tratar de pesquisa exploratória, tendo, portanto, como fim a formulação de problemas mais precisos e/ou hipóteses a serem avaliadas em estudos sistematizados posteriormente, pode-se concluir que esse resultado foi satisfatoriamente alcançado nesta pesquisa, sendo observados, a partir das respostas obtidas junto aos moradores de Jardim Camburi (Vitória/ES), pontos de convergências e de divergências em relação às constatações do estudo paradigma.

REFERÊNCIAS

- BRASILEIROS consideram a corrupção o maior problema do país, diz Datafolha.** Correio Braziliense. Brasília, 29 nov. 2015. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/11/29/interna_politica,508537/brasileiros-consideram-a-corrupcao-o-maior-problema-do-pais-diz-dataf.shtml. Acesso em: 9 set. 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- GUITARRARA, P. **Inflação no Brasil**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/historia/inflacao-no-brasil.htm>. Acesso em: 9 set. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Nota Técnica 29:** Indicadores Socioeconômicos dos Bairros dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Censo Demográfico 2010. Vitória: IJSN, 2012. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/nota-tecnica/nt-29-indicadores-socioeconomicos-dos-bairros-dos-municipios-do-estado-do-espírito-santo>. Acesso em: 9 set. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **IJSN Especial Censo Demográfico 2022:** Agregados por setores censitários preliminares – População e Domicílios. Vitória: IJSN, 2024. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/sumarios/ijsn-no-censo-2022-setores-censitarios>. Acesso em: 8 set. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **População, Crescimento, Densidade Demográfica e Domicílios:** um panorama do Espírito Santo e o contexto nacional. Vitória: IJSN, 2023. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/resenhas/populacao-crescimento-densidade-demografica-e-domicilios>. Acesso em: 8 set. 2024.

MENEZES, C. **Valorização contínua do metro quadrado em Jardim Camburi.** A Gazeta, Vitória, 29 jun. 2024. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/artigos/a-valorizacao-continua-do-metro-quadrado-em-jardim-camburi-0624>. Acesso em: 8 set. 2024.

REIS, E.; LOPEZ, F. Percepciones de la Pobreza, la Desigualdad y el Papel del Estado entre las Elites Brasileñas - Clivajes Sectoriales y Variación Temporal. In: NERCESIÁN, I.; ROBLES-RIVERA, F.; SERNA, M. (eds.). **Las Tramas del Poder en América Latina:** élites y privilegios. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: Ediciones IIS, 2023, p. 331-362. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Neves-Costa/publication/382062811_Las-tramas-del-poder/links/668b090e0a25e27fbc2fbb40/Las-tramas-del-poder.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

REIS, E. P. Dossiê Desigualdade: Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, fev. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nZdT88swJfMfx9t9ZQKQGCL/?lang=pt#>. Acesso em: 8 set. 2024.

SILVA, R. **Como Jardim Camburi se transformou em um bairro com cara de cidade?** A Gazeta, Vitória, 11 dez. 2022. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/como-jardim-camburi-se-transformou-em-um-bairro-com-cara-de-cidade-1222>. Acesso em: 8 set. 2024.

SILVA, S. R. B. D.; AIVI, V. A. S. A.; RODRIGUES, M. L. Empregada doméstica na Disney e FIES banca até filho de porteiro na construção do discurso de uma política econômica ultraliberal em falas do Ministro Paulo Guedes. **Web Revista Discursividade:** Estudos Linguísticos, v. 1, n. 25, p. 158-170, 2022. Disponível em: <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br/index.php/discursividade/article/view/185>. Acesso em: 8 set. 2024.

SOUZA, J. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Colaboração André Grillo et. al. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – ES. **Eleitorado atual:** quantidade atual de eleitores no Espírito Santo e por município. Vitória, 2024. Disponível em: <https://www.tre-es.jus.br/servicos-eleitorais/estatisticas/eleitorado-atual>. Acesso em: 8 set. 2024.

VITÓRIA. **Lei nº 9.271**, de 21 de maio de 2018. Aprova o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória e dá outras providências. Vitória, ES: Diário Oficial do Município de Vitória, 2018. Disponível em: sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/2018/L9271.PDF. Acesso em: 8 set. 2024.

GRUPO DE TRABALHO

JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Discute estudos que problematizem, em uma perspectiva interdisciplinar, políticas de segurança pública; questões relativas aos direitos humanos; à promoção da justiça como ação de afirmação da vida; da dignidade humana e da cidadania. Incorpora discussões sobre temáticas relacionadas às Políticas Inclusivas de Educação Especial, Gênero, Sexualidades e relações Étnico-raciais, e consequente controle do avanço de uma cultura das violências.

RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO CONTEXTO PÓS PANDEMIA

Lauanda Abdala

Mestranda em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o sistema penitenciário brasileiro, com ênfase no não cumprimento do art. 10 da Lei de Execução Penal (LEP), que estabelece a obrigatoriedade de assistência ao preso e ao internado por parte do Estado, com o propósito de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. O problema de pesquisa é compreender como a utilização de tecnologias pode contribuir para a ressocialização de apenados, considerando os desafios teóricos e práticos apresentados pelos conceitos de biopolítica, necropolítica, uso legítimo da força e garantismo penal, tendo como contexto o cenário pós-pandêmico. A pandemia levantou questionamentos sobre a eficácia do sistema carcerário brasileiro e sua capacidade de resposta a emergências, evidenciando a necessidade de maior compreensão jurídica e legislativa sobre o processo de ressocialização dos detentos. É crucial entender como as normativas legais são aplicadas na gestão carcerária diante dos desafios impostos pela pandemia. O impacto da Covid-19 nas comunidades brasileiras trouxe desafios adicionais, destacando a necessidade de suprir as demandas por assistência e acolhimento. A proibição de visitas e a interrupção dos serviços de saúde mental e física afetaram diretamente os detentos, ressaltando a importância de garantir a integridade física e mental dos colaboradores e dos próprios detentos. A questão do princípio da legalidade em relação à ressocialização e à presença do coronavírus levanta preocupações entre juristas e órgãos governamentais. Este princípio é crucial na execução penal, garantindo que as penas sejam aplicadas de acordo com a legislação e os direitos constitucionais. A pandemia de Covid-19 expôs, de maneira ainda mais contundente, as fragilidades históricas do sistema prisional brasileiro. A crise sanitária acentuou a urgência por soluções que fossem além das respostas emergenciais, exigindo mudanças estruturais que impactassem positivamente a ressocialização a longo prazo. Nesse cenário, o uso de tecnologias emergiu como uma ferramenta fundamental, oferecendo alternativas viáveis para a continuidade dos serviços de suporte à reintegração social, mesmo em meio às restrições impostas pela pandemia. Dentre as inovações tecnológicas adotadas, duas ferramentas se destacaram pela sua relevância no fortalecimento do processo de ressocialização: o Escritório Social Virtual (ESVirtual) e o Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (SAREF). A metodologia envolve o levantamento bibliográfico, o estudo sobre o uso de tecnologias no sistema penitenciário, análise documental e análise de dados estatísticos. A pesquisa busca entender como as tecnologias existentes podem ser usadas para transformar as condições carcerárias e apoiar os apenados na reconstrução de suas vidas, respeitando as garantias penais e processuais e promovendo um Estado de Direito Democrático.

INTRODUÇÃO

Este estudo examina as estratégias tecnológicas para a ressocialização de apenados em regime aberto e livramento condicional, categorias que representam desafios específicos na reintegração social e na prevenção da reincidência. As normas dos

padrões de conduta ajudam na compreensão das singularidades, extraídas da materialidade observada de maneira generalizada e rigorosa, dando forma aos chamados "modelos ideais" de Weber, que representam "um conceito histórico-concreto". Os resultados obtidos pelo modelo ideal na ação social voltada a um objetivo são apresentados com a direção de alcançar

exclusivamente esse mesmo objetivo. O enfoque recai sobre a ação objetivamente ideal e não sobre a realidade concreta, uma vez que esta última é simplificada por esse modelo ideal. Por sua vez, a tipologia complexa é reconstruída na síntese articulada de abstrações significativamente relacionadas, dotadas de uma relativa validade ou invalidez, nunca de uma verdade ou falsidade absolutas. Aqui, prevalece a utilidade significativa dos fenômenos investigados.

A comparação e a elaboração de suposições explicativas são maneiras práticas de aplicar o modelo ideal à realidade, variando de acordo com a maior ou menor proximidade, uma vez que o objetivo é determinar a racionalidade ou irracionalidade da ação. Uma ação racional contém um propósito claro, valorizado e coerente, uma vez que os meios devem ser apropriados para alcançar esse objetivo.

Para o artigo, parte-se das seguintes premissas:

- Analisar o sistema penitenciário brasileiro, focando no Art. 10 da Lei de Execução Penal (LEP), que exige assistência ao preso para prevenir o crime e facilitar a reintegração social;
- Avaliar as falhas e desafios na implementação das políticas de assistência, especialmente em regime aberto e livramento condicional;
- Investigar como as tecnologias podem oferecer soluções inovadoras para a ressocialização, proporcionando educação, capacitação profissional e cuidados de saúde;
- Examinar o aumento da exclusão social e da violência decorrente das condições de encarceramento e a falta de suporte pós-libertação;
- Destacar a importância da integração entre indivíduos e os Escritórios Sociais Virtuais como meio para compartilhar normas sociais e garantir uma reintegração bem-sucedida.

Em resumo, o artigo tem como objetivo analisar, através de revisão bibliográfica, os benefícios do

uso de tecnologias na ressocialização de apenados no contexto pós-pandemia. Para isso, parte-se do conceito de garantismo penal, focando na promoção de oportunidades de ressocialização por meio de métodos tecnológicos. A análise considera como as estruturas de poder modernas influenciam a regulação e controle das atividades políticas, econômicas e sociais, moldando a vida dos indivíduos. A revisão bibliográfica permitiu traçar a influência do poder sobre as condições carcerárias e a dificuldade de implementar práticas de ressocialização no período pós-pandemia por meio de tecnologias.

METODOLOGIA

Abordagem: Estudo de caso sobre a implementação do Art. 10 da Lei de Execução Penal (LEP) no Brasil;

Análises:

Legislação: Aplicação da LEP em diferentes estados e fatores que afetam a assistência a presos;

Documental: Conformidade do sistema penitenciário com a LEP e a dignidade humana, com base em documentos oficiais;

Pesquisa-Ação: Impacto das tecnologias na ressocialização de egressos;

Procedimentos:

Levantamento Bibliográfico: Análise de literatura acadêmica sobre LEP e ressocialização;

Análise Documental: Exame de leis, regulamentos e relatórios sobre o Art. 10 da LEP;

Dados Estatísticos: Coleta de dados sobre reincidência e condições carcerárias, comparando com exigências da LEP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de tecnologias no processo de ressocialização, como o Escritório Social Virtual (ESVirtual), representa um passo significativo para modernizar o sistema prisional brasileiro, especialmente no cenário pós-pandemia. A crise sanitária esclareceu ainda mais a ineficiência do sistema prisional em cumprir a previsão legal, notadamente em relação à reintegração social do condenado, revelando questionamentos sobre a eficácia do sistema carcerário brasileiro e sua capacidade de resposta a emergências, evidenciando a necessidade de maior compreensão jurídica e legislativa sobre o processo de ressocialização dos detentos. O impacto da Covid-19 nas comunidades brasileiras trouxe desafios adicionais, destacando a necessidade de suprir as demandas por assistência e acolhimento. A proibição de visitas e a interrupção dos serviços de saúde mental e física afetaram diretamente os detentos, ressaltando a importância de garantir a integridade física e mental dos colaboradores e dos próprios detentos.

A pandemia de Covid-19 expôs, de maneira ainda mais contundente, as fragilidades históricas do sistema prisional brasileiro. A crise sanitária acentuou a urgência por soluções que fossem além das respostas emergenciais, exigindo mudanças estruturais que impactassem positivamente a ressocialização a longo prazo. Nesse cenário, o uso de tecnologias emergiu como uma ferramenta fundamental, oferecendo alternativas viáveis para a continuidade dos serviços de suporte à reintegração social, mesmo em meio às restrições impostas pela pandemia.

As ferramentas digitais desenvolvidas permitiram manter serviços essenciais à distância, possibilitando capacitação profissional e reintegração ao mercado de trabalho. No entanto, embora promissoras, essas iniciativas ainda não são suficientes para

corrigir as falhas estruturais profundas do sistema de ressocialização, como a superlotação e a carência de políticas voltadas especificamente para apenados em regime aberto e livramento condicional. A crise sanitária, embora tenha acelerado o uso de novas tecnologias, evidenciou que a simples implementação desses recursos não resolve os problemas mais complexos.

A reincidência entre apenados em regime aberto e livramento condicional continua sendo um dos principais indicadores de que o processo de ressocialização falha em oferecer suporte contínuo e eficaz. Esses apenados, que já estão em uma fase de transição para a reintegração social, muitas vezes não recebem o acompanhamento necessário, como programas de capacitação e apoio psicológico. A ausência de políticas públicas robustas que abordem especificamente as necessidades desses indivíduos contribui para que muitos retornem ao sistema prisional. A falta de uma rede de apoio estruturada, além de problemas como o estigma social e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, torna o ciclo de reincidência ainda mais difícil de romper.

Para que o uso de tecnologias no processo de ressocialização seja realmente eficaz, é fundamental que ele venha acompanhado de reformas estruturais mais amplas. É necessário investir na universalização do acesso a esses recursos, especialmente em regiões remotas, e garantir que os profissionais envolvidos sejam devidamente capacitados para lidar com as especificidades de cada grupo de apenados. Além disso, políticas públicas que ofereçam acompanhamento socioeconômico e psicossocial contínuo são essenciais para reduzir os índices de reincidência e garantir que o processo de reintegração social seja bem-sucedido. Somente com um esforço coordenado entre poder público, sociedade civil e as novas tecnologias será possível transformar o sistema de ressocialização e torná-lo mais justo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, B. A.; MARINHO, L. G.; COSTA, M. B. O sistema prisional brasileiro frente à pandemia do novo Coronavírus. **Jornal Eletrônico. Faculdades Integradas Vianna Júnior**. v. 13, n.1, 2021. Disponível em: <https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/download/790/754/1624>. Acesso em: 07/04/2024.
- BARCINSKI, M.; CÚNICO, S. D.; BRASIL, M. V. Significados da ressocialização para agentes penitenciárias em uma prisão feminina: entre o cuidado e o controle. **Temas psicol.**, v. 25, n. 3, Ribeirão Preto, 2017.
- BARROS, B. W. O sistema prisional em 2020-2021: entre a Covid-19, o atraso na vacinação e a continuidade dos problemas estruturais. **Revista Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo: SP, 2021. pp. 206-2013. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/11osistema-prisional-em-2020-2021-entre-a>. Acesso em: 07/04/2024.
- BENETTI, S. A. W.; BUGS, D. G.; PRETTO, C. R.; AMMAR, A. R. M.; STUMM, E. M. F.; GOI, C. B. Estratégias de enfrentamento da COVID-19 no cárcere: relato de experiência. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 46, 2021. 8 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/xkctyDpNGYgNQXKHVb4b6Ky/>. Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. **Lei n.º 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 08/04/2024.
- BRASIL. **Lei n.º 7.209**, de 11 de julho de 1984. Reforma o Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.
- CALMON, J. V. **Análise do Processo de Ressocialização com Foco à Reinserção do Indivíduo na Sociedade**. 2014. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/analise-processo-ressocializacao-com-foco-a-reinsercao-individuo.htm>. Acesso em: 08/04/2024.
- CASTRO, E. **Lecturas foucaulteanas**: Una historia conceptual de la biopolítica. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2011.
- CORRÊA, M. F. C.; NOGUEIRA, J. P. F. **O papel do trabalho na construção da consciência dos recuperandos durante a reclusão**. Pouso Alegre, ano II, n.º 2, 2015.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. V. 1. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.
- ESPOSITO, R. **Bios**: Biopolítica e filosofia. Torino: Einaudi, 2004.
- ESPOSITO, R. Filosofia e biopolítica. Trad. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira. **Revista Ethic@**, v. 9, n. 2, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- FERRAJOLI, L. **Direito e Razão**: teoria do garantismo penal. 6. ed. São Paulo: RT, 2010.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (Brasil). **Caderno de debate: tecnologia social: direito à ciência e ciência para a cidadania**. Brasília: Instituto de Tecnologia Social, 2004.

MELO, J. S. S.; NEVES, T. A.; SANTOS, L. E. Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (SAREF). **Revista CNJ**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 77-92, jul./dez. 2022.

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. **Escritório Social ganha versão virtual para atendimento aos egressos do sistema prisional**. SEJUS, 29 set. 2023.

SESP Paraná. **Tecnologia garante educação de presos durante a pandemia**. Agência Estadual de Notícias do Paraná, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Tecnologia-garante-educacao-de-presos-durante-pandemia>. Acesso em: 25/09/2024.

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA E CONTROLE NO SISTEMA PRISIONAL: A FORMAÇÃO DOCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Rodrigo Arêas Amorim

Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha

Reinaldo Soares Ribeiro

Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha.
Bolsista CNPq.

César Pinheiro Teixeira

Mestranda em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha

RESUMO

A educação em contextos prisionais no Brasil, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Execução Penal, é reconhecida como um direito humano fundamental e um instrumento crucial para a reintegração social dos indivíduos privados de liberdade. Este estudo tem como objetivo geral investigar de que maneira a educação no ambiente prisional pode atuar simultaneamente como um mecanismo de resistência e controle social, com ênfase na análise da formação docente como um fator determinante para a qualidade do ensino oferecido. A problemática central reside nas contradições evidentes entre a função ressocializadora atribuída à educação prisional e as barreiras institucionais que perpetuam a exclusão social e a marginalização dos detentos. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, envolvendo a análise de documentos legais, relatórios institucionais e literatura acadêmica pertinente. Toda a base metodológica será apoiada e subsidiada por entrevistas semiestruturadas com professores que atuam em unidades prisionais no Espírito Santo, estado que possui uma taxa de ocupação carcerária de 168%, demonstrando a superlotação e as condições precárias enfrentadas pelos detentos. Devido a restrições metodológicas nesta fase da pesquisa, a aplicação de questionários junto aos docentes será realizada em um momento posterior. O referencial teórico baseia-se em autores como Michel Foucault (1975), que explora o papel das instituições prisionais como mecanismos de controle social, e Paulo Freire (1987), que defende a educação como uma prática de liberdade e emancipação. A discussão aborda a ambivalência da educação prisional, evidenciando que, embora esta possa contribuir para a ressocialização dos detentos, muitas vezes acaba por reforçar estruturas de poder opressivas, devido às condições adversas como a falta de recursos adequados, a escassez de materiais pedagógicos e o baixo nível de formação docente. O resultado esperado da pesquisa é a identificação de que, para a educação em contextos prisionais ser verdadeiramente transformadora e contribuir de forma eficaz para a reintegração social e a diminuição da reincidência criminal, é necessário um envolvimento mais significativo da gestão pública. Isso inclui a implementação de políticas educacionais que considerem as especificidades do ambiente prisional e promovam a formação contínua dos educadores. Conclui-se que, para que a educação no cárcere seja verdadeiramente transformadora e contribua para a reintegração social e a diminuição da reincidência criminal, é imperativo um maior envolvimento da gestão pública na implementação de políticas educacionais que promovam a formação contínua dos educadores e que estejam alinhadas às peculiaridades do ambiente prisional. Este estudo busca oferecer subsídios teóricos e práticos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, que considerem as particularidades da educação em contextos de privação de liberdade.

INTRODUÇÃO

A educação, prevista como direito humano essencial pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), é reiterada também no Plano Nacional de Educação e na Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Esta última destaca a educação como instrumento de reintegração social dos indivíduos privados de liberdade. No entanto, apesar do amparo legal, a população carcerária brasileira continua a crescer exponencialmente, alcançando cerca de 852 mil pessoas em cumprimento de pena, das quais 129 mil estudam para diminuir suas penas.

O conceito de ressocialização das penas foi abordado pela primeira vez na Constituição de 1891 e ganhou destaque no Código Penal de 1940. Ao longo do tempo, porém, o sistema carcerário brasileiro se caracterizou mais pela repressão do que pela reabilitação. As prisões, desde o início do século XX, eram marcadas por superlotação e práticas punitivas, sem a efetivação de uma perspectiva pedagógica. Reformas graduais introduziram educação e trabalho nas prisões, mas a institucionalização dessas práticas foi lenta e enfrentou várias barreiras.

A Lei de Execução Penal de 1984 trouxe avanços ao assegurar direitos educacionais às pessoas encarceradas, mas também expôs paradoxos entre liberdade e confinamento. A educação, regulada pela Lei de Diretrizes e Bases, deve ser ofertada com base nos princípios da liberdade e solidariedade, visando o desenvolvimento pleno dos educandos. Para os encarcerados, a educação é fundamental para reduzir a reincidência, mas o acesso à instrução é limitado, e o contexto de precariedade e violência no sistema prisional dificulta a aplicação dessas leis.

Além disso, a Resolução nº 02/2010 do Ministério da Educação exige que a educação para a população carcerária seja articulada com ações complementares, como atividades

esportivas, culturais e profissionalizantes. Esse marco legal estabelece a oferta de ensino fundamental e médio, regular ou supletivo, além de incentivar a remição de pena por meio do estudo, como garantido pela Lei nº 12.433/2011. Contudo, a execução dessas políticas enfrenta desafios consideráveis, especialmente em relação à escassez de recursos e à infraestrutura precária das prisões.

No contexto do Espírito Santo, a superlotação das prisões é alarmante, com 22.909 presos em um espaço projetado para apenas 13.858 vagas. A oferta educacional nas prisões cresceu significativamente entre 2006 e 2021, mas ainda é insuficiente para atender à demanda. A maioria dos presos e egressos do sistema penitenciário enfrenta barreiras sociais, educacionais e financeiras que dificultam sua reintegração à sociedade, agravadas pelas altas taxas de pobreza e criminalidade nas comunidades de origem.

Os programas educacionais em vigor, embora importantes, muitas vezes carecem de qualidade e não atingem plenamente seus objetivos. Intervenções voltadas para a reintegração social dos presos são projetadas para prepará-los para a vida em liberdade, mas os desafios estruturais e pessoais, como a falta de educação e habilidades profissionais, tornam a tarefa árdua. Segundo Varella (1999), os detentos geralmente enfrentam longos períodos de encarceramento e baixos níveis de escolaridade, além de problemas de saúde física e mental.

Embora existam esforços como o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, instituído pelo Decreto nº 7.626/2011, a implementação dessas políticas ainda é limitada. As políticas educacionais nas prisões não se traduzem em resultados eficazes, pois não há um sistema robusto de acompanhamento e continuidade no pós-encarceramento. O Estado brasileiro, com uma estrutura punitiva elevada, ainda precisa avançar no desenvolvimento e execução de

políticas públicas educacionais que promovam uma reintegração social efetiva, desde o período de encarceramento até o retorno dos indivíduos à sociedade.

A educação dentro das prisões assume uma função ambivalente: pode ser tanto uma ferramenta de controle social quanto de resistência. Para os presos, o acesso à educação representa uma oportunidade de adquirir autonomia intelectual e reconstruir suas identidades, enquanto para as instituições prisionais, ela serve como um mecanismo de disciplina e regulação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa será centrado na análise da implementação efetiva do Plano Estadual de Educação nas unidades prisionais do Estado do Espírito Santo, elaborado pelas Secretarias de Estado de Educação e de Segurança Pública. A investigação será conduzida sob a ótica de diferentes posicionamentos políticos e filosóficos, além de embasada em referenciais teóricos que abordam a educação no contexto prisional e suas implicações sociais.

Primeiramente, será feito um panorama histórico sobre a educação prisional, suas raízes e os marcos legais que norteiam a oferta de educação para pessoas privadas de liberdade, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE). A trajetória e os objetivos dessas políticas serão analisados em comparação com a realidade atual nas prisões capixabas. Esse contexto é essencial para compreender as lacunas entre o que é proposto nas legislações e o que, de fato, ocorre na prática.

A base filosófica da pesquisa será construída a partir de autores clássicos que discutem o papel da educação na formação humana e na transformação social. Rousseau (1979), por exemplo, argumenta que o homem nasce bom,

e que a sociedade o corrompe; dessa forma, a educação é vista como fundamental para preservar o "lado bom" da condição humana. Esse pensamento será contraposto à realidade do sistema prisional, onde os detentos são frequentemente marginalizados, e a educação pode representar uma oportunidade de reabilitação.

Durkheim (2011) acrescenta à discussão a ideia de que a educação é um processo de socialização que visa preparar os indivíduos para se ajustarem à sociedade existente. No contexto prisional, isso suscita questionamentos sobre como o processo educacional pode promover não apenas adaptação às regras vigentes, mas também a reintegração social. Para Durkheim, a educação não seria apenas uma ferramenta de adaptação, mas também um mecanismo para desenvolver habilidades morais, físicas e intelectuais, essenciais à vida em sociedade.

Outro autor relevante para a fundamentação teórica deste estudo é Paulo Freire. Freire (1996) propõe uma visão da educação como prática de liberdade, em que o processo educacional deve promover a conscientização crítica e a transformação social. No ambiente prisional, a abordagem freiriana sugere que a educação pode ser uma via para que os detentos percebam sua situação de opressão e, através do conhecimento, busquem sua emancipação.

Cortella (2017), por sua vez, enfatiza a relação entre cultura e educação. Ele define a cultura como o conjunto de construções históricas que nos formam enquanto humanos, e defende que a educação é o meio pelo qual os indivíduos adquirem essa cultura e, conseqüentemente, transformam suas personalidades. No contexto das prisões, a educação é fundamental para oferecer aos detentos uma nova perspectiva de vida, baseada na apropriação de novos valores e conhecimentos culturais.

A pesquisa também será sustentada por estudos empíricos e investigações que examinaram a efetividade das políticas públicas

de educação no sistema prisional, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Pesquisas de caso realizadas em outras regiões do país, como o estudo de Lopes (2018), que investigou a aplicação de políticas educacionais em presídios no estado de São Paulo, serão importantes para fornecer uma base comparativa e ajudar a identificar boas práticas que possam ser implementadas no Espírito Santo.

Além disso, o estudo abordará os desafios específicos enfrentados na implementação dessas políticas educacionais no ambiente prisional, como a falta de estrutura física, a escassez de materiais pedagógicos e a formação inadequada de professores. O Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim, será utilizado como um estudo de caso específico, com o objetivo de entender como as diretrizes do Plano Estadual de Educação estão sendo aplicadas na prática.

Por fim, a análise documental e as entrevistas com gestores, educadores e detentos servirão para confrontar as diretrizes teóricas com a realidade prática, buscando compreender se as ações educacionais implementadas nas prisões do Espírito Santo estão atingindo os objetivos propostos pelo Plano Estadual de Educação. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a importância da educação dentro do sistema prisional e para o aprimoramento contínuo das políticas públicas nessa área, enfatizando a necessidade de um processo educacional que vá além da mera socialização, visando à reintegração social plena dos detentos.

O referencial teórico proposto pretende, portanto, fornecer uma base sólida para o desenvolvimento da pesquisa, guiando a análise sobre a implementação e os impactos da educação prisional no Estado do Espírito Santo, com ênfase nos aspectos políticos, sociais e filosóficos que moldam essa prática.

RESULTADOS

A pesquisa se baseia em entrevistas semiestruturadas com professores atuantes em unidades prisionais no Espírito Santo, onde a superlotação carcerária, que atinge uma taxa de ocupação de 168%, agrava ainda mais as condições de ensino e dificulta a aplicação das políticas educacionais. A partir dessa investigação, os resultados esperados devem trazer à tona uma série de desafios enfrentados pelos docentes na implementação do Plano Estadual de Educação dentro das prisões.

Primeiramente, espera-se que as entrevistas revelem dificuldades relacionadas à infraestrutura. Como Durkheim (2011) afirma, a educação é fundamental para o desenvolvimento de "estados físicos, intelectuais e morais" necessários à vida em sociedade (p. 54), porém, nas prisões, a ausência de condições mínimas para a realização de atividades pedagógicas pode comprometer esse papel socializador da educação. A falta de materiais, de espaços adequados e de tempo hábil para o desenvolvimento das atividades educacionais tende a ser um ponto destacado pelos docentes.

Outro aspecto esperado nas respostas é a questão da formação específica para atuar em contextos prisionais. Paulo Freire (1996) sustenta que "educar é substancialmente formar" (p. 32), e essa formação não pode ser desvinculada das realidades específicas do contexto onde o processo educacional ocorre. No entanto, é provável que os professores apontem uma lacuna significativa na sua formação, especialmente no que diz respeito ao preparo para lidar com o ambiente prisional, marcado por tensões, precariedades e relações sociais complexas. Essa falta de formação específica pode resultar na ineficácia do ensino e na frustração dos docentes ao lidarem com um público que apresenta demandas educativas particulares.

Ademais, os professores podem identificar que, apesar de a educação ser uma ferramenta de transformação pessoal, conforme mencionado

por Freire, os obstáculos estruturais do sistema prisional impedem que esse potencial se realize plenamente. Rousseau (1979), em sua obra, argumenta que o ser humano nasce bom, mas é pervertido pela sociedade, e que a educação seria o caminho para a preservação do lado bom do ser humano. No entanto, no ambiente prisional, espera-se que os docentes relatem dificuldades em promover essa transformação educacional devido à falta de continuidade dos estudos após a libertação dos detentos e à ausência de políticas de reinserção no mercado de trabalho, perpetuando, assim, o ciclo de exclusão social.

Além disso, espera-se que as entrevistas revelem frustrações quanto à efetividade do Plano Estadual de Educação nas prisões. Cortella (2017) discute que a educação está profundamente conectada à cultura, e é através da apropriação dos códigos culturais que o ser humano constrói sua humanidade. No entanto, dentro do sistema prisional, é provável que os professores identifiquem a marginalização da educação como um reflexo das condições subumanas em que muitos detentos vivem, onde a cultura e a educação são subvalorizadas. Isso pode ser exemplificado pela falta de recursos, a alta rotatividade de professores e a ausência de um apoio institucional adequado para que as diretrizes do Plano sejam plenamente implementadas.

Esses relatos contribuirão para a discussão sobre a efetividade das políticas públicas educacionais no sistema prisional. A análise crítica das dificuldades enfrentadas pelos professores, junto com a revisão de literatura e a aplicação de entrevistas, proporcionará uma compreensão mais profunda dos fatores que dificultam a execução do Plano Estadual de Educação nas prisões capixabas. Como destaca Durkheim (2011), a educação tem o papel de preparar o indivíduo para viver dentro das regras sociais já vigentes, mas no contexto prisional, esse preparo é frequentemente interrompido pelas próprias condições do sistema.

Os resultados esperados incluem também a percepção dos docentes sobre o impacto da educação na reintegração social dos detentos. Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação é uma prática de liberdade, e espera-se que os professores reconheçam esse potencial, ainda que apontem obstáculos estruturais e institucionais que impedem a efetiva ressocialização dos detentos. A contribuição dessa pesquisa será não só para mapear as lacunas na execução do Plano Estadual de Educação, mas também para oferecer insights sobre como as políticas educacionais podem ser aprimoradas para atender melhor às necessidades dos detentos, possibilitando sua reintegração social e a diminuição das taxas de reincidência.

Em conclusão, os resultados esperados desta pesquisa devem expor as fragilidades do sistema educacional prisional, bem como suas potencialidades. A partir dos relatos dos professores, espera-se identificar as principais barreiras para a implementação do Plano Estadual de Educação nas prisões do Espírito Santo e sugerir possíveis caminhos para superar esses obstáculos. Como apontado por Freire (1996), a educação deve ser uma ferramenta de formação integral do ser humano, e essa pesquisa pretende contribuir para o debate sobre como essa formação pode ser viabilizada mesmo em contextos adversos, como o das prisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visa compreender os desafios e as potencialidades da implementação do Plano Estadual de Educação nas unidades prisionais do Espírito Santo. A análise aqui proposta se baseia tanto em uma revisão teórica quanto em dados empíricos, os quais serão coletados em fases posteriores da pesquisa. Contudo, com base nos estudos preliminares e nos fundamentos teóricos apresentados, algumas considerações e reflexões já podem ser delineadas acerca da educação no sistema

prisional, suas limitações, e o papel crucial que desempenha na ressocialização dos detentos.

Em primeiro lugar, a educação no contexto prisional apresenta-se como uma ferramenta poderosa para a transformação social. Paulo Freire (1996), um dos principais teóricos que fundamenta esta pesquisa, argumenta que "educar é substancialmente formar" (p. 32), e, neste sentido, a educação deve ser vista não apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas como uma prática de liberdade e emancipação. No ambiente prisional, onde a liberdade física está restrita, a educação surge como uma oportunidade para que os indivíduos desenvolvam suas capacidades e reflitam sobre sua condição de cidadãos, rompendo com o ciclo de exclusão social e marginalização. A expectativa é que, mesmo em um ambiente adverso como o das prisões, a educação possa proporcionar ao detento a possibilidade de reconstruir sua trajetória de vida e reintegrar-se à sociedade de maneira digna e autônoma.

Entretanto, a análise das entrevistas com os professores atuantes nas unidades prisionais deve revelar uma série de desafios que inviabilizam, em grande medida, o pleno funcionamento do Plano Estadual de Educação no ambiente prisional. Como já antecipado, o sistema prisional capixaba enfrenta um grave problema de superlotação, com uma taxa de ocupação de 168%, o que agrava ainda mais as dificuldades de promover um ambiente minimamente adequado para a educação. Nesse sentido, a precariedade das condições físicas das unidades prisionais, a falta de recursos didáticos e pedagógicos, e a rotatividade dos professores são fatores que comprometem a efetividade das ações educacionais. Como Durkheim (2011) apontou, a educação tem como objetivo socializar o indivíduo, preparando-o para a vida em sociedade, mas essa socialização, quando realizada em um contexto de violência, superlotação e abandono institucional, tende a perder seu caráter transformador.

Outro ponto importante a ser considerado é a formação específica dos professores que atuam no sistema prisional. Paulo Freire (1996) ressalta que a educação deve ser um processo adaptado às condições específicas do educando, e isso se torna ainda mais relevante no contexto prisional, onde os detentos apresentam um perfil singular, muitas vezes marcado por deficiências educacionais severas, traumas e vivências de exclusão. Espera-se que os resultados das entrevistas revelem que os professores sentem falta de um treinamento específico para lidar com essa realidade. Sem a devida preparação, os docentes enfrentam dificuldades tanto no aspecto pedagógico quanto no manejo das dinâmicas sociais complexas presentes no ambiente carcerário, o que afeta diretamente a qualidade do ensino oferecido.

O embasamento teórico apresentado também nos permite refletir sobre o papel da educação no processo de humanização dos detentos. Rousseau (1979) defende que o ser humano nasce bom, mas é corrompido pela sociedade, e que a educação tem o poder de preservar o lado bom do indivíduo. Nesse sentido, a educação no sistema prisional pode ser vista como uma oportunidade de resgatar a humanidade dos detentos, oferecendo-lhes novas perspectivas de vida. No entanto, a falta de continuidade nas ações educacionais após a libertação dos detentos é um ponto de fragilidade que deve ser abordado. O sistema prisional, por si só, não oferece as condições necessárias para que a educação tenha um impacto duradouro. É preciso que haja uma articulação entre as políticas educacionais e as políticas de reintegração social e profissional, de forma a garantir que o detento, ao deixar o sistema prisional, tenha condições de continuar seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, rompendo definitivamente com o ciclo de reincidência criminal.

Por fim, as contribuições desta pesquisa vão além da mera análise da implementação do Plano Estadual de Educação nas prisões do Espírito Santo. A pesquisa pretende lançar luz sobre questões estruturais mais amplas que

afetam a educação no Brasil, especialmente no que diz respeito à educação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade. O sistema prisional é um reflexo das desigualdades sociais e educacionais que permeiam a sociedade brasileira, e a forma como a educação é tratada dentro desse sistema é um indicativo de como o Estado lida com a questão da exclusão social.

É importante ressaltar que, conforme Cortella (2017) defende, a educação está intrinsecamente ligada à cultura, e é por meio da apropriação dos códigos culturais que o ser humano se constrói. No ambiente prisional, a ausência de uma cultura educacional forte e valorizada impede que os detentos se vejam como sujeitos capazes de transformação. A marginalização da educação dentro do sistema prisional reflete, portanto, a marginalização dos próprios detentos, que são vistos não como

cidadãos em processo de reabilitação, mas como indivíduos descartáveis pela sociedade.

As considerações aqui apresentadas, baseadas tanto na revisão teórica quanto nas expectativas dos resultados empíricos, apontam para a necessidade urgente de uma reformulação das políticas educacionais no sistema prisional. A educação nas prisões não pode ser vista como um mero cumprimento de uma obrigação estatal, mas como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço do debate sobre a educação no contexto prisional e para a formulação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas, que reconheçam a educação como um direito fundamental de todos, inclusive daqueles que se encontram privados de liberdade.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mário Sérgio. **A educação está doente?**. São Paulo: Cortez, 2017.

DEMUNER RIBEIRO, F.; VENTORIM, S.; RICAS DE OLIVEIRA, D. Educação em Prisões no Espírito Santo: condição docente e formação continuada. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 873–898, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1636.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

FONSECA, Aline Carvalho dos Santos da et al. **A atuação dos profissionais da educação nos espaços de privação de liberdade**. 2018. 23 f. TCC - Curso de Pedagogia, Faculdade Doctum, Serra, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1348>. Acesso em 22 de abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou Da educação**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO (SEJUS/ES). **Educação nas Prisões**, 2016. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/plano-estadual-de-educacao-nas-prisoas>. Acesso em: 22 abr. 2024.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 90-103, 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n21/n21a08.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

YAMAMOTO, Aline et al. Educação em prisões. São Paulo, 2023.

GRUPO DE TRABALHO

PERSPECTIVA SOCIAL, ECONÔMICA E TERRITORIAL DA CRIMINOLOGIA

Buscar articular estudos fundamentados nas Teorias Criminológicas, conjugando conhecimentos de diversas disciplinas, a saber, Sociologia, Economia, Geografia, Urbanismo, Serviço Social, Psicologia, História, Direito, Educação e Administração. Abrange estudos, portanto, numa abordagem interdisciplinar, de variadas manifestações de violências e de criminalidades visando compreender suas causas e apontar novas maneiras da sociedade realizar o controle dessas manifestações.

O SISTEMA DE CÂMERAS E IMAGEADOR TÉRMICO NA AVIAÇÃO PÚBLICA CAPIXABA: POSSIBILIDADES E POTENCIAIS DE INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA E RECONHECIMENTO FRENTE À ACUMULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

Pablo Angely Marques Coimbra

Mestrando em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha.
Bolsista FAPES

Marco Aurélio Borges Costa

Doutor. Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança
Pública da Universidade Vila Velha

RESUMO

Trata-se de estudo acerca da ferramenta tecnológica sistema de câmeras e imageador térmico. Objetiva analisar, brevemente, o citado sistema no campo da segurança pública estadual e a sua potencial relevância enquanto instrumento auxiliar para políticas públicas de redução da acumulação social da violência. Debruça-se sobre a seguinte problemática: o sistema de câmeras e imageador térmico, enquanto uma ferramenta de inteligência, vigilância e reconhecimento, pode auxiliar na redução da acumulação social da violência pelo viés das operações policiais? Admite, por hipótese, que o sistema de câmeras e imageador térmico, enquanto uma ferramenta de inteligência, vigilância e reconhecimento e quando empregado para operações policiais típicas estruturadas, possui potencial para auxiliar na redução da acumulação social da violência e contribui como vetor para a construção de dados de inteligência. Discorre brevemente sobre a tese da acumulação social da violência sem possuir o escopo de estabelecer profundas análises da complexa teoria. Aborda sucintamente conceitos relevantes para a análise proposta, entre os quais os de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, inteligência, vigilância e reconhecimento. Como metodologia caminhou-se pela pesquisa aplicada tendo em vista o direcionamento prático e voltado a buscar a solução do problema elencado com uma abordagem qualitativa, considerando as relações dinâmicas que perpassam o problema e a interpretação que se faz necessária dos fenômenos abordados com a consequente atribuição de significados. Considerando que o tema escolhido é pouco estudado, dificultando a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis, e a necessidade de maior familiaridade com o problema, a pesquisa se tornou exploratória em seu objetivo, com uma análise destinada a estimular a compreensão. Foi, nesse sentido, realizada uma pesquisa bibliográfica e documental combinada com uma revisão sistemática dessa literatura sobre o uso de imageador térmico na aviação de segurança pública. As fontes coletadas, analisadas e selecionadas no levantamento bibliográfico e documental foram prioritariamente produções científicas nas bases de dados do Google Scholar, do SciELO, dos Periódicos da CAPES e da Biblioteca Virtual da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Para as buscas em tais bases foram utilizadas as palavras-chave “imageador térmico”, “aviação de segurança pública”, “inteligência”, “tecnologia” e “acumulação social da violência”, inclusive em inglês e com a combinação de operadores booleanos. Os estudos encontrados foram avaliados em termos de relevância para a sucinta discussão deste artigo, considerando a sua pertinência e aplicabilidade diante da hipótese formulada e dos tópicos propostos para a construção do trabalho. As referências selecionadas foram gerenciadas por meio dos softwares Zotero e VOSViewer, com a sintetização comparativa das informações relacionadas ao tema. Foram consultados os manuais do equipamento alvo deste estudo a fim de privilegiar a compreensão técnica. É importante destacar que esta foi também uma pesquisa participante individual em campo por parte de um dos autores por se tratar de um processo em que está imerso efetivamente no ambiente no qual ocorrem a implantação da ferramenta e a análise dos fenômenos que lhe são relacionados. Tal interação é efetiva e durante a pesquisa se deu com vistas a compreender valores e significados e a propor ações. Pela natureza dessa atividade e pelo caráter de inovação agregado que o tema

apresenta, foi adotado o recorte espacial do estado do Espírito Santo. Por fim, deve-se destacar que foram consideradas no percurso metodológico questões éticas e de privacidade. Como resultados esperados, diante das possibilidades e potenciais do equipamento, conclui-se pela viabilidade da hipótese suscitada no sentido de ser o sistema um recurso com potencial para contribuir para a formulação de estratégias de gestão de uma administração pública racional.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é uma das áreas de estudo cujas temáticas se configuram e interagem de maneiras muito complexas, sendo um campo de saber com impactos no bem-estar social. Convivemos em nosso país com a violência extrema, registrando cerca de 10,4% dos homicídios do mundo (Brasil, 2023). O Anuário Brasileiro da Segurança Pública (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2023, p. 21) apresenta dados relativos ao ano de 2022 e ressalta que o Espírito Santo vem em 15º lugar no ranking de mortes violentas intencionais em números absolutos e em 12º lugar considerando a taxa por 100 mil habitantes. Abordando os mesmos dados pelo olhar das intervenções policiais (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2023, p. 14), temos um número de 6.429 pessoas mortas nessas ações em nível nacional, cerca de 17 por dia, sendo que os agentes de segurança também são vitimados quando continuamos a análise desse impacto social da violência, com 161 policiais mortos no mesmo período avaliado.

Ao passo que pesquisadores, estudiosos e gestores das instituições da área de defesa social procuram identificar, entender e vencer os desafios que se podem inferir do raciocínio acima, há o entendimento de que a violência é um fenômeno multifacetado e, portanto, multicausal (Lira, 2017, p. 21). Uma das alternativas que se apresenta é a busca por uma gestão racional apoiada no conhecimento, na inovação e na adoção de novas tecnologias para lidar com as diversas práticas delituosas e para preservar vidas e tentar mitigar essa violência efetivamente. Ações integradas de prevenção e de redução da criminalidade podem contar com tecnologias para ajudar a preservar a integridade dos operadores de segurança e da população, contribuindo para o aperfeiçoamento

das atividades (Loureiro, 2021, p. 19) e caminhando ao encontro da ideia de se pensar e fazer a segurança pública de modo a atuar com base na inteligência policial para identificar atitudes suspeitas e situações de anormalidade, prevenir delitos, economizar tempo e recursos humanos (Bouskela, et al. 2016, p. 37).

A recente aquisição, por parte do governo estadual capixaba, do equipamento genericamente denominado imageador térmico, que possui foco nas atividades de inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR), é uma inovação que busca auxiliar as políticas de segurança pública, entre elas as que devem diminuir o desacerto estatal na consecução de seu objetivo de defesa da vida com repressão qualificada e respeito aos direitos de cidadania.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o sistema citado se traduz em um conjunto óptico eletrônico com capacidade para visualização em grande alcance, conjugado com imageamento térmico através de infravermelho, com aptidão de transmissão de imagens em tempo real. O equipamento consegue ampliar a captura da emissão do espectro visível e permite também a visualização de seres e de objetos mesmo em condições de baixa visibilidade, como escuridão total, neblina, fumaça ou camuflagem.

Tais sistemas já são empregados na aviação policial em muitos países e em alguns entes federativos pátrios, como cita Santos (2021, p. 20), constituindo-se em ferramenta de atividade de inteligência, de vigilância e de reconhecimento capaz de conceder: vantagem estratégica, maior segurança de voo, otimização para definir áreas de interesse para o planejamento de políticas públicas e de atividades para redução da criminalidade.

Diante do cenário sucintamente descrito e considerando o viés da inovação tecnológica, surge o problema: o sistema de câmeras e imageador térmico, enquanto uma ferramenta de inteligência, vigilância e reconhecimento, pode auxiliar na redução da acumulação social da violência pelo viés das operações policiais? Por hipótese, vislumbra-se que a ferramenta tecnológica citada, enquanto empregada para operações policiais típicas com base em conhecimentos de inteligência e ao mesmo tempo contribuindo como vetor para a construção desses conhecimentos, possui potencial para auxiliar na rede.

REFERENCIAL TEÓRICO

Procurar entender os fenômenos no campo da segurança pública é pisar por muitos caminhos que ora se tangenciam ou se sobrepõem, ora se afastam ou se excluem e, ainda assim, apresentam-nos muitas hipóteses. Uma delas, que se pretende aludir aqui sem a pretensão de se tornar um estudo específico, é a mencionada tese da acumulação social da violência.

As ideias discutidas por Misse (2008; 2019) e por Costa (2022) sobre a temática caminham no sentido de defender que a política pública pátria no que tange a um esforço para controlar a violência realimenta a própria violência, gerando um acúmulo cujas consequências desaguam no seio social. Tais políticas, que parecem sofrer de uma síndrome circular, são, em geral, respostas dissociadas do seu tempo e sem uma efetividade funcional e que parecem não detectar as reais causas dos problemas que pretendem enfrentar (Misse, 2008, p. 379; 2019, p. 5). Misse, em seus estudos, buscou analisar a realidade carioca (Misse, 2019, p. 1) enquanto Costa trouxe seu foco para as perspectivas capixabas (Costa, 2016, p. 1), mas a hipótese da acumulação social da violência já é utilizada por diversos pesquisadores em diferentes realidades com altas taxas de violência (Misse, 2019, p. 1).

Soma-se a isso o fato de que a violência precisa ser compreendida em sua essência multifacetada derivada de fatores diversos que se entrelaçam e se retroalimentam e não como fatores que podem ser colocados avulsos para serem entendidos, analisados ou combatidos sob pena de se continuar a produzir resultados superficiais (Lira, 2017, p. 21; Misse, 2008, p. 379; Cerqueira, 2023, p. 1), pois essa dissociação provoca dinâmicas que vão perpetuando violências, gerando sua ampliação e seu acúmulo.

Misse (2008, p. 374) projeta que a violência não é apenas o resultado de ações individuais: também é produzida e reproduzida por sistemas sociais e instituições, exemplificando as dificuldades do Estado brasileiro de exercer o seu monopólio de uso da força e de oferecer aos cidadãos, de maneira equalitária, acesso judicial à resolução de conflitos:

[...] o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje. Pois não é possível, não é imaginável que um país que tenha a capacidade de processar razoavelmente os conflitos e os crimes no âmbito da Justiça, assista à demanda, cada vez maior, hoje presente tanto na mídia quanto em expressivos segmentos da população, para soluções de força privadas ou para soluções de força ilegais (justiçamentos, tortura, fazer a justiça com as próprias mãos) (Misse, 2008, p. 374, grifo nosso).

Costa (2016, p. 45) afirma ainda que no Espírito Santo, apesar de haver avanço no debate em segurança pública e na redução das taxas pertinentes, é necessário que haja uma mudança de percepção no fazer segurança pública com a busca de resultados efetivos, adotando-se providências para a redução dos altos índices de violência; do contrário, o seu ciclo de acumulação social se intensifica.

O entendimento traçado até aqui ao trazer esse vislumbre da complexa teoria comentada é o de caminhar na construção de uma compreensão do fenômeno violência e da transversalidade necessária com outros conhecimentos, como os que foram apresentados na Introdução, a fim de que a gestão racional de aparatos policiais seja um vetor para preservação de vidas sem deixar de cumprir o ordenamento jurídico vigente. Corroborar tal entendimento o que afirma Cerqueira (2023, p. 2-4) ao analisar os erros históricos somados quando se pensa segurança pública no Brasil:

[...] o foco das ações volta-se sempre para o combate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformar a realidade. Há outra forma de se pensar a segurança pública hoje no Brasil, com base em tantos dados, números, ensaios, formulações, estudos e estatísticas, que não passe por essa necessidade? Diante dos expressivos números de violência e de gastos com a segurança pública que vimos na Introdução deste trabalho, percebe-se que essa transformação é premente, uma vez que entre alguns ciclos alimentados nessa espiral de brutalidade temos o incremento do acúmulo social da violência.

Buscou-se aqui sucintamente analisar o sistema de câmeras e imageador térmico no campo da segurança pública estadual e a sua potencial relevância enquanto ferramenta auxiliar para políticas públicas de redução dessa acumulação social, que precisa ser compreendida em sua totalidade de múltiplas causas, principalmente pelas forças policiais no intuito de apreensão plena de seu papel, de sua missão e de sua parcela de contribuição para tal ciclo de violência.

Como vimos, a inovação e a tecnologia se apresentam como caminhos para essa transformação comentada. É inegável que a tecnologia, atualmente, é uma aliada

fundamental para o emprego e a integração das forças policiais uma vez que pode aumentar a capacidade de resposta da administração pública frente aos desafios contra a criminalidade, sendo que o investimento nesse campo é primordial, refletindo-se em benefícios, em última instância, para o grupo social como um todo (Lima; Costa; Herkenhoff, 2024, p. 126).

Nesse cenário, o sistema de câmeras e imageador térmico apresentado demonstra potenciais aflorando possibilidades de emprego em consonância tanto com um viés tecnológico muito avançado, o que permite verificar que a hipótese deste sucinto artigo se confirma.

Obviamente, os potenciais e possibilidades do sistema apresentado não implicam em uma cobertura total de atividades dentro de um determinado cenário nem na dissolução de todos os conflitos (Smagh, 2020, p. 2). Sua adoção, recentíssima no cenário capixaba, requer o emprego de uma ampla gama de agências e uma capacidade analítica madura para criar uma consciência das capacidades, que deve ser usada pelos gestores para decidir pelas medidas apropriadas ao anseio coletivo (Smagh, 2020, p. 2).

Avaliando a análise realizada cujos argumentos são limitados é importante destacar que todo o processo gerencial e operacional mencionado e sugerido como exemplo deve ser alvo constante de uma avaliação sistemática, com monitoramento de resultados e correção de falhas e de desvios, sejam técnicos, estratégicos, legais ou éticos, com o intuito de permitir melhorias constantes e continuadas e também um melhor uso dos recursos aplicados (Ferreira, 2015, p. 25).

No mesmo sentido, é importante que haja estudos de viabilidade econômica atualizados e específicos para a realidade capixaba. Acredita-se com base no exposto que a economicidade é também um caminho alcançável neste caso desde que os investimentos e a gestão sejam racionais. Estudos mais dedicados a essa finalidade caminham para comprovar a viabilidade econômica aliada à segurança das

operações (Gambaroni, 2007; Silva, 2018; Reams e Day, 2021; Santos, 2021; Júnior, 2022; Oliveira E Fávero, 2022).

As organizações que realizam as atividades de polícia não podem perder nunca seu objetivo de defesa da vida e, sob a tutela da administração pública, precisam buscar incessantemente desenvolver estratégias próprias. Com foco nos pontos gerais até aqui elencados e mantendo em vista uma política pública transversal e multissetorial, o emprego do imageador térmico

por parte do NOTAER tem potencial para ser um vetor de promoção de uma repressão qualificada que se pautar no respeito aos direitos de cidadania.

Esta proposta buscou discutir ainda uma tecnologia inovadora que, perpassando a integração de agências que marca o NOTAER, tem o potencial de robustecer as ferramentas de inteligência policial no desígnio de proporcionar melhor qualidade de vida, tranquilidade pública e segurança pública para os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BENTO, E. F. **Qual a expectativa do uso de reconhecimento facial pela Guarda Civil Municipal de Vitória/ES?** Um estudo de caso sobre os riscos do racismo e do sexismo algorítmico. 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2024.

BOUSKELA, M. et al. **Caminho para as smart cities:** da gestão tradicional para a cidade Inteligente. 2016. 148 f. Monografia – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2016.

BRASIL lidera ranking de homicídios no mundo, mostra estudo da ONU. UOL, 08 dez. 2023. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/12/08/brasil-lidera-ranking-de-homicidios-no-mundo-mostra-estudo-da-onu.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria – COTER/C Ex Nº 039**, de 20 de maio de 2021. Aprovação da Nota Doutrinária Nr 01/2021 O Emprego do Conceito IRVA – Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 22, p. 77, 2 jun. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/02_comando_de_operacoes_terrestres/port_n_039_coter_20maio2021.html. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Referendo em tutela provisória incidental na medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635** – Rio de Janeiro. Inteiro teor do acórdão. Relator: Min. Edson Fachin, 05 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp>. Acesso em: 05 mai. 2024.

CAMARGO, F. O.; GUIMARÃES, K. M. S. O princípio da eficiência na gestão pública. **Revista CEPPG.** Centro de Ensino Superior de Catalão. v. 16, n. 28, p. 133-145, 2013.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. Recife. **Ciência & Trópico**, 2010, v. 34, n. 2, p. 297-324. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/871/592>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CARTENAV. **AIMS-HD versão 8.6.7 português.** Canadá, 354 f. 2022.

CERQUEIRA, D. A soma de todos os erros. **Fonte Segura (newsletter).** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-soma-de-todos-os-erros/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CERQUEIRA, D. et al. Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: o Programa Estado Presente do Espírito Santo. Rio de Janeiro: IPEA, **Texto Para Discussão**, v. 2543, 2020.

COSTA, M. A. B. O papel da urbanização na variação dos fluxos de acumulação social da violência. In: LIRA, P.; MONTEIRO, L. L.; BORGES, L. M. S. (ed.). **Reforma urbana e direito à cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. 1 ed. p. 133-147. 2022.

COSTA, M. A. B. Perspectivas de uma teoria da acumulação social da violência no estado do Espírito Santo. In: CAMPOS, C. H.; et al. (org.). **Perspectivas em Segurança Pública**. Coleção Segurança Pública. V.3. Florianópolis: Insular, p. 223-249. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Casa Militar. **Termo de referência**: Aquisição de sistema de câmera e imageador térmico para o Núcleo de Operações e Transporte Aéreo da Secretaria da Casa Militar do Espírito Santo (NOTAER/ES). Vitória, 2022.

FERREIRA, L. C. **Análise do Emprego Do Sensor Infravermelho do Sistema Imageador Aerotransportado em Ocorrências Policiais Noturnas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2015. 126 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Segurança Pública, Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

FONTES, C.; PERRONE, C. Ethics of surveillance: harnessing the use of live facial recognition technologies in public spaces for law enforcement. **Research Brief, Institute for Ethics in Artificial Intelligence**, Technical University of Munich, Munique, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FURTADO, V. Inteligência artificial na segurança pública: conceitos, perspectivas e desafios. In: LIMA, R. S de; BARROS, B. W. (ed.). **Estatísticas de segurança pública**: produção e uso de dados criminais no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. p. 178-189. 2022.

GAMBARONI, R. **A gestão da tecnologia e a capacitação para a ação socialmente produtiva**: estudo de caso na aviação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2007. 288 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Mestrado em Tecnologia: Gestão, Desenvolvimento e Formação, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2007.

JÚNIOR, D. B. X. **Modernização de aeronaves como fator de aumento da efetividade das operações da Polícia Militar do Distrito Federal**. 2022. 61 f. Monografia (Especialização) - Curso de Altos Estudos para Oficiais, Instituto Superior de Ciências Policiais, Polícia Militar do Distrito Federal, Brasília, 2022.

L3HARRIS WESCAM. **O-Level maintenance manual**. Canadá, 248 f. 2022.

L3HARRIS WESCAM. **Operations manual**: surveillance system operator guide. MX1549370. Canadá, 408 f. 2023.

LIMA, G. M.; COSTA, M. A. B.; HERKENHOFF, H. G. Avanço ou retrocesso: considerações sobre o Teleflagrante e suas implicações para as forças policiais na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES. In: JÚNIOR, H. R.; PESSINE, K. M.; MANTOVANELI, W. P. (org.). **Estudos em segurança pública: controle social, tecnologias e política**. V. 1. Salvador: Edasp, 2024, p. 123-141.

LIMA, R. S. Efetividade nas políticas de segurança pública: o que funciona segundo as boas práticas nacionais e internacionais. **Boletim de análise político-institucional**. n. 11, p. 29-32, 2017.

- LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. 2017.
- LOUREIRO, B. M. **Cidades Inteligentes e Segurança Cidadã: uma análise do funcionamento do cerco inteligente de Vitória**. 2021. 66 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Segurança Pública. Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2021.
- MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413 f. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385. 2008.
- MISSE, M. (Comentários sobre) O enigma da acumulação social da violência no Brasil. **Journal of Illicit Economies and Development**. 2019.
- MOREIRA, A. V. N. **Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na Política Nacional de Assistência Social no Brasil**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- OLIVEIRA, P. F. de; FÁVERO, W. C. Falcão Project: embedded technology in air operations of the Military Police of Paraná. **Brazilian Journal of Development**. v. 8, n. 11, p. 76518-76548, 2022.
- PINHEIRO, R. M. **Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada: estudo sobre a viabilidade do emprego na Polícia Militar do Espírito Santo**. 2017. 143 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão Policial Militar e Segurança Pública, Academia da Polícia Militar do Espírito Santo – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública, Polícia Militar do Espírito Santo, Cariacica, 2017.
- REAMS, J.; DAY, B. Pasadena Police Helicopter Gets New Camera. **Pasadena Now**, 19 jan. 2021. Public Safety. Disponível em: <https://www.pasadenanow.com/main/pasadena-police-helicopter-gets-new-camera>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- RESENDE, F. L.; JÚNIOR, G. V. M. A utilização de ações de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos para ampliação da consciência situacional em conflitos assimétricos. **Revista Agulhas Negras**, Resende, v. 7, n. 9, p. 74-98, 2023.
- ROSA, M. E. F. **Doutrina nacional de inteligência de segurança pública (DNISP): breves considerações**. LinkedIn, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/doutrina-nacional-de-inteligencia-ancianseguran-e7a-p-fablica-maurilio-eduardo/>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- SANTOS, L. P. **O emprego do sistema de imageador térmico no policiamento aéreo na Polícia Militar do Espírito Santo: um estudo sob o prisma da eficácia, da eficiência e da economicidade**. 2021. 147 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão Policial Militar e Segurança Pública, Academia de Polícia Militar – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública, PMES, Cariacica, 2021.
- SARTORI, L. C. N. M. **A tecnologia usada como vantagem contra a criminalidade: uma análise da evolução tecnológica das forças de segurança, com um recorte para a Guarda Municipal de Vila Velha**. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2024.

SILVA, R. E.; et al. Caracterização e Avaliação do Desempenho em Distância de uma Câmera Termal por Processamento de Imagens. Simpósio de Aplicações Operacionais em Áreas de Defesa. In. **Anais...** Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, v. 20, p. 99-104, 2018.

SMAGH, N. S. Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance Design for Great Power Competition. **Congressional Research Service**. Library of Congress, Washington D. C., report 46389, v. 1, 2020.

VALLE, D. S. Eficiência, eficácia e efetividade do grupo especial de segurança de fronteira (GEFRON), no período de 2003 a 2007. **Revista Homens do Mato**. Mato Grosso, v. 1, n. 5, jan-jun, p. 90-105, 2010.

ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO O CRIME DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Melaine Pinto Baliano

Capitão da Polícia Militar do Espírito Santo. Mestrando em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha

Luiz Henrique Casaroto Rosa

Aspirante-a-Oficial da Polícia Militar do Espírito Santo. Bacharel em Ciências Policiais e Segurança Pública

RESUMO

O estudo abordou o crime de embriaguez ao volante na região da Grande Vitória, Espírito Santo, entre 2021 e 2022, investigando características como sexo, idade, tipo de veículo dos envolvidos, dia da semana e local. O problema analisado foi a alta incidência de motoristas alcoolizados e suas consequências no trânsito. O objetivo foi identificar padrões e tendências nas ocorrências, contribuindo para o planejamento de estratégias de prevenção e combate ao crime. A metodologia utilizada foi descritiva, baseada em análise documental de dados do sistema Batalhão Online (BAON) e boletins de ocorrência do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran). Os resultados mostraram que a maioria dos infratores eram homens entre 35 e 44 anos, dirigindo principalmente automóveis. O crime ocorreu com mais frequência aos finais de semana, em áreas de lazer e no período noturno. A pesquisa concluiu que a fiscalização deve ser intensificada nos horários e locais de maior incidência, além de campanhas educativas para reduzir o consumo de álcool no trânsito. As limitações do estudo incluíram inconsistências nos registros policiais, o que sugere a necessidade de melhorias no sistema de coleta de dados.

INTRODUÇÃO

Entre os diversos problemas enfrentados pela sociedade, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) afirmam que mais de 3.500 pessoas morrem por dia no trânsito em todo o mundo. Já segundo Carvalho (2020, p. 18), no Brasil, estima-se 45 mil mortos anuais e R\$ 50 bilhões de custo econômico advindos dos sinistros de trânsito, possuindo um índice elevado, em comparação a outros países. Consoante o Relatório Global sobre Álcool e Saúde (OMS, 2018, p. 17), estima-se que haja 900 mil mortes por lesões com relação ao álcool no mundo, sendo que cerca de 370 mil mortes são devidas a sinistros de trânsito.

Nessa vertente, o Manual de Treinamento para Prevenção de Lesões Causadas pelo Trânsito (Mohan et al., 2011, p. 41) traz que: “A frequência de conduzir sob efeito de álcool varia entre países, porém é praticamente universal em sua representatividade como um grande fator de risco”. Depreende-se que conduzir sob a influência de álcool ou outras drogas está, mundialmente, entre os principais fatores de risco que levam a sinistros de trânsito, devido às alterações que essas substâncias provocam no organismo.

Pesquisas mostram que o risco de envolvimento em acidentes de trânsito aumenta proporcionalmente ao nível de álcool no sangue. Por exemplo, condutores com uma alcoolemia de 0,10 g/dl têm três vezes mais chances de

colidir em comparação com aqueles com um nível de 0,05 g/dl. Em resposta a esse cenário, a "Lei Seca" foi implementada no Brasil em 2008, com o intuito de reduzir a incidência de motoristas alcoolizados nas vias (Peden et al., 2004 apud Mohan et al., 2011, p. 41).

Neste cenário, lança-se o seguinte problema: quais são as características presentes nas ocorrências relacionadas com o crime de embriaguez ao volante? Para melhor compreender o contexto das situações em estudo, optou-se por uma análise teórica e quantitativa das ocorrências policiais que tiveram a participação do Batalhão de Polícia de Trânsito da Polícia Militar do Espírito Santo (BPTran) nos anos de 2021 e 2022 na Região da Grande Vitória. Assim, a investigação busca identificar características comuns nessas ocorrências, considerando o sexo, idade e tipo de veículo dos envolvidos, além de contextualizar o impacto do álcool no comportamento dos motoristas.

A relevância dessa pesquisa se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que estabelecem a meta de reduzir pela metade, até 2030, as mortes e ferimentos graves no trânsito (Brasil, 2022, p. 11) e tem por objetivo analisar o contexto e os aspectos envolvidos no crime de embriaguez ao volante no âmbito da região da Grande Vitória como forma de contribuir com a evolução e o estudo do delito, apresentando dados que possam servir de alicerces para planejamentos e estratégias organizacionais com foco na diminuição do crime e seus efeitos na sociedade. De forma mais específica, o estudo visa entender examinar as normas de trânsito atualmente em vigor que abordam o uso de álcool e a condução de veículos automotores; identificar as ocorrências envolvendo o crime de embriaguez ao volante nos anos de 2021 e 2022, nas cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória; e analisar as características criminais do fato: cidade, bairro, rua, data, horário, veículo utilizado, forma de constatação do delito, idade e sexo da pessoa envolvida.

O projeto proposto segue uma abordagem descritiva, conforme Gil (2008), focando-se na observação e descrição de fenômenos, sem interferência do pesquisador. O estudo concentra-se na análise de variáveis como idade e sexo, investigando ocorrências criminais de embriaguez ao volante na região da Grande Vitória, Espírito Santo, entre 2021 e 2022. As ocorrências foram extraídas de cinco municípios: Cariacica, Serra, Vila Velha, Viana, e Vitória, com o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) como unidade de referência.

A escolha desses municípios se deu por sua representatividade populacional e seus desafios relacionados ao trânsito. O BPTran foi selecionado por sua responsabilidade na segurança viária, envolvendo atividades de fiscalização, educação e policiamento ostensivo. A pesquisa tem como foco os indivíduos envolvidos em crimes de embriaguez ao volante, e os dados foram coletados a partir do sistema Batalhão Online (BAON). Para isso, foram coletados os boletins de ocorrências no sistema Batalhão Online (BAON), utilizando como unidade policial, o "BPTran", no universo temporal de 01/01/2021 a 31/12/2022, com o tipo de ocorrência I07, descrito como "dirigir embriagado", abrangendo as situações gerais da incidência do delito, ou seja, não diferenciando se houve no contexto específico de cada fato, sinistro de trânsito. Nota-se que haverá uma análise completa das ocorrências, para identificar erros de enquadramento que podem desviar a fidelidade da pesquisa, para posteriormente verificar as características criminais do fato: cidade, rua, bairro, data, horário, tipo de veículo, idade, sexo e meio de constatação do delito. Para garantir a ética e a privacidade, os dados serão categorizados sem identificar os indivíduos.

A metodologia inclui uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando materiais existentes e relatórios do Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN/ES) e do BAON e um análise qualitativa para a sistematização dos dados visando identificar padrões e tendências nas ocorrências analisadas (Trevisol Neto, 2017). Apesar de possíveis limitações devido a

erros nos boletins de ocorrência, a pesquisa apresenta um estudo inovador, com o potencial de contribuir para a prática policial na redução do delito de embriaguez ao volante. O estudo também ressalta a importância de melhorar a precisão dos registros criminais para garantir a fidelidade dos dados analisados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo trata dos impactos do consumo de álcool no trânsito e sua relação com sinistros automobilísticos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que mais de 3.500 pessoas morrem diariamente em sinistros de trânsito em todo o mundo, e o Brasil enfrenta números elevados, com cerca de 45 mil mortes anuais atribuídas a sinistros de trânsito. O álcool é um dos fatores mais determinantes para esses eventos, prejudicando a capacidade cognitiva, a coordenação motora e o tempo de reação dos condutores, conforme apontado por diversas pesquisas (Lima, 2008).

Pechansky, Von Diemen e Gonçalves (2014) mostram que o tempo de reação dos condutores alcoolizados é significativamente maior, interferindo na capacidade de condução. Mesmo com leis rigorosas, como a Lei Federal n.º 13.546/2017, que endurece as penalidades para crimes de trânsito cometidos sob efeito de álcool, ainda são frequentes os casos de embriaguez ao volante no Brasil, resultando em sinistros fatais e lesões graves (Brasil, 2017; CISA, 2018).

O impacto do álcool nas internações hospitalares é alarmante. Desde 2010, o Brasil registrou um aumento de 50% nas internações por sinistros de trânsito relacionados ao álcool, passando de 50 mil internações em 2010 para mais de 75 mil em 2021 (CISA, 2023). Esses dados ressaltam a urgência de políticas mais eficazes para combater o uso de álcool no trânsito, promovendo uma direção mais responsável e segura.

O Brasil e as suas regulamentações acerca de trânsito têm uma longa trajetória. Desde o Decreto 720A, de 1850, que estabeleceu as primeiras normas de transporte, o Brasil tem implementado regulamentos para assegurar a segurança viária. O primeiro Código de Trânsito Brasileiro (CTB) foi criado em 1941, sendo atualizado ao longo dos anos até a Lei n.º 9.503/1997, que rege o trânsito atualmente. Este código define o trânsito como a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, com o objetivo de assegurar a circulação segura e organizada (Brasil, 1850; Brasil, 1941; Brasil, 1997; DENATRAN apud Gondim, 2013).

A legislação também evoluiu para punir mais severamente os crimes de trânsito, como o homicídio culposo e a lesão corporal culposa ao volante, bem como o artigo 306 do CTB, que trata da embriaguez ao volante, sofreu diversas alterações ao longo dos anos para garantir punições aos criminosos. A Lei Seca, promulgada em 2008, marcou um ponto de virada ao estabelecer punições mais severas para quem dirige sob efeito de álcool. Posteriormente, a Lei n.º 12.760/2012 reformulou o artigo 306, permitindo a punição de condutores com qualquer nível de álcool no sangue, independentemente de causar sinistro:

Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor (Brasil, 2012).

A principal diferença entre as legislações anteriores, foi que a partir da redação vigente, tornou-se, em regra, indiferente a concentração de álcool do condutor, punindo criminalmente aquele que conduz veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada, sem prejuízo das sanções administrativas. Assim, há duas formas de constatar o delito, por meios de métodos que incluem exame de sangue ou teste do etilômetro ou por meio de sinais que

indiquem a alteração da capacidade psicomotora, conforme mencionado no artigo:

[...] § 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por:

I - Concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar; ou
II - Sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora.

§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova

§ 3º O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia ou toxicológicos para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo

§ 4º Poderá ser empregado qualquer aparelho homologado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO - para se determinar o previsto no caput (Brasil, 1997).

A partir dessas mudanças, o foco na fiscalização tornou-se fundamental para garantir a aplicação eficaz da lei assim, testes de alcoolemia com o uso do etilômetro passaram a ser utilizados para detectar a presença de álcool no organismo dos condutores. No âmbito da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), o uso do etilômetro é regulamentado pelo Manual de Policiamento de Trânsito, que orienta sua aplicação tanto em sinistros quanto em operações de fiscalização de rotina (PMES, 2024).

Além do etilômetro, o Laudo de Constatação de Alteração da Capacidade Psicomotora (LCACP) é um instrumento essencial para documentar os sinais de embriaguez nos casos em que o teste de alcoolemia não é realizado. O LCACP é utilizado para comprovar a incapacidade do condutor de operar o veículo de maneira segura, sendo um documento oficial que pode embasar processos judiciais. Recentemente, o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) introduziu o Termo de Constatação de Embriaguez (TCE), substituindo o LCACP. O TCE, elaborado via aplicativo, agiliza o processo de constatação de embriaguez, permitindo maior eficiência no registro dessas ocorrências (PMES, 2024).

Além da embriaguez ao volante, o CTB também estabelece sanções para outros crimes de trânsito. O Capítulo XIX do código detalha as

condutas que configuram crimes na condução de veículos, assegurando que os motoristas que colocam a segurança pública em risco sejam devidamente punidos. A legislação prevê tanto sanções penais quanto administrativas para essas infrações buscando promover a segurança viária.

Portanto, a legislação brasileira evoluiu significativamente para enfrentar o problema da embriaguez ao volante, com foco na prevenção de sinistros e na promoção de um trânsito mais seguro, pois a legislação atual inovou ao permitir que o crime de embriaguez seja constatado por diversos meios, como exame clínico, vídeos, testemunhos, e testes de alcoolemia. Essas medidas garantem que, mesmo em situações onde o teste de etilômetro não é realizado, a embriaguez possa ser comprovada de outras maneiras, assegurando a aplicação da lei e a punição dos infratores/criminosos.

Dessa forma, as constantes atualizações no Código de Trânsito Brasileiro, aliadas ao uso de tecnologia na fiscalização, reforçam o compromisso do país em reduzir os sinistros causados por álcool no trânsito e proteger a vida dos cidadãos. A combinação de medidas educativas, punitivas e preventivas permitem criar uma mudança cultural em relação ao consumo de álcool e direção, e assim, garantir estradas mais seguras para todos.

RESULTADOS

O sistema BAON (Batalhão Online), com base no método de pesquisa adotado para o estudo dos anos de 2021 e 2022, gerou 100 ocorrências iniciais, das quais foram analisadas para verificar a real incidência do crime descrito no Artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que trata da condução de veículo sob influência de álcool ou substâncias psicoativas. No entanto, dessas 100 ocorrências, 22 não continham indícios suficientes para caracterizar o ilícito penal em questão, sendo identificadas mais como infrações administrativas, como, por exemplo, recusas ao teste do etilômetro. Nessas

22 ocorrências, o registro indicava a emissão de um auto de infração, mas sem elementos penais claros que justificassem a inclusão no escopo deste estudo.

Por outro lado, as 78 ocorrências restantes, que de fato apresentavam elementos suficientes para caracterizar o crime de embriaguez ao volante, foram objeto de análise detalhada. Um exemplo de ocorrência que contribuiu para o estudo é o Boletim Unificado de número 43985005, no qual o condutor foi convidado a realizar o teste de etilômetro, que apontou uma concentração de 1,34 mg/l de álcool por litro de ar alveolar. Diante dessa evidência, o motorista foi encaminhado à delegacia competente. As 78 ocorrências válidas eram 41 do ano de 2021 e 37 de 2022.

Análise dos resultados relativos ao condutor

A análise dos dados dos condutores envolvidos no crime de embriaguez ao volante revelou uma predominância de homens. Em 2021, 93% dos infratores eram do sexo masculino, enquanto em 2022 essa porcentagem caiu para 86%. As mulheres representaram 7% dos casos em 2021 e 14% em 2022. Embora o número de mulheres habilitadas no Espírito Santo tenha aumentado ao longo dos anos, os homens continuam a ser a maioria entre os condutores envolvidos nesse tipo de crime. Isso reflete dados nacionais que indicam que os homens, em geral, são mais propensos a se envolverem em comportamentos de risco no trânsito, incluindo o consumo de álcool antes de dirigir (Barroso Junior; Bertho; Veiga, 2019):

Em relação à faixa etária, a maior parte dos infratores estava entre 35 e 44 anos, representando cerca de 43% das ocorrências nos dois anos analisados. Essa faixa etária também é a mais envolvida em sinistros de trânsito no estado. A única faixa etária que apresentou uma discrepância significativa foi a de pessoas com mais de 64 anos, que, apesar de representarem uma grande parcela dos condutores habilitados, tiveram um número

muito baixo de ocorrências de embriaguez. Isso pode ser explicado por fatores como a diminuição da habilidade de direção em pessoas mais velhas, além de uma propensão a evitar a direção, especialmente após o consumo de medicamentos ou em condições de risco (Peggy Barco, 2022).

Análise dos resultados relativos ao veículo

O tipo de veículo utilizado pelos condutores envolvidos nos crimes também foi analisado e os automóveis foram os veículos mais frequentes, representando 60% das ocorrências. Em segundo lugar, apareceram as motocicletas, com 17%, seguidas pelas caminhonetes, com 12%. A porcentagem supracitada coincide com o registro de veículos no estado do Espírito Santo e pode-se afirmar que o tipo de veículo automóvel tem potencial de ser um fator influenciador no cometimento do delito do artigo 306 do CTB. Cita-se, contudo, que a fiscalização deve atingir os mais variados tipos de veículos.

Análise dos resultados relativos às características espaço-temporais

Quando analisadas as características espaço-temporais das ocorrências, foram identificadas tendências importantes. Em 2021, o mês com maior número de ocorrências foi junho, com 17% do total, seguido de setembro. Em contraste, os meses de janeiro e outubro apresentaram as menores taxas, com apenas 2% e 5%, respectivamente. Esses dados podem ter sido influenciados pelas restrições de circulação impostas pela pandemia de COVID-19, especialmente nos primeiros meses de 2021, quando medidas severas de restrição de locomoção estavam em vigor. Em 2022, o mês de novembro foi o que registrou o maior número de ocorrências (14%), enquanto os demais meses mantiveram uma distribuição mais uniforme, variando entre 2 e 4 ocorrências. Essa homogeneidade pode refletir uma retomada das

atividades normais, com menos influência das restrições da pandemia.

Ao observar os dias da semana em que os crimes ocorreram, verificou-se uma clara predominância dos fins de semana. Nos dois anos analisados, cerca de 57% das ocorrências aconteceram no sábado ou no domingo, o que corrobora a percepção de que o consumo de álcool e os comportamentos de risco no trânsito aumentam nos dias de folga. Esse padrão também é consistente com estudos nacionais que indicam uma maior incidência de sinistros de trânsito aos finais de semana, especialmente relacionados ao consumo de álcool (Barroso Junior; Bertho; Veiga, 2019).

Quanto ao horário das ocorrências, a maioria dos crimes ocorreu entre as 19h00 e 00h59, representando 44% dos casos em 2021 e 54% em 2022. Esses dados refletem o comportamento de lazer noturno, quando o consumo de álcool é mais comum. Por outro lado, os períodos com menor incidência de ocorrências foram entre 07h00 e 12h59, com apenas 12% em 2021, e entre 01h00 e 06h59, com 5% em 2022. Esses dados, em contraste com o horário de maior incidência de sinistros rodoviários, que ocorre entre 18h00 e 18h59, indicam que os crimes de embriaguez ao volante tendem a acontecer em horários de lazer, enquanto os sinistros, em geral, estão mais relacionados ao horário de pico e ao aumento do fluxo de veículos nas vias.

Tabela 1 - Frequência Absoluta e Relativa do delito por hora.

Intervalo	2021	%	2022	%
01h00-06h59	7	17%	2	5%
07h00-12h59	5	12%	3	8%
13h00-18h59	7	17%	8	22%
19h00-00h59	18	44%	2	54%
Não Identificado	4	10%	4	11%
TOTAL	41	100%	37	100%

Fonte: Autores.

Análise dos resultados relativos ao local

O município de Vila Velha registrou o maior número de ocorrências de embriaguez ao volante em ambos os anos, com 11 ocorrências em 2021 e 15 em 2022. A Serra também apresentou um aumento significativo no número

de ocorrências, passando de 8 em 2021 para 12 em 2022, representando um aumento de 50%. Esses números sugerem a necessidade de um foco maior nas ações de fiscalização nesses municípios, especialmente nos fins de semana e horários noturnos.

Tabela 2 - Frequência absoluta e relativa do delito por município.

Município	2021	%	2022	%
Cariacica	9	22%	3	8%
Guarapari	1	2%	0	0%
Serra	8	20%	12	32%
Viana	3	7%	1	3%
Vila Velha	11	27%	15	41%
Vitória	9	22%	6	16%
TOTAL	41	100%	37	100%

Fonte: Autores.

As áreas com maior concentração de ocorrências incluem regiões próximas a bares, restaurantes e áreas de lazer, como praias, que são locais associados ao consumo de álcool. A

presença marcante de ocorrências em torno de bares e restaurantes destaca a influência desses estabelecimentos no aumento dos casos de embriaguez ao volante. A sobreposição de

ocorrências em regiões movimentadas, como centros urbanos e áreas comerciais, reforça a urgência de atenção a esses locais. O aumento do tráfego, combinado com a presença de estabelecimentos comerciais, amplifica os riscos associados à embriaguez ao volante. Outro ponto a observar, é a concentração de casos nas imediações de praias, onde, torna-se aparente que locais de lazer desempenham um papel crucial no cometimento desse crime. A relação entre momentos recreativos à beira-mar e o aumento de incidentes de condução sob influência de álcool pode ser atribuída a uma combinação de fatores que caracterizam esses ambientes como propícios a comportamentos de risco. A atmosfera descontraída, cria um cenário propenso ao consumo excessivo de álcool, especialmente durante eventos sociais e festividades.

Análise dos resultados relativos ao ilícito penal

No que se refere à forma de constatação do crime de embriaguez ao volante, a maioria das ocorrências foi registrada durante o patrulhamento regular ou o atendimento de chamadas do CIODES, representando 78% dos casos. As operações de fiscalização específicas, como as da Lei Seca, responderam por 22% das ocorrências. Isso demonstra que, embora as operações sejam importantes, o patrulhamento regular é uma ferramenta eficaz na identificação do crime de embriaguez ao volante.

Tabela 3 - Frequência absoluta e relativa da forma de atendimento

Forma de atendimento	Quantidade	%
Durante patrulhamento ou atendimento ao CIODES	61	78%
Durante fiscalização	17	22%
TOTAL	78	100%

Fonte: Autores.

Dois métodos foram usados para constatar o crime: o Teste de Etilômetro, utilizado em 59% dos casos, e o Laudo de Constatação da Alteração da Capacidade Psicomotora

(LCACP), utilizado em 41% das ocorrências. A distribuição equilibrada entre esses dois métodos sugere que ambos são eficazes na detecção da embriaguez ao volante.

Tabela 4 - Frequência do modo de constatação do delito.

Modo de constatação	Quantidade	%
LCACP	31	41%
TESTE ETILÔMETRO	47	59%
TOTAL	78	100%

Fonte: Autores.

Quanto à taxa de alcoolemia, a maioria dos casos (43%) apresentou concentrações de álcool entre 0,68 e 1,01 mg/l, enquanto 38% dos casos estavam na faixa de 0,34 a 0,67

mg/l. Apenas 4% dos casos registraram níveis superiores a 1,35 mg/l, uma taxa alarmante, pois indica uma intoxicação severa e um risco elevado de sinistros graves.

Tabela 5 - Frequência absoluta e relativa da taxa de alcoolemia atestada pelo etilômetro

Valor constatado no aparelho (mg/l)	Qtd	%
0,34 - 0,67	18	38%
0,68 - 1,01	20	43%
1,02 - 1,35	7	15%

acima de 1,35	2	4%
TOTAL	47	100%

Fonte: Autores.

Ainda acerca da embriaguez ao volante, cita-se que o volume de autos de infração por recusa ao teste do etilômetro é muito maior do que o número de crimes formalmente registrados. Em 2022, segundo dados da Subseção de Multas do BPTran mais de 2.000 condutores foram autuados por recusar o teste do etilômetro, sem, no entanto, incorrer no crime descrito no Artigo 306 do CTB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo examinou a ocorrência de embriaguez ao volante na região da Grande Vitória, Espírito Santo, durante os anos de 2021 e 2022, utilizando o sistema BAON (Batalhão Online) como fonte de dados. Foram analisadas 100 ocorrências, das quais 22 não apresentaram indícios suficientes para caracterizar o crime de embriaguez ao volante, sendo classificadas como infrações administrativas, como recusas ao teste do etilômetro. As 78 ocorrências restantes foram analisadas em profundidade, identificando-se os elementos necessários para caracterizar o crime previsto no Artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A análise revelou que a maioria dos infratores eram homens, com 93% dos casos em 2021 e 86% em 2022. Esse dado reflete uma tendência comum em relação ao comportamento de risco dos condutores do sexo masculino. Embora o número de mulheres habilitadas tenha aumentado, sua participação em crimes de embriaguez ao volante ainda é significativamente menor. A faixa etária predominante entre os infratores foi de 35 a 39 anos, coincidente com a faixa etária mais representada entre os condutores habilitados no estado.

Os automóveis foram os veículos mais frequentes nos casos analisados,

representando 60% das ocorrências. As motocicletas apareceram em 17% dos casos, enquanto caminhonetes foram responsáveis por 12%.

Em 2021, junho foi o mês com maior incidência de ocorrências, enquanto em 2022, novembro apresentou o maior número de casos. O estudo revelou que os crimes de embriaguez ao volante ocorreram com maior frequência nos fins de semana, especialmente no sábado, entre 19h00 e 00h59. Essa tendência reflete o comportamento de lazer noturno, em que o consumo de álcool é mais comum. A concentração de ocorrências nos fins de semana reforça a necessidade de intensificar a fiscalização nesses períodos. Os locais de maior ocorrência foram áreas de lazer, próximas a bares e restaurantes, além de praias, especialmente em Vila Velha, que foi o município com o maior número de ocorrências. Esses resultados sugerem que campanhas de conscientização e operações de fiscalização devem ser intensificadas em regiões com alta concentração de estabelecimentos voltados ao lazer noturno.

As formas de constatação do crime de embriaguez ao volante incluíram o teste de etilômetro e o Laudo de Constatação da Alteração da Capacidade Psicomotora (LCACP). O teste de etilômetro foi utilizado em 59% dos casos, enquanto o LCACP foi empregado em 41%. Essa divisão demonstra que ambos os métodos são eficientes na detecção da embriaguez ao volante e devem continuar sendo utilizados de maneira complementar.

As taxas de alcoolemia variaram entre 0,68 e 1,01 mg/l na maioria das ocorrências, indicando níveis de embriaguez moderados a altos. Esse nível de álcool no sangue é suficiente para comprometer seriamente as habilidades

motoras e cognitivas dos condutores, aumentando o risco de sinistros graves.

O estudo enfrentou algumas limitações relacionadas à coleta de dados. O sistema BAON, utilizado como fonte principal, apresentou inconsistências na catalogação das ocorrências, o que dificultou a análise completa dos casos. Além disso, a falta de padronização no preenchimento de boletins de ocorrência por parte dos policiais comprometeu a coleta de informações detalhadas, como características espaço-temporais específicas dos crimes. Essas limitações destacam a necessidade de melhorias no sistema de registro de ocorrências, para garantir a precisão dos dados e possibilitar uma análise mais aprofundada no futuro.

O estudo demonstrou que o crime de embriaguez ao volante é um problema recorrente com um perfil de infrator relativamente bem definido: homens entre 35 e 39 anos, utilizando automóveis ou motocicletas, e atuando principalmente nos fins de semana, em áreas de lazer e em horários noturnos. Essas informações auxiliam na formulação de políticas públicas mais direcionadas e eficazes na prevenção desse tipo de crime. Recomenda-se a intensificação de campanhas educativas focadas no público masculino, em especial aqueles na faixa etária predominante nas ocorrências, abordando não apenas os riscos da combinação de álcool e direção, mas também os

impactos sociais e legais desse comportamento. Além disso, é essencial promover operações de fiscalização mais frequentes em áreas de lazer e em horários noturnos, quando o consumo de álcool é mais comum.

Assim, o estudo ofereceu uma análise detalhada e esclarecedora sobre o crime de embriaguez ao volante na região da Grande Vitória, destacando os principais fatores que contribuem para a ocorrência desse delito. A combinação de álcool e direção continua a ser uma das maiores ameaças à segurança no trânsito, e os dados apresentados reforçam a urgência de ações coordenadas entre autoridades, sociedade civil e governo para reduzir a incidência desse comportamento. Assim, o desafio agora é continuar esse trabalho, aprimorando a coleta de dados e expandindo a análise para outras regiões e contextos, para que, em conjunto, sociedade e governo possam reduzir significativamente o número de sinistros causados pela embriaguez ao volante.

Por fim, é necessário ressaltar que a prevenção é a chave para resolver o problema da condução sob o efeito de álcool. Apenas com a combinação de ações preventivas, educativas e repressivas será possível criar um ambiente mais seguro nas vias públicas, preservando vidas e garantindo um trânsito mais seguro para todos.

REFERÊNCIAS

BARROSO JUNIOR, G. T.; BERTHO, A. C. S.; VEIGA, A. A letalidade dos sinistros de trânsito nas rodovias federais brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 2019. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1307>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Governo Federal. **Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito**. 31 de maio de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/anexo_i_pnatrans_2.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 12.760**, de 20 de dezembro de 2012: Altera a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12760.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.546**, de 19 de dezembro de 2017. Altera a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13546.htm. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.705**, de 19 de junho de 2008: Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 19 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11705.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 720-A**, de 24 de outubro de 1850: Concede a Honorio Francisco Caldas, por tempo de 20 anos, a exclusividade para estabelecer uma companhia de ônibus. [S. l.], 24 out. 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-720-a-24-outubro-1850-560119-publicacaooriginal-82696-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.994**, de 28 de janeiro de 1941. Código Nacional de Trânsito. Rio de Janeiro, 28 jan. 1941a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2994-28-janeiro-1941-412976-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=C%C3%B3digo%20Nacional%20de%20Tr%C3%A2nsito.&text=GERAIS%20DE%20TR%C3%82NSITO-,Art.,se%2D%C3%A1%20por%20este%20C%C3%B3digo>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.503**, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 23 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.

CARVALHO, C. H. R. IPEA. **Custos dos sinistros de trânsito no Brasil**: estimativa simplificada com base na atualização das pesquisas do IPEA sobre custos de sinistros nos aglomerados urbanos e rodovias. 2020. Disponível em: <
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/112/Custos%20dos%20sinistros%20de%20tr%C3%A2nsito%20no%20Brasil:%20Estimativa%20simplificada%20com%20base%20na%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20pesquisas%20do%20IPEA%20sobre%20custos%20de%20sinistros%20nos%20aglomerados%20urbanos%20e%20Rodovias.>>. Acesso em 23 de abril de 2023.

CISA (CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL). **Álcool e a Saúde dos brasileiros**: Panorama 2023. São Paulo–SP. 2023. Disponível em: https://cisa.org.br/biblioteca/downloads/artigo/item/426-panorama2023?utm_source=emailmanager&utm_medium=email&utm_campaign=CI_SA_244. Acesso em: 15 abr. 2023.

CISA (CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL). **Relação entre sinistros de trânsito e álcool**. São Paulo–SP. 2018. Disponível em: <https://cisa.org.br/pesquisa/artigos-cientificos/artigo/item/70-relacao-entre-sinistros-de-transito-e-alcool>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GONDIM, J. F. **Embriguez no trânsito brasileiro**: um estudo da atuação do agente da autoridade de trânsito. 2013. 41 p. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Norte, Natal–RN, 2013. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4440/1/Embriguez%20no%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro_Um%20estudo%20da%20atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20agente%20da%20autoridade%20de%20tr%C3%A2nsito.pdf. Acesso em: 11 de maio 2023.

LIMA, J. M. B. **Alcoologia**: O alcoolismo na Perspectiva da Saúde Pública. 2. ed. Rio de Janeiro–RJ. MedBook Editora Científica. 2008.

MOHAN, D.; et al. **Prevenção de lesões causadas pelo trânsito**: Manual de Treinamento. Biblioteca da OPAS: ONU, 2011. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_lesao_causadas_transito.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

OMS. **Global status report on alcohol and health 2018**. Geneva: World Health Organization. 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Poznyak V, Rekve D, editors. 2018.

OMS. **The global health observatory**: Estimated number of road traffic deaths. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/estimated-number-of-road-traffic-deaths>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PECHANSKY, F. VON DIEMEN, L. GONÇALVES, V. **Políticas de fiscalização de álcool e outras drogas no trânsito**: aperfeiçoamento em técnicas para fiscalização do uso de álcool e outras drogas no trânsito brasileiro. 2 ed. Brasília: SENAD, 2014.

PEGGY BARCO (EUA). **O motorista idoso**. Elaborado pelo Manual MSD. 2022. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/quest%C3%B5es-sobre-a-sa%C3%BAde-de-pessoas-idosas/o-motorista-idoso/o-motorista-idoso>. Acesso em: 08 set. 2023.

PMES. Comando de Polícia Ostensiva Especializada. Batalhão de Polícia de Trânsito. Manual de Policiamento de Trânsito. Vitória. 2024.

TREVISOL NETO, O. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Chapecó: Argos, 2017. Disponível em: <https://doceru.com/doc/e5e8xcx>. Acesso em: 15 de março de 2023.

